

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

TATIANE MOREIRA ANÁLIO

A representação das guerrilheiras do Araguaia pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (1966-2023)

Juiz de Fora
Março de 2026

TATIANE MOREIRA ANÁLIO

A representação das guerrilheiras do Araguaia pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (1966-2023)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como
requisito para obtenção do título
de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

JUIZ DE FORA

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Moreira Análio, Tatiane.

A representação das guerrilheiras do Araguaia pelo jornal O Estado de S. Paulo (1966-2023) / Tatiane Moreira Análio. -- 2026.
211 p. : il.

Orientador: Paulo Roberto Figueira Leal

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2026.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Representação. 4. Feminismo.
5. Guerrilha do Araguaia. I. Figueira Leal, Paulo Roberto, orient. II. Título.

Tatiane Moreira Análio

A representação das guerrilheiras do Araguaia pelo jornal O Estado de S. Paulo (1966-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 13 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Lima Santos

Universidade Federal de Ouro Preto

Juiz de Fora, 29/01/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Figueira Leal, Professor(a)**, em 13/03/2026, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Ademir de Oliveira, Usuário Externo**, em 13/03/2026, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Lima Santos, Usuário Externo**, em 13/03/2026, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2848530** e o código CRC **9B84A061**.

AGRADECIMENTOS

À luz que me guia.

À mim mesma.

Às mulheres que inspiraram este trabalho.

Aos meus pais, Irene e João Carlos, sem vocês eu não seria.

Às minhas irmãs, minhas três graças, Caroline, Jayne e Jackeline.

Ao meu sobrinho Heitor, paixão da minha vida.

À minha avó Maria e à minha tia Vanda, presentes na memória e na saudade.

Ao meu grande amor, Leonardo.

Aos meus amigos irmãos Beatriz, Alexandre, Phablo, e Ana Livia.

Às grandes amizades que fiz no caminho: Arthur, Gabriel, Gustavo, Ana Lúcia, Lorena, e Lázaro.

À cidade cheia de morros, museus, e memórias, Juiz de Fora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal, pela orientação, partilha, sabedoria, conhecimento, generosidade e cada abraço no corredor.

Aos demais docentes do PPGCOM-UFJF, em especial João Paulo Malerba, pela aprendizagem e pelo carinho.

Às Profas. Dras. Ana Carolina Lima Santos, Deborah Luisa Vieira dos Santos, Telma Johnson e ao Prof. Dr. Luiz Ademir Oliveira, que aceitaram contribuir com a minha pesquisa, ao integrarem a minha banca.

Este trabalho foi realizado com apoio da (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este estudo examina como o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou a participação feminina na Guerrilha do Araguaia durante os anos de 1966 até 2023. No total, 25 matérias associadas às 18 guerrilheiras do Araguaia foram publicadas dentro do caderno de Política, na edição Brasil do jornal. Esses números demonstram que as mulheres que lutaram na Guerrilha do Araguaia, mesmo após o fim da ditadura e dos períodos de censura impostos por ela, não aparecem frequentemente em um dos maiores veículos de comunicação do país. A metodologia adotada no trabalho mobiliza, principalmente, a Análise do Discurso (AD) de filiação francesa, ancorando-se também, em sua fundamentação teórica, nos estudos feministas. São apresentados gestos de análise crítica de matérias do *Estadão* acerca do papel feminino na Guerrilha do Araguaia. Ao investigar de que forma um dos impressos de maior influência do país considerou o papel feminino na cobertura sobre essas mulheres, verifica-se que a maioria dos textos, escritos por jornalistas homens, dá poucos detalhes sobre a vida e trajetória das militantes. Em muitos casos, apenas seus primeiros nomes são mencionados sem maiores detalhamentos. Ademais, quando as guerrilheiras estão presentes, geralmente estão associadas a figuras de seus companheiros (em muitos casos também guerrilheiros) ou descritas nas palavras de seus algozes, como é o caso das muitas entrevistas cedidas pelo major Sebastião Curió de Moura ao jornal dando a versão “oficial” dos fatos.

Palavras-chave: Comunicação; Jornalismo; Representação; Feminismo; Guerrilha do Araguaia.

ABSTRACT

This study examines how the newspaper *O Estado de S. Paulo* reported on female participation in the Araguaia Guerrilla during the years 1966 to 2023. In total, 25 articles related to the 18 female guerrillas of Araguaia were published in the Politics section of the Brazil edition of the newspaper. These numbers demonstrate that the women who fought in the Araguaia Guerrilla, even after the end of the dictatorship and the periods of censorship imposed by it, do not frequently appear in one of the country's largest media outlets. The methodology adopted in this work is mainly based on French-inspired Discourse Analysis (DA). It is also anchored, in its theoretical foundation, in feminist studies. It presents gestures of critical analysis of articles from *Estadão* newspaper regarding the role of women in the Araguaia Guerrilla. When investigating how one of the country's most influential publications considered the role of women in its coverage of these women, it becomes clear that most of the articles, written by male journalists, provide few details about the lives and backgrounds of the activists. In many cases, only their first names are mentioned without further details. Furthermore, when the female guerrillas are present, they are usually associated with figures of their comrades (in many cases also guerrillas) or described in the words of their tormentors, as is the case in the many interviews given by Major Sebastião Curió de Moura to the newspaper giving the "official" version of the facts.

Keywords: Communication; Journalism; Representation; Feminism; Araguaia Guerrilla.

.

RESUMEN

Este estudio examina cómo el periódico *O Estado de S. Paulo* informó sobre la participación femenina en la Guerrilla de Araguaia durante los años 1966 a 2023. En total, 25 artículos relacionados con las 18 guerrilleras de Araguaia fueron publicados en la sección Política de la edición Brasil del periódico. Estos números demuestran que las mujeres que lucharon en la Guerrilla del Araguaia, incluso después del fin de la dictadura y de los períodos de censura por ella impuestos, no aparecen frecuentemente en uno de los mayores medios de comunicación del país. La metodología adoptada en este trabajo emplea principalmente el Análisis del Discurso (AD) de estilo francés, aunque también se basa en estudios feministas como base teórica. Se presentan análisis críticos de artículos del periódico Estadão sobre el papel de las mujeres en la Guerrilla de Araguaia. Al investigar cómo una de las publicaciones más influyentes del país consideró el papel de las mujeres en su cobertura sobre estas mujeres, se hace evidente que la mayoría de los artículos, escritos por periodistas hombres, ofrecen pocos detalles sobre las vidas y trayectorias de las activistas. En muchos casos, solo se mencionan sus nombres de pila sin más detalles. Además, cuando las guerrilleras están presentes, normalmente son asociadas a figuras de sus compañeras (en muchos casos también guerrilleras) o descritas con las palabras de sus verdugos, como es el caso de las numerosas entrevistas concedidas por el mayor Sebastião Curió de Moura al periódico dando la versión "oficial" de los hechos.

Palabras clave: Comunicación; Periodismo; Representación; Feminismo; Guerrilla de Araguaia.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Exemplo de Certificado de Censura.....	38
Imagem 2 - Sátira do jornal <i>O Pasquim</i>	44
Imagem 3 - Edição de 29 de março de 2004 - <i>O Globo</i>	63
Imagem 4 - Propaganda Arno - 1980.....	83
Imagem 5 - Cartaz publicitário cerveja Laurentina - 2011.....	84
Imagem 6 - Jornal das Moças - Edição de 1924.....	86
Imagem 7 - Cobertura do jornal <i>Folha de São Paulo</i> de 20 de agosto de 2000.....	88
Imagem 8 - Edição Revista <i>Capricho</i> - Julho de 2002.....	92
Imagem 9 - Revista <i>Claudia</i> - 17 de junho de 2012.....	93
Imagem 10 - <i>O Espelho Diamantino</i> - Primeira Edição.....	94
Imagem 11 - <i>Revista Ilustrada</i> - Edição 425 datada de 1886.....	95
Imagem 12 - <i>O Sexo Feminino</i> - Primeira Edição de 7 de setembro de 1873.....	96
Imagem 13 - <i>A Família</i> - Primeira Edição datada de 1888.....	97
Imagem 14 - <i>O Jornal das Senhoras</i> - Edição de 1 de janeiro de 1852.....	98
Imagem 15 - <i>La Aljaba</i> - Edição de 16 de novembro de 1830.....	99
Imagem 16 - <i>Brasil Mulher</i> - Edição 0 - de dezembro de 1975.....	102
Imagem 17 - <i>Nós Mulheres</i> - Edição de junho de 1976 (página 6).....	106
Imagem 18 - <i>Mulherio</i> - Primeira Edição.....	107
Imagem 19 - <i>Áurea</i>	116
Imagem 20 - Edição de 21 de março de 2008 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	117

Imagem 21 - Edição de 22 de junho de 2009 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	119
Imagem 22 - Edição de 10 de junho de 2012 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	123
Imagem 23 - Crimeia Alice Schmidt de Almeida e seu filho João Carlos.....	124
Imagem 24 - Edição de 22 de novembro de 2006 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	125
Imagem 25 - Edição de 23 de novembro de 2006 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	128
Imagem 26 - Edição de 26 de novembro de 2006 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	131
Imagem 27 - Edição de 10 de outubro de 2008 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	133
Imagem 28 - Edição de 23 de julho de 2011 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	135
Imagem 29 - Edição de 15 de agosto de 2012 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	137
Imagem 30 - Dinaelza.....	138
Imagem 31 - Dinalva.....	139
Imagem 32 - Edição de 25 de maio de 2001 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	141
Imagem 33 - Edição de 4 de março de 2004 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	143
Imagem 34 - Edição de 28 de junho de 2009 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	148
Imagem 35 - Edição de 8 de julho de 2009 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	149
Imagem 36 - Edição de 13 de julho de 2009 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	150
Imagem 37 - Edição de 5 de julho de 2015 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	152
Imagem 38 - Elza.....	153
Imagem 39 - Helenira.....	155
Imagem 40 - Jana.....	157
Imagem 41 - Lúcia Maria.....	158

Imagem 42 - Edição de 25 de junho de 2005 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	159
Imagem 43 - Lúcia Regina.....	163
Imagem 44 - Luisa.....	164
Imagem 45 - Luzia.....	167
Imagem 46 - Maria Célia.....	168
Imagem 47 - Edição de 8 de maio de 2005 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	169
Imagem 48 - Edição de 12 de julho de 2009 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	171
Imagem 49 - Edição de 17 de março de 2012 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	173
Imagem 50 - Maria Lúcia.....	175
Imagem 51 - Edição de 28 de agosto de 2004 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	176
Imagem 52 - Edição de 14 de abril de 2006 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	177
Imagem 53 - Edição de 2 janeiro de 2015 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	180
Imagem 54 - Regilena.....	181
Imagem 55 - Rioco.....	183
Imagem 56 - Edição de 17 de outubro de 2002 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	184
Imagem 57 - Edição de 27 de outubro de 2002 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	186
Imagem 58 - Edição de 1 de janeiro de 2003 - <i>O Estado de S. Paulo</i>	188
Imagem 59 - Suely.....	189
Imagem 60 - Telma.....	190
Imagem 61 - Walkiria.....	193

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AD	Análise de Discurso
AC-SP	Agrupamento Comunista de São Paulo
ACD	Análise Crítica de Discurso
ACISO	Ação Cívico-Social
AI-5	Ato Institucional de número 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APML	Ação Popular Marxista Leninista
CC	Comitê Central
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CGI	Comitê Geral de Investigação
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>

CIE	Centro Centro de Inteligência do Exército
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CM	Comissão Militar
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comandos de Libertação Nacional
DCE	Diretório Central de Estudantes
Deops - SP	Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo
DIs	Dissidências Estudantis
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DVP	Dissidência da VAR –Palmares
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
Embrafilme	Empresa Brasileira de Filmes SA
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Funarte	Fundação Nacional de Artes
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GTA	Grupo de Trabalho Araguaia
IAPA	Associação Interamericana de Imprensa
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INL	Instituto Nacional do Livro

IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JUC	Juventude Universitária Católica
LO	Liga Operária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MNU	Movimento Negro Unificado
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Oban	Operação Bandeirante
OEA	Organização dos Estados Americanos
OESP	<i>O Estado de S. Paulo</i>
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ORM	Organização Revolucionária Marxista
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCCh	Partido Comunista Chinês
PCP	Partido Comunista del Perú
PCUS	Partidos Comunistas da União Soviética
PIC	Pelotão de Investigações Criminais do Exército
POC	Partido Operário Comunista
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCdoB - AV	Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
PSDB	Partido Social Democrático Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SNI	Serviço Nacional de Informações
SNT	Serviço Nacional de Teatro
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UniRio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	23
2.1 A GUERRILHA DO ARAGUAIA.....	28
2.2 CENSURA ATRÁS DE CENSURA.....	34
2.3 UM LUGAR ALTERNATIVO.....	43
2.4 A LUTA ARMADA NO BRASIL.....	47
3 UM JORNAL LIBERAL CONSERVADOR.....	65
3.1 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E AS RELAÇÕES DE PODER.....	71
3.2 O <i>ESTADÃO</i> E A CNV.....	75
4 GÊNERO E JORNALISMO.....	80
4.1 A MULHER NA MÍDIA.....	81
4.2 A MÍDIA PARA A MULHER.....	90
4.3 A MULHER FAZENDO A MÍDIA.....	93
4.4 GÊNERO DO JORNALISMO.....	108
5 AS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD).....	112
5.1 A DISCIPLINA FRANCESA.....	112
5.2 AS GUERRILHEIRAS E OS DIÁLOGOS COM O <i>ESTADÃO</i>	115
6 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199

1 INTRODUÇÃO

No artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), consta que: “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (DUDH, 2015, p. 3). Em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a DUDH. Era uma resposta imediata às atrocidades cometidas nas duas guerras mundiais à época (Tosi, 2005). Dezesesseis anos após o lançamento desse documento, em 1964, o Brasil viria a sofrer o golpe civil-militar. A repressão, principalmente com a instauração do Ato Institucional de número 5, o AI-5, tornaria a ditadura ainda mais autoritária e atroz. A tortura, para além de outros fatores, foi usada como um método sistemático político.

Com o intuito de responsabilizar os autores dos crimes cometidos durante o regime, em uma primeira ação, por iniciativa do Centro Internacional para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), representando familiares de mortos e desaparecidos durante o episódio da Guerrilha do Araguaia, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) interpelou o Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento durante a ditadura de setenta pessoas ligadas à Guerrilha do Araguaia, incluindo camponeses que viviam na região. Foi a primeira vez que o Brasil foi levado à Corte em razão de violações ocorridas durante o seu regime militar.

Mesmo com algumas condenações e vitórias no setor judiciário, legislativo e, não menos importante, executivo, até os dias atuais não se pode identificar e tornar públicas as estruturas utilizadas para a prática de violações aos direitos humanos, suas ramificações nos diversos aparelhos de Estado e em outras instâncias da sociedade, haja vista as ações tomadas pelos militares, por exemplo. O Arquivo Nacional, por meio do projeto Memórias Reveladas, lançado em 13 de maio de 2009, custodia e disponibiliza de forma online e gratuita um significativo volume de documentos produzidos por agências repressivas do regime militar. São mais de 10 milhões de páginas de arquivo no total. Apesar da importância de tais documentos, um fato chama a atenção: as Forças Armadas brasileiras jamais abriram os seus arquivos. Especialmente os dos centros de informações do Exército, o CIE; da Marinha, o Cenimar; e da Aeronáutica, o Cisa (Aranha; De Souza, 2024).

De maneira geral, entende-se como documentos oficiais da ditadura os materiais produzidos pelos órgãos legitimamente estabelecidos para conduzir a repressão política, tais como os incluídos no Sistema Nacional de Informações (SNI) e no Sistema Nacional de

Informação e Contra-Informação (SISNI). No entanto, pesquisas recentes demonstraram que a dinâmica das graves violações aos direitos humanos durante a ditadura variou enormemente, não sendo possível restringir a responsabilidade de tais atos a algumas agências estatais específicas. Ademais, é preciso considerar que parte da violência do regime foi operada a partir de suas margens, e não de órgãos oficiais. Para além de empresas, entidades paraestatais, tais como esquadrões da morte, grupos de extermínio e milícias privadas operaram com o consentimento do Estado para promover gravíssimas violações aos direitos humanos.

Também não foram discriminadas as práticas de tortura, morte e desaparecimento, para encaminhamento das informações aos órgãos competentes, além de muitos familiares estarem, mesmo depois de tanto tempo, sem informações sobre os restos mortais dos desaparecidos políticos. Uma ferida latente e aberta no país.

Homens e mulheres militantes sofreram e muitos foram executados pelos militares. Os mais variados tipos de violências igualmente atravessaram as vivências dessas pessoas. No entanto, as mulheres sofreram ainda com a violência de gênero. A violência de gênero pode ser definida como qualquer forma de agressão física, psicológica, sexual, patrimonial ou simbólica contra alguém devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual. O conceito “violência de gênero” é mais amplo do que “violência contra a mulher”, haja vista que, além de mulheres, inclui crianças e adolescentes (Saffioti, 2001). No presente trabalho, é analisado como o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou a participação feminina na Guerrilha do Araguaia do início do conflito, em 1966, durante a ditadura civil-militar, até o ano de 2023. Para a busca do material, o acervo online do *Estadão*¹ foi acessado com a filtragem para o caderno de Política, edição Brasil, e o nome e, posteriormente, codinome das guerrilheiras usados como palavras-chave.

O método adotado no trabalho situa-se, principalmente, na Análise de Discurso (AD) de filiação francesa, disciplina que rompeu com o estruturalismo e com o gerativismo, que buscavam formalizar a ciência linguística nos anos 1960 e 1970. A “disciplina de interpretação”, como ficou conhecida, passou a considerar o sujeito e a história nos estudos da linguagem; e tem como base o materialismo histórico, na linguística e na teoria do discurso, todos perpassados pela psicanálise (Pêcheux; Fuchs; 1975).

¹ Até o dia 10 de agosto de 2023, o acervo podia ser acessado de forma gratuita. Após essa data, as políticas de acesso mudaram e para a possibilidade de pesquisa a taxa cobrada é de R\$ 1,90 nos 3 primeiros meses e demais parcelas, R\$ 21,90 mensais.

Nesta dissertação, são apresentados gestos de análise e crítica de 25 matérias e reportagens do *Estadão* acerca do papel feminino na Guerrilha do Araguaia. A hipótese a ser testada é a de que valores associados ao discurso patriarcal, conservador e machista, bem como politicamente alinhado à ditadura civil-militar, atravessaram as materialidades do discurso jornalístico sobre as guerrilheiras. E, não menos importante, o trabalho ancora-se, em sua fundamentação e crítica, nos estudos feministas trazendo autoras brasileiras como Cristina Scheibe Wolff, e Ana Maria Veiga, até os estudos clássicos de Simone de Beauvoir e Virginia Woolf. Saidiya Hartman, Joan Scott, Carmen Rial, e Gaby Zipfel são também autoras evocadas.

Em um contexto acadêmico, pensar o conceito de gênero e, mais do que isso, aplicá-lo, abre espaço para que, cada vez mais, mulheres possam falar de mulheres. Além disso, muitas das figuras deste projeto foram sepultadas como indigentes. Ao analisar a cobertura jornalística do *Estadão*, o trabalho serve subsidiariamente também como um resgate de memória, que pode ajudar a trazer à tona figuras eventualmente preteridas pelos meios de comunicação de massa, em razão de um regime de exceção aliado a práticas machistas. Censura, controle midiático e alinhamento ideológico do jornal com a ditadura de fato inviabilizaram ou fizeram representações marcadas pela desqualificação de gênero (e, se sim, de que modo)? É o que se pretende verificar com a pesquisa.

A mestre e doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP) Glenda Mezarobba observa, em seus estudos, que o processo de redemocratização brasileiro foi marcado pela imposição do esquecimento como modo de evitar os mecanismos de justiça de transição. A rememoração não é apenas uma questão de relevância histórica, com consequências reais não só para as vítimas e seus familiares, como também tem âmbito sociológico, que reverbera para a sociedade brasileira como um todo, uma vez que gera implicações diretas, importantes e imediatas para o país.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi feita também uma retomada histórica. Nesse sentido, documentos disponibilizados no site da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em especial o documento “Verdade e Gênero”, são cruciais para entender o contexto dos acontecimentos do regime ditatorial. Seguindo na linha histórica, o acervo online do jornal *O Estado de S. Paulo* é a fonte de informação principal para a análise e debate do tema proposto. O trabalho busca analisar a representação das mulheres dentro de um veículo específico de comunicação e em dado contexto histórico. A proposta em questão perpassa por um recorte de gênero, ele é o fio condutor da crítica e problematização de todo o trabalho. Ao atravessar a perspectiva histórica, o feminismo surge como um fator teórico e base para

pensar em um jornalismo decolonial. Outras obras marcantes do feminismo contemporâneo são contempladas, como “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” de Joan Scott e “Três guinéus” de Virginia Woolf.

É importante destacar que não houve qualquer tipo de seletividade dentro do material encontrado ou, ainda, determinadas matérias ignoradas. O recorte empírico, lembrando, foi a partir de buscas pelos nomes e codinomes de cada uma das guerrilheiras. É importante também ressaltar que o mecanismo online de busca do jornal tem problemas: a cada momento entrega resultados diferentes, isso é algo sobre o qual não possuímos controle. Sendo assim, a pesquisa foi realizada com o que o acervo disponibiliza mediante a filtragem estabelecida. Não posso deixar de pontuar, para além disso, que este trabalho não é uma crítica ou ataque direcionados a algum jornalista específico, mas a um sistema que faz com que o jornalismo hegemônico não enxergue determinadas trajetórias e pessoas. Ainda durante o período ditatorial, é mencionada a censura sofrida pelo *Estadão* e, nas brechas, os enfrentamentos em notícias que se colocam contra o regime no fazer jornalístico, além, claro, do papel da imprensa alternativa.

Também é lembrado, notadamente a partir de reportagem de Fred Melo Paiva, por exemplo, caminhos potentes adotados - e adotáveis - após a abertura política. Foi feito, sem sombras de dúvidas, um recorte empírico e embasado em outros tantos trabalhos científicos que permeiam a minha bagagem como pesquisadora, construída e em construção, composta por singularidades, virtudes, limitações, e recortes (deliberados, mas também impostos, por exemplo, pela automação do sistema de busca do jornal).

Passando por cada parte do trabalho, o primeiro capítulo, em suma, aborda a ditadura civil-militar: sua origem, suas ações, e seus desdobramentos. Como modo de resistência, a Guerrilha do Araguaia (da qual as protagonistas deste trabalho participaram) aconteceu durante o regime militar. Seu contexto, perspectiva política e consequências também são explorados neste capítulo. A censura dentro de governos de exceção é um *modus operandi* recorrente, e não foi diferente no Brasil entre os anos de 1964 a 1985: os veículos de mídias passaram por censura e muitos foram fechados ou falidos por conta disso. O capítulo inicial trata disso, assim como dos veículos alternativos que, desde o início, em oposição da maioria dos hegemônicos, foram contrários ao golpe de 1964, foram estes aqui trabalhados: *O Pasquim*, *Última Hora*, *Opinião*, *Movimento*, e *Ex*. O subcapítulo intitulado “A luta armada no Brasil” fecha a primeira parte do manuscrito trazendo a origem do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na qual os militantes do Araguaia eram, em sua maioria, vinculados; assim

como a efervescência e base teórica de outros partidos e movimentos da esquerda no país, em especial aqueles que optaram pela resistência armada.

O segundo capítulo enfoca o jornal *O Estado de S. Paulo* juntamente com sua origem, legado, posicionamento político e, não menos importante, sua relação com o regime ditatorial. Também é discutido como a CNV, no ano de seu lançamento, mexeu com as estruturas políticas do Brasil, desde os setores militares e conservadores, até com os familiares das vítimas desaparecidas. Partindo desse último tópico, a seção “O *Estadão* e a CNV” trata de como o jornal portou-se diante da medida dentro do contexto de justiça de transição no país.

O terceiro capítulo aborda com base nos estudos feministas críticos como a mídia, e em especial o jornalismo *mainstream*, em linhas gerais, retrata e enquadra as mulheres. Para isso, três subcapítulos foram desenvolvidos. O primeiro “A mulher na mídia” diz respeito a de que forma, historicamente e socialmente, a figura feminina é posta em veículos de comunicação e quais são os arcabouços para essa realidade acontecer. O segundo “A mídia para a mulher” trata da origem dos jornais feitos para o público feminino e quais são ainda hoje os mecanismos e critérios de noticiabilidade quando se pensa em materiais voltados para as mulheres. O terceiro e último “A mulher fazendo a mídia” aborda os jornais produzidos por mulheres, alternativos diga-se de passagem, que durante a ditadura resistiram e focaram em perspectivas feministas, principalmente no movimento de “segunda onda”. Os trazidos aqui foram: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, e *Mulherio*.

Por fim, o último capítulo é a análise de como o *Estadão* representou as guerrilheiras do Araguaia dentro da filtragem do caderno de Política e da edição Brasil. Maiores desdobramentos sobre a Análise de Discurso (AD) e a Análise de Discurso Crítica (ADC) são efetuados a fim de uma melhor compreensão da metodologia aplicada. No subcapítulo “As guerrilheiras e os diálogos com o *Estadão*” são apresentados os materiais encontrados com imagens das páginas do jornal e a análise logo em seguida.

2 A DITADURA CIVIL-MILITAR

Neste capítulo é trabalhado o período sócio-histórico da ditadura civil-militar brasileira, identificando os pontos chave, as características, impactos, nuances e reações ao regime. Além disso, o capítulo também investiga a Guerrilha do Araguaia em si, o período de censura no país, os jornais alternativos (que surgiram durante o período ditatorial no Brasil) explorando suas características, variedades, contextos e exemplos, e a presença e participação das organizações armadas de resistência ao regime ditatorial, buscando reconhecer as identidades, os contextos e as lutas durante esse período.

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil passou por um regime ditatorial civil-militar². Sob a liderança de Olímpio Mourão Filho, em 31 de março de 1964, os militares da 4ª Região Militar em Juiz de Fora (MG) iniciaram uma rebelião contra o governo. Sem maiores resistências da oposição e por ter sido muito bem articulada, o ato fortaleceu-se, chegando às capitais no Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (GO). Em 2 de abril de 1964, houve a efetivação do regime quando os parlamentares brasileiros, por meio de uma sessão extraordinária liderada pelo político e advogado Auro de Moura Andrade, consolidaram o golpe ao declararem que a presidência do país estava vaga, além de ratificarem a destituição do então presidente à época eleito democraticamente, João Goulart. A ação acabou por derrubar João Goulart do cargo da presidência e instaurou, temporariamente, o advogado, jornalista e político Paschoal Ranieri Mazzilli em seu lugar. Em 9 de abril de 1964, o primeiro presidente militar do regime foi nomeado: o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Os militares também outorgaram o primeiro de muitos atos institucionais que viriam a ser instaurados no país, o que impôs as primeiras medidas autoritárias da ditadura³.

Apelidado de Jango, Goulart tinha ascendido na política brasileira em nível nacional durante a década de 1950. Era um dos mais conhecidos apoiadores do movimento trabalhista do Brasil e considerado um dos maiores sucessores de Getúlio Vargas. Em 1961, Jango assumiu a presidência, porque o ex-presidente Jânio Quadros havia renunciado ao cargo em agosto do mesmo ano. Como Jango era vice, a Constituição demandava que ele fosse empossado no cargo, o que aconteceu em 7 de setembro de 1961 (Rodrigues, 2014). Diante da conhecida Guerra Fria⁴ entre as potências mundiais atual Rússia (União Soviética à época) e Estados Unidos, o chamado “perigo do comunismo”⁵ assombrava os setores mais

² Não há consenso entre historiadores em relação ao termo mais preciso para designar a ditadura: militar ou civil-militar. Aqui, a opção pelo segundo objetiva sinalizar o papel assumido por civis, inclusive pela imprensa, na sustentação do regime militar. Daniel Aarão Reis (2014a, 2014b) pondera que, embora a primeira denominação fosse legítima na luta política, a outra traz uma melhor compreensão para a história, porque não deixa apagar a participação ativa e os apoios extensos e consistentes que ocorreram para além do militarismo. É importante, contudo, tomar cuidado, como também reforça Reis, para com isso não se negar o protagonismo exercido pelos militares.

³ Os atos institucionais foram normas editadas pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pela presidência da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional durante o período de 1964 a 1969, que se sobrepunham a outras leis, inclusive à própria Constituição.

⁴ A Guerra Fria foi uma luta político-militar entre o socialismo e o capitalismo liderada pela extinta União Soviética e os Estados Unidos. Esta conflagração teve início após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mais precisamente em 1947, quando o presidente estadunidense Harry Truman fez um discurso no Congresso de seu país, afirmando que os Estados Unidos poderiam intervir em governos socialistas, anti-democráticos na visão capitalista. Esta época ficou assim conhecida porque ambos os países nunca se enfrentaram diretamente em um conflito bélico. O fim da Guerra Fria foi marcado pela dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. Os Estados Unidos saíram vencedores deste conflito.

⁵ A ameaça comunista no Brasil é uma teoria conspiratória que expressa a crença de que o país já correu, ou ainda corre, o perigo iminente de virar um Estado comunista, seja através de uma revolução, seja através da conversão ideológica. A expressão inespecífica encarna um fenômeno recorrente na história política e social do

conservadores da sociedade brasileira. Jango representava, assim, um risco por conta de seus projetos de Reformas de Base⁶, que propunham mudanças estruturais no Brasil com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais existentes e, a partir disso, garantir o desenvolvimento do país. Dentre os projetos propostos, a insatisfação veio, sobretudo, por conta da reforma agrária, que garantia acesso à terra aos despossuídos e prejudicava os interesses dos latifundiários no setor do agronegócio. O planejamento dessas reformas era um plano de governo que veio antes mesmo de Jango assumir o cargo da presidência, como aponta a mestra em História Social, Aline de Vasconcelos Silva (2019) em seu artigo “João Goulart e as reformas de base”:

Muito embora o programa das Reformas de Base tenha ganhado grande destaque no período em que João Goulart ocupou a presidência do Brasil (entre os anos de 1961 a 1964), ele não é pensado somente a partir de sua posse no cargo. O programa de reformas estruturais já fazia parte do programa do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) como um partido ligado às demandas das classes populares urbanas e que reivindicava a posição de diálogo com os movimentos de trabalhadores (Silva, 2019, p.6).

Tal cenário político e social teve como consequência a aproximação de militares, elites econômicas e o governo estadunidense. O auge da questão aconteceu com o nascimento de uma conspiração contra o presidente à época. Por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA)⁷, os Estados Unidos destinaram recursos financeiros ao Brasil a fim de financiar

país, sendo divulgada por correntes conservadoras de modo alarmista para amedrontar a população a respeito de um perigo que nunca teve a dimensão com que foi divulgado, e, muitas vezes, para justificar a introdução de medidas de exceção de caráter autoritário e antidemocrático, alegadamente necessárias para combater a suposta ameaça.

⁶ Em linhas gerais, as reformas de base reuniam propostas de alteração estrutural em alguns pontos-chave para a sociedade e a economia, seriam elas: a reforma bancária, que envolvia a subordinação da rede bancária privada ao Banco Central (Bacen) de uma forma ampla, já que o Bacen centralizaria decisões de crédito e juros; a reforma permitiria, em tese, maior controle sobre o processo inflacionário além de estimular a indústria e o consumo internos através da democratização do crédito; a reforma tributária que visava transformar a Receita Federal em instrumento de desenvolvimento e fonte de recursos previsíveis, estimulando a produção e consumo internos através da diminuição de impostos indiretos e maior taxação a pessoas físicas com maior poder aquisitivo, além de criar mecanismos para evitar sonegação fiscal; a reforma administrativa que propunha modernizar a máquina pública e torná-la mais eficiente, racionalizando processos e tornando-os impessoais e refratários, capacitando os funcionários e transformando a administração pública em instrumento de desenvolvimento; a reforma universitária que tinha a intenção de democratizar o acesso e transformar as instituições de ensino superior em universidades; a reforma eleitoral que residia na extensão de voto aos analfabetos e militares de baixa patente; a reforma urbana que buscava implementar alterações no uso do solo urbano, controlar aluguéis e acabar com o problema de moradia nas cidades; a reforma agrária (a mais rechaçada pelos setores conservadores e latifundiários) dispensava o pagamento prévio de terras desapropriadas em dinheiro e previa uma avaliação diferente das propriedades rurais para fins de reforma, o que levaria de fato a uma alteração na estrutura fundiária nacional. Se realizada da forma proposta, a reforma baixaria o custo dos alimentos no mercado interno, criaria no campo um grupo de pequenos proprietários com poder aquisitivo capaz de contribuir com o fortalecimento do mercado consumidor, diminuindo consideravelmente os conflitos no campo.

⁷ A Agência Central de Inteligência (em tradução livre) é um serviço civil de inteligência do governo federal dos Estados Unidos, oficialmente encarregado de coletar, processar e analisar informações de segurança nacional de todo o mundo, principalmente por meio do uso de inteligência humana, e conduzir ações secretas por meio de sua Diretoria de Operações.

candidatos políticos conservadores, a partir do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Um grupo de fachada, chamado Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), foi criado. Designado como uma organização para pesquisas a respeito do Brasil e de sua sociedade, ele servia, na realidade, como um ponto de encontro secreto entre militares de alta patente e o alto empresariado do país, ambos conspirando contra Jango. O golpe de 1964 foi a conclusão e demarcação de um plano de longa data cujo objetivo, dentre tantos outros, era o de derrubada e enfraquecimento do movimento trabalhista (que, em linhas gerais, defendia o desenvolvimentismo da economia e a promoção do bem-estar social para a população) e a imposição de uma agenda que promovesse a “modernização” do Brasil pela via autoritária.

Mediante o acesso aos depoimentos e documentos disponíveis (inclusive do Relatório Final) no site da Comissão Nacional da Verdade (CNV), é possível compreender que o golpe militar de 1964 e a posterior manutenção tanto da ditadura civil-militar brasileira quanto de seu aparato de repressão tiveram o apoio, muitas vezes financeiro, de empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras, de suas associações e federações, como foi o caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e por organizações da sociedade civil, como institutos e centros de estudos e pesquisas, como foi o caso do já citado IPES. Assim, sob a alcunha deste instituto, organizaram-se por todo o país empresários descontentes com as decisões tomadas pelo governo democrático. A expansão e ramificação do IPES por todo o território nacional ocorreu por meio de representações regionais, tais como: IPES Pernambuco, IPES Belo Horizonte, IPES Manaus, IPES Santos, IPES Paraná, e IPES Belém.

Ainda, de acordo com a CNV, como forma de viabilizar atos contra os direitos humanos, como o de perseguições, desaparecimentos, prisões, torturas e execuções contra líderes sindicais e trabalhadores, foi preciso uma “ação organicamente articulada por civis e militares, que resultou em enorme fortalecimento do poder econômico, social e político do empresariado dentro e fora das fábricas e na transformação da questão operária em questão ‘de segurança nacional’” (Brasil, 2014b, p. 61). Empresas como *Johnson & Johnson*, Engesa, Souza Cruz, *Ford*, *Volkswagen* são elencadas pelos documentos analisados pela Comissão como apoiadoras ativas do golpe de 1964.

A Petrobrás, por exemplo, por conta de sua natureza estatal, serviu como laboratório e, posteriormente, como modelo de sistematicidade e eficiência, em razão do trabalho do Comitê Geral de Investigação (CGI), responsável pelo “levantamento de cerca de 3 mil trabalhadores suspeitos de subversão, dos quais 712 passaram a integrar a lista dos indiciados [...] Entre abril e outubro de 1964, foram instaurados cerca de 1.500 processos [...] sendo

demitidos 516 trabalhadores” (Brasil, 2014b, p. 66). “Como desdobramento, o relatório argumenta que todo esse processo de retaliação gerou uma classe trabalhadora despolitizada, em virtude da desarticulação da organização operária que ganhava corpo desde 1946” (Costa; Silva, 2018, p. 23). Além disso, durante esse período, “a classe trabalhadora sofreu enorme rebaixamento dos salários, perda da estabilidade no emprego, fim de outros direitos trabalhistas, brutal regressão em suas condições de vida. A ditadura deixou, entre outras, duas heranças malditas até hoje vigentes: depressão dos salários e rotatividade no emprego” (Brasil, 2014b, p. 79).

A mídia envolveu-se efetivamente com o regime de exceção por meio da Rede da Democracia, uma associação entre grandes veículos de imprensa do país que uniram-se com o objetivo de tecer duras críticas e, com isso, enfraquecer os planos políticos, administrativos, sociais, além da imagem de João Goulart. O jornal *O Estado de São Paulo*, veículo sob análise deste trabalho, apoiou o golpe, considerando-o uma revolução legítima. Com isso, percebe-se que os atos de violação dos direitos humanos por regimes ditatoriais precisam ser entendidos como resultado de planejamento, de organização e de controle. Para isso, recursos foram e são até hoje viabilizados, assim como ações são coordenadas, informações são compartilhadas e indivíduos precisam ser motivados de forma a alcançar os resultados e metas pretendidas. São, para além de tudo, processos de gestão empreendidos por empresas e organizações que tornam os processos de violação dos direitos humanos possíveis (Stokes; Gabriel, 2010).

No Brasil, o regime ditatorial durou 25 anos, teve seis governos, incluindo um governo civil, e sua periodicidade pode ser dividida em cinco grandes fases. Uma primeira fase, de março de 1964 a dezembro de 1968, foi de formação do regime político ditatorial civil-militar, correspondente aos governos Humberto de Alencar Castelo Branco e Artur da Costa e Silva; uma segunda fase, entre os anos de 1969 a 1974, foi a de consolidação do regime ditatorial, com Emílio Garrastazu Médici no poder; uma terceira fase, de 1974 a 1979, foi de mudança da ditadura, comandada por Ernesto Geisel; uma quarta fase, entre 1979 a 1985, foi de desintegração do regime ditatorial civil-militar sob o comando de João Batista de Oliveira Figueiredo; e por último, a fase de transição, entre 1985 e 1989, do regime de exceção para um regime liberal-democrático com o governo de José Sarney (Codato, 2005).

A ditadura civil-militar, principalmente com seus anos de chumbo⁸, foi marcada por violenta repressão contra grupos minoritários e de esquerda, mas também contra a sociedade civil como um todo. O relatório final da CNV afirmou que, durante o período, 434 pessoas morreram ou desapareceram⁹. Além das mortes e desaparecimentos, a época foi marcada por uma série de violações de direitos humanos, como sequestros, detenções ilegais, torturas, e estupros. As mulheres também vivenciaram essa história, com um papel significativo na luta contra o regime, ainda que os movimentos de resistência, sobretudo os de guerrilha, fossem compostos majoritariamente por homens¹⁰. Como explicam as pesquisadoras Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga (2011) em seu artigo “Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância”:

Os ideais guerrilheiros constituíam um modelo de masculinidade, na medida em que as características e virtudes valorizadas na guerrilha eram vinculadas ao que socialmente se entendia como masculino. [...] Levando isso em conta, a simples presença de mulheres em ambientes de luta armada já pode ser considerada uma contestação ao modelo de feminilidade socialmente aceito no período – de mãe, esposa e dona de casa (Hentz; Veiga, 2011, p.153).

A resistência e reivindicações diante do regime de exceção iam, efetivamente, de embate ao que se esperava socialmente e historicamente da figura da mulher ideal, formatada militarmente como “aquela que se aproxima da imagem de mulher objeto, muito mais do que a de um sujeito livre, ativo, com participação social e política” (Hasanbegovic, 2001, p. 41). A memória sobre o período também é pouco associada às mulheres, um pequeno número delas é lembrado ou foi homenageado, talvez seja porque essa expectativa sobre o feminino siga pautando ainda grande parte da sociedade brasileira.

2.1 A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Entre 1966 e 1974, ocorreu a Guerrilha do Araguaia. O conflito armado composto pelos integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) desenrolou-se em uma região de fronteira entre três estados brasileiros: Pará, Maranhão e Goiás (em território que hoje forma

⁸ Os chamados “anos de chumbo” dizem respeito ao período mais repressivo da ditadura civil-militar, estendendo-se basicamente do fim de 1968, com a instituição do AI-5 em 13 de dezembro daquele ano, até o final do Governo Médici, em março de 1974.

⁹ Importante salientar que esses números, baseados nos depoimentos e dados oficiais da CNV, precisam ser tensionados e colocados em xeque: não por duvidar-se da Comissão, mas por ter conhecimento que muitos documentos foram retidos pelos militares e são até os dias atuais. A Comissão Camponesa da Verdade aponta para as execuções aos trabalhadores rurais, indígenas e povos originários que muitas vezes não foram levadas em conta e, consequentemente, contabilizadas.

¹⁰ Para além do território nacional, outros engajamentos significativos podem ser lembrados. As mães da Praça de Maio são um exemplo disso. O movimento teve início no dia 30 de abril de 1977 na Argentina, país que também foi vítima do regime ditatorial, quando quatorze mulheres, familiares de desaparecidos políticos, se reuniram na Praça de Maio, em frente à sede do governo em Buenos Aires para protestar.

o estado do Tocantins). Organizada pelo PCdoB, partido revolucionário dissidente do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a expedição de confronto com a ditadura contou com cerca de setenta militantes, homens e mulheres. Os participantes do combate seguiam a linha estratégica maoista, adotada por Mao Tsé-Tung na China após a Segunda Guerra Mundial. A opção pelos pressupostos teóricos chineses foi amadurecendo ao longo de um intenso intercâmbio entre o PCdoB e o Partido Comunista Chinês (PCCh). Desses contatos resultaram três missões de militantes brasileiros para treinamento político e militar na China, nas cidades de Pequim e Nanquim. Os cursos chineses receberam, a partir da primeira turma, de 1964, diversos membros do partido que se tornaram guerrilheiros no Araguaia, como Oswaldo Orlando da Costa (Oswaldão), João Carlos Haas Sobrinho (Juca), José Huberto Bronca (possuía diversos codinomes, entre eles: Zeca, Fogoió, Zezinho, Danilo, Dino, Zé Fogoió, Zé das Neves, Russo, Daniel, Zeca, Mário, Baixinho), Divino Ferreira de Souza (Nunes), Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), Micheas Gomes de Almeida (Zezinho do Araguaia) e Ângelo Arroyo (Agenor da Silva, Aluizio, Joaquim).

O objetivo da guerrilha era instaurar um estado de guerra popular prolongada na região Norte do país e, a partir disso, tentar tomar o poder que estava nas mãos dos militares naquele momento. Entre os planos de conquista também estavam a programação para expandir a revolução do meio rural para as zonas urbanas do país, e a manobra para o desgaste extremo do Exército brasileiro. O historiador Alessandro Visacro (2009) explana essa questão em sua obra “Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história”:

[...] a guerra de guerrilhas por si só não era suficiente para infligir ao inimigo uma guerra decisiva e assegurar a tomada do poder. Na verdade, não competia à guerrilha vencer, apenas desgastar as forças oponentes, obrigando-as a lutar campanhas longas e inconclusivas – bastava não ser derrotada. Ao mesmo tempo em que desempenhavam um importante papel na conquista do apoio da população, os grupos guerrilheiros, acumulando pequenos sucessos, expandiam continuamente sua estrutura organizacional, até o último estágio, sem perder algumas das qualidades essenciais de manobras, iniciativa, liberdade de ação, apoio da população e conhecimento do terreno, as unidades irregulares transformavam-se em tropas convencionais capazes de lutar e vencer grandes batalhas (Visacro, 2009, p. 85).

Em 1966 os guerrilheiros e guerrilheiras começaram a chegar na região de mata densa, a maioria vinda dos centros urbanos do sudeste do país. A razão para essa chegada prévia foi se ambientar melhor ao espaço, ficando mais atentos aos costumes da população local e se familiarizando com a mata, fazendo treinamentos, montando pontos de apoio, identificando locais de possível refúgio e fuga, como estradas principais e secundárias.

Acostumada com as metrópoles, a maioria dos militantes não se adaptou bem ao meio rural e teve dificuldades para o combate.

Aproximadamente seis anos após a chegada dos primeiros militantes comunistas, em 12 de abril de 1972, os enfrentamentos diretos tiveram início na região da área de campo, no sudeste do Pará. Naquele momento, eram 69 combatentes, espalhados por uma área de cerca de 6.500 km², que cobria os principais municípios e vilarejos do sudeste do estado do Pará, como os distritos das cidades de Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Sebastião, Araguatins, Tocantinópolis, Xambioá e Brejo Grande do Araguaia. Os integrantes do movimento estavam divididos em três destacamentos – A, B e C – com cerca de 22 pessoas, distribuídas em três subgrupos, cada qual contendo entre sete e dez indivíduos. Como explica o capítulo 14 do Volume 1 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de dezembro de 2014:

Os destacamentos respondiam à Comissão Militar (CM), formada por quatro dirigentes, que determinavam o plano de ação, e por dois guardas. Inicialmente, os comandantes e vices dos destacamentos A, B e C eram, respectivamente: André Grabois (Zé Carlos) e Antônio de Pádua Costa (Piauí); Oswaldo Orlando da Costa (Oswaldão) e José Huberto Bronca (Zeca); e Paulo Mendes Rodrigues (Paulo) e José Toledo de Oliveira (Vitor). O destacamento A atuava ao longo da Transamazônica, particularmente nas regiões de Faveiro, Fazenda São José, São João do Araguaia e Metade; o destacamento B atuava a nordeste da serra das Andorinhas, no chamado vale do rio Gameleira, enquadrando as bases guerrilheiras de Gameleira e Couro das Antas; o destacamento C atuava a sudoeste da serra das Andorinhas, enquadrando as bases guerrilheiras de Pau Preto, Abóbora e Esperancinha. Segundo documento da Marinha de 1972, o deslocamento dos guerrilheiros pela mata era constante e os grupos não permaneciam presos a suas bases locais (Brasil, 2014, p. 685).

Os relatos de moradores e guerrilheiros sobreviventes apontam a existência de várias bases militares que funcionavam como centros de triagem e torturas. Entre elas, estão a Base do Exército em Xambioá, a Delegacia de Araguaína, ambas situadas, à época, no estado de Goiás, e a Base da Bacaba, em São Domingos, no estado do Pará. Além dessas, destaca-se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em Marabá, no Pará. O local, que servia de fachada para operações do Exército, ficou conhecido pelos prisioneiros como Casa Azul, um dos mais emblemáticos centros clandestinos do aparato repressivo montado na região desde 1964. Esses mecanismos militares de repressão, mantidos pelo Estado, foram responsáveis por torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres (Teixeira, 2022).

Para os moradores mais antigos da região do Araguaia, a experiência da guerrilha teve início com a chegada dos primeiros militantes comunistas, no ano de 1966, e com a instalação sucessiva de grandes contingentes militares, a partir de 1970. Até aquele momento,

a convivência com os militantes do PCdoB, os “paulistas”, como eram chamados, era pacífica. Contudo, com o começo dos combates entre guerrilheiros e militares no primeiro semestre de 1972, a rotina da região foi transformada e os camponeses passaram progressivamente a integrar as listas de vítimas das violações cometidas pelos agentes do Estado brasileiro.

A estrutura de repressão montada pelo Exército também afetou as populações indígenas da região. Documentos militares comprovam a presença do capitão Aluizio Madruga na Aldeia Gorotire, no Pará, área dos indígenas Kayapó-Mebengokre, no mês de fevereiro de 1973. O mesmo *modus operandi* utilizado com os camponeses foi replicado em relação aos Aikewara, também conhecidos como suruí, que até hoje vivem na região. Surpreendidos pela chegada do Exército, os Aikewara foram mantidos cativos em sua própria aldeia e submetidos a privações e torturas, também impostas aos camponeses, tanto de maneira individual como de maneira coletiva. Os homens foram obrigados, sob coerção, a servir de guias para as tropas do Exército, enquanto suas companheiras permaneciam cativas dos soldados na aldeia. Algumas, devido ao estresse da situação, sofreram abortos e outras perderam filhos nascidos prematuros (Ferraz, Calheiros, Suruí, Suruí, 2014). É o que explica o relatório de 2014 da CNV:

Como grupo, os indígenas tiveram sua aldeia e reservas de alimentos queimadas, e os poucos homens que puderam permanecer na aldeia foram impedidos de sair para caçar, pescar, coletar ou trabalhar no roçado. Assim, sofreram não somente a fome e a falta de abrigo imediatos, como também foram privados tanto da manutenção de sua subsistência como dos elementos materiais de sua cultura, situação que colocou a comunidade em risco de diminuição e desagregação. O relato dos indígenas evidencia o tipo de violação que se abateu sobre os moradores da região: tortura, privação de liberdade e estupro. Os detalhes dessas violações aparecem, por vezes, escamoteados na fala das vítimas, devido ao potencial de fazer reviver o trauma sofrido. Cabe ressaltar que os atentados à integridade física e à dignidade humana foram perpetrados contra aquelas pessoas por serem consideradas, em sua maioria, “apoio circunstancial” aos guerrilheiros. A maioria, contudo, não apoiava ideologicamente os militantes comunistas, apenas mantinham contato ocasional com eles. A certeza dos militares de que muitos dos camponeses e indígenas interrogados tinham pouco a contribuir com a perseguição aos guerrilheiros comprova que a prática da tortura não buscava somente a obtenção de informações, mas, sobretudo, instituir uma cultura de medo entre os moradores da região (Comissão Nacional da Verdade, 2014, vol 1, p. 703-704).

Pela maneira encoberta como se deu e pelo silêncio que se buscou impor sobre o tema, a Guerrilha do Araguaia possui características que dificultam o estabelecimento de uma versão consolidada dos fatos e o esclarecimento circunstanciado das violações de direitos humanos que ali aconteceram. No que se refere à documentação, os relatórios produzidos pelas Forças Armadas em 1993, a pedido do ministro da Justiça à época, Maurício Corrêa,

trazem por vezes versões discrepantes sobre as datas e os locais das mortes dos guerrilheiros. Em alguns casos, não é possível assegurar a veracidade dos dados dos documentos disponibilizados. O Relatório Arroyo¹¹ (1974) contém informações importantes sobre os eventos ocorridos no Araguaia. No entanto, o informe não cobre todo o período em que houve ações dos militantes e dos militares na região.

Há, também, documentos oficiais das Forças Armadas contemporâneos aos eventos, localizados nos fundos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e na obra intitulada “Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha” de autoria de Taís Morais e Eumano Silva (2005), entre outros, disponíveis no Arquivo Nacional. Diante dessas dificuldades, a grande maioria das pessoas desaparecidas ainda segue sem localização, além de haver insuficiência de informações e divergências de relatos sobre a guerrilha. Foi o contato mais próximo entre os moradores locais e as Forças Armadas que fez com que os residentes tomassem conhecimento de quais guerrilheiros e guerrilheiras foram assassinados, em que circunstâncias e, em alguns casos, indicar a possibilidade e o local do sepultamento.

Por meio dessas informações, o Ministério Público subsequentemente pode tomar nota de alguns nomes de pessoas desaparecidas. Além disso, a atuação dos familiares das vítimas foi responsável direta pela aprovação da Lei dos Desaparecidos Políticos do Brasil (Lei nº 9140) de dezembro de 1995, que resultou em uma missão na região, dirigida pela Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)¹², criada no âmbito do Ministério da Justiça. Durante a guerrilha, propriamente, as Forças Armadas fizeram ao todo quatro campanhas militares e operações de inteligência na região do Araguaia: Operação Carajás (1970), Operação Mesopotâmia (1971), Operação Axixá e Operação Peixe 1, 2, 3 e 4 (ambas em 1972), mobilizando cerca de dez mil combatentes. Até o ano de 1972, muitos militantes foram presos e torturados; depois disso, a ordem do alto comando militar era a de matar todos os militantes (e alguns civis) envolvidos na guerrilha.

Em outubro de 1974, a guerrilheira Walkiria Afonso Costa foi encontrada na região, sendo presa e assassinada posteriormente. Dessa maneira, a Guerrilha do Araguaia chegou ao

¹¹ Escrito pelo ex-dirigente do PCdoB e um dos dois únicos combatentes a saírem vivos do conflito, Ângelo Arroyo; o relatório em questão é um dos poucos documentos da Guerrilha do Araguaia. Nele constam informações como a ação de resistência comunista, além das mortes e desaparecimentos ao longo dos dois anos de batalha. Está disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/010-relatorio-arroyo.pdf>.

¹² Instituída por meio da Lei n. 9.140, de 4 de dezembro de 1995, a CEMDP é um órgão de Estado cujo apoio técnico-administrativo é de responsabilidade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); foi criada com a finalidade de proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de suas atividades políticas; de enviar esforços para a localização dos corpos de tais indivíduos; e de emitir parecer sobre os requerimentos relativos às indenizações que venham a ser formulados por seus familiares. A CEMDP foi extinta a poucos dias do final do mandato do ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro, em dezembro de 2022, mas reinstalada pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 4 de julho de 2024.

fim. Entre tantos outros crimes, os militares decapitaram militantes e queimaram seus corpos. Muitos foram jogados vivos de cima de helicópteros. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) em seu relatório de Audiência Pública de 12 de agosto de 2014 afirmou que:

Há registros de que guerrilheiros e camponeses presos foram levados com vida para base do Centro de Informações do Exército (CIE), em Marabá, conhecida como “Casa Azul”, para a base de Xambioá e outros campos de concentração de prisioneiros (Brasil, 2014, p.4).

As investidas de procura por restos mortais ou evidências da guerrilha dificultaram-se por conta da chamada “Operação Limpeza”, de 1975 (Mechi; Justamand, 2014), em que os militares retornaram à região para apagar os vestígios das violações que praticaram, uma verdadeira queima de arquivo¹³. É provável que os agentes tenham desenterrado algumas ossadas do local e mudando-as de lugar.

A partir de 1980, as primeiras caravanas de familiares dos desaparecidos da guerrilha começaram a chegar em busca de informações a respeito de seus entes. A desproporcionalidade com que as Forças Armadas agiram neste confronto em específico é gritante. Enquanto o PCdoB enviou 69 militantes à região, o Exército ocupou a área com aproximadamente 10 mil homens, em diferentes operações com o uso de helicópteros e metralhadoras, atingindo a vida de guerrilheiros, camponeses e indígenas. A montagem de um verdadeiro sistema de repressão na região do Araguaia teve como resultado final a eliminação de quase todos os envolvidos com a experiência da guerrilha, mesmo daqueles que se renderam ou buscaram abandonar a área. Mesmo nos marcos da ordem jurídica vigente à época, as violações foram flagrantes e recorrentes.

Segundo um manual do Centro de Inteligência do Exército (CIE) de 1975 dedicado à Guerra Revolucionária, intitulado “Contraguerrilha na selva”, escrito a partir da experiência do Exército brasileiro no combate às Forças Guerrilheiras do Araguaia (Foguera), o militante deveria ser exposto a um “interrogatório sumário” ainda no ato de prisão, para que as forças do Estado pudessem dar prosseguimento imediato à “ação”. Isto é, para que a equipe que realiza a prisão fosse capaz de localizar os “pontos de reencontro” dos guerrilheiros. O

¹³ A queima de arquivo era um *modus operandi* do sistema ditatorial do país. Um caso a ser lembrado é o da atriz e apresentadora Leila Cravo que, no auge de sua carreira, foi encontrada nua e com escoriações no meio de uma avenida movimentada no Rio de Janeiro em 1975. A versão oficial é que ela teria tentado suicídio se jogando da varanda de um luxuoso motel chamado Vip’s. O podcast “Leila” do *Globoplay* lançado em outubro de 2022, no entanto, revelou que a atriz havia sido vítima de abuso sexual e espancamento por parte do empresário Marco Aurélio Sampaio Moreira Leite, até então seu amigo próximo, e de um ministro de estado de alto escalão do governo Geisel, o qual ela, por medo, nunca revelou o nome. Leila teve vários ossos do rosto fraturados, perda parcial em uma das visões e traumatismo craniano, além de sua vida ter mudado para sempre, haja vista que sofreu com as notícias da época e nunca pode, de fato, retomar sua carreira. O livro “Os Motéis e o Poder : Da perseguição pelos agentes de segurança ao patrocínio pela ditadura militar” lançado em 2021, de autoria de Ciza Guedes e Murilo Fiuza de Melo, explana essa questão.

manual divide a “sistemática do interrogatório” em três fases: 1) o interrogatório sumário no ato da prisão; 2) a condução do ou da militante à chamada Base Distrital, onde ele ou ela será interrogado de modo “sumário e objetivo” com finalidade de “dar continuidade à operação” (neste manual, consta a necessidade de que esse interrogatório seja assistido por um integrante da Central de Informações); 3) o transporte do(a) prisioneiro(a) para uma Central de Informações, onde será interrogado(a) para a obtenção dos “dados desejados sobre a área de operação”.

No que diz respeito ao Araguaia, era comum que os detidos, além de serem interrogados no ato da prisão, fossem espancados, furados com baionetas e arrastados pela mata. Geralmente eram levados até pequenas bases criadas em Xambioá e na localidade conhecida como Bacaba, onde eram torturados, fato registrado nos depoimentos dos camponeses presos. De lá eram conduzidos para a Casa Azul, um centro clandestino de tortura, em Marabá. A partir de lá, se sobrevivessem, eram levados para o Pelotão de Investigações Criminais do Exército (PIC), em Brasília (Brasil, 2014).

No ano de 2010, o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pela Guerrilha do Araguaia. Essa condenação fez com que os trabalhos fossem retomados no Araguaia. Assim, em 2009, foi criado o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) pelo então ministro Nelson Jobim do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ele seria coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelos Ministérios da Justiça e Defesa, com o objetivo de localizar, recolher e identificar os restos mortais de guerrilheiros e guerrilheiras.

O GTA foi prorrogado anualmente até 2018, devendo operar até 2020. Mas em 2019, um decreto do então presidente à época Jair Messias Bolsonaro alterou o funcionamento dos grupos de trabalho da administração pública, o que os esvaziou. Uma portaria assinada pelo ministro da Defesa José Múcio Monteiro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) revogou, no dia 13 de março de 2023, o GTA (Uol, 2023). Os documentos produzidos pelos órgãos de segurança e informações sobre a região do Araguaia atestam a contínua preocupação dos militares com a área mesmo muitos anos após o fim da guerrilha. O monitoramento de qualquer atividade social que pudesse ter algum significado político foi uma marca da região até, pelo menos, o ano de 1989. Mesmo após a eliminação de todos os militantes da região, a área seguiu sendo considerada uma zona delicada, motivo pelo qual há inúmeros relatórios produzidos pelos organismos de inteligência monitorando as condições para o desenvolvimento de atividades consideradas subversivas.

A preocupação com os conflitos agrários e a influência dos religiosos progressistas na região levou, em fevereiro de 1980, o governo à época a criar o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), cujo objetivo era apaziguar as tensões sociais produzidas pelas disputas fundiárias. Entretanto, a constituição do GETAT não resolveu os problemas históricos da região, e os religiosos progressistas, como forma de luta e protesto, seguiram atuando junto aos posseiros. Exemplo dessa dinâmica de disputa em torno da terra e da atuação de agentes repressivos se materializou na prisão dos padres franceses Aristide Camio e François Gouriou em 1981¹⁴. Disputas por terra, envolvimento da Igreja Católica na mobilização de posseiros, e violência repressiva por parte dos agentes do Estado, além da contínua vigilância e produção de informações sobre qualquer organização social que por lá se articulasse, foram os elementos que seguiram marcando a região.

A Guerrilha do Araguaia não foi uma guerra apenas, antes, do ponto de vista militar, configurou uma experiência de aprimoramento das técnicas de contra guerrilha das Forças Armadas brasileiras, na qual mulheres e homens foram executados sem que seus direitos básicos fossem respeitados. Sendo assim, o esclarecimento dos fatos relativos à guerrilha é representativo do combate das sucessivas tentativas de consolidação do medo e do silêncio entre aqueles que foram vítimas das arbitrariedades cometidas pelos agentes do Estado brasileiro.

2.2 CENSURA ATRÁS DE CENSURA

Grande parte da imprensa *mainstream* apoiou o golpe civil-militar de 1964, chamando-o e legitimando-o, inclusive, de revolução. Antes do início das medidas mais restritivas tomadas à frente, como a censura, o regime então instaurado recebeu a adesão de diversos veículos de comunicação: “a participação da mídia nos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 contribuiu de maneira decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos” (Dantas, 2014, p. 65). Periódicos de grande circulação, principalmente os do eixo Rio-São Paulo, validaram o golpe, enfatizando a ação dos militares, como é o caso do jornal *O Estado de S. Paulo* (aqui em análise): “em entrevista que

¹⁴ A agressão a posseiros, sindicalistas, advogados e religiosos no campo fez crescer a tensão política entre a Igreja Católica e o governo do general presidente à época João Batista Figueiredo. A crise chegaria ao seu auge em 13 de agosto de 1981, em um confronto entre posseiros de São Geraldo do Araguaia (PA) com agentes da Polícia Federal (PF) e do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), ligado ao Conselho de Segurança Nacional. No confronto, um empregado da fazenda de um deputado do Partido Democrático Social (PDS) morreu. Os padres franceses Francisco Gouriou e Aristides Camio, ambos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), foram presos pela PF, acusados de incitar os posseiros de São Geraldo do Araguaia à violência. Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, Gouriou e Camio foram condenados a ficarem na prisão por dois anos.

me concedeu em 2005, o jornalista Ruy Mesquita, diretor do Grupo Estado, afirmou, ao ser perguntado sobre o apoio dado por seus jornais ao golpe: ‘Não só apoiamos, como conspiramos’” (Dantas, 2014, p. 67).

Para além do *Estadão*, veículos como *Tribuna da Imprensa* e *O Globo* também mostraram-se favoráveis ao regime. Este último foi mais do que um apoiador do golpe, mas também um entusiasta ao argumentar que o regime civil-militar levaria o país a uma democracia legítima, ao retorno à legalidade que, segundo conclamavam os militares, estava sendo desfeita com as ameaças comunistas do então presidente deposto à época João Goulart e de seus apoiadores. O jornal só se retratou no dia 30 de agosto de 2013, após 28 anos do fim da ditadura: “*O Globo* apoiou até o final do governo militar, com seu proprietário lamentando em 1984 o iminente desmanche da ditadura, instaurada pelo que chamara por muitos anos de ‘revolução de 1964’” (Martins, 2022, p. 68).

Outros jornais mostraram-se também alinhados às medidas instauradas pela ditadura. A *Folha de São Paulo* divulgava discursos oficiais, não os questionando e, muito menos, criticando o regime. Prova disso são as manchetes e textos extremamente descritivos durante a divulgação do AI-5. No entanto, em alguns de seus textos no caderno de Opinião, a *Folha* fez ponderações críticas e, até mesmo, duras ao regime instaurado. O veículo assumiu uma postura totalmente pró-democrática somente anos depois, é o que explica o doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Allysson Viana Martins (2022) em seu artigo “O ‘Golpe dentro do Golpe’ na imprensa? Posicionamento dos jornais na divulgação do AI-5”:

Foi apenas a partir das lembranças do golpe em 1984, quando se colocava como o ‘jornal das diretas’, ‘apartidário’, ‘independente’, ‘plural’ e ‘porta-voz dos anseios da sociedade’, com uma ditadura já em seus últimos momentos, que o veículo passou a combater a versão da ‘revolução democrática’, manifestação e ‘movimento’ de 1964’ (Martins, 2022, p. 58).

Até mesmo veículos com tradição liberal acabaram apoiando o golpe e a deposição de João Goulart. A título de exemplificação está o *Correio da Manhã*, que publicou, em março e abril de 1964, editoriais proclamando a saída de Jango da presidência, assim como as revistas semanais *O Cruzeiro* e *Manchete*. Contudo, à medida que a repressão se intensificava, o *Correio da Manhã* passou a condenar, de forma contundente, a violência praticada pelos militares, o que provocou uma forte redução na publicidade do jornal. Com a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, a redação foi invadida por agentes do Estado, e jornalistas foram presos. Pouco tempo depois, Niomar Muniz Sodré, proprietária do periódico, também foi detida. Sob o regime de censura, o *Correio da Manhã* entrou em decadência e teve seu fim em 1969. A trajetória desse jornal, assim como a de muitos outros, evidencia que, apesar

do apoio inicial ao golpe, a imprensa não escapou da repressão do regime militar. Isso porque as ditaduras instauradas no Cone Sul, apesar de suas especificidades e diferenciações¹⁵, tiveram como base principal o controle de vidas, corpos, espaços e, não menos importante, de informações e notícias.

Além de cometer crimes como sequestros, prisões ilegais, torturas, estupros e assassinatos, a ditadura também restringiu a liberdade dos cidadãos e cidadãs ao proibir o acesso a certos tipos de conteúdo. A censura foi aplicada a notícias, letras de músicas, peças de teatro e diversas outras formas de expressão cultural. A estrutura responsável por esse controle estava vinculada ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal. O professor titular de Sociologia da Unicamp, Marcelo Ridenti (2018), aborda essa temática em seu artigo “Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988”, no qual apresenta dados numéricos sobre o assunto.:

Por exemplo, em 1978, segundo o relatório da Divisão de Censura de Diversões Públicas, havia 45 técnicos censores e 36 servidores na parte administrativa, que naquele ano examinaram 9.553 filmes (de curta e longa metragem), 2.648 peças de teatro, 47.475 letras de canções, 1.996 capítulos de telenovelas, 86 programas de TV, 859 capítulos de radionovelas, 167 programas radiofônicos, 90.671 peças de publicidade para rádio e TV, 440.925 fotografias e cartazes publicitários, conforme pesquisa de Miliandre Garcia. No mesmo ano, foram proibidos na íntegra: 24 filmes, 79 peças de teatro, 462 letras de canções, 40 materiais de publicidade, 1.231 fotografias e cartazes. A Divisão de Censura de Diversões Públicas apreendeu ainda 226.641 exemplares de livros e 9.494 de revistas. Em 1978, 909.157 artistas e 1.073 casas de diversão estavam registrados oficialmente (Ridenti, 2018, p. 88).

Os dados estudados e trazidos por Ridenti revelam o ordenamento e a seletividade dos que trabalhavam como censores durante o período de exceção. De forma concomitante, o regime repreendia tudo que fosse contrário ao seu discurso, como também incentivava a produção de obras que fomentassem o conceito de modernização aos moldes conservadores, com grande ênfase no capitalismo. Isso pode ser explicado pelo conceito de “fetichização do Estado” pelo capital, que faz com que a vida social seja percebida de maneira distorcida. Essa ideia, que o professor, sociólogo e um dos principais continuadores da Teoria Marxista da Dependência Jaime Osorio qualifica como característica do Estado capitalista, torna obscuras

¹⁵ As ditaduras nos países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai) se assemelhavam em relação ao emprego da violência e de métodos repressivos. No entanto, a durabilidade do regime diferia de país para país, assim como as políticas econômicas. No Brasil, estabeleceu-se uma política desenvolvimentista, confirmando a tradição que vinha desde a era Vargas de controle do Estado sobre setores como transporte, energia e indústria de bens de capital, para fomentar o investimento em áreas-chave de infraestrutura. O Chile e a Argentina seguiram caminhos diferentes. Na década de 1970, sob o governo do general Augusto Pinochet, o Chile se tornou o primeiro país neoliberal do mundo, diminuindo a presença do Estado na economia e recebendo grande fluxo de capital externo. Áreas como educação superior e previdência social foram privatizadas (Dahás, 2019).

as relações de poder e domínio: “o que impede que essas relações apareçam tal como são, e ocorra a reconstrução da ficção de um mundo de homens livres e iguais, ao mesmo tempo em que o Estado aumenta sua presença como uma entidade abstrata” (Osorio, 2017b, p. 29).

Sendo assim, as indústrias televisiva, editorial, cinematográfica, fonográfica, além de agências de publicidade cresceram baseando-se nos padrões duramente impostos à época de um Estado capitalista dependente. Instituições governamentais como a Embrafilme (ou Empresa Brasileira de Filmes SA), o Serviço Nacional de Teatro (SNT), a Fundação Nacional de Artes (Funarte), o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Conselho Federal de Cultura tiveram apoio e delimitações impostas por parte do governo, anunciante vital para os veículos de mídia e informação.

Sendo o maior mobilizador e, ao mesmo tempo, controlador das informações, o regime empenhava-se nas tentativas de aniquilar¹⁶ qualquer tópico que fosse contrário às suas ideologias: “constituída para eliminar a subversão interna de esquerda, restabelecer a ‘ordem’ em seu território, e estruturada de forma a disseminar o medo e desmobilizar a sociedade, a ditadura brasileira classificava de inimigos do Estado todos aqueles que se opunham às suas ideias” (Mezarobba, 2010, p. 7). Os jornais reprimidos muitas vezes assinalavam a censura deixando páginas em branco ou anexando poemas, receitas, contos, entre outros conteúdos em suas páginas.

Com o objetivo de estabelecer o controle militar alinhado aos acontecimentos do período, a Polícia Federal mantinha seus agentes distribuídos por diversos locais. Esse controle e repressão se intensificaram durante a vigência do AI-5, quando o governo passou a impor regras rígidas à imprensa, incluindo a proibição da divulgação de notícias factuais. Para que qualquer conteúdo jornalístico pudesse ser publicado, era necessário que passasse previamente por uma análise dos militares. Antes de 1970, os jornais não passavam por essa

¹⁶ A expressão “tentar aniquilar” foi usada no texto, haja vista que algumas músicas de protesto, por exemplo, foram liberadas frente a algumas estratégias dos compositores. Com a censura oficial imposta pelos militares, as gravadoras passaram a submeter à análise as partituras e as letras das composições previstas para os álbuns em produção. O passo seguinte foi exigir também o envio de fitas gravadas, uma vez que os artistas driblavam a censura com jogos de palavras só perceptíveis em voz alta, conforme a interpretação do cantor. A música “Acorda, Amor” de 1974, composta por Chico Buarque de Holanda é um exemplo de como os censores não perceberam as críticas nas entrelinhas, afinal o aparente relato da prisão de um ladrão de galinha esconde a real intenção do autor: descrever o momento em que um subversivo para o regime era raptado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). “Se eu demorar uns meses/ convém às vezes/ você sofrer/ mas depois de um ano eu não vindo/ põe a roupa de domingo/ e pode me esquecer”. Fichado pelo regime, Chico usou o pseudônimo Julinho de Adelaide para essa canção e, assim, driblou a censura. Outra estratégia era a de inserir músicas com duplo sentido no meio do material encaminhado pela gravadora para ser usado nos discos de artistas do estilo “brega” e “romântico” (como os da Jovem Guarda) que jamais deram motivo para a censura. Nesses casos, era mais provável que o censor fizesse vista grossa. Além de Chico, Gilberto Gil, Paulo César Pinheiro, Geraldo Vandré, Sérgio Ricardo, Gonzaguinha, Ivan Lins, Vitor Martins, Taiguara, João Bosco, Aldir Blanc, Milton Nascimento, entre outros, foram artistas assíduos nas composições e interpretações de músicas de protesto.

fiscalização prévia, mas podiam ser recolhidos das bancas caso publicassem algo contrário aos interesses do regime. Já durante o AI-5, filmes, programas de TV, peças teatrais e jornais só podiam ser exibidos ou divulgados após a apresentação de um certificado de censura (Barbosa, 2006). A historiadora Beatriz Kushnir (2015), em sua obra “Cães de Guarda – Jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988”, comenta sobre esse contexto:

Acima de tudo, as normas legais do pós-1964 foram ordenadas dentro da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, cerceando informações para impor uma imagem de “Brasil Grande”. É consagrada a noção de que a censura prestou um serviço aos governos da ditadura civil-militar pós-1964, atuando como deseducadora de várias gerações (Kushnir, 2015, p. 81).

Exemplo de Certificado de Censura

Fonte: Site Arquivo Nacional

A ideia de uma imprensa sempre e a todo momento engajada contra a ditadura não passa de uma mera romantização. Ainda assim, houve profissionais e veículos contra hegemônicos que lutaram corajosamente em embate ao regime. No entanto, as intervenções do governo no controle do conteúdo a ser divulgado na grande mídia formularam-se com aparato em duas principais estratégias que dificultavam a resistência: ou se tinha um censor diariamente na redação, ou se realizava a autocensura¹⁷. De maneira geral, a censura prévia à

¹⁷ A autocensura era, em suma, uma estratégia adotada pelos grandes veículos de comunicação para evitar problemas: “é importante pontuar que tal prática preservava as empresas, mas também fazia delas colaboradores de um esquema repressivo. Ou seja, ao não querer perder os ‘dedos’, acreditavam estar cedendo apenas alguns anéis. Infelizmente, contudo, eram os leigos telespectadores e/ou leitores que ‘pagavam a conta’ da desinformação. Manter a estrutura no ar ou o jornal nas bancas, mesmo que auto censurado, para esses empresários da comunicação era um preço (menor) a ser pago. Os fins justificariam os meios” (Kushnir, 2015, p. 190).

imprensa foi esquematizada mediante alguns mecanismos como a presença de um censor na redação do veículo, a análise prévia da Polícia Federal antes da publicação de qualquer material, além de ordens emitidas por meio de bilhetinhos, cartas, telefonemas, e telegramas indicando temas proibidos de serem abordados. Uma grande parte dos veículos impressos praticou a autocensura, essa conjuntura explica o reduzido número de censores que efetivamente atuavam nos meios de comunicação. Ademais, muitos censores eram, também, jornalistas:

[...] criou-se um duelo em que o censor ou é um tirano, um algoz, ou é um incompetente, um despreparado intelectualmente para a função. Já o jornalista é descrito como o que realizava pequenos ou grandes atos (tidos como heroicos) de desafio a esse opressor. Nem tudo se explica só nesse jogo maniqueísta. Um dos intuitos desta reflexão é perceber uma atuação colaboracionista, realizada na imprensa, ante a imposição autoritária (Kushnir, 2015, p. 39).

Alguns leitores também atuaram como censores na medida em que, em suas cartas aos jornais (na tão famosa seção da Carta ao Leitor)¹⁸, assinalavam possíveis conteúdos a serem censurados; o que torna evidente que o ato de censurar foi e é também resultado da aprovação de determinadas camadas sociais. Mesmo com a censura oficialmente amparada pelo Estado, o governo buscava impedir que seu caráter autoritário ficasse explícito. Em 26 de junho de 1973, a Polícia Federal divulgou uma nota aos meios de comunicação proibindo qualquer tipo de crítica ao sistema censor, às instituições responsáveis, aos seus agentes e à legislação vigente. Essa determinação apenas reforçava uma prática já consolidada desde 1970, quando uma portaria passou a institucionalizar de maneira mais estável a repressão a publicações classificadas como “subversivas” ou “imorais”.

O Estado de S. Paulo, veículo aqui em análise, ficou sob censura de 1968 até 1975: “um ano antes do início da censura, a tiragem do Estadão era de 340.000 exemplares” (Mont’alverne, 2013, p. 54). Em 1967, o jornal acusou os militares de censura, ao comentar a morte do ex-presidente Castelo Branco. Mas foi no dia 13 de dezembro de 1968 que a circulação do veículo foi vedada: “na ocasião, os militares se desagradaram do editorial ‘Instituições em frangalhos’, escrito pelo proprietário, Júlio de Mesquita Filho” (Martins, 2022, p. 61). A página abordava a ocorrência em que a Câmara dos Deputados negou a licença de cassação do deputado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

¹⁸ A Carta ao Leitor é um subgênero da carta. Ela aparece em seções de jornais e revistas e mostra a opinião de um leitor sobre algo publicado anteriormente, podendo ser um elogio, crítica, comentário, etc. Assim, pertence à esfera midiática ou, mais especificamente, jornalística.

Márcio Moreira Alves, exigida pelo governo como punição pelo episódio em que o parlamentar criticou o regime de exceção. Como forma de protesto, para além de demonstrar ao público que o conteúdo havia sido censurado, o *Estadão*, a partir de então, começou a utilizar páginas em branco, receitas culinárias e poemas de Luís de Camões. No entanto, para o frade dominicano, escritor e jornalista Carlos Alberto Libânio Christo, mais conhecido como Frei Betto (2000):

O Jornal da Tarde e o Estado de São Paulo (do qual 25 anos depois me tornei colaborador) atenuavam sua cumplicidade com a mentira oficial publicando, nos espaços censurados, receitas de bolo ou poemas de Camões. Os acólitos do regime adaptavam-se, substituíam o noticiário cortado, antecipavam-se à tesoura do censor, exercendo, sem escrúpulos, um aprendizado que faria escola no jornalismo brasileiro: a autocensura. A insólita lição ensina que o bom profissional deve alienar-se de suas ideias e convicções para escrever como o patrão escreveria e editar como o Governo editaria. Não é apenas a força de trabalho alugada sob o imperativo da sobrevivência, como a prostituta que se oferece na esquina. É a própria consciência adulterada, associando autoridade e verdade, como o torturador de dentes cariados e salário-mínimo afoga a sua vítima numa banheira em defesa de uma liberdade que ele não usufrui (Betto, 2000, p. 99).

Com esperanças para a reabertura política, em 1972, o *Estadão* publicou, em 1972, uma matéria intitulada “Políticos insistem na democratização”. Neste texto, o veículo critica a reabertura designada democrática, mas lenta, que o presidente à época Médici se propôs a fazer; e informa sobre os estabelecimentos e incertezas acerca dos votos distritais diante do AI-5. O jornal recebeu, no dia 15 de setembro de 1972, uma ordem do Ministério da Justiça contendo uma proibição de publicações que contivessem os temas sobre abertura política, menções desfavoráveis à situação econômica do país, e sucessão presidencial. O *Estadão* foi censurado informalmente. Após o ocorrido, o diretor e jornalista do *Estadão* à época, Ruy Mesquita, enviou uma carta indignada ao ministro da Justiça. A atitude foi o estopim para a aplicação da censura prévia ao veículo, a partir da prerrogativa do AI-5, que conferia ao presidente o poder de impô-la caso julgasse necessário para a defesa do regime.

O ocorrido em questão demonstra como, entre resistir e manter o jornal vivo, havia um desafio tamanho. Ora os censores mostravam-se mais liberais, ora o momento era de maior tensão. Para sobreviver, os veículos sucumbiram às ameaças da censura ou tentaram driblá-las. O *Estado de S. Paulo* teve um censor em sua redação desde a decretação do AI-5 até janeiro de 1975. Mas a censura sempre se fez presente, mesmo que de outras formas: entre 1972 e 1975, a grande mídia recebia os famosos e já citados bilhetinhos da censura; além da prática comum e constante da autocensura, ou seja, a própria equipe jornalística (principalmente o setor editorial) cortava partes de seu material ou substituíam por outras.

Essa ação se estendia a fim de evitar um censor na redação ou outras estratégias proibitivas da censura.

Entusiastas à posse de Geisel e com a esperança da redemocratização do país, que não seria tão breve e simples como o esperado, o *Estadão* foi recriando laços com o governo vigente à época. Em janeiro de 1975, um ano após a sucessão de Médici, o jornal livrou-se da censura prévia: “a partir de 1975, quando a censura deixou o *Estadão*, apenas os alternativos e a revista *Veja* (até a saída de Mino Carta) continuaram censurados” (Kushnir, 2004, p. 123). O episódio foi amplamente celebrado nas páginas do jornal, mas veio acompanhado de um alerta: a luta liberal não terminava ali, afinal o objetivo central era a redemocratização do país. Considerando esse percurso histórico, mesmo diante dos diversos obstáculos enfrentados, não é correto afirmar que o veículo em questão não tenha apoiado o golpe e o regime ditatorial que se seguiu. A legitimidade atribuída pelo *Estadão* ao período de exceção acabou por favorecer os militares, já que o jornal não contestou o regime em si, mas apenas determinadas medidas adotadas por ele. Como afirma o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2017) em sua obra “Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973):

Voltando à questão dos comportamentos diante da ditadura, não se pode dizer que o *Estadão* resistiu. Ao contrário, ele foi um aderente de primeira hora, um ator “revolucionário” que ajudou a instalar e manter os militares no poder. O fato de em certos momentos ter batalhado para trazer a ditadura mais perto de seus ideais não implica resistência. No máximo, pode-se dizer que em certos momentos o periódico resistiu à censura, porém, isso não significa resistir à ditadura. Além do mais, às vezes a estratégia foi de acomodação com a censura, na tentativa de suavizar os seus efeitos (Motta, 2017, p. 379).

Um ponto a se observar é que, nas matérias publicadas, em geral, o jornal, assim como tantos outros naquele momento, demonizava os movimentos revolucionários de esquerda e seus apoiadores. Isso fica explícito com a reportagem cunhada pelo *Estadão* no dia 2 de julho de 1970, intitulada “Desiludido e cansado, terrorista entrega-se”, que narra a trajetória do estudante paulistano e ativista engajado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) Massafumi Yoshinaga¹⁹ que, após sofrer ameaças, e membros de sua família terem

¹⁹ “Após ser preso, Massafumi foi obrigado pelos agentes da repressão a fazer uma retratação pública de suas posições políticas, tática de guerra psicológica utilizada pela ditadura militar e que fora largamente divulgada pela imprensa na ocasião. Em uma dessas retratações públicas, concedeu entrevista à TV Tupi. Ao seu lado estavam o coronel Danilo de Sá da Cunha e Melo, Secretário de Segurança Pública, Danton Avelino, comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo, e Leonardo Lombardo, diretor de Relações Públicas da Secretaria de Segurança. De acordo com sua família, depois de ser submetido a estas situações, passou a sofrer com distúrbios psicológicos, inclusive alucinações. Entre estas, costumava dizer que agentes da Oban (Operação Bandeirantes, que deu origem ao DOI-CODI) iriam matá-lo. Em função disso, teve que realizar diversos tratamentos psiquiátricos, além de ser medicado e, inclusive, internado. Massafumi já tinha tentado cometer suicídio duas vezes. Na primeira tentativa, jogou-se embaixo de um ônibus. Em seguida, tentou se jogar da

negociado com os policiais sua rendição, entregou-se aos militares, dizendo-se arrependido. A palavra “terrorista” está associada com a figura do militante, afinal, degradar e enfraquecer o movimento revolucionário diante do restante da população, mesmo que de forma simbólica, era o objetivo. Como explica Beatriz Kushnir:

No exercício de uma arqueologia do léxico, o jornalista João Batista de Abreu ponderou acerca do vocabulário que permeou a imprensa brasileira no pós-1964. Unindo uma terminologia policialesca às questões da militância política, os guerrilheiros da luta armada tornaram-se “elementos”, como qualquer meliante que assalta um banco ou rouba um carro. No decorrer do processo, “subversivo” era toda e qualquer pessoa que se opunha ao golpe. A exemplo da figura de Che Guevara, o militante era também um “guerrilheiro”, mas no sentido negativo do termo, ou seja, não o que luta, mas o que se opõe. Influenciado pelas ações de guerrilha urbana da Europa, na América e no Oriente Médio, que, para o noticiário da época geravam terror e caos, o militante passou a ser “terrorista”. Nesse sentido, nos cartazes de procurados, lia-se “terroristas políticos”, e a advertência: “Para a sua segurança, coopere, identificando-os. Avise a polícia” (Kushnir, 2004, p. 313).

O pesquisador e jornalista João Batista Abreu (2000) demonstrou em suas pesquisas que o termo “terrorista” foi utilizado pela primeira vez para caracterizar militantes da esquerda pelo jornal *O Globo* em 26 de julho de 1966. Na manchete da primeira página, está a frase: “Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva”. O que fomentava também esses estereótipos a respeito dos militantes, para além da grande imprensa, era a forma como a própria justiça se impunha nesses casos específicos: baseado nos inquéritos sobre subversão realizados pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP), os militantes já eram considerados, mesmo antes de qualquer julgamento ou procedimento legal, como subversivos e, conseqüentemente, culpados.

2.3 UM LUGAR ALTERNATIVO

Como forma de luta e tentativa de driblar o regime ditatorial, a imprensa alternativa foi galgando seu espaço. Veículos como *O Pasquim* subverteram a ordem ao publicarem charges e metáforas críticas ao regime ditatorial, buscando construir um espaço de liberdade, ainda que pueril. *O Pasquim* resistiu à ditadura, mas teve seu tom de crítica social enfraquecido em seus últimos anos. O início dos anos 1990 e a degradação política do então presidente à época Fernando Collor foram o ápice da dissolução pós-moderna do espaço

janela de sua casa, chegando a quebrar os vidros, sem, contudo, cair para o lado de fora, onde havia uma garagem sem cobertura. Na última, a que o vitimou, enforcou-se com a mangueira de plástico do chuveiro. Os casos chamados em notas oficiais de “arrependimento” foram resultado de intensas torturas físicas e psicológicas pelas quais os militantes passaram durante o período em que estiveram sob custódia dos aparatos de repressão. Tal situação embasou a decisão da relatora do caso junto à CEMDP, Maria Eliane Meneses de Farias, pelo deferimento do pedido feito por seus familiares para seu reconhecimento como vítima da ditadura militar, já que depois de sair da prisão, Massafumi não conseguiu obter um trabalho ou mesmo estudar, além de sua família continuar sendo vigiada e perseguida” (Memorial da Resistência de São Paulo, 2025).

público no fluxo midiático. A mestre em História Social Andréa Cristina de Barros Queiroz (2004) explana esse ponto em seu artigo “O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991)”:

Seja como for, o próprio esgotamento do Pasquim e sua crescente descaracterização com a presença maciça de um apelo sexual conjugado ao aspecto mercantil, após vinte e dois anos podem ser pensados no âmbito mais geral deste amplo processo de mutação cultural gerado pela globalização. E o discurso pasquiniano não conseguiu se reciclar, mostrando-se cada vez mais padronizado e absorvido por esta cultura de massa. Portanto, a temporalidade do Pasquim rompeu sim, o ciclo alternativo, relacionado à existência de um regime autoritário e cerceador, contudo, isto não quer dizer que sua linguagem tenha permanecido a mesma de outrora. Principalmente, porque ela perdeu seu sentido de ser, enquanto voz de oposição e resistência, e passou a dialogar dentro do sistema, do qual tinha sido contra (Queiroz, 2004, p. 251, 252).

A jornalista Delise Dutra Barbosa (2006) pondera sobre isso em sua tese “Censura nos jornais durante os Anos de Chumbo (1968-1979)”:

Os jornais alternativos não tinham interesse de enraizar em meio a imprensa em geral. A ideia era materializar algo provisório, mesmo que vulnerável, mas livre para sofrer ataques externos, como do governo e da população que ia de encontro a essa maneira de fazer jornalismo. Os pequenos jornais queriam ter liberdade de ir para as bancas sem alguma lápide. Nos anos de chumbo, o número de folhetins alternativos cresceu. Eles almejavam liberdade para rebater atitudes do alto escalão. Portanto, o propósito dos alternativos não requeria permanência, poderia ter uma vida mais curta desde que mostrassem a existência de outra verdade, além da exposta pelos veículos da grande imprensa (Barbosa, 2006, p. 19).

O Pasquim nasceu como um projeto no fim de 1968 após uma reunião entre o cartunista Sérgio de Magalhães Gomes, mais conhecido como Jaguar, e os jornalistas Tarso de Castro e Sérgio Cabral. O trio buscava uma opção para substituir o tablóide humorístico *A carapuça*, editado pelo, à época recém-falecido, jornalista e cronista Sérgio Porto. Com o tempo, figuras de destaque na imprensa brasileira, como Ziraldo, Millôr Fernandes, Manoel Braga, Miguel Paiva, Prósperi, Claudius e Fortuna, se juntaram ao time. A primeira edição foi publicada em 22 de junho de 1969, com uma tiragem de 28 mil exemplares, e, em seis meses, chegou a 250 mil (Buzalaf, 2009).

Além de um grupo fixo de jornalistas, a publicação era composta de nomes como Henfil, Paulo Francis, Ivan Lessa, Carlos Leonam e Sérgio Augusto, e também de colaboradores eventuais como Ruy Castro e Fausto Wolff. Em 1969, por conta de uma entrevista polêmica feita com a atriz Leila Diniz, foi instaurada a censura prévia aos meios de comunicação do país. Em novembro de 1970, a maior parte da redação de *O Pasquim* foi

encarcerada depois que o jornal publicou uma sátira do célebre quadro “Independência ou Morte” de autoria de Pedro Américo (Vaucher, 2018).

Sátira do jornal *O Pasquim*



Fonte: Site do jornal *Quatro Cinco Um*

Os militares esperavam que o semanário saísse de circulação e seus leitores perdessem o interesse, mas durante todo o período em que a equipe esteve presa (até fevereiro de 1971), *O Pasquim* foi mantido sob a editoria de Millôr Fernandes (que escapara à prisão), com colaborações de Chico Buarque, Antônio Callado, Rubem Fonseca, Odete Lara, Gláuber Rocha e tantos outros intelectuais cariocas. As prisões continuaram nos anos seguintes, o jornal também foi alvo de dois atentados a bomba, uma em março de 1970, e outra em maio do mesmo ano.

O jornal ainda sobreviveria à abertura política de 1985, mesmo com o surgimento de inúmeros periódicos de oposição e de novos conceitos de humor. Graças aos esforços de Jaguar, o único da equipe original a permanecer em *O Pasquim*, o semanário continuaria ativo até a década de 1990. A última edição, de número 1.072, foi publicada em 11 de novembro de 1991 (Aymoré, 2016). Apesar de, em sua fase final, ter sucumbido às armadilhas do mercantilismo imposto pelo sistema neoliberal capitalista, o trabalho marcante e pontual de resistência de *O Pasquim* atuou não somente no fazer jornalístico, mas, também, na sociedade brasileira, ao influenciar hábitos da vida social e produzir sentidos que ultrapassam sua existência material. Se hoje alguns poucos veículos têm práticas pautadas pela lógica do combate, da contra hegemonia, da opinião, e da resistência, é porque tomaram

tal veículo como exemplo e ainda inspiram-se e tomam como referência os impressos alternativos.

Assim como *O Pasquim*, veículos como *Última Hora*, *Opinião*, *Movimento*, e *Ex* resistiram enfaticamente contra o golpe e o regime que o seguiu. Por conta disso, sofreram inúmeras represálias e punições. De maneira geral, tais medidas assemelhavam-se ao que também acontecia na grande imprensa, ainda que houvesse singularidades. O jornalista e editor Audálio Dantas em seu artigo “A mídia e o golpe militar” comenta que: “alguns censores não se davam ao trabalho de comparecer à redação [desses veículos]: exigiam que todo o material de cada edição – textos, fotos, vinhetas e até anúncios – fosse enviado à sede da Polícia Federal, em Brasília” (Dantas, 2014, p. 71).

O jornal de teor opinativo *Última Hora* foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951 pelo jornalista Samuel Wainer como um veículo de comunicação de apoio ao presidente Getúlio Vargas e seus sucessores, opondo-se ao golpe de 1964. Após o golpe, Wainer teve que exilar-se na França, retornando à presidência do jornal somente no ano de 1967. Menos de três anos depois do lançamento do AI-5, em 1971, o *Última Hora* por conta de opressões e outras medidas tomadas pelo regime, foi vendido para a *Folha da Manhã*, de propriedade da *Folha de São Paulo*.

Idealizado e criado pelo editor, empresário e político brasileiro Fernando Gasparian, o semanário *Opinião* foi lançado em novembro de 1972, durante o governo do presidente Médici. O jornal de caráter alternativo foi concebido para ser um canal de manifestação de intelectuais e jornalistas da oposição. Gasparian deu vida ao veículo quando ainda residia na Inglaterra, país para onde se mudou devido às ameaças de prisão articuladas por um grupo de militares, irritados porque o empresário ajudava estudantes e dissidentes do regime. Sediado na cidade do Rio de Janeiro, o *Opinião* circulou entre os anos de 1972 e 1977. Entre suas mais emblemáticas matérias, o jornal deu grande ênfase à Guerra do Vietnã e à derrota dos Estados Unidos no conflito bélico. A reação do governo militar não tardou a acontecer. Um draconiano sistema de censura foi imposto e várias pessoas que participavam do jornal foram várias vezes detidas e processadas (Franco, 1997). No dia 15 de novembro de 1976, uma bomba explodiu no escritório do jornal, o que causou seu fechamento no ano seguinte. *Opinião*, para além de tudo, “[...] ensinava que a notícia é apenas uma pequena parte da verdade, que por trás dela existem razões ocultas, interesses e jogadas” (Chinem, 1995, p. 58). O veículo contrastava radicalmente em suas publicações com a revista *Veja*, por exemplo, e com os semanários que tratavam de temas cotidianos da sociedade.

O Movimento, fundado em 1975 pelo jornalista Raimundo Pereira, começou como dissidência do *Opinião*. Sua proposta era a de representar uma frente ampla das forças de oposição ao regime, com nada menos que 200 acionistas. Desde seu surgimento, o semanário foi alvo preferencial dos censores. Em 1978, quando a censura prévia foi suspensa, o jornal calculava que tinham sido cortados, até aquela data, nada menos que 3.093 artigos e 3.162 ilustrações (Arquivo Público do Estado de São Paulo). A principal campanha do periódico foi pela anistia aos exilados e presos políticos, parcialmente conquistada em 1979. O jornal centralizava sua atuação na luta pelas liberdades democráticas, na denúncia do imperialismo, e em questões sociais como o direito das mulheres e dos trabalhadores, além de publicar matérias do jornal francês *Le Monde diplomatique*. *O Movimento* circulou até novembro de 1981 e, ao longo de sua existência, atravessou crises internas, sofrendo posteriormente a concorrência de jornais de outras tendências de esquerda. Na década de 1980, o jornal enfrentou muitos problemas: ataques terroristas às bancas de jornais, processo contra seu diretor-responsável, Antonio Carlos Ferreira, e o esgarçamento da frente ampla que o sustentava. Todos esses obstáculos levaram ao fechamento do veículo (Sousa, 2003).

O *Ex*, periódico que circulou por apenas dois anos, entre 1973 e 1975, consolidou-se com um estilo jornalístico de ruptura, adotando uma narrativa forte e investindo no fotojornalismo. A equipe que formulou o veículo era composta de diversas redações já extintas, como: ex-*Realidade*, ex-*Bondinho*, ex-*Grilo*, entre outros. Por isso, o nome *Ex*. A 16ª edição do jornal, publicada em outubro de 1975, representou fortemente o seu caráter alternativo, é o que apontam as jornalistas Jullyana Bragança e Monica Sousa (2015) no artigo “‘Verás que um filho teu não foge à luta’: Jornal EX- como guardião de memórias subterrâneas da ditadura brasileira”:

Repleta de denúncias, desabafos e críticas, esta edição rendeu 50 mil exemplares – a primeira tiragem vendeu 30 mil e a segunda, de 20 mil, nem chegou às bancas, foi recolhida pela censura ainda na gráfica. A capa trazia um verso do Hino à República, utilizado ironicamente e com objetivo de criticar os acontecimentos recentes – e trágicos – pelos quais o país passava. Com o verso, que atuou como frase de efeito, “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”, estava lançada a edição que dedicou a maior parte de seu conteúdo à contestação contra a censura e a falta de liberdade de expressão e questionou a morte do jornalista Vladimir Herzog (Bragança; Sousa, 2015, p. 11).

No dia 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog morreu, torturado pelos militares nos porões do DOI-CODI da cidade de São Paulo. Natural da Iugoslávia, Herzog veio para o Brasil com os pais para fugir da perseguição nazista aos judeus na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Acusado de associação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB),

na manhã do dia 25, compareceu às dependências do DOI-CODI do II Exército a fim de prestar depoimento à polícia. No fim da tarde do dia seguinte, sua morte foi anunciada tendo como causa um suposto suicídio, forjado pelos militares. A reportagem publicada em novembro de 1975, “A morte de Vlado”, grafada em letras garrafais produzida pelo *Ex*, tem início na página 33. Esse passo ousado custou o fechamento do veículo, assim como aconteceu com tantos outros jornais de resistência. Diversos jornais e profissionais da imprensa, principalmente os da alternativa, foram afetados pelo AI-5, tendo redações invadidas, depredadas ou fechadas pelas forças militares: “como ocorreu com a pioneira revista *Realidade*, cujos dirigentes, entre os quais Paulo Patarra, foram demitidos” (Kushnir, 2015, p. 41).

Voltar a atenção nos dias de hoje, em um momento de transição e de mudanças estruturais na produção jornalística (Pereira; Adghirni, 2011) no Brasil e no mundo, para o que aconteceu nesses veículos, implica em pensar o jornalismo como um lugar de articulação de uma memória coletiva, social, civil, profissional, e política. É fundamental, neste sentido, reconhecer a contribuição dos veículos alternativos que aqui foram mencionados. Com exceção de *O Pasquim*, que durou até o ano de 1991, todos eles findaram durante o regime militar, mas seu legado e suas contribuições jornalística e histórica devem e não podem deixar de permanecer, dando respaldos para pesquisas acadêmicas e inspirando o fazer jornalístico.

2.4 A LUTA ARMADA NO BRASIL

A maior parte dos guerrilheiros e guerrilheiras do Araguaia, em especial as aqui analisadas, eram filiados ou participavam do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Antes com a alcunha de Partido Comunista Brasileiro (PCB), até a década de 1960 havia permanecido poucos anos na legalidade. Fundado em 1922, teve atuação legal em alguns anos desta década e em apenas dois anos posteriormente: de 1945 a 1947 após o término da Segunda Guerra Mundial; sendo, logo em seguida, em 7 de maio de 1947, posto novamente na clandestinidade por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no mandato do general Eurico Gaspar Dutra (Ferreira, 2024).

Permaneciam na cidade de Moscou, capital da Rússia, entre 17 de julho e 1 de setembro de 1928, os ativistas brasileiros Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum, e Heitor Ferreira Lima, à época representantes do Partido Comunista do Brasil no VI Congresso da III Internacional Comunista. Nesta ocasião, a III Internacional apresentou pela primeira vez, desde sua origem em 1919, um relatório dedicado à questão latino-americana (enquadrada

como área “colonial ou semicolonial” na qual existiriam, de acordo com o relatório, vestígios feudais e relações econômicas pré-capitalistas) dentro das ações comunistas: “ao fim e ao cabo, travam o desenvolvimento das forças produtivas das respectivas colônias” (VI Congresso da Internacional Comunista, Informe y Discusiones apud Antunes, 1991, p. 10).

Baseando-se nestes preceitos, na concepção da III Internacional era responsabilidade dos partidos comunistas da América Latina administrar e tomar parte do movimento revolucionário de massa dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo. Três meses após o encontro em Moscou, entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929, aconteceu o III Congresso Jovem PCB. Na ocasião, foram fomentadas as ideias do Partido.

A orientação política do PCB a partir deste momento até a eclosão do golpe civil-militar em 1964, de maneira geral, pode ser definida pela adoção de uma linha programática que privilegiou uma revolução em etapas. O Partido, entre 1961 e 1964, também adotou a Declaração de Março de 1958 e as Resoluções do V Congresso em agosto de 1960 como documentos definidores de suas ações, principalmente a crença na burguesia nacional como força revolucionária, determinando o caminho pacífico para as transformações da sociedade (Cardoso, 2014). O doutor em História Maicon Maurício Vasconcelos Ferreira (2024) explica essa questão em seu artigo “Violência insurgente e outras questões: a esquerda armada no Brasil durante a ditadura (1964-1985)”:

Sob esta diretiva, a primeira etapa seria de libertação nacional, prescindindo para tal de uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia nacional progressista, os quais juntos e alinhados nos mesmos objetivos combateriam o imperialismo e o latifúndio, principais inimigos da classe operária brasileira. E, assim, superado o regime de dependência do Imperialismo e os restos feudais que ainda existiam, seria possível a progressão das forças produtivas do país e daí o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (Ferreira, 2024, p. 14).

Os comunistas, como citado anteriormente, acreditavam na tese de uma revolução socialista feita em etapas. Os realinhamentos propostos pelos Partidos Comunistas da União Soviética (PCUS) apareceram na Declaração Política de Março de 1958, do Comitê Central (CC) do PCB, que reafirmava sua concepção da revolução brasileira por etapas, mas admitia um desenvolvimento capitalista já em voga e concluía a necessidade de buscar por reformas estruturais (Lopes, 2009). Partindo deste princípio, que desencadearia a primeira das revoluções, seria possível aliar-se a alguns setores da burguesia nacional e do próprio Exército. Nesta linha de argumentação, em maio de 1965, o PCB, por meio de uma resolução política de seu Comitê Central, fez um primeiro esforço no sentido de avaliar o significado do golpe civil-militar de 1964. O documento em questão afirma:

A fim de estimular esse processo autocrítico, damos ao conhecimento ao Partido das principais conclusões a que pode até agora chegar o CC na análise que fez dos acontecimentos relacionados com a vitória do golpe de 1º de Abril, a respeito das falhas e erros da atividade dos comunistas. A vitória do golpe militar pôs a descoberto muitas de nossas debilidades, fomos colhidos de surpresa pelo desfecho dos acontecimentos e despreparados não para enfrentá-los, como também para prosseguir com segurança e eficiência em nossa atividade nas novas condições no país. Revelou-se falsa a confiança depositada no “dispositivo militar” de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao Partido e as massas, de uma vitória fácil e imediata. Nossas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no poder, tornaram-se evidentes. Cabe-nos analisar o processo que levou à semelhante situação (Carone, 1982).

Acordando com esta linha de pensamento que, no início da década de 1960, o PCB apoiou intensamente as Reformas de Base, propostas pelo presidente à época João Goulart, ao passo que atacava abertamente as alas mais radicalizadas da esquerda, desde as Ligas Camponesas, os grupos trotskistas, como Partido Operário Revolucionário Trotskista e Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), até os de inspiração brizolista, a exemplo dos comandos nacionalistas “Grupos de Onze Companheiros”. Mesmo atestada por várias análises sobre a iminência concreta de um golpe de Estado protagonizado pela direita, os dirigentes do PCB rechaçavam essa possibilidade (Ferreira, 2024).

Algumas questões como imprevisibilidade, impassibilidade e imobilismo frente ao golpe e à instauração da ditadura foram algumas críticas direcionadas ao PCB por parte de seus militantes de base, mas também de dirigentes de grande relevância, como Carlos Marighella, Orlando Bonfim, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles, Mário Alves, Giocondo Dias, e tantos outros. Como consequência dessas atitudes do Partido, vieram descontentamentos, assim como oposição política que seriam as principais razões das muitas cisões e discussões dentro do aparelho partidário. O documento “Esquema para Discussão” foi redigido em maio de 1964 por alguns dos membros do PCB, críticos às medidas adotadas pela organização.

O valor deste documento reside na análise de como ele reflete a crise que afetou o PCB e também por ser uma peça inicial de um discurso político das esquerdas que, poucos anos após o golpe, armaram-se. Embora o texto sugira a possibilidade de confrontos violentos, não encontra-se nele a defesa explícita da violência premeditada contra o aparato do Estado. O que se observa, de fato, é a implantação da violência como um meio de autodefesa, uma resposta acompanhada de uma ênfase na ação do movimento proletário. As orientações práticas, nesse sentido, seguem essa linha. Devido a articulações internas do partido, lideradas por Carlos Prestes, a crítica proposta no “Esquema para Discussão” foi

silenciada naquele momento, figurando apenas como um ensaio, um primeiro passo nas discussões que continuaram a ocorrer dentro do PCB.

Essas questões foram a base política para diversas cisões e divisões, que ocorreram desde as Dissidências Estudantis (1966) até a Corrente Revolucionária (1967), que reuniu os principais líderes e fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), duas das mais importantes organizações armadas que surgiram no Brasil em 1968, sendo responsáveis pela maior perda de membros do PCB. Nesse período, os militantes que estavam envolvidos nos debates internos do Partido já haviam perdido a confiança no caminho pacífico e na possível correção dos erros do PCB, optando pela luta armada como forma de enfrentamento da ditadura e como trajetória para a Revolução Brasileira.

A ALN surgiu a partir da expulsão do famoso ativista Carlos Marighella do PCB, ocasionada pela sua participação na reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), ocorrida em Havana, capital de Cuba, em 1967, sem a autorização do Comitê Central do Partido. Em reação às medidas tomadas pelo PCB, suas bases desligaram-se, principalmente na cidade de São Paulo, formando, em 1967, o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC-SP), que pouco tempo depois de seu surgimento adotaria o nome ALN. Liderada por Marighella, a organização negava, sumariamente, a estrutura centralizada dos partidos comunistas. Esta negação à estrutura partidária levou o agrupamento a perder a maioria de seus apoiadores, que eram ligados ao princípio do partido político de vanguarda (Gorender, 1987). Como explica o professor Alexandre dos Santos Lopes (2013) em seu artigo “Partido político e a esquerda armada no Brasil”:

Por outro lado, mantinha-se a análise do PCB em respeito ao caráter de libertação nacional da revolução brasileira, entretanto com críticas à suposta submissão do partido à liderança política e ao campesinato liderar o processo de guerra revolucionária, desencadeado por sua vanguarda armada (Lopes, 2013, p. 11).

Com toda a sua trajetória e percalços enfrentados, a ALN foi abatida pela dissidência do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) em 1971, assim como da Tendência Leninista (que não chegou a estruturar-se efetivamente no país). Entre 1972 e 1974, com sucessivas prisões, torturas e assassinatos, a ALN não tinha a mesma expressão do tempo de seu líder.

Também teve origem no PCB o já citado PCBR. O Partido, assim como a ALN, optou pela luta armada por meio da guerrilha popular rural, influenciados pelo caráter leninista da revolução. O PCBR surgiu das cisões ocorridas dentro do PCB. No ano de 1967, a

Conferência Regional do Estado do Rio de Janeiro, preparatória para o VI Congresso, resolveu desligar-se do PCB, alegando que o Comitê Central impediria a vitória da corrente na disputa interna pela direção do Partido. Após a I Conferência Nacional, em abril de 1968, foi fundado o PCBR. As bases universitárias, influenciadas pela nova organização naquele momento, também romperam com o PCB formando as famosas dissidências estudantis (DIs). No estado do Rio de Janeiro surgiu a DI – RJ, na Guanabara, a DI – GB. Além de dissidências estudantis também em São Paulo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul.

A DI – RJ, em especial, ficou conhecida como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR – 8), em homenagem ao líder e guerrilheiro Ernesto Che Guevara, que foi capturado nesta data em 1967 e, também, a publicação denominada *8 de Outubro* pertencente à organização. O MR – 8 havia participado, juntamente com a ALN, do sequestro²⁰ do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick no dia 4 de setembro de 1969, e, por conta disso, os militares agiram com repressão e desbarataram a organização. A DI – GB, em uma tentativa de desmoralizar as autoridades, assumiu, em 1969, o nome MR – 8.

Não houve entre os ativistas apenas dissidentes do PCB, mas muitos outros que formaram diversos grupos. Entre 1960 e 1970, proliferaram diversas organizações clandestinas revolucionárias. A título de exemplificação está a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM - POLOP). Esta formação foi resultado da fusão da Juventude do Partido Socialista (seção Guanabara), com um grupo de intelectuais concordantes ao pensamento de Rosa Luxemburgo²¹, em São Paulo, e com setores da Juventude Trabalhista (seção de Minas Gerais). A sigla POLOP deriva do nome *Política Operária*, sua publicação mais importante. Apesar de em seu discurso defender a necessidade de luta armada, a POLOP em sua primeira fase (1961-1967) não chegou a pegar em armas, com exceção do ocorrido na Guerrilha de Copacabana²².

²⁰ O ato foi idealizado em um momento em que organizações de esquerda ligadas à luta armada passaram a organizar ações cujo objetivo era o enfrentamento direto à ditadura civil-militar. Para iniciar as negociações, os militantes envolvidos no sequestro que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro exigiram que sua carta-manifesto fosse lida e impressa na mídia, o que foi feito. O embaixador foi libertado após 78 horas, no dia 7 de setembro, em troca da libertação de 15 presos políticos encarcerados pelo regime militar, exilados no México. Foi uma das ações de guerrilha de maior destaque contra a ditadura. Como consequência direta do sequestro, foram promulgados os Atos Institucionais 13 e 14 que previam, respectivamente, o banimento do território nacional daqueles considerados “perigosos à segurança nacional”, a pena de morte, e a prisão perpétua.

²¹ Rosa Luxemburgo foi uma filósofa e economista marxista polonesa-alemã. Tornou-se mundialmente conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-Democracia da Polônia (SDKP), ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD). Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, que viria a se tornar mais tarde o Partido Comunista da Alemanha (KPD). Em linhas gerais, suas obras iam de encontro à teoria marxista da revolução em apoio aos bolcheviques, sendo contrária aos mencheviques e ao Partido Socialista Revolucionário.

²² Reunindo militantes intelectuais que haviam passado à clandestinidade e núcleos de marinheiros e fuzileiros navais, a POLOP procurou traçar as primeiras normas para a organização de um foco guerrilheiro. Conhecida como “guerrilha de Copacabana” por ter sido articulada em apartamentos da Zona Sul do Rio, essa etapa foi,

Por meio de dissidências internas, a organização foi a que mais forneceu quadros para as guerrilhas, além de ter tido uma importante contribuição nas formulações das esquerdas armadas, com inspiração na teoria do foco revolucionário e da experiência da revolução cubana. Tanto a POLOP quanto suas dissidências defendiam o caráter socialista da Revolução Brasileira, isso pode ser considerado uma inovação do movimento em relação ao PCB, mas, como lembra o ex-militante da organização Moniz Bandeira (2023), o tema da revolução socialista no Brasil foi introduzido pelos primeiros trotskistas brasileiros, não pela POLOP.

No ano de 1967 foi realizado o IV Congresso da POLOP, que acabou por aprovar o Programa Socialista para o Brasil, este buscava conciliar a proposta russa de revolução com a proposta de guerrilha rural, de inspiração cubana. De acordo com Jacob Gorender (1987), estas propostas, de cunhos diferentes, levaram a organização a um racha, especialmente entre os ativistas de Minas Gerais e São Paulo. Os demais participantes que permaneceram na organização propuseram uma unidade das esquerdas revolucionárias, entretanto somente uma Dissidência do PCB, no Rio Grande do Sul, aderiu à proposta formando assim o Partido Operário Comunista (POC). Outras dissidências da POLOP foram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA).

O POC, entre os anos de 1968 e 1970, concentrou-se em um trabalho de aproximação com o proletariado destacando a importância dos trabalhadores. Em seu documento, “Por Uma Prática Partidária” (1968) aparece esta questão da classe operária como a base da revolução. As autocríticas dentro dos partidos revolucionários de esquerda eram e são um ponto-chave, mas era raro acontecer; uma delas, proposta pela POC, foi em relação à falta de aproximação da esquerda com os trabalhadores. O POC, após o seu II Congresso, passou por cisões internas. Oriunda da POLOP, em 1970, algumas organizações uniram-se por não concordarem com a linha política do Partido na questão da luta armada urbana. Em decorrência disso, a organização ficou debilitada, além de ter sido duramente atingida pela repressão militar, deixando, praticamente, de existir em 1971. Seus apoiadores foram para o exílio, onde parte deles aproximou-se da IV Internacional²³.

porém, encerrada em pouco tempo. O Centro de Informações da Marinha (Cenimar) infiltrou marinheiros entre o grupo e conseguiu prender os responsáveis pelas articulações. O desbaratamento do grupo guerrilheiro produziu uma crise interna, durante a qual o jornalista Luís Alberto Muniz Bandeira liderou a cisão.

²³ A IV Internacional é uma organização comunista internacional composta por seguidores de Leon Trótski (trotskistas), e tem como objetivo lutar junto ao proletariado por uma reforma socialista. Historicamente, a organização foi fundada na França em 1938, onde Trotsky e seus seguidores, após terem sido expulsos da União Soviética sob o governo de Josef Stalin à época, consideraram a III Internacional como perdida para o stalinismo, dessa forma, incapaz de levar a classe trabalhadora internacional ao poder político.

Consequência da cisão entre a POLOP com militantes da seção paulista do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)²⁴, de orientação de Leonel Brizola, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) teve participação em muitos conflitos armados e também em lutas estudantis. No ano de 1969 promoveu a expropriação de armas no quartel do 49º Regimento de Infantaria de São Paulo, o que provocou o abandono do Exército por Carlos Lamarca. Esta ação ficou conhecida como ação de Quitaúna, que acabou com a prisão de dois ativistas envolvidos no plano, obrigando Lamarca a abandonar o quartel às pressas portando um carregamento de munições. Outras ações relevantes foram à expropriação do cofre do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros no valor aproximado de US\$ 2,5 milhões, além dos sequestros do cônsul japonês Nobuo Okuchi²⁵ e dos embaixadores alemão Ehrenfried von Holleben²⁶, e suíço Giovanni Enrico Bucher²⁷.

²⁴ O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) foi uma organização composta por militares cassados pelos governos ditatoriais. Recorrendo à luta armada, apoiados por Fidel Castro e influenciados pelo político e líder trabalhista Leonel Brizola, a organização inicialmente manteve sua direção na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Com muitos ex-militares cassados em suas fileiras, e tendo alguns de seus membros treinamento militar em Cuba, o MNR inspirou-se no foquismo para implantar um foco de guerrilha rural no Brasil em 1966, primeiro próximo a Criciúma (SC) e, posteriormente, nos limites do Parque Nacional de Caparaó (MG). Não foi a primeira ação armada contra o governo militar à época, mas a primeira a ser reconhecida pela imprensa capaz de alcançar a opinião pública em nível nacional, quando houve a prisão de seus integrantes pela Polícia Militar de Minas Gerais na Serra de Caparaó em 1967, antes mesmo da guerrilha começar. O desbaratamento resultou no fim da organização, o que não impediu que alguns de seus membros tenham posteriormente se ligado a outras organizações de luta como a POLOP ou a VPR.

²⁵ Comandado por Ladislav Dowbor e Eduardo Leite com o objetivo principal de libertar Mário Japa, no dia 11 de março de 1970, o cônsul do Japão Nobuo Okuchi foi sequestrado na região da Consolação, em São Paulo. Ele passava pela rua Piauí quando surgiram três carros, dos quais desceram membros da VPR. Em troca de Nobuo Okuchi, cinco prisioneiros políticos, entre eles a mãe Maurina Borges, presa e torturada havia meses por uma suposta ligação com grupos guerrilheiros, foram soltos três dias depois do início da ação. Quinze militantes participaram do sequestro, dos quais oito foram presos e cinco assassinados nas mãos dos militares.

²⁶ Durante a Copa do Mundo, disputada no México, em 11 de junho de 1970, o embaixador da Alemanha à época Ehrenfried von Holleben foi sequestrado na cidade do Rio de Janeiro pelos grupos guerrilheiros ALN e VPR. O carro em que viajava foi cercado na rua Cândido Mendes. Levado à uma casa no subúrbio, foi trocado por 40 presos políticos, enviados para a Argélia. O embaixador foi libertado 23 horas depois dos presos terem chegado no país. Embora o sequestro passasse a impressão de que a guerrilha urbana seguia forte, a situação das organizações da luta armada estava precária. A VPR tinha tão poucos militantes que, para realizar a ação, teve de pedir ajuda à ALN, que colaborou com dinheiro, armas e quadros.

²⁷ Em 7 de dezembro de 1970, na rua Conde de Baependi, no bairro do Flamengo, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher foi sequestrado e levado para uma casa na Rua Tacaratu, no subúrbio carioca de Rocha Miranda por militantes da VPR. Em troca da vida do embaixador, a organização exigiu do governo a libertação de setenta presos políticos. Ademais, exigiam o congelamento geral dos preços por noventa dias e a liberação das roletas nas estações de trem do Rio de Janeiro. O regime militar, que havia cedido rapidamente às exigências dos sequestradores nos casos anteriores, recusou-se a libertar treze dos setenta presos incluídos na lista enviada pela VPR. Diante da postura dos militares, a maioria da direção do movimento estava decidida a executar o embaixador. No entanto, Carlos Lamarca, líder da operação, usou sua autoridade para poupar a vida de Bucher e continuou negociando com os militares. Houve novas recusas por parte do governo e novas trocas, em um processo que durou 47 dias no total. Com isso, o embaixador foi libertado na manhã do dia 16 de janeiro de 1971, próximo da Igreja da Penha, na zona norte do Rio de Janeiro, três dias depois do embarque dos setenta presos libertos (com os 13 negados substituídos por outros) para o exílio em Santiago, no Chile. Depois de sua soltura, Bucher recusou-se a identificar seus sequestradores quando foi interrogado pela polícia. Este foi o fim do ciclo de sequestros políticos durante a ditadura civil-militar.

Por ser muito pequena em relação ao cenário político nacional, a VPR estava distanciada das massas. A referência bolchevique de partido que tenta enquadrar as massas para a guerra revolucionária foi a opção adotada pelo grupo. A opção pela luta armada e clandestina levou a organização a um afastamento das massas urbanas e rurais. Os militares, em contrapartida, agiram com violência para dismantelar as ações clandestinas, quase findando de vez o movimento. Reorganizada com muitas dificuldades, a VPR encaminhou-se para a fusão com os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e outros pequenos grupos de esquerda, o que conseqüentemente resultou na criação, em 1969, da VAR – Palmares.

Os COLINA, em um primeiro momento, não adotaram nenhum nome para a organização, haja vista que tinham como objetivo participar de um processo maior de implementação de diversos grupos e movimentos de esquerda. Em 1968, a Cisão do Agrupamento de Minas Gerais em conformidade com a do Rio de Janeiro realizaram uma conferência na qual definiram-se como organização política e também votaram a favor do caráter socialista da revolução brasileira e também pelas guerrilhas, tanto urbanas quanto rurais. Esta última opção feita pela organização seria o âmago do exército popular. A estratégia adotada foi a da teoria do foco, onde a guerrilha rural deveria se estabelecer em lugares de difícil acesso e travar a luta revolucionária pela libertação nacional, como feito na Guerrilha do Araguaia aqui em discussão, por exemplo.

Em 1969, o grupo sofreu um grande ataque por parte dos militares, em Minas Gerais, o que dismantelou a organização. No entanto, o Partido não foi completamente destruído e, no mesmo ano, outros movimentos aderiram aos COLINA:

uma Dissidência do Rio Grande do Sul que não aceitou a fusão com o POC; A Dissidência da Dissidência (DDD), que reunia militantes da DI – GB; o Núcleo Marxista Leninista da AP, do Rio de Janeiro, e militantes dos estados da Bahia, Pernambuco e Goiás. Neste mesmo ano, os Colina fundiriam-se a VPR formando assim, a VAR – Palmares (Lopes, 2013, p. 19).

A VAR – Palmares foi o resultado da fusão de diversas organizações advindas do PCB, da POLOP e da AP, também com quadros do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A organização tinha como foco em seu programa, de setembro de 1969, a situação das classes sociais brasileiras a fim de determinar sua condição econômica e ideológica e suas atitudes frente à revolução. O grupo entendia que a burguesia industrial, comercial e financeira era a detentora dos meios de produção. Sua política e ideologia eram a expressão dos interesses de concentração do capital em um ambiente imperialista que estava de mãos dadas com os latifundiários. A partir da análise das classes sociais brasileiras, a VAR – Palmares empenhou-se na luta armada e clandestina no país. Contudo, rusgas referentes às

concepções das tarefas políticas e militares, entre lutas sociais e luta armada, levaram o Partido ao fim. Uma parte dos ativistas reconstruiu a VAR – Palmares. Discordando das concepções analisadas pelo movimento, outro lado optou por abandoná-lo, formando, assim, a Dissidência da VAR – Palmares (DVP).

A Ação Popular (AP) também foi uma organização que contribuiu para o cenário das lutas de esquerda no país. Formando-se, em 1963, a partir de quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), o grupo teve forte participação no movimento social e estudantil, além da participação no movimento dos trabalhadores do campo. No documento-base de 1963, a AP opta por uma política de preparação revolucionária, com base na organização popular, realizando dessa maneira, um trabalho de organização de massas. Para os militantes, a aliança camponesa-operária seria a força motriz da revolução brasileira, como ficou demonstrado nas revoluções socialistas pelo restante do mundo. No entanto, neste documento não há nenhuma formulação referente à diretriz política da organização, nem de como seria, de fato, realizada a revolução no Brasil.

Em 1971, oito anos após sua fundação, a AP definiu-se como organização marxista-leninista-maoísta. A revolução popular chinesa, aos moldes do líder Mao Tsé-Tung, assumiu aspecto fundamental na ação política do grupo, haja vista as variações e dissidências dentro do quadro socialista. Enquanto a Rússia propunha uma transformação pela via proletária, em Cuba, por exemplo, a tática era a do foco guerrilheiro sem a participação das grandes massas. Já na China, iniciou-se um processo através dos trabalhadores do campo. Nas concepções das resoluções da organização, a revolução brasileira (feita em etapas) seria parte integrante da revolução mundial. Com esta mudança econômica, política e social de cunho nacional e popular, o regime militar seria derrubado. Também estavam nos planos da organização a estatização de todas as empresas de grande capital nacional e internacional, o confisco das terras dos latifundiários e sua distribuição para os camponeses e assalariados agrícolas. Para alcançar tais objetivos, deveria haver a luta armada no Brasil. A proposta era unir todos os partidos marxista-leninistas para derrotar o imperialismo. O programa máximo da AP consistiu na emancipação proletária face à dominação burguesa, derrubando a ditadura da burguesia e instaurando a ditadura do proletariado²⁸.

²⁸ O termo e ideia de ditadura do proletariado refere-se à condição na qual os trabalhadores das grandes massas detém o controle do poder político. Criado pelo militar, jornalista, e político revolucionário marxista Joseph Weydemeyer e adotado por diversos autores, incluindo os idealizadores do marxismo, Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX, a expressão foi utilizada no livro “As lutas de classe na França”, de 1850, de autoria de Marx, e “O Manifesto Comunista”, de 1848, sob autoria de Marx e Engels. Posteriormente, Vladimir Lenin, pensador e revolucionário russo, utilizou o termo para desenvolver a ideia, considerando que a obra literária de Marx não apresentava com detalhes a forma política que esse regime deveria assumir dentro das perspectivas

Segundo o ativista e pesquisador Jacob Gorender (1987), antes de 1968, somente a ALN, os COLINA e VPR propuseram e implementaram ações armadas. Os dois últimos eram dissidentes da POLOP que abraçaram abertamente o foquismo. “A ALN, dissidência do PCB de 1967, comandada por Carlos Marighella e João Câmara Ferreira, chegou a ser, pelo menos até o final de 1969, a principal interlocutora do governo de Fidel Castro no Brasil” (Lopes, 2013, p. 23).

O PCB, por sua vez, ignorou as vozes discordantes e alinhou-se desde o início com a atuação parlamentar, por meio do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no pós-golpe. A insistência do partido na via pacífica não impediu que aqueles que acreditavam que a luta armada era o único caminho para enfrentar a ditadura e iniciar a Revolução Brasileira seguissem em sua direção.

Com todas estas questões levantadas, ainda no início da década de 1960, após um processo de luta teórica, política e ideológica em suas fileiras, Maurício Grabois, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Aluizio Palmar e outros egressos do PCB fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1962, reclamando para si a tradição de lutas do PCB criado em 1922. Com a chegada do regime militar, o PCdoB fez uma análise profunda do golpe e direcionou suas ações para o combate.

A Guerrilha do Araguaia representou o auge desse combate, com uma luta armada rural efetiva aos moldes de Mao Tsé Tung. Levantou também a bandeira da Anistia aos presos e exilados políticos, dos direitos da população e de uma Assembleia Nacional Constituinte²⁹. Atuando em várias frentes, inclusive a parlamentar, com a eleição do deputado federal Aurélio Peres em 1978, pelo MDB, o PCdoB foi protagonista da luta pela redemocratização do país. Durante o Ato Institucional de número 5, o AI-5, em sua máxima expressão da violência do regime, o PCdoB e seus integrantes foram alvos de intensa repressão.

Além das muitas prisões e cassações que sofreram, seus militantes foram trucidados sob utilização sistemática da tortura, já institucionalizada como política de Estado desde o surgimento do golpe de 1964, mais enfaticamente após 1968. Esta pode ser caracterizada por

sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, Lenin destacou em suas obras a importância da ação revolucionária ser organizada pelos trabalhadores (Da Conceição, 2022).

²⁹ A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada no Congresso Nacional, em Brasília, no dia 1º de fevereiro de 1987 com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil após 21 anos nas mãos do regime militar. Sua convocação foi resultado do compromisso firmado durante a campanha presidencial de Tancredo Neves (1910-1985), primeiro presidente civil eleito, pelo voto indireto, após a ditadura. No entanto, o presidente morreu antes de assumir o cargo. Ficou nas mãos de José Sarney assumir o Palácio do Planalto e instalar a Assembleia. Os trabalhos da Constituinte foram encerrados na data de 22 de setembro de 1988, após a votação e aprovação do texto final da nova Constituição brasileira.

duas fases principais: a primeira, utilizando-se de métodos brutais para obtenção da confissão a qualquer custo; a segunda, utilizando de procedimentos e técnicas mais sofisticadas, compondo redes internacionais de repressão. Os militares brasileiros desenvolveram técnicas próprias e buscaram aperfeiçoar tantas outras com oficiais de outros países, especialmente os Estados Unidos. A meta era ampliar a rede de informações, completando fichários e estabelecendo medidas de interrogatórios cada vez mais eficientes (Cardoso, 2014).

Com a defesa de uma luta armada e sua efetivação à época no país, os líderes das organizações e partidos de esquerda, muitos deles vivendo de forma clandestina, conviveram com dificuldades financeiras e ficaram vulneráveis à repressão dos militares, cometendo, desta forma, o erro de acreditar que a legitimidade da causa, a ousadia das ações implementadas e suas respectivas publicidades lhes davam algum aparato de outros setores sociais também oprimidos. Como explica a doutora em História Social Lucileide Costa Cardoso (2014) em seu artigo “Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil”:

A realidade era bem outra, perderam muitos militantes e simpatizantes que se sentiam acuados por falta de aptidões pessoais ou disposição ideológica para assumir a luta armada. Perderam também a base social das suas organizações, discordantes da estratégia da violência revolucionária e, isolados, só lhes restaram atuarem sem base social, mantendo seu perfil vanguardista e sectário. Os resultados foram prisões, torturas e assassinatos (Cardoso, 2014, p. 36).

O regime militar aproveitou-se do enfraquecimento, cisões nos partidos de esquerda, e falta de protagonismo das classes mais baixas dentro dos grupos armados. Exemplo disso foi a criação do programa de Ação Cívico-Social (ACISO), incumbido de fornecer assistência médica e odontológica à população necessitada, ao mesmo tempo em que recebia mais informações dos guerrilheiros do Araguaia. “Nesse contexto, foram instalados em Xambioá e Araguatins, no segundo semestre de 1972, postos médicos, de vacinação, sanitários, de assistência social, laboratórios, farmácias, entre outros serviços, que chegaram a atender quase 6 mil pessoas” (Brasil, 2014, p. 699). Essa ação pioneira de combate à guerrilha rural foi comandada pelo general Hugo Abreu, chefe da Brigada de Paraquedistas que, no mês de outubro, período de chuva intensa na região, iniciou a investida que deu fim à guerrilha.

Para além das Aciso, existia a indicação, dentro da lógica estabelecida pela doutrina da Guerra Revolucionária, da necessidade da implementação de ações mais enérgicas voltadas para o isolamento das forças oponentes. Como consta no manual do Exército intitulado de “Contraguerrilha na selva” (1975), o Estado deveria ser capaz de mostrar que “não só é capaz de ajudar como, também, de punir quem se afastar da lei e da ordem” (Brasil,

1975, p. 96). Essa punição, segundo o mesmo manual, não se aplica tão somente àqueles que fossem diretamente considerados “subversivos” aos olhos do Estado, mas também àqueles que, de alguma maneira, os auxiliassem. Os camponeses que tinham laços com os militantes ou os apoiavam eram presos e, da mesma maneira que os próprios guerrilheiros, eram colocados imediatamente sob tortura. O relato do guerrilheiro Danilo Carneiro à CNV (2014) dá o tom daquilo que acontecia aos camponeses que eram presos sob a acusação de servirem de apoio aos guerrilheiros:

Então, ele [um camponês] até, no momento da prisão, por ter trabalhado na roça dele por vários meses junto com eles fazendo a colheita, ele disse: “Não, esse rapaz trabalhava comigo”. E eu fiquei quieto. Eles me examinaram. Eu tinha jogado a mochila fora, para não ser identificado. [...] Me prenderam. Passei quinze dias como camponês. Mas, no momento da minha prisão, quinze soldados do corpo da guarda, que fizeram o cerco, chegaram de helicóptero, aí fui trucidado: furado de baioneta, rastejado sete quilômetros e meio na Amazônia, em carne viva. Isso porque eu era um camponês! Como eles faziam. Eu já tinha detectado, quando foi esse cerco, que eles abriam os buracos, tipo lá no Vietnã, botavam os camponeses lá e os torturavam. Mas, quando eu fui preso, estava todo arrebetado, me jogaram numa caminhonete, estava lá o sr. Sitônio, camponês que tinha trabalhado comigo, todo arrebetado. Me levaram, fiquei preso na Transamazônica, chegaram a tropa, de paraquedistas, me espancaram. Eu estava algemado, botavam uma bacia com água, sem alimento, sem comida e me espancavam. Cada vez que passava uma tropa, espancavam. Esse rastejamento que eu tive, sete quilômetros e meio, tudo em carne viva, eu só com um calção. Todo furado de baioneta, sangrava para todo lado, sete dentes quebrados, me fraturaram a mandíbula. Isso porque eu era um camponês e faziam assim com os camponeses, para ter informação (Brasil, 2014, p. 702).

O depoimento comprova que o destino era semelhante para toda e qualquer pessoa que fosse acusada de manter algum tipo de relação com os guerrilheiros, ainda que apenas de maneira ocasional. O caso do barqueiro que prestava, de vez em quando, serviço aos guerrilheiros, Lourival de Moura Paulino, chama a atenção nesse sentido. Paulino foi preso sob a acusação de participar da guerrilha e, posteriormente, foi encontrado morto em sua cela em Xambioá (TO). De acordo com o “Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)”, o barqueiro foi torturado durante dois dias, na delegacia de Xambioá, com a participação do delegado e de militares do Exército e, depois, enforcado. Sendo assim, não apenas os que eram acusados de pertencer à rede de apoio, mas também aqueles cujas terras poderiam eventualmente ser utilizadas para a manutenção da sobrevivência dos ativistas eram oprimidos por ações das Forças Armadas.

Depois de seu fim, a guerrilha do Araguaia teve sua história abafada pelos governos militares, que, com o intuito de não se comprometerem, não produziram documentação oficial sobre as campanhas efetivadas na região, bem como proibiram qualquer divulgação de informações por parte da imprensa sobre aquela luta armada. Só a partir de 1978 que alguns

episódios da guerrilha foram revelados, compreendendo o paradoxo da crença no modelo maoísta³⁰, mas, na prática, reproduzindo o modelo foquista castro-guevarista³¹. A guerrilha foi iniciada sem nenhum trabalho político prévio e o PCdoB manteve um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando.

Dissidências também surgiram dentro do PCdoB, o que configurou na criação do Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha – (PCdoB – AV) em 1966, ocasionado pelo texto apresentado à VI Conferência neste mesmo ano. Os ativistas que haviam viajado para a China, a fim de realizarem estágios e treinamentos, articularam-se em oposição ao partido, fundando assim, a nova organização. O grupo, em suma, defendia os interesses das classes exploradas: o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia, o semi-proletariado. Para alcançar os objetivos revolucionários, seria necessário que o proletariado fosse o protagonista desta união de classes, ou seja, a aliança camponesa-operária. A estratégia principal da Ala Vermelha seria a destruição das forças militares, agrárias, e da burguesia atrelada ao capital internacional com foco em um regime democrático, sob a hegemonia do proletariado, correspondentes às necessidades da grande maioria da nação, ou seja, do povo brasileiro, como uma etapa de democracia popular (Filho; Sá, 2006).

Outra estratégia desenvolvida pelo grupo foi a da luta armada, através da guerra popular, nos moldes da revolução chinesa. A guerra insurrecional foi rechaçada, ou seja, a luta urbana. A escolha foi pela guerrilha rural, por seus membros acreditarem que as forças de repressão social estariam mais vulneráveis no campo do que nas grandes metrópoles brasileiras. Diferentemente da tática cubana, a Ala Vermelha previa a participação de todo o povo na luta revolucionária para alcançar o socialismo. O partido adotou como diretrizes metodológicas o marxismo-leninismo.

Na década de 1970, como forma de protesto, a Ala Vermelha ocupou a rádio de Santo André (SP) e emitiu mensagens revolucionárias. O aparato militar vinha armando uma emboscada para o partido desde 1969, o que contribuiu para seu isolamento político. Sendo

³⁰ O marxismo-leninismo-maoísmo é uma doutrina comunista, revolucionária, fortemente antiparlamentar e cuja estratégia para tomada de poder, ao menos em países subdesenvolvidos, passa necessariamente pela guerrilha rural conforme descrita por Mao Tsé-Tung.

³¹ O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida pelo filósofo, jornalista e professor francês Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos de revolução pelo mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo e as ditaduras. “O foquismo, ou teoria do foco revolucionário, originava-se na crença de que a Revolução Cubana teria se iniciado a partir da ação isolada de poucos homens. As condições objetivas para a revolução estavam dadas na América Latina e a ação de um foco guerrilheiro poderia acelerar o amadurecimento das condições subjetivas das amplas massas. Introduzindo uma variação considerada necessária no marxismo clássico, o foco atuaria junto aos camponeses e, posteriormente, com estratégias de caráter verdadeiramente militar, a luta armada deveria se espalhar até a derrubada do inimigo no poder” (Lopes, v. 5, n. 10, 2013).

assim, a Ala Vermelha começou a fazer uma primeira mostra de autocrítica em relação à avaliação de conjuntura e à oportunidade da prática das ações armadas, escrevendo um texto intitulado “Os 16 pontos”. Este documento indica que a opção adotada para o desencadeamento da luta armada foi errada. O maior erro cometido, para a organização, foi a maioria dos partidos de esquerda não terem abraçado o movimento de massas.

Estes apontamentos marcaram o início de uma nova etapa dentro do partido. A partir dela, seus participantes puderam ter outras concepções de atuação política diante da sociedade. A Ala assumiria tarefas em atividades como greves, além de em manifestações contra o arrocho salarial, contra o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)³², contra a Lei Antigreve³³, e contra a intervenção nos sindicatos. Estas lutas assumiram um caráter de contestação à ditadura e tinham como meta final sua derrubada.

Algumas características de cunho político são decisivas para a compreensão das cisões que aconteceram dentro dos grupos de esquerda, seriam elas: a derrota das lutas armadas resultou, entre outras coisas, em um queda e enfraquecimento de referências; os partidos existentes exaltavam suas próprias qualidades de forma individualizada; o conflito de gerações entre os militantes da velha guarda, já cansados, e os jovens inexperientes com

³² A Lei número 62, de 1935, chamada de Estabilidade Decenal, quando decretada, garantia segurança aos trabalhadores após dez anos de trabalho na mesma empresa. A partir da estabilidade adquirida, o contrato de trabalho só poderia ser encerrado caso ocorresse justa causa (ainda assim após apuração da falta grave por meio de inquérito que verificasse a procedência da acusação). Nesse sistema, aos empregados com mais de um ano de tempo de serviço e que fossem dispensados antes de completarem o decênio era devida uma indenização correspondente ao valor de um mês de salário para cada ano de trabalho. Ultrapassados os dez anos de serviço, para dar conteúdo à garantia da estabilidade, essa indenização tinha seu valor dobrado. Em 13 de setembro de 1966, sob o governo militar de Humberto de Alencar Castelo Branco, a Lei de Estabilidade Decenal foi substituída pela Lei n. 5.107, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que estimulava a rotatividade da força de trabalho. Os recursos arrecadados foram aplicados no sistema habitacional, financiado pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH). O trabalhador, ao ser demitido sem justa causa, passou a receber uma indenização sobre o saldo do fundo que é composto por depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8% do salário pago ao empregado, acrescido de correção monetária e juros (Lara; Silva, 2015). O FGTS foi uma das primeiras flexibilizações do direito do trabalho brasileiro que vinha se ampliando desde a década de 1940 (sob o governo de Getúlio Vargas) com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diante de tal medida, houve muita luta dos trabalhadores para que tivessem voz junto ao destino dos recursos do FGTS. As mudanças principais ocorreram em 1988 na Constituição Federal que vinculou todos os trabalhadores urbanos e rurais ao FGTS. Foi em 1989, a partir da participação dos trabalhadores no Conselho Curador do Fundo, que a gestão tornou-se mais transparente e cuidadosa com os recursos. Prova disso é que no ano seguinte, em 1990, diante das reclamações sobre a administração dessas contas, a Caixa Econômica Federal (CEF) assumiu o papel de Agente Operador do FGTS, centralizando a sua administração sobre o Fundo.

³³ A Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, conhecida como Lei Antigreve, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente militar à época Castelo Branco. A medida tornou praticamente impossíveis as paralisações de trabalhadores, haja vista as exigências previstas no texto: uma paralisação teria que ser aprovada pelo voto secreto de dois terços da categoria em dois turnos, com intervalo de um mês entre eles. Uma das primeiras medidas da ditadura foi o banimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização intersindical influenciada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo PCB que tinha grande poder de mobilização dos trabalhadores urbanos. Sindicatos importantes sofreram intervenção, dirigentes foram depostos, demitidos e presos, o que atrapalhou o movimento sindical. O Brasil só voltaria a ter uma organização intersindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), 19 anos depois (Memorial da Democracia, 2025).

pouca capacidade de planejamento. Além da “síndrome da traição”, a crença de que deixar a instituição de esquerda significava renunciar à revolução (Cardoso, 2014).

Isso não se trata de fato menor, tendo em vista as evidentes limitações de acesso à documentação quando se estuda organizações clandestinas. Nesses casos, muitas vezes, estão presentes os arquivos da repressão e os depoimentos dos participantes. Por esses motivos, a opção pela História Oral³⁴ parece um caminho natural aos pesquisadores das esquerdas revolucionárias. Algumas organizações foram bastante prolíferas em documentações impressas (sejam jornais, ou mesmo documentos de circulação interna). Porém, as organizações de menor porte, por vezes, não deixaram documentação suficiente.

Ao defenderem projetos próprios de revolução, os militantes e comunistas brasileiros colocaram-se no papel de vanguardas da classe operária e dos processos revolucionários, mas distantes do processo social (Ridenti, 1993). A crítica e autocritica da luta armada no plano interno só foi possível no contexto de transição democrática do país, afinal durante o processo de resistência e repressão no regime militar era necessário ter bem definido quem era aliado e quem era inimigo no combate à ditadura. O cerco violento da repressão militar impôs novas estratégias de sobrevivência. Somado a esses aspectos, os ativistas não enxergaram a vitalidade, a capacidade e a ameaça de expansão do capitalismo brasileiro liderado pela tutela militar.

Olhando por essa ótica, os militantes brasileiros não foram apenas vítimas da ditadura civil-militar, mas formaram uma “contra elite” e pretendiam se fazer representar como dirigentes dos movimentos sociais, acreditando que, acima de tudo, eles detinham a teoria que organiza a revolução, desprezando, portanto, o trabalho de linha mais institucional, principalmente o jogo eleitoral. A democracia, pensavam, viria como um resultado inerente ao processo revolucionário em curso, sendo considerada uma questão menor e merecendo atenção subalterna (Cardoso, 2014).

Nessa reconstrução enaltecedora da memória hegemônica liberal-conservadora do “vencido” em 1964, as esquerdas frequentemente aparecem como vítimas, ou no máximo, quando lutaram, o fizeram apenas para afrontar o regime de exceção. Daniel Aarão Reis Filho (1997) afirma que, mais que revolução, resistência tornou-se a palavra-chave para explicar a memória das esquerdas submetidas à ditadura. Nos anos de chumbo, as esquerdas

³⁴ “A História Oral é uma técnica que utiliza recursos relativamente simples, embora tenha rigor teórico e científico, além da possibilidade de enriquecer pesquisas em diferentes pontos de vista, agregando valores e características que vão além de documentos escritos, de objetos e dados concretos. Há a necessidade de informações importantes que mostrem além daquilo que é visível, informações que estão guardadas nas lembranças de muitas pessoas que garantem novas perspectivas às pesquisas históricas” (Santos; Silva, 2022).

aprenderam e descobriram o sentido e o valor da democracia, já que anos depois, a luta pela anistia, por exemplo, contou com a participação de setores sociais mais amplos. Um desses setores foram os jornais: com pedidos de desculpas pelo apoio ao golpe, retratações, revisionismos, etc. Depois de o regime ter chegado ao fim, as grandes empresas e os setores liberais adotaram como método, principalmente, a expiação parcial (Napolitano, 2015). Dessa forma, não é correto afirmar que há uma memória construída unicamente pelos vencidos, mas uma memória repleta de armadilhas que selecionou elementos e identidades políticas entre estes vencidos, colocando em um segundo plano, por exemplo, o projeto da esquerda armada (Rollemberg, 2006).

Essa chave de interpretação, apesar de importante, teve e tem seu sentido pervertido. Leituras equivocadas acabam por diminuir a importância da resistência das esquerdas brasileiras, assim como minimizar os absurdos perpetrados e cometidos pelos militares à época. A título de exemplificação está a matéria da página 8 do jornal *O Globo*, de 29 de março de 2004, sob autoria de Aydano André Motta, Chico Otavio e Cláudia Lamego, intitulada “Resistência Democrática, dogma que desaba”, baseada em trechos proferidos por estudiosos do período, participantes do Seminário sobre os 40 anos do golpe de 1964, realizado em março de 2004.

Edição de 29 de março de 2004 - *O Globo*

8 • O PAÍS

O GLOBO

Segunda-feira, 29 de março de 2004

64 'Falava-se em cortar cabeças; essas palavras não eram metáforas', diz pesquisador

Resistência democrática, dogma que desaba

Estudiosos da ditadura, entre eles um ex-guerrilheiro, atacam crença de que esquerda armada lutava por democracia

Aydano André Motta, Chico Otavio e Cláudia Lamego

Um dogma precioso aos adversários da ditadura militar iniciada a 31 de março de 1964 está em ruínas. Novos estudos realizados por especialistas no período — alguns deles integrantes dos grupos de oposição ao regime autoritário — põem em dúvida a explosão, que se teria furtado nos defensores de outra corrente: chamar de resistência democrática a luta da esquerda armada na fase mais dura do regime está errado, historicamente falando.

Falava-se em cortar cabeças, essas palavras não eram metáforas. Se as esquerdas tomassem o poder, haveria, provavelmente, a resistência das elites e poderia acontecer um confronto de grandes proporções no Brasil — atesta Daniel Aarão Reis, professor de História da UFF e ex-guerrilheiro do Movimento Revolucionário 800 de Outubro (MR-80). — Ele havia o que há sempre nesses processos e no comentário dele: fufamente e cabeça cortada.

'Ninguém estava pensando em recompor João Goulart'

Desiste Rollemberg, mestre em história social da UFF, destaca que o objetivo da esquerda era a ditadura do proletariado e que a democracia era considerada um conceito burguês.

— Não se resistiu pela democracia, pela retomada do status quo pré-golpe. Ninguém estava pensando em reconstruir o sistema partilhado no repositório João Goulart no cargo de presidente — diz Denise.



O CORPO do capitão americano Charles Chandler, assassinado em 1968 em ação atribuída à esquerda

A professora explica — e Aarão Reis concorda — que a expressão sequer surgiu no fim dos anos 60, início das batalhas entre militares e terroristas. A “resistência democrática” apareceu na campanha pela redemocratização do início da década de 80, após a anistia que permitiu a volta de exilados como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Fernando Gabeira e criou um clima de conciliação nacional.

— A descoberta da democracia pela esquerda se dá apenas no exílio, com a leitura de Rousseau e pensadores como o italiano Antonio Gramsci e o entendimento correto das manifestações de maio de 1968 em Paris. Acabou virando tudo uma coisa só — diz ela.

A revisão de uma idóia cara à esquerda transformou-se em bate-boca no seminário “40 anos do golpe: 1964-2004”, realizado semana passada no Rio. Professor de filosofia da Unicamp, João Quartim defende que a luta era contra o golpe, pela restauração da democracia. Também é integrante de uma organização armada, a Vanguarda Popular Revolucionária. Quartim rejeita o rótulo de antilestendário.

— Lidamos contra o golpe imposto pela violência ao país. O conteúdo do nosso projeto era levar adiante, com mais audácia, as reformas de base do governo Jango. Quem deu o golpe é que quebrou, pela violência, esse processo. O golpe foi dado pela direita, com o apoio da frota americana que chegou a começar o deslocamento para cá — argumenta Quartim.

O período que está na berlinda tem o rótulo de “guerra suja” e aconteceu de 1964 a 1974 — afirma que as paixões indianas que loi ontem. O murguho nas ações armadas deve-se a partir de uma dissidência que

produziu vários grupos de esquerda, depois massacrados por uma indústria de torturar e matar, montada pelo governo dentro das Forças Armadas.

Outro participante da luta, o professor de História da UFRJ Renato Lessa, acha que é responsabilidade ética, social, política e histórica da esquerda assumir suas ideias e ações durante a ditadura.

— Cada vez mais se procura despolitizar a opção de luta armada numa tentativa de autocrítica por não termos sido democratas. Nossa atitude foi tão válida quanto qualquer outra. Havia outros caminhos, uns. Poderíamos ter lutado dentro do MIB, suas achavamos que a democracia lá tinha dado o que tinha que dar — confirma Lessa.

Professora da USP, Maria Aparecida de Aquino pondera que nada é assim tão simples. Para ela, não se pode afirmar que o caminho tomara o Brasil se a luta armada tivesse prosperado.

— Era resistir, mas não sabemos se seria democrática porque a esquerda não chegou ao poder — sustenta ela. — Não havia como pensar no restabelecimento do estado de direito sem tirar militares do poder. Quem interrompeu a democracia foram os militares.

Aarão Reis discorda. — As esquerdas radicais se lançaram na luta contra a ditadura, não porque a gente queria uma democracia, mas para destruir o socialismo no país por meio de uma ditadura revolucionária, como existia na China e em Cuba. Mas, evidentemente, elas falavam em resistência, po-

lora muito mais simpática, mobilizadora, aglutinadora. Isso é um ensinamento que vem dos clássicos sobre a guerra.

Disputa entre duas elites

a que o povo assista de fora. Professor de sociologia da Unicamp, Marcelo Fiolati argumenta que o termo “resistência” só pode ser usado se for descolado do adjetivo “democrática”.

— Houve grupos que planejaram a ação armada ainda antes do golpe de 1964, caso do pessoal ligado ao Francisco Juliano, das Ligas Camponesas. Depois de 1964, buscavam-se não só derrubar a ditadura, mas também caminhar decisivamente rumo ao socialismo.

Presidente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, autor do aclamado “Como eles agiram”, sobre o funcionamento do regime, Carlos Fico chama de feição a luta de resistência democrática. Ele também ataca a crença de que a luta armada foi uma escolha motivada pela oposição do AJS.

— A opção de jogar em armas é anterior ao ato institucional. Alguns grupos de esquerda detinham uma radicalização antes de 1964 — garante ele.

O professor da UFF defende que os confrontos armados eram uma disputa sangrenta entre duas elites — o povo iludido de fora, assistindo aos sobressaltos. ■

► NO GLOBO ONLINE: Slide show sobre personagem da História política do país contém o que faziam no dia do golpe de 64. www.globo.com.br/pa

Fonte: Site do Acervo online do jornal *O Globo*

Os autores da matéria elaboraram um discurso aparentemente declaratório, neutro e objetivo, revelando interpretações que nenhum pesquisador concordaria, embora suas análises, descoladas de um contexto, forneceram elementos para esse tipo de construção ideológica. A conclusão do veículo é a de que não sendo a esquerda parte da resistência democrática, mas revolucionária (e armada), o golpe civil-militar de 1964 pode ser considerado legítimo e justificado frente à ameaça real de uma revolução comunista que estava em curso.

Até o AI-5 e a repressão que se seguiu passou a ser justificada como uma reação às esquerdas revolucionárias, tese defendida por uma memória militar que encontra espaço nos veículos de imprensa hegemônicos para divulgar seus ideais, o que poderá ser observado nas páginas seguintes desta dissertação e na imagem veiculada na matéria em questão que traz a seguinte legenda: “O CORPO do capitão americano Charles Chandler, assassinado em 1968 em ação atribuída à esquerda” (*O Globo*, 2004, p. 8). Contudo, essa leitura permitiu isentar a sociedade civil, afinal, democrática e desarmada, apenas assistiu de fora ao confronto entre dois “lunáticos” armados, “farinhas do mesmo saco”: militares da repressão *versus* militantes comunistas. Ambos, segundo o jornal *O Globo*, mesmo que ideologicamente diferentes, igualmente antidemocráticos (Cardoso, 2014).

Essa visão dicotômica entre guerrilheiros e militares não esteve presente somente no exemplo mencionado acima, mas em vários outros, como o veículo aqui em análise, o jornal *O Estado de S. Paulo*. Entusiasta do golpe militar, a grande mídia naquele momento acreditava que aquele era o melhor caminho para exorcisar ideais comunistas, considerados subversivos. A trajetória do *Estadão*, pertencente a uma forte linhagem familiar conservadora, mostra uma relação complexa com a ditadura e seus desdobramentos.

3 UM JORNAL LIBERAL CONSERVADOR

Este capítulo trata da origem, posicionamento político, enfrentamento, poder, e relação com a ditadura do jornal *O Estado de S. Paulo*. Além disso, dentro do contexto de justiça de transição no país, há discussões acerca da Comissão Nacional da Verdade (CNV): ano de seu lançamento, suas metas, seu caráter, e seus desdobramentos. A última seção intitulada “O *Estadão* e a CNV” trata diretamente do relacionamento do jornal com a medida política.

Com uma popularidade marcante, o jornal *O Estado de S. Paulo* teve início ainda no século XIX, e é o mais antigo dos jornais paulistanos atualmente em circulação (*Estadão*, 2012). Em 1875, durante o regime imperial no país, um grupo de cafeicultores ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP) fundou o periódico *A Província de São Paulo*. O veículo era considerado inovador por conta de seus anúncios publicitários e distribuições comerciais pelas ruas da capital paulista. Embora a “história oficial” do *Estadão* afirme seu caráter abolicionista desde o princípio, a pesquisa do professor e jornalista Juremir Machado da Silva (2017) aponta que até o ano de 1884 havia anúncios de leilões de escravizados que circulavam no jornal. Foi a partir de 1885 que o veículo assumiu a posição em defesa da República e a favor da abolição da escravidão. No período republicano, o jornal passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*.

A partir de 1902, Júlio de Mesquita, antes redator, tornou-se proprietário único do *Estadão*. Advogado, Mesquita foi também deputado estadual de São Paulo durante a República Velha. Em 1927, Júlio de Mesquita Filho assumiu a direção do jornal por conta da morte de seu pai. À época, defendeu fortemente o setor oligárquico do café: “O ‘sentimento regionalista’ e o receio de mudança das estruturas do país fizeram com que os liberais de OESP atuassem como um dos principais articuladores do movimento de 1932” (Capelato; Prado, 1980, p. 46). Por conta disso, Mesquita Filho foi preso e expatriado para Portugal.

Em 1933, durante o governo de Getúlio Vargas, o presidente à época fez um convite a Armando de Salles Oliveira para ser o interventor federal no estado de São Paulo. Salles, que era casado com Raquel Mesquita, irmã de Júlio de Mesquita Filho, portanto seu cunhado, negociou a anistia dos revoltosos de 1932, e Mesquita Filho pode retornar ao Brasil. Diante disso, o *Estadão* oscilou entre momentos de apoio ao governo Vargas e forte oposição ao presidente, o que resultou em uma sequência de novas detenções temporárias durante o Estado Novo, em 1937. A censura realizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a expatriação faziam parte do governo Vargas, principalmente durante o Estado Novo

(1937-1945). Mesquita Filho acabou sendo expatriado, mais uma vez, em 1938, primeiro, na França, depois, nos Estados Unidos, e, por fim, na Argentina. Durante o exílio, *O Estado de S. Paulo* foi dirigido por Francisco Mesquita, irmão de Mesquita Filho.

No dia 12 de julho e 8 de novembro de 1968, os irmãos Júlio e Francisco faleceram no momento de maior endurecimento do regime civil-militar, durante o AI-5, nos chamados “anos de chumbo”. Em janeiro de 1969, o jornal passou a ser comandado por Júlio de Mesquita Neto, filho e neto dos dois primeiros dirigentes do jornal, que aliou a direção do veículo com a atuação em defesa da liberdade de imprensa junto a instituições como a Associação Internacional de Imprensa, da qual foi presidente, e Associação Interamericana de Imprensa (IAPA). Em 1996, Neto faleceu, passando a direção do jornal para o irmão Ruy Mesquita, que assumiu o comando até 2009. Entre 2009 e 2012, a presidência do Grupo Estado foi ocupada em transição pelo empresário Silvio Genesini, que deixou o posto em agosto de 2012, a partir daí Francisco de Mesquita Neto, filho de Júlio de Mesquita Neto, e a quarta geração de membros da família Mesquita, passou a administrar o jornal.

Entre os anos de 1972 e 1973, na sucessão do governo Médici, com o fim da Guerrilha do Araguaia e a ascensão do milagre econômico³⁵ (com o qual o jornal não mostrou-se empolgado como os outros veículos, vale lembrar), o *Estadão* entendia que aquele era o cenário perfeito para o início da redemocratização no país. Todavia, a redemocratização para o periódico tinha uma característica singular: “certamente havia nuances e diferentes pontos de vista entre os proprietários da empresa e os jornalistas. De qualquer forma, o seu horizonte não ultrapassava o liberalismo e tampouco implicava ruptura com os militares” (Motta, 2017, p. 375).

Assumindo o papel liberal, OESP exaltava extremamente a figura do ex-presidente Castelo Branco e não deixava de especular sobre o possível sucessor de Médici, Ernesto Geisel. Tais fatores podem ser observados em matérias como “Sucessão, chave da normalização”, na página 3 de 7 de julho de 1972, na qual o jornal afirma e opina que a fórmula para a democratização consistia na sucessão presidencial, já que medidas como eleição eram inviáveis; além de apontar para a marginalização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) diante da soberania presidencial.

Desde a abertura democrática, e até mesmo antes dela, OESP mantém um caráter liberal, em termos econômicos, e conservador, em termos políticos. Após alguns anos do fim

³⁵ O chamado “milagre econômico” corresponde ao “crescimento” econômico no país entre os anos de 1968 e 1973, com seu ápice durante o governo Médici. O que caracterizou esse período foi aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), industrialização, e baixa inflação. Por trás dessa aparente melhoria econômica, estavam o aumento da concentração de renda, corrupção e exploração de mão de obra do proletariado brasileiro.

do regime militar e diante da ascensão de líderes de esquerda, o *Estadão* o mostrou-se desfavorável às greves implementadas naquele momento pelas organizações de trabalhadores³⁶. Além disso, o veículo era incisivo ao pontuar que as greves trabalhistas suscitadas naquele momento deveriam ater-se às questões salariais e não aos sindicatos e aos trabalhadores, descredibilizando as ações destes últimos. Como explica o professor Francisco Fonseca (2003) em seu artigo “O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira”:

A imagem de que pequenos “grupos radicais” invariavelmente comandam e manipulam as greves pretende desqualificar qualquer movimento grevista, de antemão, pois lhe retira a legitimidade. Seja por razões estratégicas, seja por constituir-se em visão de mundo do jornal, ou ambas, o fato é que tal posicionamento revela a retórica da ameaça (Fonseca, 2003, p. 83).

Naquele contexto, toda a grande imprensa mostrou-se contrária à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (à época torneiro mecânico, sindicalista, e militante) do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1989, e em explícito apoio a Fernando Collor de Mello do Partido Republicano Nacionalista (PRN). Com a eleição de Collor, o jornal mostrou-se favorável em grande medida com as ações presidenciais, criticando algumas vezes o confisco salarial³⁷. Mesmo no momento de maior crise política que resultaria no impeachment do presidente, o *Estadão* foi omissivo, enfatizando a necessidade de manutenção da ordem jurídica. Somente no momento em que as denúncias de corrupção contra Collor altamente expandiram-se e a população saiu às ruas em protesto com os caras-pintadas³⁸ é que o jornal apoiou a destituição do presidente.

Em abril de 1993, um novo plebiscito deu novamente à população a opção entre presidencialismo e parlamentarismo. O *Estadão* opôs-se ao governo de Itamar Franco pela suposta aversão do candidato à implantação de uma agenda neoliberal. É o que pontua o professor e historiador Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme (2018) em seu artigo “A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*”:

³⁶ OESP afirma filiar-se a uma tradição doutrinária liberal, em termos políticos e econômicos. Apesar desta definição, é observável não apenas uma contradição estrutural em relação à aceitação do jogo de interesses, sobretudo dos trabalhadores, conforme ilustram as primeiras passagens que analisamos, OESP um periódico “positivista” (Fonseca, 2003).

³⁷ O confisco salarial aconteceu quando o então presidente, Collor, decretou no dia 16 de março de 1990, o congelamento de todas as contas bancárias do país. Com isso, o governo esperava acabar com a hiperinflação e estabilizar a economia. Cerca de 80% do dinheiro aplicado, não só em cadernetas de poupança e em contas correntes, mas também, em aplicações financeiras, ficou retido no Banco Central por 18 meses. Estima-se que o governo tenha confiscado cerca de R\$ 480.120.000.000,00, o equivalente a 30% do Produto Interno Bruto (PIB).

³⁸ O movimento dos “caras-pintadas” surgiu em agosto de 1992 quando, frente às denúncias de corrupção do governo Collor, milhares de jovens tomaram as ruas das capitais vestindo roupas pretas, e com o rosto pintado da mesma cor, conclamando um impeachment. Alguns meses depois, a imprensa apelidou o movimento como o dos “caras-pintadas”, em referência a uma insurreição militar.

Como fez em todas as eleições presidenciais pré-golpe de 1964, o *Estadão* não deixou de se posicionar política, partidária e ideologicamente nas sucessões presidenciais da chamada ‘nova república’, sempre a favor da opção neoliberal representada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e contra a opção à esquerda representada pelo PT (Guilherme, 2018, p. 218).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o *Estadão* manteve-se a favor das ações neoliberais. Exemplo disso foi a postura do veículo, em 1997, quando cobrou o governo pela agilidade das privatizações das telecomunicações, do setor elétrico e da Vale do Rio Doce, atualmente Vale S/A, medida que foi tomada, atendendo aos apelos do jornal. As maiores críticas e desavenças político-eleitorais do OESP diante daquele cenário estenderam-se quando o eleitor brasileiro decidiu dar um novo rumo político e econômico ao país nas eleições de 2002: “ante a possibilidade de vitória do candidato Lula da Silva (PT), o OESP escrevia em tom de alento e esperança: ‘a nossa convicção de que um segundo turno, com a eventual vitória de José Serra, seria uma alternativa muito mais tranquilizadora’” (Guilherme, 2018, p. 219).

Passados quatro anos, com Lula no poder, e diante das eleições de 2006, o *Estadão* demonstrou, novamente, seu apego ao neoliberalismo, apoiando o então candidato Geraldo Alckmin do PSDB e rechaçando, mais uma vez, Lula. Na capa da edição do dia 30 de setembro de 2006, a manchete intitulada “PT tenta vetar fotos do dinheiro e quer impugnação de Alckmin” aborda sobre supostas pilhas de dinheiro que seria usado por pessoas ligadas ao PT para comprar um dossiê que incriminaria os candidatos à presidência e ao governo de São Paulo pelo PSDB, respectivamente Geraldo Alckmin e José Serra.

Nas eleições entre Dilma Rousseff do PT e José Serra do PSDB, em 2010, o jornal assumiu, em editorial, apoio ao candidato José Serra, fato que não gerou maiores surpresas pelo caráter histórico-político do *Estadão*. Com a vitória de Dilma, o veículo passou a lidar com uma governança a qual opôs-se abertamente, tendo a mesma linha de pensamento, inclusive, nas eleições de 2014, quando Dilma foi reeleita, derrotando nas urnas o candidato Aécio Neves do PSDB.

No ano de 2015, as manifestações nas ruas pelos setores da direita ultraconservadora contra a presidenta Dilma tomaram conta do cenário político e midiático do país, culminando em um golpe³⁹ no ano seguinte. Sobre esse cenário revanchista e a colaboração da mídia

³⁹ A terminologia “golpe” é utilizada e defendida aqui pela reflexão de que não houve um crime de responsabilidade para que a presidente à época, Dilma, fosse impeachmada, baseando-se nos estudos de Luis Felipe Miguel, em que o autor argumenta que o golpe ou “o impedimento da presidente [...] sem crime de responsabilidade claramente identificado” foi uma “afronta aberta às regras estabelecidas [e] marcou a ruptura do entendimento de que o voto é o único meio legítimo de alcançar o poder” (Singer André, et al., 2016, p. 32). Seguindo esse pensamento, o filósofo e sociólogo Michael Löwy (2016), em capítulo publicado na mesma obra,

hegemônica para o desenrolar dos fatos, a professora e jornalista Hebe Maria Gonçalves de Oliveira (2016) explana em seu artigo “Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira”:

Na edição seguinte ao 15 de março, O Estado de S.Paulo estampou a manchete: “Protesto contra Dilma é maior manifestação desde 'Diretas -Já’”, com foto ocupando quatro colunas em quase página inteira de formato standard. No interior do jornal, oito páginas de coberturas do evento, sem contar os artigos dos articulistas, com as seguintes matérias abre páginas: “Manifestações contra Dilma levam multidões ao país” e “Polícias Militares contam quase 2 milhões em atos” (p.A4); “Dia de protestos”, infográfico de meia página sobre números de manifestantes em todo País (p.A5); “Corrupção e 'Fora PT' unificam protestos” e “PM prende rojões e posa para selfies” (p.A6); “Discursos contra Dilma tinham tons diversos” (p.A7); “Todas as capitais do Nordeste têm atos” e “Por meio de redes sociais, Aécio e Marina defendem atos” (p.A8); “Governo se defende sob novo painel” (p.A9), e páginas A10 e A11 com fotos diversas sobre a manifestação (de Oliveira, 2016, p. 87).

Na data de 31 de agosto de 2016, quando o golpe contra a presidente foi aprovado no Senado Federal, OESP escreveu em seu caderno de Opinião que o processo contra a líder política representava o fim de uma era que durou treze anos e que, em termos de consciência política, deixou o Brasil estagnado. Para o *Estadão*, o processo de impeachment representava uma medida de libertação do país. Em matéria publicada no dia do impeachment, o veículo tratou mais de Lula e do PT do que propriamente de Dilma:

Nunca antes na história deste país um charlatão foi tão longe. Quando tinha influência real e podia liderar a tão desejada mudança de paradigma na política e na administração pública, preferiu os truques populistas. Enquanto isso, seus comparsas tentavam reduzir o Congresso a um mero puxadinho do gabinete presidencial, por meio da cooptação de parlamentares, convidados a participar do assalto aos cofres de estatais. A intenção era óbvia: deixar o caminho livre para a perpetuação do PT no poder. Quando o ex-retirante nordestino chegou ao poder, criou-se uma atmosfera de otimismo no País. Lá estava um autêntico representante da classe trabalhadora, um político capaz de falar e entender a linguagem popular e, portanto, de interpretar as verdadeiras aspirações da gente simples. Lula alimentava a fábula de que era a encarnação do próprio povo, e sua vontade seria a vontade das massas (*O Estado de São Paulo*, 2016, p. 10).

Diante do cenário político daquele momento, a presidência do Brasil foi tomada pelo vice-presidente à época Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O neoliberalismo proposto por Temer na “Carta Aberta à Nação” deu ao *Estadão* um motivo para uma cobertura favorável. Em 2018, dois anos após o golpe, o cenário político do jornal passou por transformações. Diante da bipolarização entre petismo e bolsonarismo, o veículo

explicou que era necessário “dar nome aos bois” e identificar o impeachment como um golpe de Estado “pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado” (Löwy, 2016, p. 64).

publicou seu posicionamento. No editorial do dia 8 de outubro de 2018, em artigo intitulado “Uma escolha muito difícil”, o periódico repudiava, mais uma vez, o PT com seu candidato Fernando Haddad, não deixando de criticar Jair Messias Bolsonaro, candidato Partido Social Liberal (PSL), e posteriormente filiado ao Partido Liberal (PL). Bolsonaro foi eleito com 55,13% dos votos. O *Estadão*, após constantes medidas e falas autoritárias e antidemocráticas do presidente à época, assumiu um tom crítico de oposição ao governo logo em seus primeiros meses.

Investindo em uma cobertura crítica e de oposição, OESP, assim como a grande imprensa do país, sofreu ataques diários por parte de Bolsonaro. Diante do planejamento das manifestações pró-bolsonaristas para o dia 7 de setembro de 2021⁴⁰, o jornal publicou, no dia 24 de agosto do mesmo ano, o editorial intitulado “A convocação do golpe”. No texto, o jornal exige a deposição do presidente em razão das manifestações golpistas e antidemocráticas incitadas pelo líder aos seus apoiadores.

Afrontando a reeleição de Jair Bolsonaro e também a candidatura de Lula à presidência, *O Estado de S. Paulo* passou pelas eleições de 2022 apostando no que foi denominado como terceira via, o famoso centro⁴¹. Em seu editorial, do dia 1º de novembro de 2021, intitulado “O medo é o pior dos conselheiros”, OESP chamou atenção para a importância da formulação e opção de uma terceira via que não estivesse relacionada a nenhum dos dois candidatos no páreo. O jornal viu-se em uma verdadeira encruzilhada política com a vitória de Lula nas urnas no dia 30 de outubro de 2022.

Fazendo uma retomada histórica e política da trajetória do *Estadão* nas páginas acima, pode-se notar que a posição conservadora do jornal vai ao encontro a ideologia ultraliberal, afinal esta representa uma “releitura” do liberalismo clássico, na medida em que:

[...] reproduz um conjunto heterogêneo de conceitos e argumentos, ‘reinventando’ o liberalismo mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político e de uma sorte de

⁴⁰ As manifestações do dia 7 de setembro ocorreram por todo o país exaltando Bolsonaro, mas, simultaneamente, houve protestos contrários ao governo à época. Posteriormente, em 8 de janeiro de 2023, os ataques, ou atos golpistas de 8 de janeiro, também conhecidos como Intentona Bolsonarista, Festa da Selma, ou simplesmente, 8 de Janeiro, foram uma série de atos de vandalismo, invasões e depredações do patrimônio público, em Brasília, cometidos por uma multidão de bolsonaristas extremistas que invadiu edifícios do governo federal com o objetivo de instaurar um golpe militar contra o governo Lula a fim de restituir Bolsonaro ao cargo de presidente do país. Como consequência do atentado, em março de 2025, o Superior Tribunal Federal (STF) tornou Bolsonaro réu, acusando-o, sumariamente, de liderar o golpe. Além disso, houve acusações de organização criminosa armada, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, dano qualificado (no que diz respeito aos ataques no Congresso e no Palácio do Planalto), e deterioração de patrimônio tombado. No dia 25 de novembro de 2025, tendo sido preso preventivamente no dia 22 de novembro do mesmo ano, Bolsonaro foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão.

⁴¹ Dentro da política, em linhas gerais, o centro é uma posição moderada caracterizada como uma interseção dentro do espectro esquerda-direita.

darwinismo social distante pelo menos das vertentes liberais do século XX (Draibe, 1993, p.86).

Em linhas gerais, com apoio ao golpe ditatorial, uma relação de “morde e assopra” com os militares, e uma postura contrária aos governos populares, é possível afirmar que a grande imprensa permaneceu requerendo liberdade, mas sem qualquer preocupação quanto à responsabilidade pelo seu exercício. Os proprietários dos grandes meios de comunicação pretenderam continuar com a prerrogativa de falar em nome do público e desprovidos de qualquer controle democrático por parte da sociedade, embora sejam órgãos privados⁴². As publicações seguem a hegemonia de famílias que detêm o controle, rechaçando verdadeiras mudanças nas estruturas sociais e políticas, enfatizando a “liberdade de imprensa”⁴³, mas seguindo os moldes de uma democracia parcial (também lida como restrita ou autoritária), isto é, uma democracia retoricamente universalista, mas efetivamente particularista, pois voltada aos interesses de determinados grupos ou classes (Almino, 1980).

3.1 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E AS RELAÇÕES DE PODER

As Comissões da Verdade são órgãos historicamente instituídos em países que atravessaram períodos de governos de exceção, com a suspensão dos direitos individuais e das normas democráticas, como no caso das ditaduras. A primeira dessas comissões surgiu na Uganda, país da África Oriental, a fim de apurar as violações de direitos humanos ocorridas durante o governo autoritário, de 1971 até 1979, do general Idi Amin Dada. As Comissões da Verdade tiveram importante papel também na apuração dos crimes perpetrados pelas ditaduras civis-militares da América Latina, como a uruguaia, a chilena, a paraguaia, a argentina e a brasileira. Batizada de Comissão Nacional da Verdade (CNV), esta última foi

⁴² O parágrafo 5º do artigo 220 da Constituição brasileira afirma que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Apesar disso, no país, as grandes empresas de mídia estão concentradas sob poder de algumas famílias. Este artigo, assim como outros que dizem respeito à comunicação social, nunca foram regulamentados pelo Congresso Nacional.

⁴³ Para alguns pensadores, como o militar, professor, escritor, colunista, e historiador brasileiro marxista Nelson Werneck Sodré, a liberdade de imprensa nunca existiu. Quando a imprensa deu seus primeiros passos, ela estava sob domínio das autoridades governamentais. Posteriormente, já com um sistema capitalista em voga, esse controle foi debilitado e transferido para iniciativas privadas. A liberdade da imprensa, seguindo esse pensamento, é designada com o seu controle pela burguesia, que elimina qualquer tipo de influência que possa atrapalhar seu domínio: “só existe imprensa livre quando o povo é livre; imprensa independente em nação independente – e não há nação verdadeiramente independente em que o seu povo não seja livre” (Sodré, 1999, p. 2). A liberdade de imprensa seria então “a expressão do domínio da livre concorrência no campo do saber” (Marx; Engels, 2006, p. 65). De acordo com esse raciocínio, para o jornalista Clóvis Rossi, não há no Brasil liberdade de imprensa, mas sim liberdade de empresa. Afinal, para ele, se publica o que os diretores e donos de determinadas empresas ou editoras desejam. Assim: “os jornalistas contratados por essa mesma empresa têm a sua liberdade limitada” (Rossi, 1988, p. 41). O jornalista responsável por mudanças no estilo, formatação e conteúdo de *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de São Paulo* entre os anos 1950 e 1970, Cláudio Abramo reforça essa tese ao alegar que a liberdade de imprensa, em suma, é usada como benefício pelos donos das empresas (Abramo, 1988).

instituída pela lei n. 12.528/11 e instaurada no dia 16 de maio de 2012 durante o governo de Dilma Rousseff (que também foi uma vítima da ditadura: militante presa e torturada); buscou apurar graves violações aos direitos humanos praticadas pelo Estado brasileiro entre 1946 a 1988, detendo-se especialmente nos 21 anos do regime militar iniciado em 1964. A criação da CNV inspirou a formação de órgãos semelhantes em âmbitos estadual e municipal e também em entidades não governamentais, como sindicatos.

Com o objetivo de não desagradar nenhum dos dois lados e de afastar-se da questão da Lei da Anistia, o governo à época adotou uma postura conciliadora com os setores militares e as Forças Armadas, enfatizando que a Comissão não tinha um caráter de revanche. É o que explica Cássio Augusto Guilherme (2021), doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) em seu artigo “A Comissão Nacional da Verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rousseff”:

Ao contrário de outros países que formaram suas Comissões da Verdade a partir de decretos do Poder Executivo, os governos do PT optaram por enviar um projeto de lei ao Congresso. Os petistas tinham uma tripla estratégia para viabilizá-la: ao seguir os trâmites do Legislativo, os defensores da ideia teriam tempo para argumentar o caráter não-revanchista da Comissão; o passar do tempo permitiria que a Comissão fosse aos poucos assimilada pelos setores civis e militares que temiam o seu resultado; dar à CNV o respaldo de uma lei aprovada no Congresso após ampla discussão, acordo e votos de todos os partidos (Guilherme, 2021, p.52).

No governo Dilma, a deputada Maria do Rosário, também do PT, assumiu a secretaria de Direitos Humanos. Em reportagem do *Estadão* datada de 4 de janeiro de 2011 de autoria de Tânia Monteiro, há considerações sobre as falas da deputada: “Ministra promete ‘avançar’ em plano polêmico de Lula: Maria do Rosário faz defesa, em posse, do texto dos direitos humanos que provocou atrito do governo anterior com Igreja, militares e ruralistas” (Monteiro, 2011, *O Estado de S. Paulo*). Em sua fala, Rosário cobrou que a Câmara apressasse a aprovação da CNV para que assim o país pudesse promover a “virada de página do momento histórico” com o “reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas graves violações de direitos humanos com vista a não repetição do ocorrido” e garantiu que a Comissão não se caracterizaria por uma “atitude de revanche.”

Para OESP, os desdobramentos da CNV seriam “polêmicos”. No entanto, as próprias falas e atitudes do governo acalmaram os ânimos das camadas mais conservadoras da sociedade ao afirmarem que a CNV seria a “virada de página do momento histórico”. Ao mesmo tempo que deixaram as famílias e os sobreviventes do regime militar sem respostas e indignados.

O início dos trabalhos da CNV ocorreu em maio de 2012, com a nomeação dos membros indicados pela presidenta da república aos sete cargos de coordenação. Aos membros do colegiado agregavam-se assessores, servidores públicos, auxiliares técnicos e administrativos, estagiários, consultores, colaboradores e voluntários, totalizando mais de 217 pessoas (Brasil, 2014a). Com prazo de duração estipulado para dois anos, a conclusão dos trabalhos estendeu-se até 16 de dezembro de 2014, data de seu encerramento oficial. Os pesquisadores Alessandra de Sá Mello da Costa e Marcelo Almeida de Carvalho Silva (2018) no artigo “Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade” explicam o funcionamento da CNV:

De acordo com o seu sítio eletrônico, o plano de trabalho da comissão dividiu-se em três subcomissões, sendo a principal delas a Subcomissão de Pesquisa, Geração e Sistematização das Informações, em que se encontram alocados os 13 grupos de trabalho (GT) temáticos que constituem a sua atividade-fim. À principal subcomissão, juntam-se ainda a Subcomissão de Relações com a Sociedade Civil e Instituições (responsável pela realização de audiências e eventos públicos) e a Subcomissão de Comunicação Externa (responsável pela assessoria de comunicação, pelo site, pela relação com a imprensa e redes sociais e pela Ouvidoria). A estrutura da comissão contém ainda três áreas de suporte: a secretaria-executiva (responsável pela gestão e administração); a gestão da informação (que planeja, estrutura e gerencia os sistemas de informação e recursos); e o núcleo da comissão dentro do Arquivo Nacional. Cabe destacar que a comissão buscou, ao mesmo tempo, estabelecer uma rede de apoio à pesquisa, composta por diversas outras comissões da verdade, e firmar um diálogo com a sociedade civil e demais instituições (no total, foram realizadas 80 audiências públicas) (Costa; Silva, 2018, p. 20).

Em seu relatório final, apresentado em dezembro de 2014, ainda durante o governo Dilma, a CNV concluiu que houve, no passado, uma política estatal de alcance generalizado contra a população civil que sustentou a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, violência sexual, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, caracterizando-os como crimes contra a humanidade. Por fim, a Comissão fez recomendações para o Estado brasileiro a fim de que as práticas criminosas não se repetissem e de que a democracia e suas instituições fossem aperfeiçoadas, em um processo de consolidação democrática. São 29 recomendações listadas em um capítulo específico, além de 13 focadas nas violações de direitos humanos dos povos indígenas e 7 nas violações de direitos humanos da população LGBTQIAPN + em capítulos temáticos. No final de 2014, outras “Comissões da Verdade” foram criadas em vários estados da federação, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, e Rio Grande do Sul. A seção carioca da Organização dos Advogados do Brasil (OAB) criou a sua própria Comissão.

A principal característica do processo de Justiça de transição no Brasil é a de que as medidas de reparação têm sido o eixo estruturante da agenda que procura tratar do legado de

violência da ditadura civil-militar. Com implantação gradativa, o início do processo de reparação no país ocorreu ainda durante o regime de exceção, tendo sido uma conquista jurídica presente desde a promulgação da Lei da Anistia. Essa lei, com denominação popular dada à Lei nº 6.683, foi sancionada pelo ex-presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979. Para além de outros arcahouços, é um marco legal fundante da transição política brasileira, que previu medidas de reparação como, por exemplo, a restituição de direitos políticos e o direito de reintegração ao trabalho para servidores públicos afastados arbitrariamente. No entanto, como uma faca de dois gumes, a medida concedeu também perdão aos crimes políticos.

Enquanto em países do Cone Sul que sofreram também com ditaduras, como a Argentina, a anistia foi uma imposição do regime contra a sociedade, ou seja, uma explícita autoanistia do regime visando o perdão aos crimes perpetrados pelo Estado; no Brasil, inicialmente, a anistia foi amplamente reivindicada por meio de manifestações sociais significativas e históricas, pois se referia originalmente ao perdão dos crimes de resistência cometidos pelos perseguidos políticos, que foram banidos, exilados, presos, torturados, e assassinados (Greco, 2003).

Apesar de, em seu âmago, a Lei da Anistia ter surgido por meio de pressão dos setores civis e populares em certa medida, compondo um avanço para a verdade e construção da memória, ainda são sonogados da sociedade os arquivos específicos dos centros de investigação e repressão ligados diretamente às Forças Armadas. Assim explica o doutor em Direito pela PUC-Rio e presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil, Paulo Abrão (2011) em seu artigo “A Lei da Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça”:

Ainda, os próprios atos oficiais por parte do Estado de reconhecimento de lesões graves aos direitos humanos, produzidos por essas comissões, somados à instrução probatória que os sustentam, têm servido de fundamento fático para as (poucas) iniciativas judiciais no plano interno; e no plano externo a ação junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, incentivando, portanto, o direito à justiça em um contexto em que as evidências da enorme maioria dos crimes já foram destruídas (Abrão, 2011, p. 120).

Um fato simbólico no contexto brasileiro é o não desenvolvimento da dimensão da regularização da justiça e restabelecimento da igualdade perante a Lei, com a devida proteção judicial às vítimas do regime e a obrigatoriedade do Estado em investigar e punir crimes, sobretudo as violações graves aos direitos humanos. Sem tais medidas ou com o enfraquecimento delas, surgem, cada vez mais, falsificações e revisionismos históricos por

parte da extrema direita. Com o passar dos anos, o lema da anistia “ampla, geral e irrestrita” para os perseguidos políticos, clamada pela sociedade organizada e negada pelo regime, passou a ser lido como uma anistia “ampla, geral e irrestrita” para “ambos os lados”, demonstrando a força de controle dos órgãos ditatoriais, capazes de apropriar-se de um clamor social para pervertê-lo em um suposto “acordo político” entre subversivos e o regime, invertendo o papel democrático em um jogo de poder. A anistia à tortura e a crimes de lesa-humanidade seria, então, não apenas inconstitucional como também contrária ao direito internacional. Ademais, a tese da anistia bilateral é falha, haja vista que anistias aos “dois lados” em um mesmo ato não anulam o fato de o regime militar ter anistiado a si próprio.

3.2 O *ESTADÃO* E A CNV

Diante do golpe militar, no início de 1964, o *Estadão*, em um primeiro momento, mostrou-se favorável à medida, não diferenciando-se da maioria da grande imprensa hegemônica do país. Para o veículo, o ato dos militares era um “levante justificado”. Em razão da chamada ordem social de caráter liberalista, as repressões eram vistas como legítimas, e o jornal não opunha-se a isso, pelo contrário, concordava com as represálias acerca dos movimentos de oposição, principalmente os de luta armada, denominados de “terrorismo” pelo governo à época e seus apoiadores. Contudo, dentro desse apoio, havia uma forte contradição. Conforme o golpe foi estendendo-se e os Atos Institucionais sendo firmados, OESP passou a discordar de determinadas atitudes e da durabilidade do regime imposto. Assim explica o professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta (2017), em seu artigo “Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973)”:

O Estadão apoiou com entusiasmo o expurgo inicial da ditadura, defendendo uma intervenção dura e rápida, para limpeza do terreno e posterior restauração das instituições liberais. O paradoxo é flagrante, pois defendeu medidas autoritárias com o argumento de que as instituições liberais sairiam fortalecidas ao fim do processo. Porém, os dirigentes do jornal achavam a estratégia coerente, pois condenavam medidas ou leis autoritárias duradouras, temendo que a ditadura se eternizasse. Seguindo a visão favorável a uma “limpeza” rápida e profunda, os donos do Estadão não gostaram que o expurgo de 1964 fosse limitado, por isso estrilaram muito devido à hesitação do governo Castelo Branco em atingir certos líderes, como o governador Ademar de Barros, por exemplo. Por outro lado, criticaram também quando a ditadura editou outras medidas autoritárias além do Ato Institucional, fiéis à visão de que a legislação excepcional deveria ser limitada e passageira (Motta, 2017, p. 369).

Com a implementação do AI-5, essa “relação paradoxal” entre os militares e o *Estadão* ficou ainda mais perceptível. Durante esse período, o jornal adotou uma postura

moderada, amedrontado pelas possíveis represálias e, claro, pela censura vigente à época. Concomitantemente, discordava do autoritarismo que se estendia no governo militar, mas também repudiava as lutas armadas revolucionárias de esquerda no Cone Sul. O fantasma do comunismo era assombroso. No entanto, o *Estadão* discordava de que a defesa da ordem demandasse represálias ainda mais ofensivas como as impostas durante os anos de chumbo. Essa linha de pensamento fortaleceu-se ainda mais após as derrotas das ações armadas da esquerda, que resultaram nos assassinatos dos líderes militantes Carlos Lamarca e Carlos Marighella (Motta, 2017).

Com o fim da ditadura civil-militar, em 1985, e frente ao processo redemocratização, fomentado na campanha pelas Diretas Já⁴⁴, por exemplo, de início, o *Estadão* mostrou-se cético quanto à aplicabilidade e habilidade de um governo democrático naquele momento. Soma-se a isso, também, a preocupação quanto à possível candidatura à época de Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT), favorito das eleições e último herdeiro da tradição varguista tão rechaçada pela família Mesquita. Ainda com uma forte herança do regime ditatorial, o *Estadão* mostrou-se favorável à Lei da Anistia, também crescente no período, mais pela questão de fazer com que os militares não pagassem pelos seus crimes:

O jornal vê a transição não apenas sob o aspecto político, mas principalmente econômico. Embora tenha sido censurado pela Ditadura, o *Estadão* defende a incolumidade dos militares, o “não revanchismo” contra as Forças Armadas, que seriam o esteio moral garantidor da ordem no processo de transição. Incrível é o malabarismo argumentativo para isentar os militares de qualquer responsabilidade na crise econômica dos anos 1980 (Guilherme, 2018, p. 215, 216).

Esse ato de apoio e “não revanchismo” culmina, para além de outras coisas, na isenção dos algozes culpados de seus crimes e responsabilidades. Dessa maneira, o *Estadão* acaba por desmoralizar a vida, a história e a memória das pessoas que lutaram contra a ditadura civil-militar. Esse discurso e atitude fomentaram, também, a relativização acerca do que foi o regime militar: um governo totalitarista e fascista, que espalhou mortes, torturas, privação de liberdade, estupro, abusos, dentre tantos outros crimes.

Não podendo deixar de perceber o sucesso das Diretas, que contava com o apoio de cerca de 85% da população, o *Estadão* aderiu à campanha, mas não sem criticar, como de

⁴⁴ Foi o nome dado ao movimento político que ganhou força entre os anos de 1983 e 1984, nos anos finais do regime de exceção. A ação, que realizou campanhas em várias cidades brasileiras por meio de comícios em praças públicas, defendia a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que procurava garantir a realização de eleições presidenciais diretas em 1985. As Diretas Já unificaram a oposição à ditadura, com milhares de pessoas que aderiram à causa, mas a referida emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Apesar da derrota, as eleições de 1985 foram vencidas pelo candidato Tancredo Neves, um dos principais líderes do movimento, pelo Colégio Eleitoral.

costume, a liderança de Lula e do PT, principalmente na ocasião em que houve o comício da praça da Sé, em São Paulo. Mesmo tendo sofrido censura, o *Estadão* temia um governo populista e defendeu, diante da abertura política, a integridade dos militares. Por seu caráter liberal, o jornal considerou a transição do país tomando como base, primeiramente, o aspecto econômico. Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme (2018) explana essa questão em seu artigo “A imprensa como partido ideológico: o caso do jornal O Estado de S.Paulo”:

Abusando da linguagem beligerante, o jornal postou-se contra diversos direitos trabalhistas como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença paternidade e o aumento do valor da hora extra, vistos como catastróficos para a produção, pois desestimulariam o Capital e gerariam desemprego. Sob o mantra da “meritocracia”, o OESP se esforça para estimular a competição entre os trabalhadores e convencer os sindicalistas de que a “livre negociação” entre patrão e empregado é boa para o trabalhador (Guilherme, 2018, p. 216).

Passados anos do fim da ditadura, no governo Dilma se deu o processo de abertura de uma comissão da verdade no Brasil, criada em 2011; tendo sua ampliação após a implementação da Lei de Acesso à Informação⁴⁵. De acordo com a pesquisadora Priscilla Hayner (2011, p. 11, 12, tradução nossa) em seu artigo “Unspeakable Truths 2e: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions”:

(...) a intenção das comissões da verdade é parte do que as define: de abordar o passado, a fim de mudar as políticas, práticas e até mesmo relacionamentos no futuro, e para fazê-la de uma forma que respeite e honre aqueles que foram afetados pelos abusos. Isso pode ser capturado na seguinte definição ligeiramente revisada: A comissão de verdade (1) está focada no passado dos eventos, em vez dos em curso, (2) investiga um padrão de acontecimentos que tiveram lugar durante um período de tempo, (3) se envolve diretamente e amplamente com a população afetada, coletando informações sobre as suas experiências; (4) é um órgão temporário, com o objetivo de elaborar um relatório final, e (5) é oficialmente autorizada ou habilitada pelo Estado sob revisão (Hayner, 2011, p. 11-12).

Nos estudos empenhados por Fernanda Nalon Sanglard e Marise Baesso Tristão (2014), que resultou no artigo “Relatos da ditadura: memórias divulgadas pela imprensa brasileira a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade”, as notícias são elencada e analisadas, depois de um ano de atividades da CNV, em veículos de maior circulação no país. Sanglard e Tristão realizaram um *clipping*⁴⁶, entre os dias 21 e 22 de maio de 2013, das matérias divulgadas na imprensa e constataram que: “[...] O Estado de São Paulo (com oito

⁴⁵ “A Lei no 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (GOV Brasil, 2020). Disponível em: [A Lei de Acesso à Informação - LAI — CAPES](#). Acesso em: 6 de janeiro de 2025.

⁴⁶ *Clipping* (ou clipagem, em português) é o monitoramento e a coleta de notícias, menções ou conteúdos sobre uma marca, empresa ou tema em meios de comunicação. Ele ajuda a acompanhar a reputação, medir impacto de ações e identificar oportunidades estratégicas.

matérias) foram os que mais publicaram notícias envolvendo a CNV no período mencionado” (Sanglard, Tristão, 2014, p. 61). Apesar disso, no primeiro ano de cobertura sobre a CNV, é notável que o jornalismo humanizado, com um certo tom de indignação, e o investigativo, por sua vez, não foram priorizados. Dessa maneira, pautas factuais ganharam destaque:

Nesse período, nenhuma matéria investigativa foi publicada e os dados e balanços que integram as reportagens foram disponibilizados pela CNV ou por comissões locais. Isso revela que as comissões da verdade são provocadoras do debate público e as grandes responsáveis por retornar com a temática da ditadura. Caso contrário, o envolvimento da sociedade com o assunto pela mediação do jornalismo ficaria restrito às raras reportagens especiais que vez ou outra ganham destaque nos noticiários (Sanglard, Tristão, 2014, p. 63).

Ao fazer uso da combinação de palavras-chave “comissão nacional da verdade” no acervo online do *Estadão* e passando pela filtragem da edição Brasil e do caderno de Política, além de filtrar o período de 2010 a 2015 são encontradas 1.395 matérias relacionadas ao tema. De forma geral, percebe-se que houve picos de matérias quando ocorreram eventos de caráter institucional como o lançamento do III Programa Nacional de Direitos Humanos, em dezembro de 2009, a aprovação da Comissão Nacional da Verdade, em novembro de 2011, e o lançamento de seu relatório final, em dezembro de 2014. Nos anos de 2012 e 2013 houve matérias significativas em função da instalação dos trabalhos da CNV, do depoimento do ex-coronel da reserva Carlos Brilhante Ustra e da exumação do corpo do ex-presidente João Goulart para nova investigação sobre seu óbito.

A propósito do caráter discursivo, *O Estado de S. Paulo* carregado de uma identidade conservadora, com um passado ufanista e rançoso da figura de Getúlio Vargas, além de ter uma relação complexa com o regime militar, mostrou-se crítico com as ações da CNV e endossou, muitas vezes, o discurso dos algozes da ditadura. É o que explicam os professores Tamy Basso e Vitor Blotta (2018) no artigo “A Comissão da Verdade na imprensa: justiça de transição, memória e jornalismo de reconhecimento”:

[...] sobressaíram tanto na Folha de S. Paulo quanto no O Estado de S. Paulo as narrativas dos perpetradores da época, com exceção do ano de 2012 no Estado, quando foram trazidos mais relatos biográficos e testemunhais das vítimas da repressão militar. Também foi predominante o discurso argumentativo crítico aos trabalhos da comissão, sobretudo as polêmicas sobre seus integrantes e por que o foco da comissão eram as violências cometidas pelos militares contra civis. Por fim, outra questão relevante foi o fato de serem trabalhados mais casos sobre pessoas mais conhecidas do que casos não antes vindos a público (Basso, Blotta, 2018, p. 109).

Apesar do esforço dos jornais em acompanhar os trabalhos da CNV, parece plausível presumir que essa falta de interesse da sociedade também decorreu pela forma de divulgação

e construção das matérias, cujo foco esteve principalmente nos casos mais conhecidos e nas polêmicas, além de muitas vezes apresentarem pouco embasamento factual e biográfico, o que acaba por prejudicar o resgate de subjetividades, o rompimento de estereótipos e a superação dos antagonismos no debate sobre justiça de transição. A divulgação de informações por jornalistas deve estar sempre em equilíbrio com suas exigências éticas e técnicas, atentando para a especificidade das temáticas a serem trabalhadas.

O fazer jornalístico perpassa por experiências, gestos, gostos, mas por ideologias, conceitos, o que pode representar falta de representatividade de certos grupos ou assuntos. Isso foi discutido neste capítulo. A CNV, mesmo com toda a sua importância e legado, foi, muitas vezes, lida de forma superficial. Quando se coloca em debate quem lutou antes da justiça de transição, no enfoque deste trabalho as guerrilheiras, uma abordagem rasa não dá conta de suas histórias e trajetórias. As figuras femininas, de forma geral, têm um espaço de coadjuvantes em conteúdos *mainstream*. É crucial a discussão de como as mulheres são vistas pelos veículos de comunicação, mas também como participam e atuam nestes veículos.

4. GÊNERO E JORNALISMO

O capítulo a seguir busca, em um primeiro momento, analisar como, ao longo dos anos, as figuras femininas foram representadas na mídia *mainstream* e, posteriormente, fazer uma retomada dos principais periódicos feministas que atuaram durante o regime militar esmiuçando sua origem, perspectiva editorial, autoras, etc. Indo neste sentido, os periódicos escolhidos foram *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, respectivamente. O objetivo é entender como a imprensa feminista brasileira portou-se diante do totalitarismo tendo nos grupos de esquerda ou um não lugar ou um lugar simplista relegado aos bastidores. Partindo deste ponto que abarca afetações, complexidades, e resistências, há a crítica pertinente em relação à masculinidade predominante em mais um ambiente: o fazer jornalístico.

Diante do poder e autoritarismo do regime de exceção, foi nos anos 1970 que as primeiras manifestações do feminismo de “segunda onda”, assim chamado, surgiram no Brasil. O contexto de lutas por liberdades individuais na Europa e nos Estados Unidos e a influência que o contato dos grupos de exiladas com essas novas ideias, principalmente no que tange o debate da situação das mulheres na família e na sociedade em geral, foram fortes impulsionadores de novos questionamentos. Para a ditadura civil-militar, toda e qualquer manifestação feminista era vista com certo receio, já que eram tomadas como uma questão política moralmente perigosa⁴⁷.

Por outro lado, Wolff (2018) aponta que, dentro dos grupos de esquerda (em sua maioria comandados por homens, diga-se de passagem), os corpos femininos estereotipados também eram usados para determinadas tarefas ou situações. Por serem tidas como “burras” ou incapazes, mulheres de mini saia eram encarregadas de transportar armas nas suas cinturas, mães eram incumbidas de levar cartas dentro do cobertor de seus filhos e outras mulheres foram estrategicamente participantes de sequestros ou vigias, por justamente não levantarem suspeitas, assim como seus companheiros de lutas barbados e estereotipadamente enquadrados como “esquerdistas”. Meirelles (2011) conta que pelo fato de as mulheres da resistência serem vistas apenas como “mulher-objeto” e por seus corpos não terem sido considerados perigosos, algumas tarefas eram mais seguras se executadas por elas. Havia, de qualquer uma das maneiras, uma desconsideração da militância política feminina.

⁴⁷ “Sendo o ingresso feminino nas diversas esferas da vida pública um fenômeno recente nas décadas de 1960 e 1970 e considerando que dentro do projeto político dos atores que deflagraram os golpes militares ou os sustentaram o lugar da mulher estava claramente restrito aos cuidados domésticos ou às obras de caridade, há espaço para supormos que os agentes da repressão política tenham identificado nas mulheres militantes um inimigo com um potencial subversivo ainda mais destacado” (Joffily, 2011, p. 223).

Houve organizações de esquerda que relutaram em incorporar mulheres nas ofensivas militares por considerarem que os homens estariam mais preparados do que elas. Outras organizações diziam que mulheres não deveriam participar de certas missões pelo fato de menstruarem (Teles; Leite, 2013). As decisões e os cargos de liderança eram majoritariamente masculinos e, para além disso, as questões suscitadas por grupos feministas eram muitas vezes tidas como desviantes e, até mesmo, burguesas (Tomazoni, 2015).

Muito distantes da época em que a internet, as redes sociais e a rapidez da proliferação de informações são regidas por milésimos de segundos, os movimentos feministas da segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980 valiam-se de periódicos impressos, muitos deles mimeografados, para difundir suas ideias e buscar mais adeptas para defesa de suas agendas.

Os jornais de oposição à época no país eram comandados, em sua maioria, por homens brancos de alta classe social que pertenciam a grupos de esquerda. O trabalho de resistência desses periódicos foi de muita importância. No entanto, a repressão contra as mulheres na imprensa (e em geral) era dupla: pelo patriarcado endossado militarmente e pelos homens dos grupos de esquerda que não viam o feminismo como uma questão prioritária, alguns não viam sequer como uma questão a ser debatida. É o que explica a doutora em Ciência Política Viviane Gonçalves Freitas (2014) em seu artigo “O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista”:

[...] que despertou a ideia dos partidos de esquerda – mesmo ainda clandestinos – de se valer naquela ocasião para convencer as mulheres de que o feminismo era separatista e não contribuía para uma sociedade mais justa para homens e mulheres. Nesse momento, o movimento feminista já estava mais inclinado a se configurar como apartidário e voltado para a agenda específica das mulheres (Freitas, 2014, p. 156).

4.1 A MULHER NA MÍDIA

Para a psicanalista e professora Teresa Cristina Carreteiro (2005), o indivíduo é constantemente levado a atingir um ideal estético no meio em que está inserido, principalmente as mulheres, por terem os ideais de beleza culturalmente estabelecidos. Segundo a romancista Alison Lurie (1997), para os produtores de filmes, TV, e propaganda é conveniente que fiquem nítidos os estereótipos, desta forma, de maneira inconsciente, há a criação de um padrão, a partir da repetição. A jornalista e ativista Naomi Wolf (1990), defende a tese de que a mulher e sua imagem não são, em seu âmago, fracas, porém, na visão patriarcal, o sexo feminino só possui seu valor a partir do momento em que a mulher deixa de

possuir uma personalidade, somente tornando-se desejável quando é representada de forma ingênua e sexualizada⁴⁸.

No Brasil, a imagem da mulher, assim como em tantos outros países, é constantemente alvo de padronizações. Uma das obras que salienta este tema é “Mulher de papel: a imagem da mulher pela imprensa feminina”. Na obra, publicada em 2009, a escritora Dulcília Buitoni destaca como o sexo feminino é representado nas revistas a partir dos anos 1980. Naquele período, vários estereótipos já se destacavam: uma mulher branca, sorridente, cabelos lisos, e magra. Isso conserva poucos pontos de contato com a realidade. Ainda na obra, é reforçada a ausência de representatividade nos impressos, já que nas revistas nacionais não havia, por exemplo, a diversidade racial do país. A comercialização da mulher esbanjava um padrão a ser seguido, o ideal de beleza, que pouco se assemelhava às donas de casa ou ao público feminino em geral.

Propaganda Arno - 1980



Fonte: Site Propagandas Históricas

⁴⁸ As consequências disso são os crescentes movimentos, principalmente nas redes sociais, como o “trad wife” (um neologismo em inglês para “esposa tradicional”), e o “trophy wife” (“esposa troféu”) que defendem e exaltam o estilo de vida de donas de casa. Uma busca pela hashtag no *Instagram*, segundo matéria do G1 publicada em 29 de maio de 2024, gerou mais de 70 mil resultados. Algumas adeptas abandonam as carreiras para se concentrar no trabalho doméstico não remunerado. A romantização desses estilos de vida mascaram o risco de dependência financeira, insegurança jurídica no casamento e perpetuação de ideais machistas.

Segundo o teórico cultural Dominic Strinati (1999), a mulher é simbolicamente aniquilada na comunicação, sendo constantemente retratada de forma banal, nas publicidades veiculadas na TV, principalmente nas propagandas da indústria de cerveja. A imagem feminina, além de acompanhar um padrão corporal, também é reduzida a um objeto sexualizado. Em estudo publicado no *European Journal of Social Psychology*, em junho de 2012, nomeado “Seeing women as objects: The sexual body part recognition bias” (Gervais et al, 2012), analistas descobriram que os cérebros de homens e mulheres reagem de formas distintas quando se deparam com fotos de figuras masculinas e femininas. Quando a foto de um homem é mostrada, os cérebros processam a informação de maneira “global”, ou seja, compreende a imagem como um todo. Ao contrário, quando a foto de uma mulher é apresentada, os cérebros de ambos os gêneros⁴⁹ têm um pensamento cognitivo “local”. Isto significa que percebem a mulher como uma coleção de várias partes, assim como os cérebros humanos percebem os objetos (Camargo, 2012).

Cartaz publicitário cerveja Laurentina - 2011



Fonte: *Mosanblog*

⁴⁹ Aqui uma noção básica binária é apresentada entre homem e mulher. A pesquisa citada não abarcou pessoas queers, transgêneros, e intersexos.

Exemplo desse fator é o cartaz publicitário acima, produzido pela *Caravan e Mahla films*, sob a direção de Diamantino Ferreira e Filipe Branco para a empresa Cervejas de Moçambique, mostrando a parte do corpo de uma mulher (sem seu rosto). A propaganda circulou inicialmente nas mídias televisivas, mas logo foi banida porque o Fórum Mulher de Moçambique pediu que a Procuradoria da República concedesse uma liminar que impedisse a sua difusão naquele meio. Posteriormente, a propaganda foi introduzida na plataforma *Youtube*, onde circula desde o dia 1 de setembro de 2011 (Cuamba; Cigarros, 2021).

A cerveja preta em questão é comparada à mulher preta, sendo assim, os interlocutores compreendem que a “preta” cerveja é tão boa quanto a “preta” mulher. A história do povo negro no Brasil é marcada por processos de desumanização, exploração e subalternidade de seus corpos. O processo de colonização aconteceu a partir de fatores que marcaram (fisicamente e simbolicamente) o povo negro e os povos indígenas, como a escravidão, o trabalho precário, a necropolítica, e o estupro. Isso perdurou durante todo o período escravocrata, e ainda sobrevive, revitalizando-se constantemente, a fim de perpetuar posicionamentos racistas. Além disso, há os dizeres: “agora com a garrafa mais sexy”, o que causa, mais uma vez, um grau comparativo e a sexualização atribuída histórica e culturalmente ao corpo negro⁵⁰.

Em Moçambique, país sul-africano, onde tal propaganda foi produzida, culturalmente a sociedade exige que as mulheres sejam totalmente submissas aos seus maridos, de tal modo que, quando estes fazem, por exemplo, as tarefas domésticas, são socialmente rechaçados. O julgamento de valor é sempre condicionado pela existência de um determinado grupo de pessoas, dessa forma, torna-se matéria de uma crença de dogmas (Volochinov; Bakhtin, 2006). Ou seja, a sociedade moçambicana acredita nesses valores, por isso, “durante a interação comunicativa, esses posicionamentos valorativos ocorrem sob a forma de contexto imediato partilhado pelos envolvidos na enunciação” (Cuamba; Cigarros, 2021, p. 13).

A partir do discurso, são delineados modelos de comportamento, linguagem e posicionamentos ideológicos. Como defende a professora e doutora em Linguística Maria do Rosário Gregolin (2008), os discursos veiculados pela mídia não se limitam à mera reprodução de modelos preexistentes; eles também os reconstroem, reformulam e propõem

⁵⁰ “Numa perspectiva do binarismo social, são construídos imaginários de mulheres e homens negros. As mulheres negras são consideradas selvagens, suportando violências durante os atos sexuais (isso é muito discutido, sobretudo, em relação aos partos de mulheres negras, que eram submetidas a partos sem anestesia, pois eram tidas como fortes), durante a escravidão eram estupradas, outras vezes eram pressionadas a fazer sexo com homens brancos pela cultura do embranquecimento, ou como forma de sobrevivência” (De Lima; Da Silva; Nepomoceno, 2021, p. 27).

novas identidades. Dessa maneira, as formações discursivas, entrelaçadas com as formações ideológicas, desempenham um papel crucial na modelagem e construção das identidades dos sujeitos. Na década de 1950, a título de exemplificação, o *Jornal das Moças*, revista feminina que circulou no Brasil entre os anos de 1914 e 1965 com fundação de Agostinho Menezes e sob slogan: “a revista de maior penetração no lar”, ilustra esse padrão ao instruir as mulheres sobre vestimenta e comportamento para garantir um casamento e manter a moralidade social. As mulheres eram educadas para serem dóceis e passivas, aceitando qualquer agressão ou injustiça proveniente dos homens.

Jornal das Moças - Edição de 1924

**Silhuetas de
INCONFUNDÍVEL ELEGÂNCIA!**

COMODOS, elegantes, duráveis, os Soutiens Morisco modelam tentadoramente a silhueta feminina. Dentre os 85 modelos diferentes que Morisco põe à disposição de nossos lindos patricios, também o senhor, encontrará, na certa, o modelo mais apropriado para destacar toda a beleza e sedução do seu busto!

M SOUTIENS MORISCO
MARCA REGISTRADA



À VENDA EM TODO O BRASIL

VALMARI

VOCE É BOA DONA DE CASA?

Observe com atenção o teste que damos abaixo e aprenda as coisas que lhe poderão ser úteis. As respostas negativas valem 1 ponto e as afirmativas valem 2 pontos. Com 27 pontos a 30 a sua eficiência como dona de casa é esplêndida; de 21 a 27 é boa; de 15 a 21 é regular e abaixo de 15 é fraca e imperfeita, denotando a sua falta de economia e rapidez para o trabalho caseiro que deve ser corrigido.

- 1 — Planeja na hora o “menor” do dia?
- 2 — Faz compras mais de 2 vezes por semana?
- 3 — Mistura frutas, mantega, verduras e cereais em sua geladeira?
- 4 — Utiliza todas as panelas de uma vez?
- 5 — Transporta os pratos, um a um, na mão, para a cozinha?
- 6 — Enxuga os pratos com a toalha de mesa ou com os guardanapos?
- 7 — Deixa secar a roupa antes de separá-la para passar a ferro?
- 8 — Separa uma toalha de mão para cada pessoa de sua família?
- 9 — Trabalha muito de manhã para descansar à noite?
- 10 — Deixa os cinzeiros cheios de pontas de cigarro, pesarem a noite dentro de casa?

RESPOSTAS ABAIXO

1 — Alguns de 17 dormit deve o seu descanso.

2 — Deve usar uma panela de servir algumas horas para servir a todos.

3 — Deve usar uma panela de servir a todos.

4 — Deve usar uma panela de servir a todos.

5 — Deve usar uma panela de servir a todos.

6 — Deve usar uma panela de servir a todos.

7 — Deve usar uma panela de servir a todos.

8 — Deve usar uma panela de servir a todos.

9 — Deve usar uma panela de servir a todos.

10 — Deve usar uma panela de servir a todos.

Fonte: Site Hemeroteca Digital Brasileira

Para concretizar esta dominação, a cultura machista e conservadora continua, ainda hoje, apesar de todos os avanços sociais dos movimentos feministas. Neste viés, como defende a doutoranda Dalila Maria Musa Belmiro: “a objetificação, termo cunhado no início

dos anos 1970, consiste em analisar um indivíduo a nível de objeto, sem considerar seu emocional ou psicológico” (Belmiro et al, 2015, p. 2). Observa-se com isso movimentos nos dias atuais como o chamado *red pill*. A expressão é uma referência ao filme *Matrix* de 1999, dirigido pelas irmãs Lana e Lilly Wachowski. Em certo momento da trama, o protagonista Neo, interpretado pelo ator Keanu Reeves, precisa escolher entre uma pílula azul, que o manteria em um mundo de ilusão, ou uma pílula vermelha, que o despertaria para a realidade. Grupos misóginos passaram a usar o termo para se referir a quem “caiu na real”, um homem “redpillado”. São os masculinistas, homens que veem as mulheres como inimigas porque estas poderiam, a qualquer momento, rebaixá-los à condição de inferioridade.

O movimento PUA (*Pick-up Artist*, ou “artista da sedução”) é um dos subgrupos misóginos que fazem parte do movimento *red pill* e ganha dinheiro ensinando homens que têm dificuldade de relacionamento com as mulheres a conquistá-las sexualmente. E a tática principal é tratar mal as mulheres, humilhando-as, afinal um dos princípios do movimento é o entendimento de que a mulher não gosta de homem gentil e não sabe escolher. O movimento masculinista ganha fôlego à medida que o debate feminista também avança, pois a igualdade de direitos e o empoderamento feminino são vistos, para esses homens, como formas de agressão à masculinidade.

Com base nas discussões suscitadas acima é interessante observar o que a juíza, coordenadora do Núcleo Judiciário da Mulher (NJM), e titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar do Riacho Fundo, Fabriziane Stellet Zapata destacou em entrevista ao *Jornal de Brasília* no ano de 2019:

A música, o cinema, as manifestações em redes sociais, as propagandas reforçam a ideia de “objetificação” da mulher, que não é vista como uma pessoa, mas como um objeto, um corpo a ser utilizado, consumido e, quando não serve mais, descartado. Pode parecer exagero, mas quando estudamos a respeito de criminologia e violência nos corpos das mulheres vítimas de feminicídio, observamos como os ofensores atacam as zonas do corpo feminino mais ligadas à feminilidade, como seios, ventre, áreas sexuais, rosto, sempre de uma forma a mostrar seu ódio ao corpo da mulher (Zapata, *Jornal de Brasília*, 2019).

Com o patriarcado como um sistema em vigência, visões machistas perpetuam-se. Segundo a ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres), a América Latina é uma das regiões mais letais para a sobrevivência das mulheres. Isso é percebido pelos casos de feminicídio crescentes que acontecem diariamente. A maneira como o jornalismo cobre esses crimes também é sintomática.

De acordo com a perspectiva da Análise do Discurso, a identidade é concebida como sendo de natureza discursiva, uma vez que ela é forjada a partir dos discursos produzidos nas interações sociais. Seguindo a abordagem proposta por Gregolin, torna-se crucial na análise do discurso a compreensão dos significados gerados nos textos veiculados pela mídia. Dessa maneira, é possível perceber o papel desses discursos na promoção das disputas sociais pela construção e reconstrução das identidades individuais e coletivas (Gregolin, 2008).

O jornalismo também constrói o gênero (De Lauretis, 1994). Como explica Marcia Maria Veiga em sua dissertação de mestrado intitulada “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção da notícia”, as matérias que abordam questões sentimentais são notadamente relacionadas às mulheres, já o “furo” e reportagens profundas são associados à figura masculina. Os números escancaram a questão: 70% dos especialistas em notícias são homens, enquanto apenas 7% das notícias abordam igualdade de gênero (Veiga, 2010).

Cobertura do jornal *Folha de São Paulo* de 20 de agosto de 2000

da **Folha de S. Paulo**

Sandra Gomide

Jornalista começou em 1989

A jornalista Sandra Gomide nasceu em São Paulo, no dia 17 de outubro de 1967. Ela se formou em comunicação social na faculdade Cásper Líbero, em 1989, ano em que ingressou no jornal "Gazeta Mercantil" como trainee no caderno Construção.

Antes, havia trabalhado na assessoria de imprensa da Cetesb (Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental).

Iniciou o relacionamento com o jornalista Antônio Pimenta Neves quando ele voltou dos Estados Unidos para exercer a função de diretor de redação do jornal "Gazeta Mercantil".

Naquele jornal, Sandra foi repórter das seções Construção, Matéria-prima e Nacional. Foi também repórter especial e editora de Negócios.

Neves trocou a "Gazeta Mercantil" pelo jornal "O Estado de S. Paulo", no começo de 1998. Sandra permaneceu na "Gazeta" até setembro, quando foi demitida.

No ano passado, ela foi para o "Estado", contratada como repórter especial e chegou a editora de economia, quando foi demitida.

Ela deixa a mãe, Leonilda Paziam Florentino, o pai, João Florentino Gomide, o irmão, Nilton, e duas sobrinhas.

Sandra Gomide foi enterrada nesta segunda-feira no Cemitério do Horto Florestal, na zona norte de São Paulo.

Antônio Pimenta Neves

Pimenta Neves tem currículo notável

Antônio M. Pimenta Neves tem um dos mais notáveis currículos do jornalismo brasileiro contemporâneo, tendo ocupado cargos de direção nas principais empresas do setor em São Paulo.

Começou na profissão como repórter e crítico de cinema da "Última Hora", em 1958. Depois, foi repórter e redator de política de "O Estado de S. Paulo", para o qual também trabalhou na Sucursal de Brasília, logo após a capital do país ter-se transferido para lá.

Veio para a Folha com Cláudio Abramo, integrando a equipe do comando da Redação do jornal. Dali, foi para a chefia da Redação da "Folha da Tarde", função que ocupou em 1968, quando esse jornal se destacou na cobertura do movimento estudantil.

[E-mail em que Pimenta tenta reparar namoro](#)

["Não tenho limites", diz Pimenta em e-mail](#)

[Primeira parte do depoimento de Pimenta Neves à polícia](#)

[Relatório do Einstein sobre saúde de Pimenta](#)

[Denúncia de ex-motora de polícia de Ibiúna](#)

[Decisão que torna Pimenta Neves réu](#)

[Decisão da Justiça de Ibiúna sobre o caso](#)

[Decisão do TJ que mantém a prisão](#)

[Pedido de libertação negado pelo STJ](#)

[Decisão do TJ que mantém Pimenta internado](#)

[Decisão do STF que mantém a prisão](#)

Fotos



A jornalista Sandra Gomide, encontrada morta em um haras, em Ibiúna



Pimenta Neves (de boné) chega ao 77º DP



Sandra Gomide, 32, encontrada morta em um haras em Ibiúna (76 km de SP)

www1.folha.uol.com.br

Fonte: Acervo *Folha Online*

A cobertura midiática acima trata-se do crime ocorrido em 20 de agosto de 2000, em que o diretor de redação do jornal *O Estado de São Paulo*, Antônio Marcos Pimenta Neves, assassinou a editora de economia e jornalista Sandra Gomide, sua ex-namorada, com dois tiros, um na cabeça e o outro nas costas disparados em um haras na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. De forma analítica, ao observar a matéria, técnica e jornalisticamente, todas as perguntas que compõem o lead foram respondidas nos parágrafos iniciais do texto. No entanto, o relato jornalístico construído sobre o caso aponta para a naturalização, pelos

jornalistas, de divisões hierárquicas e discriminação de gênero presentes no cotidiano das redações (De Magalhães Carvalho, 2018).

Para além disso, o jornal em questão classifica o crime como “passional”⁵¹, destaca a informação de que o culpado afirmou que “não teria limites”, escreve uma outra matéria no dia 1 de setembro de 2000 onde disponibiliza na íntegra o relatório do hospital Albert Einstein sobre a saúde do agressor, e, por fim, mas não menos problemático, distante de criticar o criminoso, afirma com todas as letras: “Antônio M. Pimenta Neves tem um dos mais notáveis currículos do jornalismo brasileiro contemporâneo, tendo ocupado cargos de direção nas principais empresas do setor em São Paulo” (*Folha de São Paulo*, 2000).

Os assassinos em casos como esses não são lidos, na mídia em geral, como opressores, mas psicopatas, e doentes; como se o crime de feminicídio fosse um caso isolado (Freire Filho; Anjos; Lopes, 2020). Além disso, para esse tipo de crime, a segurança é tida como responsabilidade individual, não como uma questão social e governamental. Prova disso é o próprio termo “feminicídio” incomodar tantos leitores homens; é o que a doutora em Comunicação Social Gabriella Hauber ilustrou em seu artigo: “Por que o termo feminicídio incomoda tanto? Um estudo de caso de comentários de *posts* da página do Facebook do jornal *O Globo*”. Dentre muitos comentários cercados de misoginia, a ideia de que as vítimas mereceram de alguma forma o assassinato é perpetuada, como se houvesse uma separação entre mulheres “boas” e mulheres “más” (Richardson-Self, 2018). Além disso, com tantos simbolismos que o feminicídio carrega, um deles é pertinente: ao executar a vida de uma mulher, o assassino deixa uma mensagem (“message crimes”) e a ideia de que “a próxima vítima pode ser você” (Chakraborti; Garland, 2012).

A socióloga e ativista brasileira Heleieth Saffioti (2004) parte da perspectiva de que a opressão contra as mulheres é estrutural, não individual (um caso isolado) como a maioria dos jornais noticia fazendo enquadramentos episódicos: tratando até mesmo, a exemplo da imagem acima, como casos de amor. Feminicídios não são crimes passionais⁵²: não existe amor, paixão, ciúme, descontrole entre as causas (argumentos usados para justificar o ato). Feminicídio é um crime de ódio contra as mulheres e precisa ser tratado dessa maneira pelos meios midiáticos.

⁵¹ No momento em que a matéria foi publicada, ainda não existia a Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015, também chamada de Lei do Feminicídio (Brasil, 2015b). No entanto, ao escolher o termo “passional”, o jornal opta por uma formação semântica e, portanto, de sentido. A *Folha* não classifica, no material específico, o fato como “homicídio”, por exemplo.

⁵² O Novo Dicionário Jurídico Brasileiro conceitua crime passional desta maneira: o que é praticado sob o impulso de uma paixão violenta e irreprimível, ou em estado de emoção violenta. Exemplo: os crimes praticados sob a ação do ciúme, do ódio, da raiva, etc. Essa visão é problemática porque, na maioria das vezes, coloca em xeque o termo “feminicídio” e ameniza tanto a culpa quanto a pena do criminoso.

No caso das mulheres guerrilheiras, a violência (simbólica ou não) se acentuava, em especial, pelo contexto ditatorial. O fato de serem mulheres, para além da luta armada, delineou a forma como vivenciaram a luta e como suas trajetórias e corpos foram tratados. Isso não significa dizer que os homens militantes não tenham sofrido, mas é afirmar que as guerrilheiras foram duplamente atingidas, pelo fato de fazerem oposição à ditadura, e também pelo fato de serem mulheres: “os homens saíam do cárcere e faziam conferência com a imprensa, as mulheres saíam do cárcere e iam correndo encontrar com suas famílias” (Wolff, 2009).

Além da represália sofrida pelos militantes, dentro dos próprios grupos de esquerda, a luta pelo direito feminino, como explicado neste trabalho, era deixada em segundo plano por um ideal massivo de luta de classe pela democracia e também pelo papel ideal do “guerrilheiro”:

No caso das mulheres, ainda que tivessem grandes trajetórias políticas e tivessem igualmente morrido em combate, a situação era diferente. Um número bastante menor delas foi homenageado. Chama-se a atenção para a sua dedicação, mas palavras como heroína, valente ou corajosa e as comparações com o que Melgar chamou de “panteão” da esquerda armada não foram encontradas em nenhum documento (Back, 2011, p. 383).

Segundo a doutora em Linguística, Amanda Pontes Rassi, a Análise do Discurso considera o acontecimento histórico como um recorte de fatos ou sequências de eventos que ocorrem em um determinado tempo e espaço (Rassi, 2012). Nessa perspectiva, os acontecimentos históricos compreendem as diversas lutas das mulheres ao longo da história, desde o movimento pelo direito ao voto na década de 1930 até a luta contra o machismo no século XXI. Esses eventos desencadearam manifestações discursivas que deram origem a novos discursos, permeados por diferentes ideologias e imaginários sobre o papel da mulher na sociedade e na mídia.

4.2 A MÍDIA PARA A MULHER

A imprensa voltada para o público feminino nasce junto ao jornalismo industrial com o objetivo de induzir o consumo e disciplinar as mulheres. O jornalismo *mainstream* sempre considerou “notícia” o que interessava ao público masculino, afinal os homens eram quem produziam, redigiam, editavam e liam os jornais. A partir do momento em que o capitalismo ganhou maior fôlego com a Revolução Industrial no século XIX, os jornais e revistas voltados para o público “das donas de casa” acabaram ganhando espaço (Silveirinha, 2012).

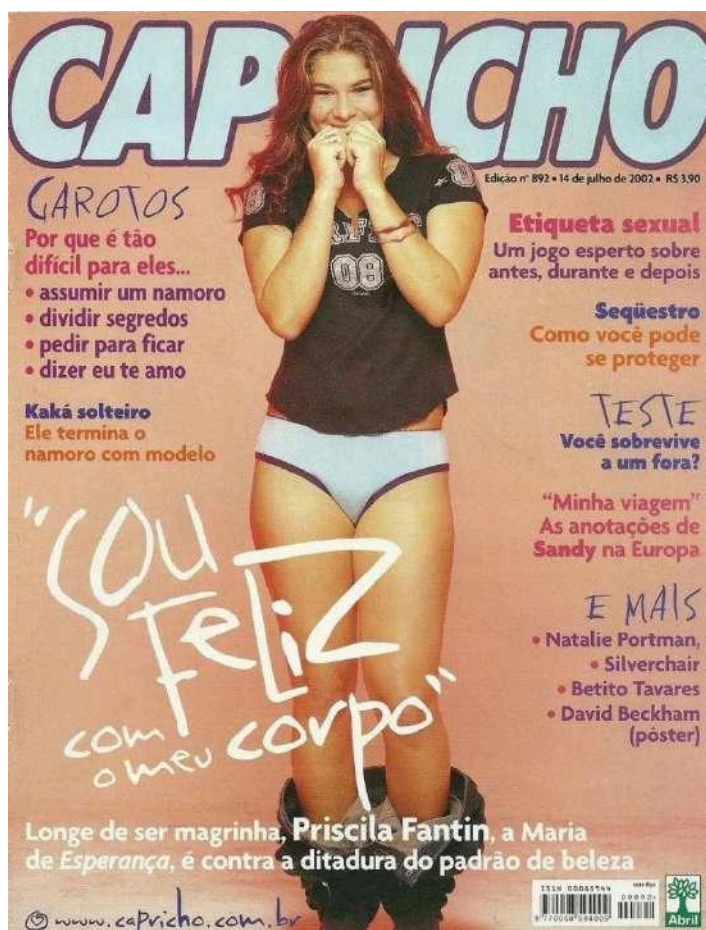
O consumismo, a disciplina imposta às mulheres, e a evocação da chamada “feminilidade”⁵³ foram temas muito trabalhados e difundidos para o público feminino. A feminilidade é uma máscara para as mulheres (Berlant, 2011). A capacidade de auto sacrifício, devoção e abnegação expressa o esforço para a figura feminina manter-se no lugar que lhe é condicionado. Na virada do século XIX para o século XX, as meninas recebiam uma educação doméstica para se tornarem donas de casa, e mãe devotada aos filhos e ao marido. A feminilidade aqui é associada a gestos delicados, aparência de fragilidade e personalidade passiva - qualidades esperadas das mulheres brancas, já que as mulheres negras ainda nem eram vistas como seres humanos com direitos básicos de sobrevivência. A Primeira Onda feminista surge neste período para tirar o véu da aceitação e mostrar o quão arbitrário era o padrão de comportamento imposto pelo patriarcado.

As imagens de beleza foram e são usadas contra mulheres, seja nos programas de TV, nas campanhas publicitárias, nas redes sociais, e também no jornalismo. A escritora, jornalista e feminista estadunidense Naomi Wolf debateu sobre o tema em sua obra “O mito da beleza” de 1991, que teve relançamento no Brasil em 2018 e, mesmo depois de tanto tempo, ainda segue, infelizmente, atual. Em 1991, quando a obra foi escrita, a conjuntura que se armava era a Terceira Onda Feminista, marcada pelo evitamento de definições essencialistas da feminilidade feitas pela Segunda Onda, e que colocava ênfase nas experiências das mulheres brancas de classe média alta.

O mito da beleza seria então um ideal inatingível que serviria a um projeto econômico com a lógica de quanto mais as mulheres odeiam seus corpos, mais o mercado e a indústria lucram, mas também a um projeto político, já que tem por objetivo enfraquecer o empoderamento feminino e, com isso, driblar o feminismo. O jornalismo e as revistas voltadas para as mulheres propagam até os dias de hoje procedimentos estéticos dos mais variados. Para atingir aquele ideal inatingível, a mulher precisa estar disposta a sofrer psicológica e fisicamente. Cirurgias, procedimentos invasivos, depilação, cintas modeladoras, passar por dietas, viver de restrições. Os aparatos de controle são inúmeros. Segundo o mito de Wolf, uma mulher deve se recordar de que dói ser mulher.

⁵³ De maneira geral, o conceito de feminilidade trata de uma série de comportamentos e qualidades que são esperados das meninas e mulheres até o final de suas vidas. Ou seja, são normas patriarcais que apontam para o que é uma atitude aceita socialmente como feminina.

Edição Revista *Capricho* - Julho de 2002



Fonte: Site *Portal Catarinas*

No artigo de 2021 “Os sentidos sobre as mulheres no discurso da revista *Claudia* ao longo de uma década (2009-2019)” as autoras Daiane Bertasso e Amanda Regina Rosa discutem como a publicidade e o consumismo são um padrão nos jornais e revistas femininas. Para além disso, há a homogeneização do ser mulher com o reforço de padrões de beleza e estímulo a entrar nos padrões. Bertasso e Rosa notaram que quando se trata de matérias para as mulheres que trabalham, o texto, na maioria das vezes, ancora-se em um feminismo liberal⁵⁴, exaltando o que a revista *Claudia* denomina como “função multitarefas” e “divisão entre trabalho e maternidade”, o que na realidade é a dupla ou a tripla jornada de trabalho⁵⁵.

⁵⁴ Também conhecido como feminismo universalista é, assim como o próprio conceito liberal, uma forma individualista da teoria feminista, que incide sobre a capacidade das mulheres em manter a sua igualdade através de suas próprias ações e escolhas (meritocracia) e propõem mudanças nos sistemas jurídicos, mas não nas estruturas sociais.

⁵⁵ Uma jornada dupla é, resumidamente, a carga de trabalho das pessoas que exercem sua profissão fora de casa, mas que também são responsáveis por quantidades significativas de trabalho doméstico não remunerado. Já a tripla jornada de trabalho é uma expressão usada para definir a sobrecarga de tarefas diárias que a maioria das mulheres enfrenta em sua rotina, o que envolve emprego, afazeres domésticos e maternidade.

Há, nesse contexto, a exaltação da maternidade (como se fosse um sonho para todas as mulheres). Nessa leitura, os pais ficam como meros coadjuvantes. A maternidade, para além de outros fatores, é também um dispositivo de opressão, haja vista a histórica proibição do aborto no país, afinal o filho controla a vida pública e política da mãe (Federici, 2004)⁵⁶.

Além disso, a busca pelo amor verdadeiro aos moldes da heteronormatividade e a necessidade de união amorosa são temas também recorrentes, a título de exemplificação estão textos sobre a importância do matrimônio, a comemoração pelo casamento, dicas para encontrar um par ideal, e o papel da mulher na manutenção do casamento.

Revista *Claudia* - 17 de junho de 2012



Fonte: Portal de notícias *Claudia*

4.3 A MULHER FAZENDO A MÍDIA

Os primeiros jornais voltados para o público feminino foram produzidos por homens. Com posições privilegiadas e atentos às novidades e às mudanças de costumes da época, esses autores se apressaram em desenvolver veículos destinados à informação das leitoras. O

⁵⁶ Entre os fatos que comprovam isso está a pesquisa “Mulheres perdem trabalho após terem filhos” de autoria de Cecília Machado da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O estudo indica que há imediata queda no emprego das mães ao fim da licença-maternidade e, depois de 24 meses, metade delas saem do mercado de trabalho, na maioria das vezes, por iniciativa de quem emprega.

primeiro título conhecido, *O Espelho Diamantino*, fundado por Pierre Plancher, editor e jornalista francês que atuou no Brasil durante o Primeiro Reinado, circulou no Rio de Janeiro de 1827 a 1828, totalizando 14 edições. Na edição de 1º de outubro de 1827, o autor afirma que conservar as mulheres “em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade”.

O Espelho Diamantino - Primeira Edição



Fonte: Site *Hemeroteca Digital Brasileira*

No século XX, a presença das mulheres no campo literário ganhou certa notoriedade. No entanto, pode-se rastrear uma série de atividades femininas ligadas a este campo no Brasil ainda no século anterior. Como explica a professora e historiadora Zahidé Lupinacci Muzart (2003), uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres neste período partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação, em segundo, o direito à profissão e, só longos anos depois, o direito ao voto. Certamente, o direito à educação era, muitas vezes, dirigido ao matrimônio e a uma melhor educação para a prole, mas ele incluía também o direito de frequentar escolas, o que consequentemente incluía o

direito à profissão. É importante pontuar que a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827 (Duarte, 2003) e que, antes disso, havia poucas opções para a educação feminina (somente conventos ou professoras particulares que se preocupavam mais com o ensino de etiqueta e comportamento⁵⁷).

A profissionalização das mulheres, à época, era alvo de preconceitos, o que fica nítido, por exemplo, no artigo intitulado “O Eterno Feminino”, publicado, em 1886, na página 6 da *Revista Illustrada*⁵⁸, em que se diz que o campo profissional para as mulheres deveria ser ampliado, mas com moderação, e “[...] que a mulher não deve se intrometer em lutas políticas” (apud Buitoni, 1981, p. 18).

Revista Illustrada - Edição 425 datada de 1886



Fonte: Site *Hemeroteca Digital Brasileira*

⁵⁷ Segundo o filósofo francês Paul Virilio, a mulher foi o primeiro suporte logístico, o primeiro vetor de velocidade e o primeiro meio de transporte ao qual o homem recorreu (Virilio, 2005), ainda antes de formarem-se as civilizações como tem-se conhecimento nos dias atuais. “Para que este uso da mulher fosse possível, foi necessária, primeiramente, sua domesticação: uma economia de violência, ou conservação de energia necessária para viver” (Virilio, 2005, p.45). Esta domesticação se dá, primeiramente, na forma de uma caça à mulher, com o propósito de domesticá-la, escravizá-la, torná-la parceira, utilizar-se dela como meio de transporte de carga. Ao ensinar a etiqueta e maneires de comportamento, a domesticação é enfática porque molda a mulher em um conceito patriarcal para que seja reclusa, leve, agradável, de poucas palavras, que tenha “modos” a fim de satisfazer as vontades de um homem: seu pai, marido, irmão, etc.

⁵⁸ Fundada no Rio de Janeiro pelo desenhista brasileiro Angelo Agostini, a *Revista Illustrada* era um trabalho jornalístico e caricaturista marcadamente satírico de retratar a política, sendo um periódico semanal crítico do regime monárquico e do sistema escravista do Brasil.

Pensando no empenho das jornalistas e mulheres escritoras do século XIX, que a doutora em literatura brasileira Constância Lima Duarte (2003) coloca na obra “Feminismo e literatura no Brasil” que já havia, nessas mulheres, um feminismo embrionário (embora problemático⁵⁹) independente do conteúdo:

No século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente (Duarte, p. 20, 2003).

O assunto, decorrente da luta feminista, sobre o direito ao voto feminino começa a surgir por volta de 1870 nos jornais femininos, de maneira notável, em jornais como *O Sexo Feminino*, publicado de 1873 a 1896 por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, e *A Família*, fundado em 1888 por Josefina Álvares de Azevedo, durando até 1894.

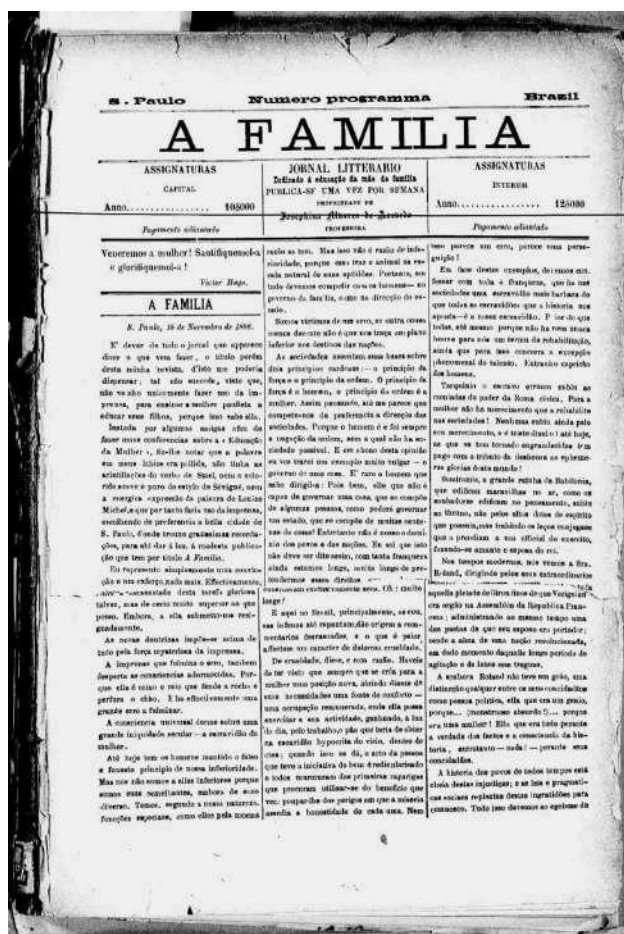
O Sexo Feminino - Primeira Edição de 7 de setembro de 1873



Fonte: Site *Hemeroteca Digital Brasileira*

⁵⁹ A palavra “problemático” é utilizada haja vista que as mulheres que estavam à frente dos jornais feministas brasileiros eram, em sua maioria, brancas, com uma condição financeira estável, ocidentais, cisgêneros e heterossexuais. Sem a leitura de um feminismo interseccional (termo cunhado pela jurista Kimberlé Crenshaw em 1989 como: “um prisma para ver a maneira como várias formas de desigualdade frequentemente operam juntas e se exacerbam mutuamente”) e ignorando os micropoderes, corre-se o risco de não se atentar para questões mais profundas dentro do movimento feminista.

A Família - Primeira Edição datada de 1888



Fonte: Site *Hemeroteca Digital Brasileira*

Criado por Joana Paula Manso de Noronha, argentina radicada no Rio de Janeiro, o primeiro periódico brasileiro dirigido e escrito por mulheres, *O Jornal das Senhoras*, foi lançado de 1852 a 1855. Seu primeiro editorial, dizia que:

Redigir um jornal é para muitos literatos o apogeu da suprema felicidade, já sou Redator, esta frasezinha dita com seus botões faz crescer dois palmos a qualquer indivíduo. No círculo ilustrado o Redator é sempre recebido com certo prestígio do homem que em letra de imprensa pode dizer muita coisa, propícia ou fatal a alguém. Ora pois, uma Senhora à testa da redação de um jornal! que bicho de sete cabeças será? Contudo em França, em Inglaterra, na Itália, na Espanha, nos Estados Unidos, em Portugal mesmo, os exemplos abundam de Senhoras dedicadas à literatura colaborando [em] diferentes jornais. Porventura a América do Sul, ela só, ficará estacionária nas suas idéias, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade? (*O Jornal das Senhoras*, 1852, p. 1).

Os textos publicados, em sua maioria, não eram assinados, deixando as escritoras em um anonimato, por motivos de segurança talvez: “até a autora da seção de modas mostrava-se muito temerosa de um possível ridículo e, admitindo que lhe faltasse a coragem da editora,

requeriu seu anonimato fosse mantido” (apud Lima, 2007, p). A ousadia e crítica de algumas asserções da revista para a época, como o trecho abaixo, parece explicar esse comportamento:

Para a maioria dos homens, o casamento era apenas um meio de satisfazer um desejo, um capricho, ou simplesmente mudar de estado. Ou assegurar a sua fortuna. Daí o homem poder dizer ‘minha mulher’ com a mesma entonação de voz com que diz ‘meu cavalo, minhas botas, etc.’, pois tudo são trastes de seu uso (*O Jornal das Senhoras*, 1852, p. 13).

***O Jornal das Senhoras* - Edição de 1 de janeiro de 1852**



Fonte: Site *Hemeroteca Digital Brasileira*

As representações da imprensa feminina brasileira do século XIX, de forma geral, segundo a jornalista e professora Dulcília Helena Schroeder Buitoni (1981), estavam articuladas em torno de dois pólos principais: um deles representados por revistas que valorizavam a mulher “do lar” em sua imagem de mãe e esposa, o outro mais voltado à conquista de direitos e focado na emancipação feminina. “No que diz respeito ao segundo

modelo, essas experiências internacionais citadas no editorial de Noronha são bastante significativas e deixam entrever certo atraso brasileiro neste aspecto” (Casadei, 2011, p. 5).

Em países como a Argentina, por exemplo, já existiam jornais femininos similares: com a fundação do jornal feminista *La Aljaba* lançado por Petrona Rosende de Sierra em Buenos Aires, no ano de 1830. Um nome bem escolhido, afinal o vocábulo espanhol de origem árabe “la aljaba” significa o recipiente para carregar arco e flechas. Um guardador de munição. O lema da publicação, logo abaixo da data, expressava, sem meias palavras, a proposta editorial: “nos livraremos das injustiças dos homens somente quando não existirmos mais entre eles”.

La Aljaba - Edição de 16 de novembro de 1830



LA

A L J A B A.

Dedicada al bello sexo Argentino.

N.º 1.º BUENOS AIRES, 16 DE NOVIEMBRE DE 1830. (PRECIO 3 RS.)

Not liberemos de las injusticias de los demas hombres, solamente cuando no existamos entre ellos.

A mis lectoras.

¡Muccha!!! ¡Nombre pronunciado por los labios de Dios mismo!! Así llamó á la primera que formó con el alto designio de poblar la tierra de seres que le alabasen; ¡Muger!! ¡Nombre que encierra grandes significados! ¡Muger! Parte esencial del universo; columna de los estados; honor, gloria, ornamento, y brillo de la sociedad, y adorno de las concurrencias privadas; dulce compañera y consoladora del hombre aislado; legisladora del orden doméstico; ecónoma, administradora, de los caudales que el afán y desvelos del hombre deposita, en las arcas de su prudencia..... En fin ¡qué bien no encierra en sí la palabra *muger*? y mucho mas, cuando no desmiente las clasificaciones de *moral, instruida, y hacendosa*. He aquí los mas brillantes adornos

de las mugeres. He aquí las indestructibles bases sobre que deben fundar el edificio de su felicidad propia, y la de cuantos las pertenezcan, ya sea como hijas, ya como madres, ó ya como esposas. La muger que recibe una educacion moral, y la practica debidamente, es, digámoslo así, un templo en el que moran todas las virtudes: ella sera prudente sin afectacion; sáble sin familiaridad; honesta sin hipocresia; ingenua y candorosa, sin necedad; silenciosa sin vanidad; humilde sin bajeza; compasiva y humana, sin ostentacion; honrada sin orgullo: por último la muger moral es un tesoro inapreciable: siendo moral, es por necesidad instruida; porque, las virtudes no se adquieren sin que la instruccion las guie; siendo instruida, debe aplicarse con empeño á practicar cuantas reglas ha recibido de la moral; practicando las reglas, es consi

31

Fonte: Site *Jornalismo e História* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

No contexto ditatorial, e em consonância com a imprensa alternativa empreendida por veículos como *Ex*, *O Pasquim*, *Última Hora*, *Opinião*, e *Movimento*, as jornalistas brasileiras

também estiveram inseridas com um tipo de comunicação feita diretamente por elas e com discursos voltados especificamente para elas.

Registra-se que, dentro do cenário da imprensa feminina, feminista e progressista, foi publicado pela *Sociedade Brasil Mulher* o primeiro jornal dirigido às mulheres e produzido por mulheres, o *Brasil Mulher*, que surgiu na cidade de Londrina, no estado do Paraná, e que circulou entre os anos de 1975 e 1980 idealizado pela jornalista Joana Lopes, convidada pela ativista e advogada Therezinha Zerbini para participar do movimento. A conjuntura de intensa movimentação política da época justifica o fato de que outras mulheres que passaram a fazer parte do jornal viessem da militância e da luta armada. Entre elas, estava Maria Amélia de Almeida Teles, então militante do PCdoB (Leite, 2003).

O veículo já era conhecido pelas feministas exiladas militantes do Círculo de Mulheres de Paris⁶⁰. A correspondência e o diálogo eram frequentes entre a direção do jornal e o coletivo de mulheres exiladas. Ademais, o *Brasil Mulher* já era nessa época constituído por mulheres militantes do PCdoB, da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Segundo a professora, ativista e ex-participante do *Brasil Mulher* Rosalina de Santa Cruz Leite em matéria “Brasil Mulher: luta feminista por liberdade e anistia” publicada pelo jornal *Vermelho* no dia 2 de dezembro de 2017, a tiragem média do *Brasil Mulher* era de 5 mil exemplares, mas tiveram números que saíram com 10 mil.

A situação financeira do jornal, enquadrado como alternativo e, para além disso, feminista, durante toda sua existência, foi muito precária. É significativo que o *Brasil Mulher* passasse a publicar pequenas notas incentivando a colaboração mensal, com o objetivo de chamar a atenção das leitoras quanto à necessidade de não só comprar e divulgar as edições, mas também de apoiar financeiramente. Em uma dessas notas, o *Brasil Mulher* lembra que, como todos os jornais independentes que vivem basicamente da venda de seus exemplares e de assinaturas, o periódico vinha sofrendo variações econômicas que refletiam na sua periodicidade e, conseqüentemente, na sua qualidade (Debértolis, 2002).

A principal temática do *Brasil Mulher*, desde sua primeira edição, era a especificidade da luta das mulheres pela sua emancipação, promovendo o debate de um conjunto de questões teórico-práticas ligadas à explicação da dominação e exploração das mulheres pelos homens, além da divulgação de teses sobre a superação da sociedade patriarcal. Em uma

⁶⁰ O chamado Círculo de Mulheres de Paris, referia-se a um grupo formado por feministas de esquerda integrantes, em sua maioria, do Debate, dissidência política que surgiu no exílio agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de contar também com mulheres autônomas (Leite, 2003).

outra chancela, posicionava-se sobre todos os fatos conjunturais em pauta na realidade do país no contexto pós-luta armada, em plena vigência da ditadura civil-militar e da reorganização do movimento popular.

Para além de todas estas questões, o *Brasil Mulher*, em seu primeiro número, surge como porta-voz do movimento pela Anistia. O editorial do número zero do jornal, publicado em 9 de outubro de 1975, ao esclarecer seus objetivos diz que :

O *Brasil Mulher* não é o Jornal da Mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres. Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação do débil mental (*Brasil Mulher*, 1975, p. 1).

Esse mesmo editorial deixa claro o caráter internacionalista do jornal:

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de 50; mulheres que desejavam trabalhar e serem independentes economicamente de seus maridos [...] (*Brasil Mulher*, 1975, p. 1).

Esse editorial faz também a defesa de um movimento feminista igualitário, mas que respeita as diferenças e explicita um conceito muito avançado na época, o de equidade⁶¹: “[...] queremos usar a inteligência, informação e conhecimentos em função da igualdade e, desde já, a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude” (*Brasil Mulher*, 1975, p. 1). Nas próximas linhas, o *Brasil Mulher* demonstra apoio à imprensa alternativa e democrática, ao afirmar que: “[...] finalmente, *Brasil Mulher* deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir” (*Brasil Mulher*, 1975, p. 1)

⁶¹ O conceito de equidade de gênero, diferentemente de igualdade, é, em suma, a disposição para eliminar toda e qualquer discriminação contra a mulher, com base no reconhecimento das necessidades e características próprias do gênero, com foco nas desvantagens e vulnerabilidades que as mulheres enfrentam enquanto grupo.

Brasil Mulher - Edição 0 - de dezembro de 1975



Fonte: Site *Centro Sérgio Buarque de Holanda* – CSBH/FPA

Seguindo esse exemplo, em junho de 1976 foi lançada na cidade de São Paulo, a primeira edição do jornal *Nós Mulheres*, com financiamento da atriz luso-brasileira Ruth Escobar. Organizado e publicado, até 1978, pela Associação de Mulheres e militantes feministas do grupo clandestino Debates, o *Nós Mulheres* se pôs a serviço da organização das pautas femininas, reivindicando direitos, questionando as relações de poder e introduzindo as mulheres no movimento popular contra o regime civil-militar:

A emancipação da mulher, para mim, não quer dizer que queremos tomar o lugar do homem, ser homens ou concorrer com eles [...] Queremos ser dignamente emancipadas. Queremos viver num mundo melhor, sem insegurança e violência. Para o progresso. Mulheres e homens juntos, livres, emancipados, sem neuroses. Uma emancipação cultural, econômica e sexual. O poder de escolha em nosso País (Bengell, *Nós Mulheres*, 1977, p. 14).

A epígrafe, assinada pela atriz e produtora brasileira Norma Bengell no jornal *Nós Mulheres*, é crucial para pensar o momento histórico, social e político das décadas de 1970 e 1980. As mulheres latino-americanas estavam, em grande parte, vivenciando mudanças

significativas em seus modos de ser e de viver. O ressurgimento do movimento feminista, comumente denominado de “segunda onda”, balançou as estruturas das relações familiares ao questionar valores até então pensados como direitos adquiridos e inalienantes dos homens e de uma sociedade patriarcal. As mulheres saíam às ruas das grandes cidades para lutar por seus direitos e os direitos de outras minorias, como dos negros e dos homossexuais.

As pesquisadoras Cristina Scheibe Wolff e Soraia Carolina de Mello (2019) no artigo “‘Feminismo é revolução’: o Feminismo como conflito social no Brasil sob ditadura (1964-1985)” trazem a fala da educadora e pedagoga Nilma Lino Gomes, primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal, para pensar as reflexões das intersecções dentro do movimento feminista. Para as autoras, além das questões de classe, o feminismo também diz respeito às questões raciais. Nilma, ao ser entrevistada, disse que sentia não haver espaço para a discussão racial, tampouco, para a presença de lideranças de mulheres negras no movimento feminista. Ademais, explicou também que o movimento de mulheres negras traz à tona demandas que tensionam tanto o movimento feminista, que precisava pensar também em raça, quanto o movimento negro, que precisava pensar em gênero. Essas questões ainda eram muito mal exploradas pelo feminismo nos anos de 1960 e 1970 e essa crítica foi também feita por várias intelectuais negras, especialmente pela historiadora, professora, roteirista, poeta e ativista Maria Beatriz Nascimento, e pela historiadora, filósofa, professora e ativista Lélia Almeida González. Uma das temáticas menos investigadas nos estudos sobre a ditadura civil-militar brasileira é a atuação das mulheres negras na luta contra o regime. A pesquisadora Helena Brandt Corrêa de Oliveira (2025) explana sobre esse assunto em sua dissertação intitulada “A cobertura jornalística da imprensa feminista no período ditatorial: Brasil Mulher e Nós, Mulheres”:

Lélia González (1988) abordou a questão da opressão vivida pelas mulheres negras, inclusive nos círculos feministas e de esquerda e destacava a importância da luta das “amefricanas” contra as opressões de raça, classe e gênero. A autora apontava a especificidade da luta das mulheres negras e indígenas em relação à luta das mulheres brancas. No seu texto mais famoso, “Por um feminismo Afro-latino-americano” trazia uma crítica sobre o apagamento das questões da negritude dentro do feminismo, mesmo reconhecendo o seu papel fundamental em lutas e conquistas, que de acordo com a autora, não somente estimulou a formação de grupos e redes, também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres. Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou todo um debate público em que surgiu a tematização de questões totalmente novas – sexualidade, violência, direitos reprodutivos, etc. – que se revelaram articulados nas relações tradicionais de dominação/submissão. Gonzalez (1988) evidencia assim às mulheres afrolatinoamericanas uma dupla ou tripla discriminação, ou seja, faz com que as mulheres negras, indígenas, com diversidade sexual e de classe baixa

sejam mais oprimidas e exploradas no capitalismo patriarcal-racista dependente (Oliveira, 2025, p. 47).

Com base no pensamento da historiadora feminista Joan Scott (1990), o gênero seria um primeiro modo de dar significado às relações de poder na sociedade. Ao se aprofundar em questões de como o gênero se estabelece nas relações humanas, a autora explana sobre conceitos feministas e seus desdobramentos. De fato, a binaridade estabelecida com uma visão simplista alçada em um conceito divisório biológico entre “homem” e “mulher” concebe uma dicotomia enraizada de estereótipos e preconceitos, que exclui travestis, transexuais, *queers*, pessoas não binárias, entre tantas outras. O patriarcado (controle de corpos femininos por parte dos homens), para além disso, coloca a mulher em posição subserviente, criando para ela estigmas como “sensível”, “fraca”, “histérica”⁶², “burra”, “louca”, “promíscua”.

Seguindo esse ponto de vista, pode-se constatar como as relações de gênero permeiam de forma ativa a maneira como as mulheres (principalmente as militantes aqui enquadradas) e as jornalistas vivenciaram o regime ditatorial. As ativistas políticas da época subverteram a ordem machista tão solidamente acomodada aos moldes do governo aliado com o patriarcado. O pesquisador Andrei Martin San Pablo Kotchergenko (2011) afirma em sua obra “As mulheres na luta armada no Cone Sul”:

Seus papéis femininos tradicionais foram rompidos duplamente: ao se tornarem militantes, opondo-se à repressão militar, e ainda ao tentarem conquistar um espaço público, onde pudessem discutir, participar das decisões e debater assuntos especificamente femininos (Kotchergenko, 2011, p. 283).

Em consonância com esse pensamento é simbólica a frase de Simone de Beauvoir (1961), feminista francesa muito cultuada na segunda onda do movimento feminista, em sua obra “O Segundo Sexo”: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1961, p. 9). O ponto de partida da autora é baseado em uma ideia clássica do existencialismo do filósofo francês Jean-Paul Sartre (2014), de que “a existência precede a essência”. O autor aponta que o ser humano não tem uma essência ou identidade definida ao nascer. No caso das mulheres, isso é ainda mais emblemático, tornar-se mulher é entender um mundo dominado pelo

⁶² É interessante pensar que a palavra “histeria” que derivou a palavra “histérica” tem origem no termo médico grego *hysterikos*, que se referia a uma suposta condição médica peculiar a mulheres, causada por perturbações no útero, *hystera* em grego. O termo foi utilizado por Hipócrates, que pensava que a causa da histeria fosse um movimento irregular de sangue do útero para o cérebro, exclusiva do corpo feminino. A palavra “histérica” é ainda hoje, pela história machista da psicanálise e da ginecologia, associada às mulheres. O episódio “Loucura e Ciência” do podcast “Corpo Especulado”, lançado em 2022, aborda essa questão.

patriarcado, que subjuga mulheres desde a infância até a fase adulta. O documento Verdade e Gênero deixa isso evidente quando diz:

Ao buscar a verdade, a Comissão da Verdade deve analisar os fatos e suas circunstâncias, numa perspectiva de gênero, ou seja, considerando que as desigualdades entre os sexos levaram a consequências e sequelas distintas entre mulheres e homens, em decorrência das brutalidades cometidas pela ditadura militar. (...) Só assim a história poderá fazer justiça às mulheres, a parcela mais esquecida e menos visível da humanidade. Não basta ouvir as mulheres, será preciso senti-las em toda a dimensão de suas ações (São Paulo, 2015, p.45).

Baseados nos estudos de Beauvoir e na nova onda do feminismo naquele momento, nos Estados Unidos era a época dos grandes movimentos contra a guerra do Vietnã, a favor dos direitos civis, do *black power* e do reconhecimento da beleza dos negros como a campanha “Black is beautiful”, e também dos assassinatos de John e Bob Kennedy e de Martin Luther King Jr. Debatia-se o casamento aberto e novas formas de viver em comunidades alternativas. Essa movimentação social e cultural influenciou determinadas camadas das sociedades no Brasil e em outros países da América do Sul. Temas de ordem privada foram levados para a esfera do político, tais como a sexualidade e a pornografia, sob diferentes óticas e sentidos e com diferentes intensidades.

O jornal *Nós Mulheres* foi a primeira publicação brasileira contemporânea a se declarar feminista. Ela buscou divulgar, em suas oito edições, assuntos ligados à luta feminista em geral, com uso recorrente em seus artigos de expressões como “condição feminina”, “condição da mulher”, “mulher” no singular, “mulheres” no plural. No editorial do primeiro número, datado de junho de 1976, o grupo organizador afirmava que “somos oprimidas porque somos mulheres”.



Fonte: Site *Centro Sérgio Buarque de Holanda* – CSBH/FPA

No ano de 1981, nasceu o *Mulherio*, também consonante com causas e a organização popular feminista. Em seus oito anos de circulação, discutiu de forma enfática a agenda feminista por meio de textos analíticos e reflexivos. Por se apresentar como apartidário, o veículo conseguiu participar de maneira significativa da campanha para a Assembleia Constituinte, em 1985, ao mesmo tempo em que debateu a atuação dos Conselhos da Condição da Mulher, as conferências internacionais e as mobilizações pelos direitos e pela dignidade das mulheres. O apoio e o registro dado às atividades desenvolvidas no momento da redemocratização do Brasil, como a atuação de várias mulheres em frentes distintas, clamando e lutando por seus direitos como mulheres, trabalhadoras e cidadãs, também foram importantes na trajetória do *Mulherio*. Sua influência para a imprensa feminista é notória até os dias atuais.

O *Mulherio* nasceu a partir da vontade de um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (São Paulo) de fazer intercâmbios entre as várias instituições e grupos que estudavam as condições das mulheres no Brasil, na década de 1980. Até 1988, o projeto

contou com o financiamento da Fundação Ford, tendo se desvinculado da Fundação Carlos Chagas em 1984. Entre os principais temas presentes no jornal estavam: tendência à especialização do movimento feminista; desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre mulheres e no mercado editorial; criação dos conselhos da condição feminina e de delegacia próprias com foco na violência contra mulheres; reconhecimento governamental de que a saúde da mulher requeria atenção especializada; e extinção da tutela masculina na sociedade conjugal (Constituição de 1988).

Em sua primeira edição, o jornal declarava que:

Mulherio não terá uma posição pré estabelecida sobre este ou aquele assunto, seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições [...] (Mulherio, 1981, p. 1)

Em junho e julho de 1988, diante de percalços e modificações editoriais, o *Mulherio* passou a circular com o nome *Nexo Feminismo, Informação e Cultura*, mudança que também alterou a agenda da publicação, adquirindo caráter mais cultural do que político. Sem contar mais com o apoio financeiro da Fundação Ford, o jornal passou a ser uma revista de arte e de ideias, editada então por dois homens: o poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz.

Mulherio - Primeira Edição

MARÇO-ABRIL 87 ANO 1 NÚMERO 0

MULHERIO

Por que Mulherio?

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, agitação, obsessão, folhagem ou, então, "gostosa". Mas qual é a palavra relacionada a mulheres que não tem essa conotação? O próprio verbete "mulherio" da Enciclopédia de Linguagem de Moraes e Silva, sob o verbo "mulher", define a palavra como "mulherio, o que se refere à mulher".

Constitui um mesmo significado as composições feitas com o verbo "mulher" de "mulherio", "de bem", "de fundo", "de dentro", "de agitação", etc.

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que "as mulheres". É o que somos, é o que esse jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio, em conjunto, pretendendo recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, não mais mal-humorada, ainda ou dogmática.

Os objetivos do jornal

A ideia de criação de um jornal sobre mulher surgiu já há alguns anos entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas que se dedicam ao estudo da condição feminina no Brasil. Inicialmente, imaginava-se apenas um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados ao tema, visando à superação de uma deficiência básica: por falta de informações, quem trabalhava em São Paulo não sabia o que se fazia no Rio, por exemplo.

Aos poucos, percebeu-se que um boletim desse tipo teria utilidade também para os diversos grupos organizados de mulheres, que em pouco tempo multiplicaram-se em todo o País. É que sentiam falta não só de um canal onde pudessem trocar suas experiências, mas também onde encontrassem resultados de pesquisas sólidas, capazes de orientar suas atividades práticas. Mais importante: que também os meios de comunicação vejassem com interesse um boletim desse tipo. Nos últimos anos, a imprensa brasileira está descobrindo o assunto "mulher", antes relegado às páginas de colunas e dicas de beleza. No entanto, as informações da imprensa sobre mulher ainda são, em geral, superficiais, esparsas e contraditórias. Faltava, portanto, um veículo que se dedicasse de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedeias, possa servir de orientação e material informativo para os que focam em tais assuntos nos meios de comunicação.

Já mais abrangente e debatida, a ideia de criação de um jornal dirigido a esses meios públicos — os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas — tornou-se agora realidade, ao ser integrada ao conjunto de projetos sobre a condição feminina que a Fundação Carlos Chagas realiza com o apoio da Fundação Ford. Isso garante a saída regular de Mulherio por um período inicial de um ano e meio.

Nossa pauta

O que você está recebendo hoje é o número zero do jornal — mais uma etapa de testes, um "test-drive", como dizem os americanos. Mulherio, com 16 páginas, terá sempre um artigo de fundo, de análise, abordando um tema político, como o que Maria Carmo da Cunha escreve na página 3, sobre o significado do 8 de março. Várias reportagens e notas curtas abordarão a mulher no Brasil e no mundo. Uma seção será dedicada a pesquisas, textos e outros estudos sobre a mulher. Outra procurará abrir espaço aos diversos grupos feministas e feministas para que divulguem suas atividades. Na área de cultura,

acompanharemos com resenhas e críticas o lançamento de livros, filmes, programas de televisão e peças de teatro. E sempre teremos charges — como esta que Cica revirou para o número zero — e muitas fotos.

A pauta do jornal e seus rumos são definidos pelo nosso Conselho Editorial, composto por 16 mulheres que têm trabalhado pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes (ver a página 4 do jornal).

Em sua primeira reunião, realizada aqui na Fundação Carlos Chagas no dia 4 de fevereiro, o Conselho decidiu que Mulherio não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto — seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições.

Nesse contexto, a sua participação é muito importante, ao fazer sugestões, criticar o jornal ou apresentar sua posição sobre determinado assunto. Só assim conseguiremos, realmente, ser uma grande, consciente e organizada "porção de mulherio".

Adília Borges

4.4 O GÊNERO DO JORNALISMO

O jornalismo tem, em seu âmago, o papel de cobrir a realidade, construindo-a, e de retomar, do presente ao passado, fatos que ajudam a fundamentar as bases de ver e entender o mundo. Há vários exemplos na história da mídia brasileira, profissionalizada em 1969, com a aprovação da Lei de Imprensa, de atuações jornalísticas marcadas pela agência, em que os veículos se tornaram entidades sociais e culturais. O professor Manuel Carlos Chaparro (2007) cita como exemplo disso o caso da cobertura das Diretas Já em 1984, pela Folha de São Paulo. Caminha em um mesmo sentido o argumento do educador britânico Denis McQuail (2002), para quem a comunicação de massa tornou-se um elemento essencial do processo democrático, ao instaurar uma arena para um debate amplo, veiculando opiniões e informações diversas.

Por isso entende-se que, mais que acontecimentos isolados, como o das Diretas Já, o jornalismo atua de maneira efetiva na sociedade. Tão efetiva que muitos teóricos chegaram a considerar o campo como um quarto poder, para além dos Legislativo, Executivo e Judiciário. Brincando com as palavras e levantando uma questão certa, o jornalista e professor luso-norte-americano Nelson Traquina em sua obra “Porque as notícias são como são” considera que o jornalismo seria “um quarto do poder” (Traquina, 2020). Ou seja, ele desloca questões sociais transformando-as, ressignificando-as, ressaltando-as (ou não).

Partindo desse ponto de vista, o fazer jornalístico pode, por vezes, envolver manipulação, reiteração de estereótipos, técnicas a serviço do silenciamento, neste caso o das guerrilheiras. É preciso também identificar que há na rotina da profissão, um ritmo cada vez mais acelerado de produção que não deixa muita margem para questionamentos, de modo que a tendência é o estabelecimento de um paradoxo: a reprodução de valores retrógrados sob um véu de inovação. Paradoxo também aparente, porque este é um mecanismo essencial para a manutenção do senso comum, perfeitamente adequado aos propósitos das grandes corporações de mídia, em especial no Brasil.⁶³

Através dessas rotinas de produção que as grandes corporações de mídia naturalizam o exercício do seu poder simbólico. Nesse sentido, o trabalho jornalístico tende a ser tão previsível quanto o estereótipo que ele reproduz e banaliza enquanto a regra é seguida e ditada conforme as exigências de um sistema capitalista e excludente. Há raras exceções

⁶³ Haja vista que as maiores empresas de mídia do país estão divididas entre grupos, sendo os maiores Grupo Globo e Grupo Silvio Santos, respectivamente.

como resultado do esforço individual do e da profissional que eventualmente consegue aproveitar uma oportunidade de fuga deste lugar-comum: é o caso de Daniela Arbex (2013) e seu livro-reportagem “Holocausto Brasileiro”.⁶⁴

Como uma profissão que nasceu permeada por um senso político, o jornalismo segue por caminhos conflitantes e tortuosos. Há ainda a ideia liberal, rechaçada por Traquina, de “quarto poder” que situa a profissão como independente, mas quem dita as regras são homens, ricos, brancos, cisgêneros, ocidentais e héteros. O que sempre se levanta é a disputa pelo sentido investido nesse processo, e que tantas vezes reproduzem estigmas e preconceitos, que podem ser vistos desde uma simples técnica utilizada na TV, até o caso Escola Base⁶⁵.

Para além do campo social, o jornalismo também é um dos locus do masculino, como explica a mestre em comunicação Marcia Veiga da Silva (2010) em seu artigo “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias”:

Fundamentalmente é importante chamar a atenção para o fato de que também a mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo (Silva, 2010, p. 63).

A “(re)produção” de valores, de que fala a autora, foi percebida na análise empreendida neste trabalho. Há, além de uma invisibilização das guerrilheiras, um padrão estabelecido temporalmente com estereótipos pré-definidos acerca do feminino. Sabe-se que o jornalismo reflete a sociedade, machista e patriarcal, reproduzindo esses valores. Para além disso, como ator social igualmente os funda e os difunde. Os discursos circulados por ele, como esse notado sobre as guerrilheiras, são poderosos no sentido de influenciar as pessoas. Já dizia Michel Foucault (1979) em sua obra “Microfísica do Poder”: “os jornais podem ser considerados um desses dispositivos de poder que são costumeiramente controlados exatamente por quem detém mais poder na sociedade” (Foucault, 1979).

⁶⁴ “Holocausto Brasileiro” é uma obra que denuncia os maus-tratos ocorridos no Hospital Colônia da cidade de Barbacena, em Minas Gerais, a partir de depoimentos de sobreviventes, ex-funcionários e pessoas diretamente envolvidas na rotina do que já foi o maior hospital psiquiátrico do Brasil.

⁶⁵ O caso Escola Base ocorreu em 1994, em São Paulo, no qual os proprietários de uma escola infantil foram acusados injustamente de abuso sexual, causando danos irreparáveis à sua reputação devido à cobertura precipitada da imprensa e à conduta da polícia. O repórter Valmir Salaro foi o primeiro a noticiar uma acusação de abusos de crianças de quatro anos na escola.

Com isso, as mulheres, e aqui em foco as guerrilheiras, são revitimizadas cada vez que o *Estadão* não cita seus nomes completos, apenas menciona seus feitos, usa como parâmetro seus companheiros homens, ignora seus protagonismos e dá ouvido e poder de fala aos seus algozes. Nem tudo, porém, se resume à questão de gênero. O viés ideológico interferiu e continua interferindo na qualificação das guerrilheiras e da guerrilha do Araguaia como um todo, ou seja, também aos homens que estiveram nela envolvidos. O que se percebe, como uma camada adicional, é a violência acentuando-se pelo recorte gendrado. O documento “Verdade e Gênero” organizado pela Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo também deixa explícita essa questão: “as guerrilheiras desafiaram o estereótipo de mulher concebido pelas Forças Armadas, que subjugavam sua importância para a luta, atribuindo-lhes o papel de amante dos guerrilheiros” (São Paulo, 2015, p.19). Ao ingressarem para as lutas de oposição política, das mais distintas formas, as mulheres atuaram, armadas ou não, além de participarem da imprensa clandestina, escreverem, publicarem, fazerem greves. Ou seja, não podem e nem devem ser resumidas como “amantes de”.

Quando há um cuidado no tratamento da memória e do corpo feminino, um novo caminho pode ser reinventado, assim é na obra “Retratos de Identificação” de autoria da cineasta e professora Anita Leandro (2014). Entre 2010 e 2014, a autora realizou uma pesquisa nos acervos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Guanabara (RJ), onde encontrou 90% do material utilizado no filme e uma pesquisa no Superior Tribunal Militar. Durante esse tempo, a diretora selecionou e buscou documentos que pudessem ser utilizados para recuperar histórias sobre militantes que integraram organizações armadas no período da ditadura civil-militar brasileira, sendo eles: Antônio Roberto Espinosa, comandante nacional da VAR-PALMARES, Chael Schreier e Maria Auxiliadora Lara Barcellos (Dora), militantes da mesma organização, e Reinaldo Guarany, da Aliança Libertadora Nacional (ALN).

Quarenta e dois anos separam as falas de Dora, registradas no exílio, e o depoimento de seus ex-companheiros. A forma como Anita reinventa as imagens feitas pela opressão sem falseá-las é um exemplo de sensibilidade e alteridade. Como afirma a professora Roberta Oliveira Veiga: “em Retratos de Identificação, ser feminista por intermédio do cinema não é um a priori, mas um projeto que alcança subcutaneamente, quando, no embate com o Estado e com a violência policial, uma mulher se engendra” (Veiga, 2017, p. 229).

Tais reinvenções nem sempre são fáceis de alcançar. O capítulo seguinte demonstra como uma análise crítica dos discursos aponta para novas formas de interpretação e

sensibilização acerca de figuras que, assim como Dora, também lutaram contra o regime militar, as guerrilheiras do Araguaia.

5. AS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD)

Esta é uma pesquisa qualitativa e empírica, de caráter histórico, na qual é desenvolvido um estudo para compreender, para além do período histórico da ditadura e as formas de resistência ao regime, a representação que o jornal *O Estado de S. Paulo* fez sobre as guerrilheiras do Araguaia. Para isso, foi realizada uma busca no acervo online do *Estadão* tendo como palavras-chave o nome e o codinome das 18 guerrilheiras aqui evocadas. Além disso, a filtragem usada abarcou os anos de 1966 (início da guerrilha) até 2023 passando pela edição Brasil e pelo caderno de Política. A crítica e análise são feitas a partir da Análise do Discurso (AD) de filiação francesa desenvolvida por Pêcheux.

5.1 A DISCIPLINA FRANCESA

A aplicação deste trabalho e deste capítulo em especial constroem-se, principalmente com base na Análise do Discurso (AD) de filiação francesa com os estudos de Michel Pêcheux. Seguindo uma linha estruturalista com as teorias de Ferdinand de Saussure, as ciências linguísticas depararam-se com uma novidade em 1950: Zellig Harris, em 1952, escreveu a obra precursora do campo intitulada “Discourse Analysis”, texto que aponta para uma análise transfrástica (que ultrapassa o sentido da frase) da língua, rompendo com o modelo estruturalista até então vigente. Nesse mesmo período, Roman Jakobson, percebendo os fatores de condição da produção linguística, no que concerne à comunicação, apresentou a Teoria da Comunicação. Émile Benveniste, por outro lado, com a Teoria da Enunciação investigou a natureza constitutiva da linguagem através do processo enunciativo. Para esse último teórico, a linguagem só ganha possibilidade quando expressada e nesta expressão o enunciador deixa rastros discursivos. Tais novas perspectivas teóricas foram fundamentais para que, em 1969, a publicação de “Análise Automática do Discurso” de Pêcheux tenha tornado a Análise do Discurso (AD) tão pertinente nas pesquisas atuais.

A AD consiste em um pensamento coletivo desenvolvido majoritariamente na França e que trata a língua em seu processo histórico, privilegiando as condições de produção e recepção textual, bem como os efeitos de sentido em suas minúcias e variadas formas. O lexicólogo Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux foram os primeiros grandes nomes da AD. Estes autores vislumbraram a possibilidade de desenvolver investigações sobre as relações de poder que se estabeleciam politicamente no cenário social da época através das mensagens passadas, assim como fez também Mikhail Bakhtin com seus estudos

predecessores. Influenciado por Louis Althusser, Michel Pêcheux passou a desenvolver trabalhos analíticos críticos.

Cabe, de forma geral, à AD a investigação da forma com a qual as pessoas interagem pela linguagem, assim como a descrição das funções que expressões linguísticas realizam em práticas discursivas específicas. Essa vertente dos estudos discursivos enfoca a linguagem em seu uso concreto, como prática social, e contempla a produção de sentido do discurso como resultante do processo de interação social. O principal objetivo da AD, quando criada, era detectar os diferentes processos de reprodução social do poder hegemônico (fortemente ligado ao Estado e aos partidos políticos) através da linguagem. Com isso, no âmago de tal base teórica está a ideia de que o sujeito não é dono de seu discurso de forma isenta e independente, mas assujeitado por ele (Oliveira, 2012).

Com o lançamento de um trabalho teórico dos britânicos Roger Fowler, Bob Hodge, Gunther Kress, e Tony Trew (1979), chamado “Language and Control”, nasce uma outra vertente preocupada com o trabalho do discurso como prática social, a chamada Análise Crítica do Discurso (ACD), que denomina-se dessa maneira porque busca revestir-se de uma prática social transformadora da sociedade, dando aos analistas um relevante estatuto de interventor social por meio de seu trabalho de análise. A ACD é um estudo de oposição às estruturas e às estratégias do discurso montado e difundido pelo poder dominante (Carvalho, 2008).

Os estudos teóricos da Análise de Discurso (AD) e da Análise Crítica do Discurso (ACD) visam responder a um conjunto específico de pressupostos que fundamentam a construção e a operacionalização do discurso como objeto de análise. Pêcheux e Fairclough, como pensadores essenciais nas duas abordagens, partem de perspectivas distintas. Fairclough não enxerga a ACD como um procedimento epistemológico voltado para a língua, mas como uma ferramenta política contra as injustiças sociais. O autor também avalia os pesquisadores de acordo com sua postura em relação ao objeto de estudo. Para ele, o discurso deve ser entendido como uma forma de ação, uma prática que transforma o mundo e influencia outros indivíduos (Melo, 2009).

A AD, por sua vez, foca na reprodução da ideologia no discurso, ou seja, na maneira como os sujeitos são posicionados nas estruturas e como a dominação ideológica é mantida através da linguagem, em vez de enfatizar a transformação social por meio do discurso, ou como o sujeito pode contestar e reconfigurar a dominação por meio da prática discursiva. O discurso, enquanto objeto da AD, deve ser compreendido como um processo que ocorre sobre a língua, com o acontecimento linguístico sendo um reflexo ideológico do sujeito que se

inscreve e se dispersa no discurso, enunciando e sendo enunciado, a partir do que já foi dito, abrindo a possibilidade para novos dizeres.

De acordo com a linguista e professora Eni Puccinelli Orlandi (2002), a AD estabelece uma conexão entre o aspecto linguístico, o sócio-histórico e o ideológico, colocando a linguagem em interação com os modos de produção social. Não existe discurso sem sujeito, assim como não há sujeito sem ideologia. Entre os diferentes modos de produção social, existe um modo específico, o simbólico. Dessa forma, práticas simbólicas atuam na significação e, portanto, na produção do real. A materialidade desse simbólico, entendida dessa maneira, é o discurso.

Embora não seja correto considerar totalmente compatíveis os projetos de Pêcheux e Fairclough, existem pontos de convergência entre eles. Dentre alguns conceitos em comum, o de interdiscursividade se destaca. Há um consenso sobre sua primazia, especialmente no que diz respeito ao modo como ele constitui a discursividade. No entanto, sua aplicação sofreu uma transposição na ACD. A interdiscursividade, nas considerações de Pêcheux, é vista como um conjunto complexo de formações discursivas que surgem a partir das formações ideológicas. Já na ACD, ela se relaciona com a noção de ordem do discurso, em que se rejeita a ideologia como elemento de coesão social, substituindo-a pelo conceito de hegemonia, que reflete uma luta aberta, permitindo a articulação e rearticulação das ordens do discurso (Melo, 2009). Nas palavras da pesquisadora Jennifer Azevedo Barreto (2024) no artigo “A identidade e o imaginário da mulher na mídia: análise discursiva da matéria *Ser Mulher é*”:

Conforme enfatizado por Pêcheux (1969), o discurso é intrinsecamente vinculado às condições de produção nas quais é enunciado, levando em consideração fatores como historicidade, contexto sociocultural, ideologia e quem o faz para a elaboração dos enunciados em determinados contextos. A ideologia, por sua vez, é caracterizada pela sua heterogeneidade, visto que abrange uma multiplicidade de conjuntos de ideias. Pêcheux afirma que “uma ideologia não é idêntica a si mesma, ela existe apenas sob a modalidade da divisão, e só se realiza na contradição que organiza a unidade e a luta dos contrários” (1980 *apud* Indursky, 2007, p. 87 e 88). Em outras palavras, cada grupo social possui sua própria maneira de conceber e impor suas visões sobre o que deve ser aceito e comunicado, resultando na existência de múltiplas ideologias na sociedade (Barreto, 2024, p. 15)..

Na perspectiva da AD, as formações imaginárias referem-se às representações mentais que os sujeitos constroem sobre si mesmos e sobre os outros. Essas imagens projetadas são influenciadas pela história e pela sociedade, sendo moldadas por contextos específicos. Sendo assim, o objetivo não é buscar um sentido verdadeiro, mas sim compreender o sentido real presente na materialidade linguística e histórica do discurso. Sob essa perspectiva, quem analisa o discurso busca investigar como os sentidos são produzidos nos objetos simbólicos,

sempre questionando as evidências apresentadas. Conforme destacado por Eni Puccinelli Orlandi (1999) em sua obra “A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil”:

[...] a Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como uma parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto (Orlandi, 1999, p. 26).

Como salientado pelos pesquisadores Fábio Elias Verdiani Tfouni e Evandra Grigoletto (2020) no artigo “Imaginário e identificação no discurso sobre Donald Trump: análise do funcionamento de capas das revistas Exame e Istoé” ao lidar com discursos midiáticos, uma das responsabilidades do pesquisador em Análise de Discurso é investigar a ideologia e as posições ideológicas que constituem os discursos .

5.2 AS GUERRILHEIRAS E OS DIÁLOGOS COM O *ESTADÃO*

Áurea Eliza Pereira. Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Dinaelza Santana Coqueiro. Dinalva Oliveira Teixeira. Elza de Lima Monnerat. Helenira Resende de Souza Nazareth. Jana Moroni Barroso. Lúcia Maria de Souza. Lúcia Regina Martins. Luisa Augusta Garlippe. Luzia Reis Ribeiro. Maria Célia Corrêa. Maria Lúcia Petit da Silva. Regilena Carvalho. Rioco Kayano. Suely Yumiko Kanayama. Telma Regina Cordeiro Corrêa. Walkiria Afonso Costa. Essas são as mulheres reconhecidas pelo envolvimento na Guerrilha do Araguaia (Brasil, 2014), um dos mais importantes movimentos contrários à ditadura civil-militar brasileira.

Apesar da missão que desempenharam na Guerrilha do Araguaia, essas mulheres são habitualmente ofuscadas. Entender como um dos maiores impressos do país (e também de circulação), neste caso o jornal *O Estado de São Paulo*, com suas normas, edições e alcance representa de forma discursiva figuras históricas tão importantes (mas muitas vezes esquecidas) é o fator crucial da análise discursiva crítica e feminista aqui proposta.

Áurea



Fonte: Site *Memorial da Resistência de São Paulo*

Áurea Eliza Pereira, também conhecida com o nome de Áurea Eliza Pereira Valadão (com o último sobrenome sendo de seu marido, o militante Arildo Valadão) nasceu no interior de Minas Gerais, na cidade de Monte Belo. Aos 17 anos, mudou-se para a capital do estado do Rio de Janeiro para estudar no Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), participando ativamente do movimento estudantil. Em meados de 1975, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e mudou-se para a região de Caianos, no sudeste do Pará, passando a trabalhar como professora e integrante do Destacamento C da Guerrilha do Araguaia. Seus últimos vestígios no Relatório Arroyo remontam ao dia 25 de dezembro de 1973, aproximadamente a um quilômetro do acampamento onde aconteceu o Chafurdo de Natal⁶⁶. Na data, ela estava acompanhada de outros guerrilheiros, que relataram posteriormente terem ouvido barulhos de tiros e helicópteros vindo em direção do acampamento onde estavam. Por conta disso, o grupo decidiu afastar-se do local. Áurea, segundo as Forças Armadas, foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara no dia 7 de outubro de 1973, planejada e comandada pela VIII Região Militar de Belém em cooperação com o Centro de Informações do Exército (CIE), em uma emboscada

⁶⁶ Em 1973, nesta data, o estudante e guerrilheiro Guilherme Gomes Lund desapareceu (e segue desaparecido) após um ataque das Forças Armadas ao acampamento da Comissão Militar do Araguaia. Durante o ocorrido, ele encontrava-se acamado, vítima de malária, e era um dos quinze guerrilheiros que estava acampado na área. O episódio ficou conhecido como Chafurdo de Natal.

descaracterizada, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos tradicionalmente usados pelos militares. As versões sobre seu desaparecimento são múltiplas e variadas⁶⁷.

Edição de 21 de março de 2008 - *O Estado de S. Paulo*



Fonte: Acervo online *Estadão*

Áurea Eliza Pereira aparece em três matérias no *Estadão*. A primeira é datada de 21 de março de 2008 sob o título “Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha” de autoria do jornalista Leonencio Nossa. Nela, são apresentados documentos que mostram que guerrilheiros dados como “desaparecidos” no Araguaia foram presos ainda com vida e levados para a base de Bacaba da polícia militar onde sofreram represálias, torturas e, por fim, execução.

⁶⁷ As biografias aqui construídas, apresentadas abaixo, tomaram como base informações que constam nos portais online *Memórias da Ditadura* e *Memorial da Resistência de São Paulo*.

O nome de Áurea é citado entre esses ativistas. No entanto, ele aparece apenas com o sobrenome “Valadão” de seu marido Arildo, também guerrilheiro. Uma fotografia dos dois acompanhados de mais um grupo de pessoas também compõe a matéria com a seguinte legenda: “Guerrilheiros - Arildo e Áurea Valadão (dir.), mortos no Araguaia” (Nossa, 2008, p. 4). Os desdobramentos sobre a prisão de Áurea e as versões de seu assassinato não são descritos, o que é feito com seu marido Arildo. Há versões, segundo a matéria, que o guerrilheiro foi decapitado e teve suas mãos decepadas pelo Exército que não quis se pronunciar sobre o ocorrido.

Toda a referência ao nome de Áurea é feita com base em seu companheiro: seja pelo sobrenome de casada, seja pela fotografia, em grupo, em que os dois encontram-se abraçados. As guerrilheiras, muitas vezes, são lidas e retratadas dentro de um coletivo (“os guerrilheiros do Araguaia”) e suas biografias ficam em um segundo plano. Mesmo no ano de 2008 com os avanços da luta feminista, já com uma vertente anarquista e rompendo com conceitos liberais da branquitude (Rodrigues, 2019), e passados 23 anos desde o fim do regime de exceção, o texto ainda vai por caminhos que invisibilizam o nome de uma guerrilheira. De fato, são essenciais as discussões sobre os arquivos perdidos e as contradições encontradas nas versões do Exército brasileiro, o que é uma pauta elogiável ao jornal, mas quando as únicas maneiras de referenciar uma mulher, neste caso específico, são atreladas ao seu matrimônio isso se torna, no mínimo, problemático.

Araguaia⁶⁸. Em maio de 2020, o major Curió foi recebido pelo então presidente à época Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto e posteriormente homenageado pela Secretaria de Comunicação do governo que, em nota, chamou-o de “herói do Brasil”.

O nome de Áurea aparece pela primeira vez na pergunta: “uma guerrilheira como a Áurea, por exemplo, uma simples estudante de 24 anos, e ainda por cima presa, oferecia risco?” (Nossa, 2009, p. 6). O nome completo de Áurea não é, ao menos, citado na entrevista e de tantos atributos que a pertenciam, a descrição é “uma simples estudante de 24 anos”. O major responde da seguinte forma:

A mulher pelo seu valor hoje ocupa funções delicadas que requerem alta competência como pilotar um jato, comandar as tropas, presidir tribunais de júri, e ela armada se equipara a um grande guerreiro, haja vista que hoje as Forças Armadas têm exímios combatentes do sexo feminino. Áurea era um exímio combatente (Nossa, 2009, p. 6).

Áurea equipara-se com um homem, na visão de seu algoz, somente ao ter em sua posse uma arma. A pesquisadora Cristina Scheibe Wolff (2018), em seu artigo “Corpos narrados nas memórias das ditaduras do Cone Sul”, ao falar do corpo das militantes como instrumento de luta e da performance de coragem baseadas em estereótipos e modelos militares e de gênero, indica que o ponto de identidade da ativista (e do ativista) com a masculinidade (a necessidade de coragem acima de tudo e as constantes referências às armas) parecia fomentar a ideia de que havia apenas um modo de ser militante que incluía comportamentos, corporeidades e performatividades “masculinizadas”. Dessa maneira, ao cortarem os seus cabelos, utilizarem roupas mais largas, fazerem treinamentos militares, serem expansivas e terem uma vida afetuosa movimentada, muitas mulheres sentiam que precisavam moldar seus corpos, suas falas e expressões, colocando suas vivências de outra maneira na cena pública, para que pudessem ser tidas como iguais. A virilidade associada a conflitos bélicos, juntamente com o machismo e a heteronormatividade compulsória criaram e criam ainda hoje esse imaginário, o que dá vasão à fala do militar.

As autoras Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite (2013) no artigo “Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980)” apontam que quando os militares perceberam a desenvoltura com que as mulheres estavam participando da luta armada, tiveram reações de repúdio e ódio muito fortes por elas,

⁶⁸ Vale a ponderação de que a pesquisa do jornalista Leonencio Nossa no ano de 2009 revelou, com base em documentos e testemunhos, que as guerrilheiras Áurea, Dinalva, Dinaelza, Luisa, Walkíria e Jane foram executadas depois de presas. Até então o Exército dizia que todas teriam sido mortas em combate. Pela primeira vez, houve um testemunho em “on” de um agente da repressão que admitiu a execução de prisioneiros. Apesar das problemáticas apontadas nas matérias, esse fato contribuiu na visibilidade de personagens fundamentais da historiografia brasileira.

pelo fato de serem mulheres no geral, mas também pelo fato de serem mulheres transgredindo, não somente com suas posições políticas, mas sobretudo com o papel feminino pré definido cultural e socialmente. Segundo as autoras, as militantes eram submetidas de forma mais intensa a torturas sexuais, estupros e mutilações. O uso sistemático da tortura de forma legalizada fez esse método de repressão ser muito presente, viável, e banalizado pelos agentes da repressão. A nudez e a humilhação a partir da violência verbal, psicológica, física e sexual eram, infelizmente, recorrentes e tidas como comuns.

Ana Maria Colling (1997) na obra “A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil” ressalta que as técnicas de tortura para obter a confissão de mulheres envolveram e envolvem quase sempre a intimidação, a venda sobre olhos, a humilhação e a ameaça de tortura física e sexual, e, quando as intimidações não eram, de fato, efetivadas, havia a constante ameaça de tortura de familiares. Colling aponta que as torturas física e psicológica passam sempre pelo corpo da mulher sob um lugar oportuno de ação: “para o regime militar brasileiro a mulher era sempre a “puta comunista” e/ou a “mulher-macho”, homossexual” (Oliveira, 2025, p. 51). O que chama atenção é Curió descrever Áurea como “um exímio combatente” no masculino, e não como uma “uma exímia combatente”. Tal fato pode ser explicado por questões que as pesquisadoras Isabel Cristina Hentz e Ana Maria Veiga (2011) suscitam no artigo “Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância”:

Ainda que a presença feminina fosse extremamente importante nos movimentos de esquerda, sua maioria era composta de homens. As organizações de luta armada, por exemplo, eram âmbitos majoritariamente masculinos. Os ideais guerrilheiros constituíam um modelo de masculinidade, na medida em que as características e virtudes valorizadas na guerrilha eram vinculadas ao que socialmente se entendia como masculino: “coragem”, honra, orgulho, força, resistência, dignidade”. Levando isso em conta, a simples presença de mulheres em ambientes de luta armada já pode ser considerada uma contestação ao modelo de feminilidade socialmente aceito no período - de mãe, esposa e dona de casa (Hentz, Veiga, 2011, p.)

A entrevista segue com a afirmação do jornal: “na base de Xambioá, onde ficou detida, Áurea não era mais uma combatente. Era uma prisioneira do Estado”. Ao que Curió responde: “não há dados concretos de fria execução na guerrilha”. Com uma tentativa de confronto, o diálogo continua encaminhando-se para o fim: “os papéis do arquivo do senhor podem levar à conclusão de que houve execução”.

A frase que fecha a entrevista é a última resposta do major: “eu disse que não houve fria execução. Num arrozal, quando se capina não se corta a erva daninha só pelo caule. É preciso arrancá-la pela raiz, para que não brote novamente”. A vida de militância de Áurea

nesse ponto, foi tratada como uma metáfora para o ex-militar, ou seja, sua morte, mais do que física, também simbólica, foi necessária para que não surgissem mais mulheres como ela. Ademais, tal afirmação é o título da entrevista no jornal. Como bem diz a professora de Letras e Literatura Comparada na Columbia University, Saidiya Hartman em seu artigo “Vênus em dois atos”:

Há centenas de milhares de outras garotas que compartilham as suas circunstâncias, e essas circunstâncias geraram poucas histórias. E as histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de suas vidas, transformaram-nas em mercadorias e cadáveres e identificaram-nas com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras (Hartman, 2020, p. 15).

Apesar de haver perguntas de confronto, o *Estadão*, nesta entrevista, dá voz e ouvidos a um dos maiores algozes do regime militar, esmiuçando suas versões sobre a guerrilha. Além disso, sua imagem estampa a página do veículo, com um porta-retrato seu à época da guerrilha ao fundo. Há mulheres sobreviventes que poderiam contar suas histórias e ter suas imagens expostas em entrevistas para o jornal, o que foi feito em raríssimos casos, como uma exceção à regra.

Edição de 10 de junho de 2012 - *O Estado de S. Paulo*



Fonte: Acervo online *Estadão*

Áurea é mencionada, por fim, em matéria, de autoria de Gabriel Manzano, intitulada “Um mergulho no último suspiro da guerrilha” do dia 10 de junho de 2012, situada na página 7. O texto que fala sobre o lançamento do livro de autoria do repórter do jornal, Leoncio Nossa, “Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia”. A matéria aqui em questão apenas cita o primeiro nome da guerrilheira, assim como o de outros guerrilheiros, nem seu sobrenome é mencionado. As memórias da guerrilha são as ofertadas pelo major Curió, chamado no texto de “xerifão das selvas” que tem sua imagem estampada nas páginas do jornal junto com suas alegações:

Sônia, Raul, Osvaldão, Arildo, Grabois, Áurea, Queixada, as duas Dinas... Os momentos finais de todos eles foram semelhantes. O registro de tudo, pelo próprio major, ficou por mais de 30 anos no fundo de uma mala vermelha guardada em um porão. Pelas mãos do jornalista Leoncio Nossa, repórter especial da Agência Estado em Brasília, esse precioso pacote de memórias está virando livro. Editado pela Companhia das Letras, Mata! - O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia chega terça-feira às livrarias e deixa mais rica a bibliografia da recente história do Brasil. Em 512 páginas, que incluem um caderno central com fotos cuidadosamente guardadas por

Curió, vêm à luz as caminhadas finais, pela selva, da Operação Marajoara - a ação militar que entre 1972 e 1975 acabou com a brevíssima aventura da luta armada do PC do B no fundão de Goiás (Manzano, 2012, p. 7).

O que chama a atenção nessa matéria, como em outras aqui analisadas, é a perpetuação da “voz dos vencedores” (Benjamin, 2020) pelo jornal. É o algoz quem concede as entrevistas, quem dá a “versão oficial dos fatos”, quem descreve os acontecimentos passados. Imageticamente o mesmo acontece, é a imagem de Curió que está estampada no jornal, assim como a de militares fazendo buscas na região de Marabá. Os rostos daquelas que lutaram pela causa anti-ditadura não aparecem, nem suas histórias são esmiuçadas. Se, por um lado, Walter Benjamin reconhece a necessidade de preservação e transmissão de saberes e, sobretudo, de experiências em sua obra de 1940 “Teses sobre o conceito da história”; por outro, ele se mostra cuidadoso com a “monumentalização” da história, pelo fato de justamente exaltar e legitimar o discurso dos vencedores, invisibilizando a história dos vencidos, nesse caso, a das guerrilheiras.

Crimeia Alice Schmidt de Almeida e seu filho João Carlos



Fonte: Livro “Infância Roubada” (2014, p. 277).

Crimeia Alice Schmidt de Almeida é militante e ex-guerrilheira da luta armada do Araguaia. Sua militância política começou a dar os primeiros passos na escola secundária.

Após o AI-5, entrou para a clandestinidade e tornou-se participante do PCdoB. Em 1969, foi para a região onde posteriormente teve início a Guerrilha do Araguaia. Usando o codinome Alice, era responsável, por meio de viagens periódicas, pela comunicação entre os militantes e o PCdoB. Em um desses itinerários, no ano de 1972, acabou sendo presa na cidade de São Paulo pela Operação Bandeirante (Oban) e levada ao DOI-Codi⁶⁹. À época estava grávida de sete meses de seu filho João Carlos. Foi torturada e depois levada a Brasília, onde continuou sofrendo represálias até dar à luz a seu filho, ainda passando por constantes ameaças dos militares de que a criança não sobreviveria. Após dar à luz, Crimeia foi impedida de vê-lo, só podendo retomá-lo 53 dias depois de seu nascimento. Em 2005, ela e seus familiares moveram uma ação declaratória contra o chefe do DOI-Codi naquela época, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Em 2008, a Justiça de São Paulo acatou a ação, e Ustra foi declarado torturador e, mesmo adotando recurso em 2012, foi condenado. Uma ação deste tipo não tem consequência criminal, não reivindica punição nem indenização, mas registra para a história e memória, a ocorrência do crime, considerado como de lesa-humanidade e imprescritível. O coronel Ustra foi o primeiro agente do regime de exceção oficialmente reconhecido como torturador. A atuação política de Crimeia segue até os dias atuais por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Edição de 22 de novembro de 2006 - *O Estado de S. Paulo*



⁶⁹ A sigla resume o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, que foi um órgão subordinado ao Exército do governo brasileiro durante o regime de exceção. Criado pelo então comandante do I Exército, general Siseno Ramos Sarmiento, para combater os chamados “inimigos internos”. Os DOI-CODI eram centros de tortura e assassinato de pessoas que se opunham à ditadura civil-militar. Os centros foram desativados durante o governo de João Batista Figueiredo, já no fim da ditadura.

Fonte: Acervo online *Estadão*

Crimeia tem seu nome citado no *Estadão* em sete matérias durante o período de 1967 até 2023 no caderno de Política na Edição Brasil. A primeira, escrita por Marcelo de Moraes, datada de 22 de novembro de 2006, sob o título de “Generais da reserva defendem Ustra”, trata de forma geral do processo movido por ela, sua irmã e seu cunhado contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que posteriormente seria o primeiro militar brasileiro condenado por sequestro e tortura. O texto estampa declarações de Ustra em um almoço em sua homenagem que contou com a participação de 420 pessoas. O coronel, diante das possíveis mudanças da Lei da Anistia, declarou-se inocente e julgou os ex-militantes de serem “assaltantes, sequestradores, terroristas e assassinos”. O nome de Crimeia é citado quando a matéria aborda o processo movido contra o coronel em 2005:

Ustra está sendo processado por ação dos ex-presos políticos Maria Amália de Almeida Teles, César Augusto Teles, Janaína de Almeida Teles, Edson Luiz de Almeida Teles e Criméia Alice Schmidt de Almeida, que o acusam de comandar a tortura no período em que estiveram no DOI-Codi, em 1972. Integrantes do PC do B, Maria Amélia e César foram presos pelos agentes do governo. Na ocasião, estavam com eles os dois filhos menores do casal, Janaína, de 5 anos, e Edson, de 4 anos, além de Criméia, irmã de Maria Amélia, que tentou se passar por babá das crianças (De Moraes, O Estado de São Paulo, 2006).

Ao fazer uma matéria com imagens, declarações e posicionamentos de um participante ativo a serviço da ditadura, o *Estadão* não somente dá ouvidos e voz ao algoz, o que já seria suficientemente tenebroso, mas inviabiliza a trajetória de pessoas torturadas, buscando por justiça, como é o caso de Crimeia e seus familiares. A palavra, segundo a teoria bakhtiniana e com base na Análise de Discurso (AD), é o objeto fundamental do estudo das ideologias. Elas não são neutras, nem poderiam. São estruturadas em uma realidade sócio-política que refletem e refratam sentidos. Sendo assim, a estrutura lexical, a escolha das orações, o nome “Ustra” tão aparente na matéria não são escolhas arbitrárias, mas pensadas a fim de demarcar um posicionamento. Na obra “Marxismo e filosofia da linguagem”, Mikhail Bakhtin (2006) explana justamente esta questão:

Todas as propriedades da palavra que acabamos de examinar – sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente – todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias. As leis da refração ideológica da existência em signos e em consciência, suas formas e seus mecanismos, devem ser estudados, antes de mais nada, a partir desse material que é a palavra. A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas “imanentes” consiste em

partir da filosofia da linguagem concebida como filosofia do signo ideológico (Bakhtin, 2006, p. 36-37).

As páginas seguintes finalizam a matéria e apresentam resumidamente os atos de tortura aos quais os sobrinhos de Crimeia foram submetidos, e o desejo por justiça que a família procurava até então:

Enquanto os pais e a tia estavam presos, as duas crianças foram mantidas nas dependências do DOI-Codi, onde os Teles foram torturados. Por conta disso, no processo, a família acusa o coronel de crimes de tortura, seqüestro e cárcere privado das crianças. Como a Lei de Anistia impede punições, os Teles pretendem que a sanção contra Ustra seja simbólica, com o reconhecimento em juízo de que ele era torturador [...] O ato de ontem ganhou apoio de figuras ilustres do meio militar, como o ex-senador e coronel do Exército Jarbas Passarinho, que fez discurso de homenagem a Ustra. "De que o acusam e quem o acusa? Do crime, como se fosse crime, de defender com risco da própria vida a nossa pátria (De Moraes, O Estado de São Paulo, 2006).

Apesar de o jornal afirmar que “os Teles foram torturados”, mais uma vez, assim como em 1972, Crimeia é violentada, seja pelas infames declarações de Ustra e seu companheiro Jarbas Passarinho tratado pelo jornal como “ilustre no meio militar”, endossadas com homenagens, seja pelas palavras, ou a falta delas, em um veículo de grande circulação no país: “a violação não é privada nem pública, e é ambas as coisas em simultâneo: com a sua ajuda traça-se e controla-se a fronteira entre ambos os campos” (Du Toit, 2007, p. 25).

Edição de 23 de novembro de 2006 - O Estado de S. Paulo

Fonte: Acervo online *Estadão*

A segunda e terceira matérias aparecem na mesma página do jornal na edição do dia 23 de novembro de 2006, um dia após o texto aqui já analisado “Generais da reserva defendem Ustra”. A primeira à esquerda, de autoria de Gabriel Manzano Filho, intitulada “Bicudo: anistia não livra torturadores” discorre, após o processo movido contra Ustra, sobre a necessidade de rediscussão da Lei da Anistia pelo advogado e ativista dos direitos humanos Hélio Bicudo. A rediscussão defendida pelo advogado, por Cecília Coimbra, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, e por Crimeia enxerga a anistia como um problema, e exige que os militares sejam punidos por seus crimes.

O nome de Crimeia aparece de forma completa no trecho: “[...] e por uma ex-presa política que participou da guerrilha do Araguaia, Criméia Schmidt de Almeida” (Filho, 2006, p. 12). Ela é devidamente caracterizada, inclusive a matéria trata do processo movido por ela e seus familiares contra o general Ustra, que alega que a medida trata-se de revanchismo. Seu nome aparece adiante no seguinte trecho:

O coronel Ustra manifestou esses temores no ato de apoio e desagravo no qual amigos seus reuniram mais de 200 oficiais de alta patente, em Brasília,

todos da reserva, e entre eles cerca de 70 generais. O processo em que ele é citado - o primeiro envolvendo um oficial do Exército a tramitar fora dos quartéis, desde a criação da Lei da Anistia, em 1979 - é uma “ação declaratória de reparação de danos morais” - e corre na 23ª Vara Cível de São Paulo. Movido pelos ex-presos políticos Maria Amélia de Almeida Teles, César Augusto Teles e Criméia Schmidt de Almeida, ela pede, simplesmente, o reconhecimento de que o coronel comandou sessões em que eles foram torturados no DOI-Codi paulista, nos anos 70 (Filho, 2006, p. 12).

As alegações de Crimeia são suscitadas. No entanto, sua imagem não é mostrada, ao contrário do que foi feito com a de Ustra na matéria “Generais da reserva defendem Ustra”. O texto segue com um ponto interessante: as falas de Crimeia. A guerrilheira foi entrevistada pelo *Estadão* e teve suas aspas contidas no jornal:

Para a ex-presa política Criméia de Almeida, “quem deve teme” - e é por isso que o coronel Ustra falou o que falou. Não faz sentido, segundo ela, falar-se em revanchismo. “Se foi, foi um revanchismo já aceito por um juiz, dentro das normas legais brasileiras”. Criméia diz que entrou na ação por entender que o coronel fez uma série de afirmações falsas. “Fui presa e torturada. E quando pedi, muitos anos depois, o meu habeas-data, informaram que não havia nenhuma referência a nada daquilo nos arquivos do governo”. Ela rebate também a alegação de que hoje os ex-presos políticos “recebem altas indenizações”. “Pode ocorrer para um ou outro, mas temos uma lista de 500 pessoas na fila, e não saiu dinheiro para ninguém”, afirma (Filho, 2006, p. 12).

Mesmo com a importância das aspas de Crimeia, a fala que intitula a matéria é a de um homem, o advogado Bicudo. A professora Beatriz Fainholc (1993) aponta em sua obra “A mulher e os meios de comunicação social”, que os veículos de mídia são, sobretudo, medidas sociais conservadoras, onde a figura feminina só aparece como sujeito protagonista quando exhibe-se (como artista, ou com algum grau de parentesco com pessoas de renome, ou como criminosa, etc) ou quando pode gerar algum lucro político ou econômico. Para Fainholc, o comportamento da mídia está desintegrado da sociedade e não reflete todas as perspectivas e pontos de vista existentes, daí a exclusão, por exemplo, do protagonismo feminino, como podemos observar em diversos materiais aqui enfocados: “atuam recortando e selecionando segundo a escala androcêntrica de valores nunca explícita, a realidade com os textos e paratextos que incluem tipografias, imagens, gestos, vozes, cortes” (Fainholc, 1993, p. 12-13).

A terceira matéria ao lado direito é de autoria de Marcelo de Moraes sob o título “Jarbas Passarinho critica processo ‘décadas depois’”. Trata-se do processo movido contra Ustra por Crimeia e seus familiares. No texto, o ex-ministro e também coronel, Jarbas Passarinho, defende Ustra ao mesmo tempo que tece duras críticas e ofensas aos militantes, em especial Crimeia, Maria Amélia de Almeida Teles, irmã de Crimeia, e César Augusto Teles, seu cunhado:

“Ousam tentar manchar a reputação de um soldado exemplar para servir ao ódio ideológico”, disse Passarinho, ao discursar no encontro. “Seus acusadores, esses sim, são militantes de um partido comunista que tem ainda hoje em Stalin seu herói. Um tirano que por quase 30 anos matou ou mandou assassinar milhões de pessoas de seu próprio povo por terem ousado discordar de sua figura sinistra” (de Moraes, 2006, p. 12)

Passarinho parece não ter argumentos que refutam as torturas sofridas por Crimeia e seus familiares. Diante disso, ele foca suas críticas aos militantes, ao partido comunista em si, e também à figura do líder da antiga União Soviética, Josef Stalin. Ele segue com mais alegações: “para o ex-ministro, ‘eles mentem, difamando. A história, ao revés, prova que eles, sim, são violadores cruéis dos direitos humanos’, prosseguiu” (de Moraes, 2006, p.12). Mesmo com todas as violências que Crimeia e seus familiares sofreram, apresentadas em sua biografia incluída neste trabalho, Passarinho acha-se no direito de chamá-la de “mentirosa”, além de “violadora cruel dos direitos humanos”. Diferentemente de Crimeia, Ustra admitiu ter executado mais de 40 militantes, além de ter sido condenado, anos após, como torturador, mas para Passarinho quem merece e é digna de tais difamações é a guerrilheira.

Um ponto interessante, ao ver estas matérias na mesma página, é o papel que o jornalismo *mainstream* faz: o de aparentar trazer os dois lados da moeda. À esquerda estão as versões e detalhamento do processo contra Ustra. À direita, falas elogiosas de Passarinho, juntamente com sua imagem, o que, mais uma vez, não acontece com Crimeia: seu rosto não está estampado nas páginas do *Estadão*. A ideia de que crimes praticados pelos dois lados deveriam perdoar as ações tanto de um como de outro não tem nenhuma base jurídica, o que não é levado em conta pelo jornal. Afinal, versões e opiniões de ambos os lados são expostas sem maiores críticas quanto à disparidade, aos protagonismos e ao endossamento das falas de torturadores e seus apoiadores.

contra Ustra. Crimeia tem seu nome completo apresentado, juntamente com uma mini biografia, além de sua fala no jornal:

Para a ex-presa política Criméia Schmidt de Almeida, a retomada do debate em torno da Lei de Anistia é muito positiva. Ela militou no Partido Comunista do Brasil (PC do B) e foi presa e torturada no regime militar. Hoje faz parte do grupo de três ex-presos que, na 23ª Vara Cível de São Paulo, movem processo contra o coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra. Por meio de uma ação declaratória de reparação de danos morais, ela, Maria Amélia de Almeida Teles, sua irmã, e César Augusto Teles, cunhado, pleiteiam o reconhecimento legal de que foram torturados (Arruda, 2006, p. 19).

As linhas seguem com declarações de Crimeia e a matéria encaminha-se para o final:

Não pedem a condenação do coronel, que na época das torturas chefiava em São Paulo a unidade militar para onde eram levados os presos políticos. Mas não escondem que vêm no processo uma brecha para a futura condenação de militares. “Não existe argumento legal que fundamenta a idéia de que os torturadores foram anistiados”, disse Criméia (Arruda, 2006, p. 19).

É um exercício importante trazer, mesmo que de forma sucinta, a história de militância da guerrilheira aqui em questão, o que Arruda faz. Ademais, são as falas de Crimeia que fecham e dão o tom final da matéria. No entanto, há que observar-se que, mais uma vez, são declarações sem rosto. Enquanto o coronel Ustra já teve seu retrato vinculado diversas vezes no *Estado*, Crimeia segue no anonimato imagético. Mais uma coisa chama a atenção, a frase que intitula o texto não é da ativista, mas de um homem, o advogado Marco Antonio Rodrigues Barbosa, presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos.

[illegible]

Fonte: Acervo online *Estadão*

Dois anos se passaram para que o nome de Crimeia voltasse a circular no jornal. A matéria “Justiça declara que coronel Ustra foi torturador” de 10 de outubro de 2008 e de autoria de Fausto Macedo retoma os desdobramentos dos crimes aos quais o ex-coronel foi condenado. Crimeia e seus familiares são citados na fala do juiz do caso, e as violências que sofreram são, ainda bem, enquadradas como violências. Tal afirmação chama a atenção porque, colocando em debate, a maioria das teorias feministas, bases desse trabalho, têm

como espaço privilegiado de reflexão a intersecção gênero, violência e subjetividade. No entanto, algumas abordagens nesse contexto acabam por pensar violência como algo apenas extraordinário, esquecendo-se frequentemente de assinalar suas íntimas conexões com o cotidiano. É comum também pensar o campo que envolve a violência em oposições rígidas, tais como: vítima *versus* agressor, existindo uma habitual associação entre poder e transgressão, como se a voz das vítimas só fosse legítima de manifestar-se ao transgredir a Lei.

Na matéria, o juiz do caso, Gustavo Santini Teodoro, definiu o DOI-Codi, comando por Ustra nos anos 1970, como “casa de horrores”:

Contra a decisão cabe recurso. O juiz escreveu: “Na contestação, o próprio réu informou que comandou o DOI-Codi do II Exército e dirigiu a OBAN entre 29 de setembro de 1970 e 23 de janeiro de 1974. Os testemunhos são justamente da época em que lá estavam presos os autores César Augusto, Maria Amélia e Criméia. Do que disseram as testemunhas, extrai-se que o local era realmente uma casa de horrores, razão pela qual o réu não poderia ignorar o que ali se passava” (Macedo, 2008, p. 13).

O texto encerra-se com a fala de Paulo Esteves, advogado de Ustra, afirmando que o réu recorreria da decisão:

“Em ação similar, o Tribunal de Justiça decidiu há duas semanas que por meio de declaratória não se pode produzir prova dessa natureza. Defendo Ustra porque acredito que ele nunca torturou ou mandou torturar. A prova dos autos não permite conclusão de que torturou. Não é uma prova isenta, é viciada pela parcialidade” (Macedo, 2008, p.13)

[illegible]

Fonte: Acervo online *Estadão*

A matéria intitulada “Governo libera arquivos para caça a torturadores”, publicada em 23 de julho de 2011 de autoria de Wilson Tosta, fala sobre o benefício liberado pelo Ministério da Justiça a doze pesquisadores, todos ex-ativistas ou parentes das vítimas do regime. Crímeia é uma dessas pesquisadoras, seu nome é assim citado: “Escolhidos. Além de Seixas, integram a lista de pesquisadores autorizados pela portaria 1.668: Aluizio Ferreira Palmar, ex preso político; Criméia Alice Schmidt de Almeida, ex presa e viúva de André Grabois, desaparecido na Guerrilha do Araguaia [...]” (Tosta, 2011, p. 10).

O que chama a atenção é que o nome de um homem, Aluísio, é citado antes do nome de Crimeia. Ao explicar brevemente sobre quem seria essa figura não é mencionado o nome de sua companheira ou algo do tipo. Acontece com Crimeia justamente o contrário: ela é referenciada como “a viúva de André Grabois”. Certamente é importante reforçar a

participação e desaparecimento de seu companheiro, mas situá-la como “a viúva de” é uma escolha lexical permeada por machismo. Para além do campo social, o jornalismo também é um dos locus do masculino:

Fundamentalmente é importante chamar a atenção para o fato de que também a mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicos de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo (Silva, 2010, p. 63).

O viés ideológico interferiu e continua interferindo na qualificação das guerrilheiras e da guerrilha do Araguaia como um todo, ou seja, também em relação aos homens que estiveram nela envolvidos. O que percebe-se, como uma camada adicional, é a violência acentuando-se pelo recorte gendrado. O documento “Verdade e Gênero” organizado pela Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo também deixa explícita essa questão: “as guerrilheiras desafiaram o estereótipo de mulher concebido pelas Forças Armadas, que subjugavam sua importância para a luta, atribuindo-lhes o papel de amante dos guerrilheiros” (São Paulo, 2015, p.19). Ao ingressarem para as lutas de oposição política, das mais distintas formas, as mulheres atuaram, armadas ou não, além de participarem da imprensa clandestina, escreverem, publicarem, fazerem greves, etc. Ou seja, não podem e nem devem ser resumidas como “amantes de”.

Seguindo este pensamento e analisando o jornalismo como um agente mobilizador de pontos de vista e “verdades” concebidos, o capítulo “Verdade e Política” de autoria da filósofa política judia Hannah Arendt (1995) aborda como no mundo, mais frágeis que as teorias, as verdades factuais dependem de testemunhas e comprovações, sendo sempre ameaçadas por mentiras construídas no âmbito político. Na concepção da autora, a formação de opiniões válidas requer um espaço público no qual os indivíduos possam testar seus pontos de vista.

Em contraste, o discurso de verdade racional pertence à esfera da cognição, e sempre carrega consigo um elemento de coerção, para suprimir o debate em busca da aceitação de todos os indivíduos. O regime militar e as mentiras impostas e elaboradas por seus perpetradores, aos moldes do totalitarismo e alçados em segmentos fascistas, usou da exclusão de indivíduos que subverteram tal ordem designando-os como “terroristas”. Além de toda a agressão simbólica como vista nos exemplos das matérias analisadas acima,

ESTADO DE FLÓRIDA

Tribunal de Justiça de SP ratificou decisão de 1ª instância que reconheceu coronel da reserva como responsável por torturas contra presos políticos.

Relatório Arrebatado:

A 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou, ontem, por unanimidade, a sentença de primeira instância que reconheceu o coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra como responsável por torturas contra presos políticos, no período do regime militar. Foi um ato inédito.

Ante a decisão, o advogado

ficata sobre o envolvimento de agentes de Estado com a trama da corrupção, mas não se aprofundou para além da alegação de segunda instância. “É a primeira condenação nesse nível de um inamovível”, observou o advogado Helió Kender Comarato, representante da família Teffé, numeral 343.

“O caso é um autêntico ‘pau-quebra’, disse Maria Adelaide Teffé “Cresce, vai ficando à zom-
pimento de que é inadmissível
confrontar com a inconstância de

crimes da floresta”.

Alecho, diretor de segurança
crimes contra a sociedade, pro-
duzido em 2008 pelo juiz Gastão
Barceli Pinheiro, da 3ª Vara Ci-
vel. Mas não põe fim ao debate.
Da segunda condenação, Paulo Si-
nos Estreves, vai apresentar im-
pingo, contestando as acusações.
“O caso é um autêntico ‘pau-
quebra’, disse Maria Adelaide Teffé
um inamovível, observou o ad-
vogado Helió Kender Comarato,
representante da família Teffé,
numeral 343.

“O caso é um autêntico ‘pau-
quebra’, disse Maria Adelaide Teffé
um inamovível, observou o ad-
vogado Helió Kender Comarato,
representante da família Teffé,
numeral 343.



No TJ, Condenação de Ustra foi 'inédita', diz Konder Compara

Interna (DOI-Codi), doré "Euziloz", entre 1970 e 1974, ele conseguiu até agora obter todos os processos judiciais, invocando o Lei do Anistia de 1979.

A derrota de um recente no plenário, Maria Amélia, Carlos Aguiar Teles e Cristina Alencar Schmidt de Almeida, que foram derrotados no DOI-Codi, pediram Justiça que fosse declarada a responsabilidade de Ustra.

O líder da oposição, deputado Bui Cascaes lembrou que nos atos do regime militar havia um caráter de

www.estadao.com.br/boas
ESTADÃO
ACERVO
 Coronel Ustra foi denunciado
 pela ex-deputada e almirante
 Bete Mendes em 1985

O risco na sigla é que as paralisasções atrapalhem as candidaturas petistas nas grandes cidades: FHC apoiou nome de Dilma

Julia Davidson / EDITOR

Afastação do PT começou a intensificar preocupação com a ordem de greves no governo federal, e as consequências que deverão ter como resultado das eleições municipais de outubro. O risco de que as punições prejudiquem as condições do partido já foi levado à presidente Dilma Rousseff pelo presidente da Justiça, Raul Falcão, segundo petistas.

Um dirigente do PT disse ao Estado que o termo designa o seu presente no doçote, principalmente nos grandes estados, onde partide como o PMT. O PT, em 1995, tem quindem dirijirnos as mudancas e chaves fortes. Desse partido aprovaram os greves para acabar o PT e dizer que, no governo, o signado de Lula trah o Lula do PT e compo se com as outras, recusando-se a negociar com os dirigentes dos partidos publicos.

A perseguição ao PT cresceu um pouco mais depois que o copresidente Fernando Henrique Cardoso declarou publicamente apoio à breche como a presidente Dilma Rousseff tem enfrentado o resto de greves.

● Holman

VICENTINHO
DEPUTADO FEDERAL, PT-SP
"Embora a eleição seja municipal, e os debates digam respeito às cidades, não há como negar que haverá reflexos (e, provavelmente, resultados) da eleição"

- MP paulista
- terá verba para
- alimentação

O Ministério Público de São Paulo vai pagar multas a fim de reverter a uma promoção e a proclamação, na noite de 25 de setembro, O bem-fic, no valor de R\$ 25 mil, tem caráter indenizatório e não concedido "em razão das despesas efetuadas em trabalhos". A mod-

ocupa to da onda s eleições

na situação é de fato de que a maioria dos países em desenvolvimento tem uma estrutura de produção e de distribuição de renda que não permite a realização de uma reforma estrutural profunda. A estrutura produtiva e de distribuição de renda é baseada no crescimento econômico, e não na redistribuição de renda. A estrutura produtiva e de distribuição de renda é baseada no crescimento econômico, e não na redistribuição de renda. A estrutura produtiva e de distribuição de renda é baseada no crescimento econômico, e não na redistribuição de renda.

de encontro do dia, quando o representante do Instituto Militar do Exército Brasileiro Aguiar se encontra e ocupam salas de reuniões no Ministério do Planejamento. Hoje haverá um almoço na Esplanada e a expectativa é que 15 mil manifestantes compareçam à Praça dos Três Poderes, o QG da Marinha em Alvorada e na Grande São Paulo.

de foi controlada pela Procuradoria-Geral de Justiça, que acabou com a liberação do Orçamento Especial, a Colégio de Procuradores. Não é raro que aqueles que os membros do MP afirmados da carreira. O fato de financiar-se será reintroduzido a período não autorizado pela precatório e será saldação com a atual situação de correção "em conformidade com a possibilidade de orçamentária". A verba já paga está devida em MP e Tribunal de Justiça por força de Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

[illegible]

A última matéria em que o nome de Crimeia é citado dentro do período analisado é datada de 15 de agosto de 2012, ano da implementação da CNV, intitulada “Sentença do TJ confirma Ustra como torturador” de autoria de Roldão Arruda. Nela estão os desdobramentos finais da condenação de Ustra: em um ato inédito, o Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou a sentença de primeira instância que reconheceu Ustra como torturador durante o regime militar. A fotografia, de autoria de André Lessa, que compõe o texto, não mostra Crimeia e seus familiares, nem Ustra, mas duas pessoas não identificadas mascaradas que protestam na porta do tribunal com cartazes escritos “Cel. Ustra torturador” sob a legenda: “No TJ. Condenação de Ustra foi ‘inédita’, diz Konder Comparato”.

O advogado da família, Fábio Konder Comparato, e a irmã de Crimeia, Maria Amélia, pronunciaram-se sobre o caso com pequenas falas. Crimeia foi identificada e citada ao final da matéria: “a derrota de ontem ocorreu no plano civil. Maria Amélia, César Augusto Teles e Crimeia Alice Schmidt de Almeida, que foram torturados no DOI-Codi, pediram à Justiça que fosse declarada a responsabilidade de Ustra” (Arruda, 2012, p. 9).

Importante citar que o jornal afirma que a família Teles foi, de fato, torturada. Isto não é colocado em questão, mas, no exercício empenhado de acompanhar e analisar as matérias veiculadas, parece acontecer de maneira mais enfática apenas após a condenação feita pela Justiça. Se não houvesse tal medida, o jornal se posicionaria dessa forma? Difícil dizer.

Dinaelza



Fonte: Site *Jornal Vermelho*

Dinaelza Soares Santana Coqueiro graduou-se em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Salvador (BA). Em 1970, ingressou nas fileiras do PCdoB. No ano seguinte, mudou-se para a região do rio Gameleira, onde participou da Guerrilha do Araguaia. Com o codinome de Maria Dina, ao longo da Guerrilha, se destacou por conta de sua resiliência e valentia. Dinaelza foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara. Segundo o Relatório Arroyo, ela deveria ter chegado a um ponto de encontro no dia 28 de dezembro de 1973, mas não compareceu. Maria Dina estaria dentro da mata quando foi abordada e levada à casa de um residente local para ser interrogada. Como não havia fornecido nenhuma informação e também cuspidos nos militares, segundo as declarações do Exército, ela foi executada e seu corpo segue desaparecido.

Dinaelza é mencionada no jornal *O Estado de S. Paulo* apenas uma vez dentro da filtragem aqui estabelecida, em uma única ocasião. “Um mergulho no último suspiro da guerrilha”, matéria aqui já apresentada, faz uma breve citação com o codinome de Dinaelza ao mencionar os nomes dos guerrilheiros envolvidos em um levante: “as duas Dinas...” (erroneamente mencionado, haja vista que o da guerrilheira aqui tratada era “Maria Dina”).

O trecho cita tanto Dinaelza como Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, também guerrilheira. Os nomes das duas militantes são apenas mencionados, sem mais delongas, elas são lidas como participantes da Guerrilha do Araguaia e somente isso nesse trecho. Suas vivências, histórias e detalhes de seus feitos não são levados em consideração.

Dinalva



Fonte: Site *Meus Sertões*

Dinalva Conceição Oliveira Teixeira cursou Geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde participou ativamente do movimento estudantil entre os anos de 1967 e 1968, sendo, por conta disso, presa por um curto período. Em maio de 1970, a militante foi para o Araguaia. Com o codinome Dina, passou a integrar o Destacamento C da guerrilha, chegando a ser vice-comandante, única mulher a ocupar esse cargo. Exerceu várias atividades, destacando-se como parteira. Dinalva foi mais uma vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara. Seu último registro no Relatório Arroyo remonta a data de 25 de dezembro de 1973, no Chafurdo de Natal. De acordo com o documento, Dina estaria com febre quando o acampamento da comissão militar da guerrilha foi atacado. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014, o segundo-tenente, João Alves de Souza, afirmou que comandou o ataque à guerrilheira no ano de 1975, metralhando-a, logo após ela ter matado militares. Ele apontou, ainda, que ela estava grávida no momento da execução. Em depoimento concedido à imprensa, o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, afirmou que as guerrilheiras Luiza Augusta Garlippe e Dinalva foram presas pelos militares e entregues, com vida, aos cuidados do tenente-coronel Léo Frederico Cinelli. Curió relatou que Dina teria sido morta no dia 24 de julho de 1974, em combate, após sofrer uma emboscada.

Edição de 25 de maio de 2001 - O Estado de S. Paulo

Próximos: ESTADO - BR - 7-25/05/01
Próximos: ESTADO - BR - 7-25/05/01

AT-
COR
Página PB
Página PB

SIXTA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 2001
SUCESSÃO
O ESTADO DE SÃO PAULO - A2

Governo articula para manter PMDB na aliança

Tacatos recuaram, porém, que esse procedimento é cada vez mais comum

DE SÃO PAULO, 24 DE MAIO

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso, em um momento de aparente calma política, não hesita em recorrer ao PMDB para garantir a continuidade de sua administração. O governo articula para manter o partido na aliança, mesmo que isso signifique a renúncia de alguns de seus membros. A estratégia é garantir a estabilidade da gestão e evitar a ruptura da coalizão.

O PMDB, por sua vez, também busca manter a aliança, mesmo que isso signifique a renúncia de alguns de seus membros. A estratégia é garantir a estabilidade da gestão e evitar a ruptura da coalizão.

O governo articula para manter o partido na aliança, mesmo que isso signifique a renúncia de alguns de seus membros. A estratégia é garantir a estabilidade da gestão e evitar a ruptura da coalizão.

O PMDB, por sua vez, também busca manter a aliança, mesmo que isso signifique a renúncia de alguns de seus membros. A estratégia é garantir a estabilidade da gestão e evitar a ruptura da coalizão.

Itamar diz que FHC deve 'pedir boné' e ir embora

Lourenço destaca que nem no regime militar houve tanta pressão

DE SÃO PAULO, 24 DE MAIO

BRASÍLIA — O ex-presidente Collor, em um momento de aparente calma política, não hesita em recorrer ao PMDB para garantir a continuidade de sua administração. O governo articula para manter o partido na aliança, mesmo que isso signifique a renúncia de alguns de seus membros. A estratégia é garantir a estabilidade da gestão e evitar a ruptura da coalizão.

O PMDB, por sua vez, também busca manter a aliança, mesmo que isso signifique a renúncia de alguns de seus membros. A estratégia é garantir a estabilidade da gestão e evitar a ruptura da coalizão.

O governo articula para manter o partido na aliança, mesmo que isso signifique a renúncia de alguns de seus membros. A estratégia é garantir a estabilidade da gestão e evitar a ruptura da coalizão.

O PMDB, por sua vez, também busca manter a aliança, mesmo que isso signifique a renúncia de alguns de seus membros. A estratégia é garantir a estabilidade da gestão e evitar a ruptura da coalizão.

Greenhalgh quer reabrir processo sobre Araguaia

Deputado quer reabrir processo sobre Araguaia

DE SÃO PAULO, 24 DE MAIO

BRASÍLIA — O deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) quer reabrir o processo de investigação sobre a morte de Carlos Mendes, um dos guerrilheiros do Araguaia. O deputado quer reabrir o processo de investigação sobre a morte de Carlos Mendes, um dos guerrilheiros do Araguaia.

O deputado quer reabrir o processo de investigação sobre a morte de Carlos Mendes, um dos guerrilheiros do Araguaia.

O deputado quer reabrir o processo de investigação sobre a morte de Carlos Mendes, um dos guerrilheiros do Araguaia.

Ciro Gomes rebate críticas do presidente

Após receber apoio do PTB, candidato do PPS diz que presidente está perdendo a credibilidade

DE SÃO PAULO, 24 DE MAIO

BRASÍLIA — Na noite de quinta-feira, o candidato do PPS ao governo de São Paulo, João Carlos Gomes, rebateu as críticas do presidente Fernando Henrique Cardoso. Gomes afirmou que o presidente está perdendo a credibilidade e que ele, Gomes, é o candidato mais capaz de levar o Estado de São Paulo à prosperidade.

Gomes afirmou que o presidente está perdendo a credibilidade e que ele, Gomes, é o candidato mais capaz de levar o Estado de São Paulo à prosperidade.

Gomes afirmou que o presidente está perdendo a credibilidade e que ele, Gomes, é o candidato mais capaz de levar o Estado de São Paulo à prosperidade.

Fonte: Acervo online *Estadão*

Dina tem seu nome citado pela primeira vez, dentro da filtragem estabelecida neste trabalho, na matéria intitulada “Greenhalgh quer reabrir processo sobre Araguaia” datada de 25 de maio de 2001 de autoria de Carlos Mendes. Trata-se, de forma geral, da reabertura do inquérito do processo policial sobre a morte dos guerrilheiros do Araguaia que o deputado federal à época, Luiz Eduardo Greenhalgh, do PT-SP, pediu. Tal medida foi tomada com base no depoimento, cedido no dia 23 de maio de 2001, pelo coronel-aviador da reserva da Aeronáutica Pedro Correa Cabral à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em Brasília.

Também participante da repressão contra os militantes do Araguaia, o coronel acusou Curió dos crimes de tortura e execução.

Cabral citou ainda como foi realizada a “Operação Limpeza”, de 1975, em que os militares retornaram à região para apagar os vestígios das violações que praticaram. É provável que os policiais tenham desenterrado algumas ossadas do local e mudando-as de lugar:

Segundo ele, a ação durou dez dias e fazia parte da última operação militar de combate à guerrilha. “Foi a pior missão da minha vida”, disse. “Desenterravam os corpos, colocavam todos em sacos plásticos pretos semelhantes aos usados pelo Instituto Médico-Legal e os levavam para queimar sob uma árvore, junto com pneus. O odor dos corpos queimados era terrível. Foi uma operação muito bruta” (Mendes, 2001, p. 7).

Por se opor a tais medidas, Cabral foi mandado para a reserva da Aeronáutica. Ele ainda afirmou: “o que mais me chocou foi testemunhar que, na região do Araguaia, os prisioneiros eram assassinados sem chance de defesa”. Dina aparece logo após essa fala, ao final do texto:

A guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, segundo relato de Cabral, teria sido uma das mulheres transportadas por ele de helicóptero e entregues na mata para a equipe chefiada por Curió. Ela estaria grávida do italiano Libero Castiglia, que também participou da guerrilha (Mendes, 2001, p. 7).

O nome completo e codinome de Dinalva são mencionados, juntamente com uma hipótese de seu assassinato. O fato de ela estar grávida, segundo relatos, no momento de sua execução também é citado. É certo que, de tantas violências de gênero, a execução torna-se ainda mais cruel tratando-se de uma mulher grávida, haja vista que o assassinato é de duas vítimas. Talvez seja por essa razão a menção a este fato em específico da vida de Dina. No entanto, com tantos atributos que poderiam ser mencionados se tratando da guerrilheira em questão: militante, parteira, geóloga, vice-comandante do Destacamento C da guerrilha, e professora; o jornal prefere situá-la como “guerrilheira” e “grávida do italiano Libero Castiglia”.

Tratando-se também do inquérito sobre a morte dos guerrilheiros, nenhum e nenhuma sobrevivente da guerrilha são entrevistados pelo veículo. Somente os militares e o deputado, todos homens, dão seus pareceres.

[illegible]

Fonte: Acervo online *Estadão*

“Após 30 anos, Curió rompe silêncio sobre a guerrilha”, datada de 4 de março de 2004, e de autoria de Leonencio Nossa e Dida Sampaio, é o segundo texto em que o nome Dinalva é mencionado. Nele constam declarações de Sebastião Curió Rodrigues de Moura, à época prefeito da cidade de Curionópolis (PA), sobre os assassinatos que cometeu no Araguaia. Diferentemente de outras matérias, Dinalva é citada, praticamente em todo o texto, ao lado de um outro guerrilheiro Osvaldo Orlando Costa, também executado no Araguaia: “[...] que a operação para tirar de combate os principais comandantes da Guerrilha do Araguaia, Oswaldo Orlando Costa, o Oswaldão, e Dinalva Oliveira Teixeira, foi definida

numa reunião do presidente Emílio Garrastazu Médici com o Alto-Comando do Exército” (Nossa, Sampaio, 2004, p. 7).

Dinalva é mencionada pelo jornal como “a mais famosa mulher da guerrilha”. Em entrevista, Curió confirmou a morte dos dois guerrilheiros: “ela morreu no dia 24 de julho de 1974”, revela. É a primeira vez que o chefe da terceira campanha no Araguaia confirma a data da morte da guerrilheira”. Há diversas versões sobre a data do assassinato de Dina. A alegação de Curió vai de encontro com as versões dadas pelo Exército e pela Marinha:

Em 1993, a Marinha entregou ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, relatório que dizia apenas que Dina, com 29 anos, “teria sido morta em Xambioá”. No mesmo ano, o Exército e a Aeronáutica informaram que não tinham mais informações (Nossa, Sampaio, 2004, p. 7).

O texto segue com Curió contando sobre a morte de Dina e, posteriormente, de Osvaldão: “ao falar do papel da militante e da maneira como foi morta, Curió evita entrar em detalhes: ‘Ela tinha importância, mas não era tanta assim. Havia muito mito. Mito de que ela virava cupim, virava pomba. Ela entrou em combate numa emboscada. Só posso dizer isso’” (Nossa, Sampaio, 2004, p. 7). Não se sabe ao certo porque o ex-coronel não quer entrar em detalhes sobre a execução de Dina. Uma coisa é certa, o tratamento de desprezo e subjugação é explícito na sentença: “ela tinha importância, mas não era tanta assim”. A doutora em Políticas Sociais, Claudia Hasanbegovic, afirma que a mulher “ideal” para a ideologia militar é aquela que se aproxima da imagem de mulher objeto, muito mais do que a de uma pessoa livre, ativa, com emancipação e participação social e política (Hasanbegovic, 2001).

Qual a medida de importância de Curió? Dina foi a única mulher a liderar um destacamento na guerrilha. Só este fato já é de suma importância. É certo que ela não seria aclamada, nem pelo próprio partido de esquerda (chefiado por homens), muito menos pelos militares, ou ocuparia uma posição semelhante a de um guerrilheiro, por razões óbvias de um sistema machista moldado no patriarcado: “[...] visão dos partidos políticos de esquerda que viam no fim da questão de classe também a emancipação das mulheres, portanto descartavam a necessidade de uma luta específica” (Veiga, 2011, p. 53). Ao contrário do que é feito com Dina, a morte de Osvaldão é esmiuçada pelo coronel:

Curió afirma que o guerrilheiro Osvaldão, então com 36 anos, também morreu numa emboscada preparada pelos seus subordinados: “Ele morreu num açail. Levou um tiro no peito e tombou. Logo em seguida, foi montado um aparato para retirar o corpo. Um helicóptero içou o corpo, mas por acidente, a corda arrebentou e o corpo caiu de uma altura de nove a dez metros, quebrando o fêmur esquerdo” (Nossa, Sampaio, 2004, p. 7).

Apesar da barbárie do relato da execução de Osvaldão, Curió não faz nenhum juízo de valor sobre o guerrilheiro em questão, como fez com Dina. Ele é descritivo no assassinato do

militante. O texto segue trazendo uma mini biografia de Osvaldão, o que não foi feito com a figura de Dinalva: “Osvaldão era um negro de 1m98, sapato 48, que antes de entrar na clandestinidade foi atleta. Fez curso de guerrilha na então Checoslováquia” (Nossa, Sampaio, 2004, p.7). A descrição da figura de Osvaldão chama atenção pelo fato de sua raça estar também descrita. Isso dificilmente acontece quando se busca caracterizar pessoas brancas. Em todos os materiais analisados aqui neste trabalho, em nenhum caso, exceto neste, acontece a descrição baseada na cor da pele, por exemplo: “um guerrilheiro branco”, ou até mesmo com outras raças (como a amarela) “uma guerrilheira de origem nipônica” (como é o caso de Suely). O professor e teórico Tomaz Tadeu da Silva (2014) explana essa questão em sua obra “Identidade e diferença - a perspectiva dos estudos culturais”:

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. Por sua vez, na perspectiva que venho tentando desenvolver, identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas. Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que, contrariamente à primeira perspectiva, é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença-compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciar (Silva, 2014, p. 73, 74).

Uma outra pesquisa relevante para pensar a presença das pautas raciais e das pessoas negras em organizações de esquerda de resistência à ditadura é a dissertação de Karin Sant’Anna Kossling (2007), no seu mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), intitulada “Lutas Anti-racistas dos afro-descendentes sob vigilância do DEOPS (1964-1983)”. A autora aponta que, apesar de nem todos os movimento negros naquele momento serem de cunho marxista (como a maioria dos movimentos de oposição à época), todos foram alvos de uma intensa vigilância militar, especialmente na década de 1960, já que pela visão do regime, eram parte dos grupos considerados subversivos, ou seja, de oposição. Naquele momento, houve uma efervescência no que diz respeito ao movimentos negros acerca de ideias cunhadas no marxismo-leninismo. Os militantes negros brasileiros inspiraram-se, principalmente, nos movimentos de independência de países como Angola e Moçambique, além da luta armada dos Panteras Negras nos Estados Unidos.

Segundo Kossling (2007), foi somente no ano de 1978 que foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), com um ato público na escadaria do Teatro Municipal, na cidade de São Paulo, para denunciar o racismo. Fica evidente que, por mais que atos como esses não sejam lembrados nacionalmente, existiram outras figuras negras de atuação política de

enfrentamento ao regime militar, além de Carlos Marighella. A fundação do MNU contou com a participação de figuras importantes do movimento negro, como a já citada Lélia Gonzalez, o ator, poeta, artista plástico, professor universitário, político e ativista Abdias do Nascimento, e do, à época, estudante de Economia pela USP, e ativista na Liga Operária (LO), o militante Milton Barbosa (Oliveira, 2025).

A matéria encaminha-se para o final com mais aspas de Curió:

Ele reclamou das acusações e cobranças dos familiares dos desaparecidos sobre as torturas a que teriam sido submetidos e a falta de informações sobre locais onde estariam os corpos. “Não sou responsável por mortos. Não sou coveiro. A minha missão era infantaria e operações especiais. Os meus mortos eu sei onde estão sepultados. Foram 16 homens” (Nossa, Sampaio, 2004, p. 7).

A fala de Curió remete à do soldado Adolf Eichmann, tenente-coronel encarregado da logística de extermínio da Alemanha nazista: “não posso reconhecer o veredito de culpado”. Responsabilizado, no fim de 1961, por 15 crimes de guerra, admitiu a culpa apenas de ter sido obediente, salientando que quem perseguia os judeus era o Estado alemão na figura de Adolf Hitler. Antes de Eichmann, julgado em Israel, dezenas de nazistas alegaram, perante o Tribunal de Nuremberg, em 1945 e 1946, que apenas tinham cumprido ordens.

Em sua obra “Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal”, a autora Hannah Arendt (1999) discorre sobre os perigos do mal difundido na sociedade: “o problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (Arendt, 1999, p. 299).

Arendt, ao discorrer sobre o assunto, não exime o réu de suas responsabilidades. O fato é que Curió faz exatamente o mesmo quando questionado sobre acusações de tortura e execução: coloca toda a responsabilidade sobre o presidente à época, Emílio Médici, mas se não fossem figuras como Curió para “cumprir as ordens”, o regime talvez nunca tivesse existido.

O texto é finalizado com a afirmação de que o coronel sente-se protegido e despreocupado por conta da Lei da Anistia: “Araguaia é um caso fechado meu”. Como se uma questão tão relevante da ordem pública pudesse ser privada. A imagem que compõe o texto, de autoria de Dida Sampaio, é a figura de Curió sorrindo acompanhado de um agente do Exército com a respectiva legenda: “Curió: ‘Torturar eu não torturei; matar, eu não sei se matei’”.

Em 21 de março de 2008, Dinalva volta a ter seu nome mencionado na matéria já citada aqui “Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha”. Nela, a partir de

uma ação judicial, fica evidenciado que guerrilheiros dados como mortos pelo Exército teriam sido presos ainda com vida. Dina seria uma dessas pessoas. É mencionado, inclusive, que ela prestou depoimento após a prisão nas bases militares. Nesse texto, em especial, sua vida na militância é razoavelmente aprofundada, ainda que de forma bastante descritiva:

O caso da geóloga baiana Dinalva Teixeira, a Dina, a mais famosa comunista do movimento armado da Amazônia, é um dos mais emblemáticos. No ano passado, a Secretaria de Direitos Humanos publicou o livro *Direito à Memória e à Verdade*, reunindo todas as versões sobre a morte de Dina e de outros guerrilheiros. No caso dela, o livro só inclui relatos extra-oficiais, nunca com a chancela de um documento oficial (Nossa, 2008, p.4).

O nome de Dinalva aparece também em entrevista já citada acima, “Não se corta erva daninha pelo caule”, do dia 22 de junho de 2009 com o major Curió. À seguinte pergunta “por que matar prisioneiros?”, a resposta dada cita o codinome da militante: “todos os combatentes foram mortos em combate? Não. Exemplos típicos são os casos da Dina e da Tuca. Elas foram feitas prisioneiras por mim e entregues às autoridades”. A conversa segue: “que autoridades foram essas?”, então o militar responde: “me reservo do direito de não citar nomes. Mas pelos dados do meu arquivo você poderá tirar suas conclusões”. O entrevistador insiste: “o que aconteceu com a Dina e a Tuca?”, para a resposta simplista e até mesmo grosseira: “morreram. A ordem superior era não deixar rastros da guerrilha, para poupar o Brasil de uma guerrilha, de uma Farc, um movimento montonero (guerrilha argentina), um Sendero Luminoso”.

Curió, com isso, admite a morte de duas guerrilheiras em uma fala corriqueira, nem o sobrenome, nem a história de vida delas são levados em conta. É notável, para além disso, a solidariedade típica entre homens, pela fala do militar, principalmente entre soldados, mais do que isso, a proteção em preferir não citar nomes de possíveis algozes. Enquanto isso, não se reservam em admitir que violentaram e mataram mulheres, muito pelo contrário, dizem como se fosse um grande feito, um sinal de orgulho:

Estes constituem-se não apenas como comunidades de proteção e de solidariedade, mas também como ligas igualitárias de homens, que produzem a sua coesão através da desvalorização de supostas características femininas e que exteriorizam a libido homoerótica transformando-a em agressividade (Bröckling apud Zipfel, 2012, p. 42).

Edição de 28 de junho de 2009 - O Estado de S. Paulo

LOCALIZAÇÃO: SP - 12 - 1800M
A12 - 824H
COR: CYNHAGENTA
PRETO

A12 NACIONAL 28 JUN 2009

STF decide manter parecer sobre prisão
O Supremo Tribunal Federal decidiu, nesta terça-feira, manter o parecer do ministro Carlos Ayres Nunes Pinheiro de que a prisão de Carlos Roberto de Oliveira, conhecido como Gringo, não é necessária para a investigação da Operação Sucuri.

Problema de Diamantino
O Tribunal Superior Eleitoral decidiu, nesta terça-feira, manter o parecer do ministro Carlos Ayres Nunes Pinheiro de que a prisão de Carlos Roberto de Oliveira, conhecido como Gringo, não é necessária para a investigação da Operação Sucuri.

STF nega pedido de concessão para deputado
O Tribunal Superior Eleitoral decidiu, nesta terça-feira, manter o parecer do ministro Carlos Ayres Nunes Pinheiro de que a prisão de Carlos Roberto de Oliveira, conhecido como Gringo, não é necessária para a investigação da Operação Sucuri.

Ministro Guedes se despede do STJ
O ministro Carlos Ayres Nunes Pinheiro se despediu do Superior Tribunal de Justiça nesta terça-feira.

CASO ARAQUÁIA

Alemão comprou área de guerrilha

Local de movimento armado dos anos 70 é hoje o retrato da pobreza, ausência do poder público e grilagem

Leoncio Nossa
O alemão comprou a área de guerrilha em 1970, quando a região era controlada pelos guerrilheiros. Hoje, a área é controlada por militares e a população vive em condições precárias.

Resto é cortado das fotos para despistar Exército
O alemão comprou a área de guerrilha em 1970, quando a região era controlada pelos guerrilheiros. Hoje, a área é controlada por militares e a população vive em condições precárias.

Mateiro adoece antes de ir ao local da clareira
Derrame impediu Zé da Rita de mostrar acesso à área usada para matar guerrilheiros

Gringo
O alemão comprou a área de guerrilha em 1970, quando a região era controlada pelos guerrilheiros. Hoje, a área é controlada por militares e a população vive em condições precárias.

Gringo
O alemão comprou a área de guerrilha em 1970, quando a região era controlada pelos guerrilheiros. Hoje, a área é controlada por militares e a população vive em condições precárias.

Fonte: Acervo online *Estadão*

Em 28 de junho de 2009, o texto “Alemão comprou área de guerrilha” de autoria de Leoncio Nossa trata da posse de terras, antes dos guerrilheiros e militares, por um latifundiário alemão de apelido “Gringo” para o aumento do agronegócio na região. Gringo comprou terras que antes pertenceram a Oslvaldo, tratado como “comandante guerrilheiro”. Ao falar dos antigos e atuais moradores, maioria trabalhadores da terra chamados “mateiros”, Nossa fala, em um apêndice, do relatório da Operação Sucuri feito durante o período de exceção e destaca que moradores locais de Porto Franco, à época, se recusaram a dar informações sobre o nome e paradeiro de Dina, mostrando admiração pela guerrilheira:

Quando agentes militares chegaram a Porto Franco, moradores da cidade se recusaram a prestar informações sobre o médico e sobre a guerrilheira Dinalva Teixeira, a Dina. É o que dizem uma série de relatórios militares produzidos no período. “Estes (moradores) evitam fornecer qualquer informe

que venha a prejudicá-los”, destaca o relatório da Operação Sucuri (Nossa, 2009, p. 12).

Abaixo encontra-se outra matéria relacionada ao tema, também escrita por Nossa. Resumidamente, nela estão as figuras de Curió e o mateiro e ex-guia Zé da Rita. Eles têm um segredo em comum: guardam na mente o local denominado Clareira do Cabo Rosa, uma área na floresta usada por oficiais para a execução dos guerrilheiros. Em entrevista, tanto Curió quanto Zé, não são precisos ao informar o lugar. Mostram-se desconfiados. A fotografia apresenta os dois conversando. Mais uma vez, é o militar quem cede entrevistas ao *Estadão* sobre um assunto que envolve tantas outras pessoas e que poderia abarcar mais vozes e, sobretudo, outras versões.

Edição de 8 de julho de 2009 - O Estado de S. Paulo



Fonte: Acervo online *Estadão*

Ainda em 2009, na data de 8 de julho, a matéria “Busca de ossadas no Araguaia começa hoje”, também de autoria de Leonencio Nossa fala sobre as buscas do Ministério Público na Casa Azul em Marabá (principal base militar durante a Guerrilha) de corpos de guerrilheiros desaparecidos, dentre eles está Dinalva:

O campo militar da Casa Azul foi local de prisão, tortura, interrogatório e até fuzilamento. Boa parte dos 41 guerrilheiros executados pelo Exército passou pelas celas da base militar, que fica à beira da Transamazônica e do Rio Itacaiúnas, entre eles, Arlindo de Pádua Costa (Piauí), Cilon Brum (Comprido) Dinalva Teixeira (Dina) e Maria Luiza Garlippe (Tuca) (Nossa, 2009, p. 13).

O texto menciona a militante, sem esmiuçar detalhes de sua vida de militância ou seu nome completo, como um dos nomes dos 41 guerrilheiros executados que passaram pela Casa Azul antes de seu assassinato.

Edição de 13 de julho de 2009 - *O Estado de S. Paulo*

PARALADO PB ESCALANDO COR
Pouco ESTADO BR - 1 - 130709 A7 - CTA MAGENTA PRETO

NACIONAL A7

CASO ARRAQUA

Mateiro indica novo local de ossadas

De acordo com 'Zé Catingueiro', localidade de Taboão, em São Domingos, foi usada para enterrar guerrilheiros

Leoncio Nogueira
Sociedade Civil

O ex-comandante do Exército, José Maria Alves da Silva, o 'Zé Catingueiro', do 12º Batalhão de Polícia Militar, indica um novo local de ossadas de guerrilheiros executados pelo Exército. Segundo ele, o local está em Taboão, no município de São Domingos, no Rio Grande do Sul. O local foi usado para enterrar os corpos dos guerrilheiros executados pelo Exército. O local foi descoberto por um militar do Exército, que foi encontrado por um militar do Exército. O local foi descoberto por um militar do Exército, que foi encontrado por um militar do Exército. O local foi descoberto por um militar do Exército, que foi encontrado por um militar do Exército.

'Queriam governo na mata'
Aliado do PC do B que virou guia de militares surpreende equipe de buscas

Leoncio Nogueira
Sociedade Civil

O ex-comandante do Exército, José Maria Alves da Silva, o 'Zé Catingueiro', do 12º Batalhão de Polícia Militar, indica um novo local de ossadas de guerrilheiros executados pelo Exército. Segundo ele, o local está em Taboão, no município de São Domingos, no Rio Grande do Sul. O local foi usado para enterrar os corpos dos guerrilheiros executados pelo Exército. O local foi descoberto por um militar do Exército, que foi encontrado por um militar do Exército. O local foi descoberto por um militar do Exército, que foi encontrado por um militar do Exército.

FATURA ZERO DO CARTÃO CAIXA.
UM ZERO NUNCA FOI TÃO BACANA COM VOCÊ.

É o Futuro Zero do Cartão de Crédito CAIXA. Use o seu cartão de crédito CAIXA para pagar a sua fatura. É sempre a 100% de desconto, sem juros, sem tarifas, sem custos. É sempre a 100% de desconto, sem juros, sem tarifas, sem custos.

CAIXA

Fonte: Acervo online *Estadão*

Em 13 de julho de 2009, Dina volta a aparecer no *Estadão* na matéria de Leoncio Nossa: “Mateiro indica novo local de ossadas”. Nela há declarações do ex-mateiro do Exército, José Maria Alves da Silva, o Zé Catingueiro, que informou um novo local que os

militares teriam usado para enterrar os corpos dos guerrilheiros: a localidade de Tabocão em São Domingos, no estado do Pará.

O nome de Dina é apenas citado por uma menção de José, que afirma que ela foi capturada com vida: “Catingueiro disse que participou do combate em que morreu Nelson Lima Piauhy Dourado, o Nelito, em janeiro de 1974. Confirmou, ainda, que as guerrilheiras Dinalva Teixeira, a Dina, e Maria Luiza Garlippe, a Tuca, foram capturadas com vida” (Nossa, 2009, p. 7).

A figura que aparece na imagem da matéria é do também mateiro Raimundo Nonato dos Santos, apelidado de Peixinho, que relatou que as tropas do Exército chegaram à época torturando, além dos guerrilheiros, moradores locais, chamando-os de “terroristas”.

“Um mergulho no último suspiro da guerrilha”, texto datado de 10 de junho de 2012 de autoria de Gabriel Manzano, como dito anteriormente, traz o nome de Dinalva, com a citação: “as duas Dinasc...”, em menção também a Dinaelza. Há também seu nome na passagem: “que Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, não caiu em combate, mas morreu na cadeia de Marabá em 26 de junho de 1974” (Manzano, 2012, p. 8). A morte de Dina tem versões diferentes, como pode ser observado em sua biografia: contrariando o depoimento de Curió, o segundo-tenente, João Alves de Souza, afirmou que metralhou a guerrilheira em 1975. Quando o jornal usa da afirmação do algoz, a narrativa do momento da morte de Dinalva parece estar em disputa, afinal o major afirma que seu assassinato aconteceu em 1974, com ela presa. O fato de ela não ter caído em combate é enfatizado por Curió, o que rebaixaria, em níveis bélicos, a atuação de Dina na guerrilha. Nas entrelinhas, pode ser notado um tom pejorativo. Por fim, Dinalva aparece em um dos trechos do livro de Leonencio Nossa disponibilizado pelo jornal quando narra as memórias de Curió sobre a fuga de três guerrilheiros durante o Chafurdo de Natal: “Joca, Tuca e Dina, os únicos em condição de andar ligeiro, conseguiram escapar”

guerrilheira Dinalva Teixeira, do PCdoB, na mata da região (*O Estado de S. Paulo*, 2015, p. 8).

Os nomes dos guerrilheiros, apesar de muitas vezes esquecidos, são lembrados por moradores da região do Araguaia, que envolve os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (antes Goiás).

Elza



Fonte: Site *Jornal Vermelho*

Nascida em Sapucaia, no Rio de Janeiro, Elza de Lima Monnerat formou-se e atuou como professora primária até entrar, em 1939, para o funcionalismo público. Filiada ao PCdoB em 1945, era encarregada de ser arrecadadora de finanças. No ano de 1964, com a implantação do golpe civil-militar, o PCdoB foi obrigado a exercer suas atividades de forma clandestina. Dentro da militância, Elza tinha como ofício montar “aparelhos” onde a direção do PCdoB pudesse se reunir em segurança e seus integrantes pudessem viver escondidos, tomando conta do deslocamento dos militantes entre estes endereços. Com o codinome de Dona Maria, foi uma das primeiras guerrilheiras a se instalar no Araguaia. Passou os anos seguintes transportando ativistas do sul do país até a região escolhida, no local conhecido como Bico do Papagaio, e fazendo a ligação entre os militantes da guerrilha com a direção central, que ficava na cidade de São Paulo. No primeiro semestre de 1972, com a chegada do Exército na área, Elza foi obrigada a retornar à capital paulista quando levava mais guerrilheiros e guerrilheiras à região já cercada pelos militares, permanecendo fora da área do conflito até o fim dos combates. Presa em dezembro de 1976, em decorrência do episódio

conhecido como Chacina da Lapa⁷⁰, cumpriu pena até 1979, reivindicando sua liberdade com participação em greves de fome junto a outras prisioneiras do regime. Foi libertada em agosto de 1979, com a anistia no governo de João Batista Figueiredo. Após sua libertação, liderou e organizou a procura pelos corpos dos desaparecidos políticos. Faleceu em agosto de 2004 aos 90 anos de idade. Uma rua em Guaratiba, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, homenageia seu nome.

Dentro da filtragem estabelecida e dos resultados encontrados, Elza aparece pela primeira vez no caderno de Política do *Estadão* em entrevista intitulada “Não se corta erva daninha pelo caule” do dia 22 de junho de 2009 com o major Curió, anteriormente mencionada.

Elza é citada em uma das respostas do ex-militar à seguinte questão: “quais os erros do PC do B?”. Curió afirma que Elza, uma das lideranças do grupo de guerrilheiros, abandonou a juventude na mata. Além disso, alega que a guerrilha foi uma aventura do Partido. A frase final do ex-militar sobre Elza é que ela fugiu e deixou “cada um por si e Deus para todos”. Mais uma vez, a versão dos fatos é narrada por um ex-agente de segurança que já confessou diversos crimes, desde torturas até assassinatos. Elza poderia ser entrevistada nos anos que antecederam a sua partida, mas não foi.

Ademais, Curió afirma que ela fugiu, que abandonou a guerrilha. O fato é que Elza foi obrigada a retornar a São Paulo quando levava mais ativistas à região do Araguaia já cercada pelos militares, permanecendo fora da área do conflito até o fim dos combates.

O nome de Elza volta a aparecer na mesma matéria em que Dinalva é também mencionada, “Alemão comprou área de guerrilha”, datada do dia 28 de junho de 2009. Nela, o relatório da Operação Sucuri revela que moradores locais de Porto Franco, à época da ditadura, recusaram-se a dar informações sobre o nome e paradeiro de Dinalva, recortando seu rosto nas fotografias. O fato de recortarem o rosto de Dina poderia suscitar a falsa ideia de que os moradores locais quisessem se distanciar da guerrilha e protegerem-se, o que é desmentido pela matéria: “os moradores não tinham a intenção de se proteger e mostrar distanciamento da guerrilha, pois os rostos de outros integrantes do movimento armado foram mantidos nas fotografias, como Elza Monnerat e Gilberto Olímpio, que também passaram pela cidade” (Nossa, 2009, p. 12).

⁷⁰ Também conhecido como Massacre da Lapa, a Chacina da Lapa, foi um atentado na Rua Pio XI no bairro da Lapa, na cidade de São Paulo. Na operação, militares do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) invadiram o aparelho do PCdoB no nº 767. Três dos dirigentes máximos do partido foram assassinados e os demais, encarcerados e torturados.

Infelizmente, a matéria não mostra estas fotografias guardadas pelos moradores locais, que tinham tanto respeito e admiração pelos guerrilheiros e guerrilheiras, abordando uma outra vertente da história.

Helenira



Fonte: Site *MST*

Helenira Resende de Souza Nazareth iniciou sua militância estudantil em Assis (SP), sua cidade natal. Depois mudou-se para a cidade de São Paulo, onde cursava Letras na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), presidindo o Centro Acadêmico. Empenhada na luta pela democracia, tornou-se uma das mais importantes lideranças no movimento estudantil paulistano da época. Foi presa diversas vezes pelos militares; em sua terceira captura, que aconteceu durante o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna (SP), acabou sendo transferida do presídio Tiradentes para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e, posteriormente, para o presídio de mulheres do Carandiru, onde ficou por dois meses. Ao apresentar um *habeas corpus* no mês dezembro de 1968, sua família conseguiu sua liberdade. Militante do PCdoB, Helenira resolveu seguir na clandestinidade, mudando-se para o sudeste do Pará. Adotou o codinome de Fátima e integrou, na Guerrilha do Araguaia, o Destacamento A, que passou a carregar seu nome após sua execução. Helenira, ou Fátima, foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Papagaio. O Relatório Arroyo descreve que, na data de 29 de setembro de 1972, Helenira teria encontrado tropas das Forças Armadas e atirado com uma espingarda contra um dos soldados. Em seguida, um dos militares teria atingido a guerrilheira

com uma metralhadora, o que seguiu da sua prisão, tortura e assassinato. O documento também registra informações dos moradores locais de que Helenira estaria enterrada em um local chamado Oito Barracas. Seu corpo segue desaparecido. A USP realizou no dia 26 de agosto de 2024 uma cerimônia de diplomação de quinze alunos que foram mortos durante a ditadura civil- militar. Eles frequentavam a FFLCH. O nome de Helenira estava entre os diplomados.

Helenira, além de ativista, foi também uma mulher negra. A pesquisadora Tauana Silva (2019) em sua tese intitulada “Mulheres Negras nos Movimentos de Esquerda Durante a Ditadura no Brasil (1964-1985)” explana a presença de mulheres negras na resistência ao regime civil-militar brasileiro, ao criticar a ideia que se tem, dentro e fora do campo acadêmico, de que o ativismo das mulheres negras (quando reconhecido) é considerado somente nos níveis cultural, religioso e familiar, mas nunca no âmbito político partidário ou intelectual. A autora então expõe, na sua pesquisa, a atuação das mulheres negras nos movimentos de esquerda, nomeando intelectuais, militantes e resistentes políticas, e denunciando o duplo (pela questão de serem militantes e mulheres) ou triplo apagamento (pela questão de serem militantes, mulheres, e além disso, negras) dessas figuras na história da luta contra a ditadura no país.

Prova desse triplo apagamento era a maneira como os militares utilizavam de preconceitos de gênero e também raciais para ofender as prisioneiras com insultos como “puta”, “vadia” e “vaca”, assim como o de “macaca” no caso das mulheres negras (Wolff, 2018). Teles (2014) ainda indica que a prática de estupros e abortamentos forçados era recorrente nas sessões de tortura das mulheres militantes de esquerda e que o uso da maternidade e da família também era um recurso de tortura feito para atingir tais mulheres.

Apesar de toda importância que Helenira teve dentro dos movimentos estudantis e da guerrilha, seu nome aparece em apenas uma matéria do *Estadão* dentro da análise aqui estabelecida. O texto, aqui já suscitado, “Mateiro indica novo local de ossadas” publicado em 13 de julho de 2009, consta o nome de Helenira ao falar das expedições do GTA do Araguaia: “a expedição esteve ontem em dois locais da antiga Fazenda Oito Barracas, onde morreu a guerrilheira Helenira Resende, a Helenira” (Nossa, 2009, 7).

O local do assassinato de Helenira é citado. No entanto, até os dias atuais não se sabe ao certo onde o corpo teria sido enterrado. Outra questão que chama atenção é o nome completo de Helenira, e a repetição “Helenira” logo após. O codinome de Helenira era Fátima, não seu primeiro nome.

Jana

Fonte: Site *Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*

Jana Moroni Barroso nasceu na cidade de Fortaleza (CE), mas com três anos mudou-se com a família para Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro. Estudou até o quarto ano de Biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde engajou-se na juventude do PCdoB. Sempre presente no movimento estudantil universitário, atuou na divulgação de jornais produzidos pela imprensa clandestina do Partido e ocupou a função de secretária da Seção de Agitação e Propaganda. Em 21 de abril de 1971, temendo as represálias do regime, mudou-se para a localidade conhecida como Metade, próxima ao município de São Domingos do Araguaia, no estado do Pará. Com o codinome Cristina, atuou como professora de alfabetização para a população local. Depois passou a integrar o Destacamento A da Guerrilha do Araguaia. Oficialmente desaparecida em 2 de janeiro de 1974, foi vista presa e ferida na base militar em Bacaba (PA). Os relatos sobre seu desaparecimento e morte são diversos e variam de versão para versão. Em 2018, o filme “Araguaia, Presente!” trouxe como ator seu irmão, Breno Moroni, a fim de resgatar a memória dos militantes e honrar um legado de luta e sobrevivência.

Dentro da filtragem estabelecida neste trabalho, e com os resultados encontrados, o acervo online do *Estadão* não menciona Jana em nenhum momento dentro de seu caderno de Política.

Lúcia Maria

Fonte: Site *Memorial de Resistência de São Paulo*

Lúcia Maria de Souza ingressou na militância entre os anos de 1969 e 1970, quando cursava medicina na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Responsável pela impressão e distribuição do jornal “Classe Operária”, participava também do Comitê Universitário do PCdoB, formando parte da Secretaria de Agitação e Propaganda, cuja função principal era a edição do jornal “A Luta”. No início de 1971, mudou-se para a região do Chega com Jeito, na localidade de Brejo Grande, no estado do Pará. Com o codinome Sônia, passou a integrar o Destacamento A da Guerrilha do Araguaia. O Relatório Arroyo descreve o episódio que teria resultado em seu assassinato na data de 24 de outubro de 1974 durante a Operação Marajoara: Lúcia e outro companheiro de luta estavam caminhando e foram emboscados pelas tropas do Exército. Lúcia levou um tiro e ficou ferida e imobilizada, posteriormente sendo morta a tiros. De acordo com os depoimentos elencados no livro “Dossiê ditadura” de autoria de Mário Sérgio de Melo (2010), ela teria morrido em uma localidade denominada Grota da Borracheira ou Grota da Água Fria. Vítima de desaparecimento forçado, seu corpo segue desaparecido.

[illegible]

Fonte: Acervo online *Estadão*

Em 25 de junho de 2005, o nome de Lúcia é citado na matéria “Sessão na Câmara exalta repressão no Araguaia” de autoria de Denise Madueño. O texto trata da solenidade, a pedido do então deputado do Rio de Janeiro à época Jair Messias Bolsonaro, de tributo aos militares que desmontaram a Guerrilha do Araguaia. Como principal convidado do evento estava o coronel Lício Augusto Maciel, chefe do grupo de combate e comandante das operações, que discursou orgulhosamente sobre os assassinatos dos guerrilheiros e guerrilheiras. De forma crítica, o que raras vezes foi visto no *Estadão* nos materiais aqui

analisados, a jornalista trata o evento como “um filme de horror” e “pura provocação aos integrantes de movimentos políticos que combateram a ditadura militar”. Logo abaixo encontra-se a imagem, de autoria de Dida Sampaio, de Bolsonaro ao lado de Maciel com a legenda: “Solene - Bolsonaro levou o coronel Lício, o principal homenageado”. O nome de Lúcia é citado na fala de Maciel durante o evento:

Sem assumir que matou os guerrilheiros, o coronel contou que atirou em Lúcia Maria de Souza, conhecida por guerrilheira Sônia, na mata: ‘Quando ela sacou a arma, vi que não tinha jeito e atirei: acertei a perna e ela caiu’ Ele disse que, depois disso, ela recuperou a arma e atirou nele e no coronel Curió. ‘O resto da minha equipe revidou, claro. Encerrada foi a carreira da bandida Sônia, nome da guerrilheira’ (Madueño, 2005, p. 11).

Para Maciel, Lúcia é uma “bandida”. O militar, com isso, tenta reduzir a história da ativista à sua morte, e desmoralizá-la. O orgulho com que ele fala de seus feitos e despreza a vítima é bastante significativo, demonstrando, sumariamente, uma misoginia exacerbada. É o que a professora e escritora Gaby Zipfel (2012) explica em seu artigo “Vamos lá curtir um bocado”:

A relação entre identidade sexual, violência e sexualidade em conflitos armados, em uma análise geral sobre como a presença feminina esbarra no machismo desses espaços bélicos: guerra e a masculinidade confundem-se tão intimamente no discurso cotidiano que, até o momento, nem a entrada das mulheres no domínio masculino das forças armadas nem as transformações gritantes por que passou nas últimas décadas o exercício da guerra, que já nada tem a ver com o mito da heróica luta corpo a corpo, conseguiram abalar tal percepção (Zipfel, 2012, p. 37).

A matéria termina trazendo a opinião de alguns deputados sobre a atitude de Bolsonaro: todos acharam a ação “descabida” e o jornal parece concordar com essa opinião.

Lúcia é mencionada pela segunda vez em entrevista aqui já citada “Não se corta erva daninha pelo caule” publicada em 22 de junho de 2009 com o major Curió. Ao responder à pergunta “como foi o combate travado pelo senhor e pelo agente Lício Maciel com a guerrilheira Lúcia Maria de Souza, a Sônia?” (Nossa, 2009, p. 6), Curió oferece detalhes sobre o embate com a guerrilheira, como se estivesse comentando um filme de ação:

Estávamos numa patrulha na mata. Por volta de 17 horas, a luz começou a cair. Encontramos na beira de um pântano um par de coturno. Ouvimos uma conversa e assovios. Uma das vozes era de mulher. Sônia voltou inesperadamente, talvez para apanhar o coturno, e gritou para os companheiros de guerrilha, pensando que um deles tinha levado o calçado por brincadeira. Toda a patrulha estava dentro do pântano. Com o aumento do volume da voz de Sônia, Lício deu alguns passos à frente, a dez metros da gente. Foi quando a viu. Com água na cintura, ele gritou: “Quieta!”. Sônia pôs as duas mãos para cima. Na verdade, apenas uma mão estava na cabeça, com a outra ela disparou o primeiro tiro contra ele. Os demais da patrulha abriram fogo. A Sônia voltou a atirar. De onde eu estava não conseguia enxergá-la. Atirei em dois vultos que escaparam por uma moita de açaizal, possivelmente dois companheiros dela. A penumbra dificultava a visão. Depois, eu gritei: “Cessa, cessa, cessa!”, para prestar socorro a Lício. Olhei,

o meu cotovelo direito, que estava ensanguentado. Eu, um sargento e um soldado seguimos mais à frente no rumo de um murmúrio. Os galhos e folhas atingidas pelas rajadas ainda se desprendiam dos troncos, formando um eco. Começou o silêncio. Era quase noite. Ouvimos um gemido. Logo depois, vi um rastro de corpo num barranco do igapó. Mais à frente, um revólver 38 no chão. Ela estava adiante, de bruços. Usava camiseta e bermuda curta, bem acima do joelho. As pernas claras, de quem não via o sol há tempo, estavam picadas por insetos. Ela ainda suspirava. (*Sônia morreu no combate.*) (Nossa, 2009, p. 6).

É como se narrasse uma história trivial, onde saiu vencedor, que Curió abre sua caixa de memórias sobre a morte da guerrilheira que ele chama pelo codinome. A parte final de seu relato chama a atenção: ele descreve a posição em que o corpo se encontrava, os trajes que Lúcia vestia no momento, enfatizando que a bermuda era curta, “bem acima do joelho”. Qual a importância disso para relatar a execução de alguém? Curió não descreve seu próprio traje ou o de Lúcio, mas de Sônia sim. Além disso, ele fala sobre suas pernas.

Ao final, o jornal afirma que Lúcia morreu em combate, mas não segue com perguntas sobre o desdobramento de seu assassinato: qual seria o local do enterramento? Onde o corpo foi deixado? Ao contrário, parece ficar satisfeito com a descrição dada pelo coronel.

A penúltima matéria em que a figura de Lúcia aparece é também do ano de 2009, do dia 13 de julho, na já mencionada “Mateiro indica novo local de ossadas”. Nela, há possíveis informações sobre os restos mortais da guerrilheira. Procurando por pistas de seu desaparecimento, o general Mário Lúcio Alves de Araújo, responsável pela logística da expedição, ouviu a confirmação do mateiro Raimundo Nonato dos Santos, Peixinho, de que ela não foi enterrada:

Peixinho disse que durante anos os ossos ficaram em cima da terra e levou a expedição ao local do combate, ocorrido na tarde de 23 de outubro de 1973. Os legistas do Instituto Médico Legal de Brasília avaliaram que é possível encontrar fragmento ósseo no local (Nossa, 2009, p. 7).

Apesar da avaliação do Instituto Médico Legal (IML) à época, até os dias atuais, o corpo de Lúcia segue desaparecido.

O *Estadão* cita pela última vez Lúcia em texto já mencionado que leva o título “Um mergulho no último suspiro da guerrilha”. Ao discorrer sobre as memórias do major Curió, o jornal menciona o nome de Lúcia e seu codinome Sônia segundo as palavras e narrativas do militar e, mais uma vez, reduz sua vida ao ato de sua morte:

Para o soldado Cid, foi um ato banal. ‘Pisei em seu braço, impedindo que levantasse a arma, e perguntei: ‘Qual o seu nome?’ Com ar de deboche e ódio, respondeu aos gritos: ‘Guerrilheira não tem nome’. Eu e João Pedro a metralhamos.’ Assim morreu, em 24 de outubro de 1974, numa obscura grota na selva, ao norte de Goiás, a militante do PCdoB Lucia Maria Souza, ou Sônia, capturada pelo grupo do major Sebastião Curió - o homem que o

regime militar havia encarregado de liquidar sumariamente a Guerrilha do Araguaia (Manzano, 2012, p. 7, *O Estado de S. Paulo*).

O regime civil-militar, com muitas mortes, torturas, estupros e variáveis tipos de violência em seu encalço, não enxergava o assassinato dos militantes como algo fora do comum. Não é espantoso pensar que “para o soldado Cid, foi um ato banal”. Mas quando o que o algoz pensou e executou são descritos, sem tom de crítica, em um dos jornais de maior circulação do país quando fazia 27 anos do fim da ditadura, é, no mínimo, assombroso. Em pleno ano de instalação da CNV, a morte de Lúcia foi descrita de maneira breve, mas graficamente, pelas reminiscências do major Curió. Sônia é reduzida a um “ar de deboche e ódio”. Faz parecer que sua “ira” e resposta atravessada tornaram, na mente de seus executores, mais uma das justificativas para seu assassinato. Enquanto Lúcia é, nas palavras estampadas nas páginas do *Estadão*, a “militante” “capturada”, passiva de todas as ações, por outro lado, seu agressor (entrevistado e com sua imagem na matéria) é “o homem que o regime militar havia encarregado de liquidar sumariamente a Guerrilha do Araguaia”.

A matéria termina com trechos do livro de Leonencio Nossa relatando as memórias de Curió. Mais uma vez, a morte de Lúcia é descrita de forma totalmente desrespeitosa pelo ex-agente do Estado, o que a revitimiza:

Toda a patrulha estava dentro do pântano. Lício deu alguns passos à frente, foi quando viu a Sônia. Com água na cintura, ele gritou: “Quieta!” Sônia pôs as duas mãos para cima. Na verdade, apenas uma. Com a outra, disparou contra Lício. Foi um tiro certo no rosto e na mão dele. De onde eu estava não conseguia enxergá-la [...] Eu e Cid e um soldado seguimos no rumo de um murmúrio. À frente, achei um 38. Sônia estava adiante, de bruços. Usava camiseta Hering de algodão e bermuda acima do joelho, tingidas de preto. As pernas grossas e claras, de quem não via o sol há tempo, estavam picadas por insetos. Suspirava: “Deus, o que é isso? O que é isso?” [...] Sônia não foi enterrada. Ficou aí (Manzano, 2012, p. 7, *O Estado de S. Paulo*).

Os trajes da militante são descritos em detalhes, assim como a posição de seu corpo e o estado de suas pernas. A subjugação do momento de sua morte passa as fronteiras do ódio aos contrários ao regime, é também o ódio específico arraigado às mulheres, como explicam as professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2011) no artigo “A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões”: [...] foi com base no gênero que as mulheres foram vigiadas, perseguidas, presas e torturadas pelos diversos regimes militares” (Pedro, Wolff, 2011, p. 22). É simbólico o fato de seu corpo não ter sido, ao menos, enterrado: “ficou aí”, como se fosse um objeto, algo sem valor e, para seus algozes, de fato era.

Lúcia Regina

Fonte: Livro “Guerrilheiras do Araguaia - os caminhos de quatro jovens militantes”

Lúcia Regina Martins é um caso incomum e significativo da Guerrilha do Araguaia e uma das figuras que quase caiu no limbo do esquecimento. Ex-estudante de obstetrícia pela Universidade de São Paulo (USP) e integrante do PCdoB, chegou à região do Araguaia no início de 1970 acompanhada de seu marido, também guerrilheiro, Lúcio Petit da Silva. Grávida à época, relata que foi obrigada pelos comandantes da guerrilha a fazer um aborto. Prestes a morrer de infecção, em dezembro de 1971, tomou a decisão de retornar para a cidade de São Paulo. Sem adotar um codinome, Lúcia abandonou o Partido dois meses antes de os militares chegarem à região e decidiu seguir sua vida no anonimato. A partir de 1980, o PCdoB começou a enquadrá-la como principal suspeita de delação da guerrilha. Após 30 anos de silêncio, em 2002, Lúcia Regina foi encontrada na cidade de Taubaté, no interior de São Paulo, por um grupo de estudantes de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Atualmente, ela é dentista, casada e tem filhos.

Talvez por preferir o anonimato e ter sua vida reservada isso justifique o fato de que dentro da filtragem estabelecida neste trabalho, o acervo online do *Estadão* não menciona Lúcia Regina em nenhum momento dentro de seu caderno de Política.

Luisa



Fonte: Site *Memorial de Resistência de São Paulo*

Luisa Augusta Garlippe cursou enfermagem na Universidade de São Paulo (USP). Em meados dos anos 1960, era integrante ativa da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas, distribuindo panfletos e organizando seus colegas de trabalho, seguindo orientação política do PCdoB. Temendo o perigo que a repressão à militância representava, rumou, em 1970, para a região do rio Gameleira, no estado do Maranhão. Com o codinome Tuca, passou, em 30 de setembro de 1972, a integrar a Comissão Militar (CM) na Guerrilha do Araguaia. O Relatório Arroyo descreve que Luisa era uma das quinze pessoas presentes no acampamento da Comissão Militar da Guerrilha quando este foi alvo dos militares no episódio conhecido como Chafurdo de Natal. As informações quanto à data de sua morte e desaparecimento são múltiplas e desencontradas. O relatório do Ministério do Exército registra o seu desaparecimento desde maio de 1974, a Marinha do Brasil declara seu óbito em junho de 1974, e o Ministério Público apresenta a informação de que morreu em 16 de julho de 1974. Como forma de homenagem à sua luta contra a ditadura, a Comissão de Direitos Humanos da cidade de Araraquara (SP) e a Agência do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) da cidade de Santo André (SP) carregam seu nome. Além disso, a cidade de Campinas, no interior de São Paulo, deu à uma rua no bairro Vila Esperança o nome de Luisa. Os bairros Itaim Paulista e Paciência, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, também têm ruas que homenageiam a guerrilheira.

“Não se corta erva daninha pelo caule”, entrevista já trabalhada anteriormente aqui, datada de 22 de junho de 2009 é onde Luisa é mencionada pela primeira vez. Na entrevista com o major Curió, mais precisamente na pergunta “por que matar prisioneiros?”, a resposta vem com o codinome da guerrilheira, junto com o de Dina, em trecho já mencionado: “todos os combatentes foram mortos em combate? Não. Exemplos típicos são os casos da Dina e da Tuca. Elas foram feitas prisioneiras por mim e entregues às autoridades”. A retórica segue: “que autoridades foram essas?” seguida da resposta: “me reservo do direito de não citar nomes. Mas pelos dados do meu arquivo você poderá tirar suas conclusões”.

Dina e Tuca aparecem na voz ativa da sentença de Curió: “elas foram feitas prisioneiras por mim e entregues às autoridades” ao invés de “eu as fiz prisioneiras e as entreguei às autoridades”. Se assim fosse dito, a ênfase estaria nas atitudes do coronel, não nas das guerrilheiras.

Curió não prossegue com os desdobramentos das possíveis mortes de Dina e Tuca. Ele cita apenas seus codinomes e uma versão rasa de seus assassinatos diante da pergunta: “o que aconteceu com a Dina e a Tuca?”: “morreram. A ordem superior era não deixar rastros da guerrilha, para poupar o Brasil de uma guerrilha, de uma Farc, um movimento montonero (*guerrilha argentina*), um Sendero Luminoso”.

Curió aponta que o principal objetivo para a repressão à guerrilha do Araguaia era não deixar o país ser tomado “por uma Farc”. FARC é a abreviação para Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo, também conhecida pelo acrônimo FARC-EP. Ou seja, era um movimento paramilitar, de inspiração comunista, autoproclamada guerrilha revolucionária marxista-leninista, que operava mediante táticas de guerrilha. Lutaram pela implantação do socialismo na Colômbia e defendiam o direito dos presos colombianos. Vistos como inimigos do governo, depois de diversas tratativas, selaram um acordo de paz em 2016 (García, 2009).

Já o movimento Montonero que Curió menciona diz respeito à luta armada argentina. O grupo Montoneros organizou-se no final dos anos 1960, e recebeu influências do contexto Argentino e também da Revolução Cubana, principalmente no que se refere à luta armada. Era constituído, em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país socialista, defendiam a democracia e o fim do capitalismo. A Argentina, assim como outros países da América do Sul, sofreu com o regime militar. Em março de 1976 uma junta militar assumiu o comando político no país e mergulhou-o em uma catástrofe que durou sete anos. É o que explica a pesquisadora Mariana Joffily (2011) em seu artigo “*Os nunca más* no Cone Sul: gênero e repressão política (1984 - 1991):

Esses regimes tiveram vários aspectos em comum: todos foram comandados por militares, possuíam orientação política de direita, violaram sistematicamente os direitos humanos, contavam com o apoio dos Estados Unidos, afirmavam-se abertamente anticomunistas e deixaram marcas profundas na história política de seus respectivos países (Joffily, 2011, p. 213).

Por fim, o coronel cita como último exemplo o Sendero Luminoso (“sendeiro luminoso” ou “caminho iluminado”), oficialmente Partido Comunista del Perú (PCP), foi uma organização de inspiração maoísta (ancorada na figura do líder Mao Tsé-Tung) fundada no fim da década de 1960 pelos corpos discentes e docentes de universidades do Perú, especialmente da província de Ayacucho (Palmer, 1986).

Ainda em 2009, na data de 8 de julho, o texto também já mencionado “Busca de ossadas no Araguaia começa hoje”, que fala sobre as buscas do Ministério Público na Casa Azul em Marabá de corpos de ativistas desaparecidos, cita Luisa como um dos nomes dos 41 guerrilheiros executados que passaram pela Casa Azul antes de sua morte. Dentre os nomes que aparecem no jornal, o de Luisa tem grafia errada: “Maria Luiza Garlippe (Tuca)”.

Em 13 de julho de 2009, a matéria “Mateiro indica novo local de ossadas” é a penúltima em que Tuca é citada. O texto traz relatos de Zé Catingueiro, ex-mateiro do Exército, que confirma as versões do major Curió de que a militante foi “capturada” com vida. Mais uma vez, o jornal erra na grafia do nome de Luisa.

“Um mergulho no último suspiro da guerrilha”, matéria já discutida aqui, menciona brevemente a ativista. Luisa, mesmo com toda sua vivência de militância e importância para a história do PCdoB, é apenas citada pelo seu codinome em uma passagem do livro (narrada por Curió) disponibilizada na matéria: “Joca, Tuca e Dina, os únicos em condição de andar ligeiro, conseguiram escapar”.

A perspectiva generificada permite observar o apagamento do protagonismo das guerrilheiras que se processa nas matérias do jornal, que quase sempre relegam essas mulheres a aparições pontuais e muitas vezes anonimizadas, propõem uma abordagem que as objetifica e as coloca à sombra de homens com os quais se relacionaram, ou produzem biografias que não dão conta de suas trajetórias e são narradas a partir da voz de seus algozes, em um enfoque que revitimiza as militantes. Nota-se, com isso, como a cobertura do *Estado* se constitui enquanto uma violência política de gênero que é fundada nas próprias práticas do jornalismo hegemônico.

Luzia



Fonte: blog *Do Carvalho*

Luzia Reis Ribeiro era estudante de Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e começou a ser vigiada pela repressão durante o regime militar por participar do Diretório Central de Estudantes (DCE) da sua universidade. Impedida de trabalhar e de estudar, entrou para o PCdoB. Em janeiro de 1972 chegou à região do Araguaia, instalando-se na área de Caianos, entre Xambioá (TO) e Marabá (PA). Integrante do Destacamento C da guerrilha, adotou o codinome de Baianinha e estava com o grupo que caiu em uma emboscada em maio de 1972, no começo da ofensiva militar no Araguaia. Luzia fugiu do conflito sozinha em um rio próximo a uma área cercada pelas patrulhas do Exército portando apenas um revólver. Dias depois, procurando por notícias do restante do grupo, ao fazer contato com um morador, foi presa em uma armadilha das Forças Armadas. Levada para a base militar em Xambioá, relata que foi torturada com choques elétricos e simulação de afogamento, chegando a passar uma noite nua dentro de um buraco no chão. Levada para Brasília, ficou presa por alguns meses, sendo solta por não possuir processos anteriores. Na sua cidade natal, Jequié (BA), passou um ano fazendo tratamento médico e psicológico a fim de superar os traumas causados pelo regime. Voltou para a faculdade em Salvador e começou a trabalhar. Com 76 anos e aposentada, atualmente ela denuncia o fato de as indenizações pagas a pessoas perseguidas durante a ditadura civil-militar não contemplarem as famílias de moradores locais do Araguaia, que durante a guerrilha também foram presos, torturados e assassinados.

Dentro da filtragem estabelecida aqui neste trabalho, o acervo online do *Estadão* não menciona Luzia em nenhuma passagem dentro de seu caderno de Política.

Maria Célia

Fonte: Site *Memorial de Resistência de São Paulo*

Até o início do ano de 1970, Maria Célia Corrêa era funcionária de banco e estudante de Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participante política ferrenha, aderiu à militância engajada pelo PCdoB e, em 1971, seguindo a orientação do partido, mudou-se para a região do Araguaia. Com o codinome Rosa, participava do Destacamento A da guerrilha. Segundo o relatório do Ministério Público Federal de 2002, Maria teria sido vista presa e amarrada em São Domingos do Araguaia (PA) e, depois, confinada em um veículo preto; episódios que aconteceram após a Operação Marajoara. O mesmo documento indica também que foi vista na base militar de Bacaba (PA), em janeiro de 1974. De acordo com o Relatório Arroyo, o último registro de Maria Célia remonta a 2 de janeiro de 1974, quando o grupo no qual estava inserida, foi alvo de tiros, não havendo mais informações sobre o paradeiro da militante. Seu corpo segue desaparecido.

[illegible]

Fonte: Acervo online *Estadão*

A primeira vez, dentro da filtragem empenhada neste trabalho, que Maria Célia é citada é na reportagem “Ela vai aparecer por essa porta” datada de 8 de maio de 2005 de autoria de Fred Melo Paiva. O texto discorre de maneira sensível sobre Telma, também guerrilheira. A citação aparece porque Maria Célia, irmã de Elmo Corrêa (Lourival), é cunhada de Telma e também porque os três ficaram sem dar notícias à família durante um ano à época da guerrilha:

A família de dona Celeste era, portanto, uma família comum, com preocupações de família comuns. Essa história só começou a mudar quando Telma entrou na faculdade de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Na ocasião, ela já namorava o estudante Elmo Corrêa, um ano

mais velho, que também desapareceria no Araguaia, junto com a irmã Maria Célia Corrêa [...] Depois de mais de um ano sem notícias de Elmo, Telma ou Maria Cecília, seu Edgar teve informações sobre o Araguaia (Paiva, 2005, p. 8).

Maria Célia, Telma e Elmo estão desaparecidos até os dias atuais. Seus corpos seguem sem serem identificados ou encontrados. Uma imagem de Maria Célia acompanhada de um grupo de amigos, além de, claro, Telma e Elmo (advinda do arquivo pessoal da família de Telma), aparece também na reportagem com a seguinte legenda: “Elmo está de camiseta branca, ao lado de Telma, também de branco. Maria Célia, sua irmã e outra vítima do Araguaia, é a segunda da esq. para a dir., de biquíni preto” (Paiva, 2005, p. 8).

Em matéria publicada em 21 de março de 2008, a já citada “Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha”, Maria Célia é mencionada, junto com seu codinome no diminutivo, como uma das guerrilheiras que prestou depoimento nas bases militares:

A lista dos guerrilheiros que prestaram depoimento nas bases inclui, entre outros, Antônio de Pádua Costa, o Piauí, Dinalva Teixeira, a Dina, Áurea Valadão, a Áurea, e os irmãos Elmo Corrêa, o Lourival, e Maria Célia Corrêa, a Rosinha (Nossa, 2008, p. 4).

O texto segue trazendo relatos do tenente da reserva à época, José Vargas Jiménez, em seu livro lançado em 2008 “Bacaba-Memórias de um Guerreiro de Selva da Guerrilha do Araguaia”, onde conta-se que os guerrilheiros, incluindo Maria Célia, passaram por torturas: “quem também passou pelas ‘técnicas de interrogatório’ foram os irmãos Elmo Corrêa, o Lourival, e Maria Célia Corrêa, a Rosinha, além de Telma Regina Corrêa, a Lia, mulher de Elmo” (Nossa, 2008, p. 4).

Estas “técnicas de interrogatório” envolviam, segundo as memórias de Jiménez, choques com corrente elétrica gerada por baterias de telefones portáteis, tapas com força de mãos abertas simultaneamente nos dois ouvidos: “os militares também colocavam os guerrilheiros em pé e descalços em cima de duas latas de leite condensado, permitindo que se apoiassem apenas com um dedo na parede” (Nossa, 2008, p. 4)

Relatos assim tão fortes dos algozes, Jiménez neste caso que se auto declara “guerreiro”, acabam por restringir as vítimas como se não tivessem legado algum, como se acabassem no momento em que foram torturadas e, posteriormente, mortas: “o sonho é liberar essas vidas das obscenas descrições que primeiro as apresentaram para nós” (Hartman, 2020, p. 21).

[illegible]

Fonte: Acervo online *Estadão*

Maria Célia, é mencionada em entrevista “Usurparam uma história alheia” datada de 12 de julho de 2009 de autoria de Leonencio Nossa. O texto é uma conversa com a jornalista, assessora e pesquisadora Myrian Luiz Alves acerca do levantamento da história da guerrilha e do empenho da jornalista em buscar as ossadas dos mortos e desaparecidos.

O nome de Maria Célia aparece na resposta à última pergunta da entrevista: “quem está contribuindo mais para levantar a história da guerrilha, a esquerda ou os militares?” Myrian explica que documentos foram cedidos ao longo dos anos pelos militares e que estuda publicações feitas na mídia:

Sempre segui o levantamento colhido por Paulo Fonteles e estudo os documentos militares, como os oficiais de 1993, também não socializados na época para grupos de direitos humanos ou famílias que já poderiam tomar

atitudes a respeito, como nos casos de Hélio Navarro Guimarães, Daniel Ribeiro Callado, Cilon da Cunha Brum e Maria Célia Corrêa, entre outros (Nossa, 2009, p. 12).

Diferentemente de outras entrevistas, muitas delas cedidas por Curió, o *Estado* conversou com uma mulher, pesquisadora e contribuinte para a justiça daqueles que foram mortos no Araguaia. Myrian tece duras críticas à Comissão dos Mortos e Desaparecidos pela burocracia, falsidade e estratégias que, segundo ela, acontecem em muitos grupos de direitos humanos. Mas, acima de tudo, traz de volta à memória os que lutaram pela democracia no país.

A imagem que faz parte do texto, de autoria de Beto Barata, é uma fotografia de Myrian com a seguinte legenda: “Vitória - Pesquisadora atuou para identificar o guerrilheiro Bergson Gurjão Farias, reconhecido em meio à nova onda de pressão pública”. Bergson, ao qual o texto se refere, também conhecido como Jorge, seu codinome, estudava Química na Universidade Federal do Ceará (UFC) e, após ter tido sua matrícula cassada em virtude do seu envolvimento político, mudou-se para a região de Caianos, no sudeste do Pará. Bergson Farias foi vítima de desaparecimento forçado durante operações realizadas entre março e setembro de 1972 na região do Araguaia. Seu falecimento foi registrado em diversas fontes dos órgãos ditatoriais, bem como em depoimentos dos sobreviventes e presos políticos como José Genoíno Neto e Dower Moraes Cavalcante, ambos guerrilheiros do Araguaia. Genoíno afirmou que lhe mostraram o corpo do guerrilheiro, com inúmeras perfurações, durante um interrogatório. Dower (hoje falecido) informou ter sido preso e torturado junto com Bergson e confirmou a versão de Genoíno sobre sua morte. Segundo depoimento de Dower, o general Felipe Bandeira de Melo lhe disse à época que Bergson estava enterrado no Cemitério de Xambioá. Seus restos mortais foram localizados em 1996, em uma escavação feita na região do Araguaia, sendo, treze anos depois, em 2009, confirmada sua identificação, o que informa a legenda da matéria em questão. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pelo desaparecimento de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund (Vecchi, 2014). No dia 16 de maio de 2025, a UFC concedeu a Bergson o título de graduação *post mortem*.

Edição de 17 de março de 2012 - O Estado de S. Paulo

ESTADO DE S. PAULO

17 MARÇO 2012

111

CMK

Justiça do Pará rejeita denúncia contra Curió

O juiz João César Otoni de Matos argumenta que o MP não apresentou elementos concretos e que direitos internacionais não derrubam Anistia

Leoncio Nossa PARÁ

A Justiça Federal do Pará não aceita denúncia de Ministério Público para prender o major Curió. O juiz João César Otoni de Matos rejeitou a denúncia por falta de elementos concretos e por não ter sido apresentada a Lei da Anistia, que garante a liberdade de Curió.

O major Curió foi acusado de participar de crimes contra a humanidade durante a ditadura militar. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público do Pará em 2010. O juiz Otoni de Matos argumenta que a denúncia não contém elementos concretos para a prisão de Curió e que a Lei da Anistia, promulgada em 1979, protege Curió de qualquer ação judicial.

O major Curió foi acusado de participar de crimes contra a humanidade durante a ditadura militar. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público do Pará em 2010. O juiz Otoni de Matos argumenta que a denúncia não contém elementos concretos para a prisão de Curió e que a Lei da Anistia, promulgada em 1979, protege Curió de qualquer ação judicial.



Major Curió foi acusado de participar de crimes contra a humanidade durante a ditadura militar. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público do Pará em 2010. O juiz Otoni de Matos argumenta que a denúncia não contém elementos concretos para a prisão de Curió e que a Lei da Anistia, promulgada em 1979, protege Curió de qualquer ação judicial.

STF decide se Lei da Anistia vale para caso de sequestros

O Supremo Tribunal Federal vai decidir se a Lei da Anistia vale para o caso de sequestros. A decisão será dada em 2013.

O STF vai decidir se a Lei da Anistia vale para o caso de sequestros. A decisão será dada em 2013.

Políticas da direita

Políticas da direita. O texto discute as políticas da direita e o impacto delas na sociedade brasileira.

CASERNA LONGE DA CRISE COM GOVERNO

General diz que não volta ao pelotão repressor. O general afirma que não pretende voltar ao pelotão repressor e que se dedica a outras atividades.

COMPROMISSO KIA

PICANTO POR UM PREÇO QUE VOCÊ PODE PAGAR. KIA PICANTO VERSÕES A PARTIR DE R\$ 39.900. O texto promove o lançamento do novo modelo do Picanto da Kia.

Fonte: Acervo online *Estadão*

Por fim, Maria Célia é mencionada em texto de 17 de março de 2012 (em pleno ano da instauração da CNV no Brasil) intitulado “Justiça do Pará rejeita denúncia contra Curió” de autoria de Leoncio Nossa. Sem um tom crítico, a matéria discorre sobre o fato de que a Justiça Federal do Pará, com base na Lei da Anistia, rejeitou a denúncia do Ministério Público para prender o major Curió pelo desaparecimento de cinco guerrilheiros do Araguaia em 1974, dentre eles, Maria Célia:

A denúncia dos procuradores leva em conta depoimentos de moradores do Araguaia e ex-agentes da repressão que disseram ser testemunhas das prisões

dos guerrilheiros Maria Célia Corrêa, a Rosinha, Hélio Luiz Navarro Magalhães, o Edinho, Daniel Ribeiro Callado, Doca, Antônio de Pádua Costa, Piauí, e Telma Regina Corrêa, a Lia (Nossa, 2012, p. 11).

A matéria segue apresentando relatos dos moradores do Araguaia e testemunhas das prisões: “os guerrilheiros teriam sido vistos na base militar da Bacaba, à margem da rodovia Transamazônica, no Pará. Os procuradores argumentam, apenas com base nos depoimentos, que Curió era o responsável pela base” (Nossa, 2012, p. 11).

Por fim, é relatado que a Organização das Nações Unidas (ONU), por conta da CNV, estava pressionando as instituições brasileiras a reverem seus métodos de justiça e julgarem os devidos culpados pelos crimes da ditadura. A imagem, de autoria de Dida Sampaio que compõe a matéria, mostra, mais uma vez, o major Curió com a seguinte legenda: “Militar. Curió era o responsável pela operação Araguaia”.

Abaixo, há um outro texto, também relacionado ao tema, mas de autoria de Roldão Arruda, que fala sobre a palestra cedida pelo comandante militar da Região Sudeste à época, o general Adhemar da Costa Machado Filho ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. A matéria não cita nenhum guerrilheiro ou guerrilheira, mas endossa a figura de militares. Havia, por conta da implementação da CNV naquele ano, uma tensão entre o Exército e o Governo. Mesmo assim, o *Estadão* opta por contar sobre um evento sobre os militares e suas falas.

Ademais, a origem do convite veio de uma instituição ultraconservadora, que disputa o título de legítima herdeira da Tradição, Família e Propriedade (TFP), uma das organizações civis que auxiliaram no golpe militar de 1964. Apesar de Adhemar afirmar que o Exército preza pela democracia e que os militares, por conta disso, não deveriam retomar o poder, ao falar, de forma indireta sobre a CNV, afirmou: “Nós olhamos para o futuro. Não olhamos pelo espelho retrovisor”.

Maria Lúcia

Fonte: Site *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo*

Nascida em Agudos (SP), Maria Lúcia Petit da Silva estudou no Instituto de Educação Fernão Dias na cidade de São Paulo em 1968. Nesse período, começou a militar no movimento secundarista, aproximando-se do PCdoB. No início de 1970, iniciou ativamente sua vida na militância, mudando-se para o estado de Goiás. Em seguida, deslocou-se para a região de Caianos, no sudeste do Pará, onde passou a integrar o Destacamento C da Guerrilha do Araguaia. Com o codinome Maria, trabalhou na área como professora e lavradora. Segundo o relatório Arroyo, a morte de Maria Lúcia aconteceu quando ela, acompanhada de um grupo de guerrilheiros, saiu do acampamento em junho de 1972. Ela teria recebido um tiro e caído morta. Em 1991, em uma expedição realizada pela Comissão dos Mortos e Desaparecidos, em conjunto com membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foram exumadas duas ossadas enterradas no Cemitério de Xambioá (TO). Em 14 de maio de 1996, uma das ossadas foi reconhecida pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp como sendo a de Maria Lúcia. Seu corpo estava embrulhado em um paraquedas⁷¹. Em junho do ano de 1996, a guerrilheira foi sepultada no Cemitério de Bauru, cidade do interior de São Paulo.

⁷¹ O jornal *O Globo*, em matéria publicada em 1996, divulgou uma fotografia do corpo de Maria Lúcia.

Edição de 28 de agosto de 2004 - *O Estado de S. Paulo*

[illegible]

Fonte: Acervo online *Estadão*

Dentro da filtragem aqui estabelecida, Maria Lúcia tem seu nome mencionado em matéria de 28 de agosto de 2004 intitulada “Indenizações viram esqueleto de R\$ 1,4 bi” de autoria de Leonencio Nossa. O texto fala sobre as indenizações e os recursos investidos para os envolvidos, tanto na resistência, quanto na repressão do regime militar. Ao falar sobre a busca de ossadas no Araguaia, o jornal cita o nome de Maria Lúcia, sem muitos desdobramentos, informando que, até aquele momento, suas ossadas teriam sido as únicas encontradas:

Dos 68 militantes do PCdoB que teriam sido mortos na região do Araguaia, entre 1972 e 1975, apenas um teve a ossada identificada. A família da guerrilheira Maria Lúcia Petit foi a única a poder enterrar os ossos de sua filha (Nossa, 2004, p. 18).

Não são levados em consideração a ocasião e a forma de seu desaparecimento, nem mesmo o local de seu sepultamento. Abaixo da citação acima, estão as atas do advogado e

presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos, João Luiz Pinaud; sua imagem, de autoria de Fábio Motta, é que compõe a matéria com a seguinte legenda: “Queremos informações, não punições”, diz o advogado Pinaud”.

Percebe-se, assim como feito em 2012 com a implementação da CNV, um tom conciliador já em 2004. Com tantos guerrilheiros, civis e moradores locais assassinados durante a guerrilha e o regime todo em si, a retórica, muito baseada na Lei da Anistia, não é a de um acerto de contas, mas de um revisionismo sem maiores punições.

Edição de 14 de abril de 2006 - *O Estado de S. Paulo*

The image is a composite of two parts. The top part is a newspaper clipping from 'O Estado de S. Paulo' dated April 14, 2006. It features two main headlines: 'Genoino terá indenização de R\$ 100 mil' (Genoino will have compensation of R\$ 100,000) and 'Protesto pede que direção do Arquivo Nacional não mude' (Protest demands that the National Archive's management not change). The bottom part is a large, colorful advertisement for 'CASAS BAHIA' (Bahia Casas). The ad promotes a 'Dia das Mães' (Mother's Day) sale with the slogan 'Juros pela metade' (Interest at half price) and '1º pagamento depois do Dia das Mães' (1st payment after Mother's Day). It displays various household appliances with discounted prices, including a Brastemp oven (R\$ 72), a St. Electrolux refrigerator (R\$ 99), a Philips flat-screen TV (R\$ 49), and a Bosch refrigerator (R\$ 136). The ad also features a cartoon character and contact information for the store.

Fonte: Acervo online *Estadão*

“Genoino terá indenização de R\$ 100 mil” datada de 14 de abril de 2006 de autoria de Gilse Guedes é a segunda matéria em que Maria Lúcia tem seu nome citado. O material em si fala sobre a indenização que o ex-guerrilheiro, ex-presidente do PT e ex-deputado, José Genoino, recebeu à época.

Com tom crítico e acusatório, o *Estadão* evidencia os processos de formação de quadrilha, peculato e corrupção ativa no inquérito sobre o mensalão aos quais o político estava sendo acusado naquele momento. No entanto, também traz uma fala do advogado Egmar José Oliveira, relator dos processos dos militantes do Araguaia na Comissão de

Anistia, que afirma que cada caso é um caso, e que o que Genoino sofreu no Araguaia não diz respeito ao que ele enfrentava no ano de 2006.

A imagem que compõe a matéria, de autoria de Sergio Castro, é de Genoino com a seguinte legenda: “Indenizado - José Genoino, acusado no mensalão, receberá R\$ 100 mil do governo com anistia política”. O texto segue discorrendo sobre as torturas que Genoino sofreu. O nome de Maria Lúcia é mencionado porque, assim como o de Genoino, está entre os onze anistiados:

Estão entre os outros 11 anistiados Maria Lúcia Petit e seus dois irmãos, Jaime e Lúcio, torturados e assassinados pelo Exército. No caso de Maria Lúcia, sua mãe, Julieta Petit da Silva receberá uma prestação mensal de R\$ 6.850, o que corresponde a uma projeção do salário de Maria Lúcia como professora da Secretaria Municipal de São Paulo (Guedes, 2006, p. 10).

É interessante o uso das palavras e a afirmação que Maria Lúcia e seus dois irmãos foram “torturados e assassinados pelo Exército”. Tal escolha lexical coloca o algoz e as vítimas em seus devidos lugares, sem deixar nenhuma sombra de dúvida de quem é quem.

Passados três anos, em 8 de julho de 2009, o nome da militante retorna às páginas do veículo com o texto já mencionado “Busca de ossadas no Araguaia começa hoje” de autoria de Leonencio Nossa. Ainda em 2009, Maria Lúcia era a única mulher guerrilheira cuja o corpo fora identificado:

Dos 67 guerrilheiros mortos pelo Exército, apenas dois tiveram os corpos identificados até hoje pelo governo - Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão Farias. A possível retirada de corpos só ocorrerá em agosto (Nossa, 2009, p. 12).

A ativista política é citada pela quarta vez em entrevista já trabalhada acima sob o título “Usurparam uma história alheia” datada de 12 de julho de 2009 de autoria de Leonencio Nossa com a assessora Myrian Luiz Alves. Em resposta à seguinte questão “por que se leva tanto tempo no Brasil para identificar as ossadas de guerrilheiros?”, Myrian cita Maria Lúcia:

Não creio ser culpa do Brasil. Entre 1991 e 1998, guerrilheiros urbanos foram identificados sem problema ou demora inconsequente. Todos por antropologia ou antropometria. A demora na identificação da guerrilheira do Araguaia, Maria Lúcia Petit, resgatada em 1991 e identificada em 1996, não ocorreu por causa dos métodos adotados ou do País. É uma história - a da demora na identificação - que ainda terá de ser contada, ou devidamente esclarecida, como a de Bergson, agora identificado. Os dois estavam sepultados lado a lado, como mostra fotografia de sepulturas tirada em 1980 (Nossa, 2009, p. 12).

“Governo libera arquivos para caça a torturadores” é o título da penúltima matéria em que o nome de Maria Lúcia é citado, publicada em 23 de julho de 2011 sob autoria de Wilson

Tosta. De maneira contundente, explicativa e sensível (trazendo falas de ex-presos políticos e denominando os militares como “torturadores e assassinos da ditadura”), o texto aborda o benefício cedido pelo Ministério da Justiça a doze pesquisadores, todos ex-ativistas políticos ou parentes de vítimas do regime militar.

Dentre esses pesquisadores está Laura Petit da Silva, irmã de três desaparecidos no Araguaia, Jaime, Lúcio e Maria Lúcia: “Escolhidos. Além de Seixas, integram a lista de pesquisadores autorizados pela Portaria 1.668: [...] Laura Petit da Silva, irmã de três desaparecidos no Araguaia, Jaime, Lúcio e Maria Lúcia Petit da Silva” (Tosta, 2011, p. 10).

É interessante pensar que o nome de Maria Lúcia, dentre os desaparecidos de sua família, foi o único citado de maneira completa. Talvez tenha sido por suas ossadas terem sido uma das únicas identificadas até então.

A matéria, diferentemente de muitas contidas no jornal em que as figuras de algozes ou do Exército são mostradas, é ilustrada por uma imagem (de autoria de Paulo Liebert) de Laura que segura três fotografias: cada uma de um de seus irmãos. Pode-se, desta forma, ver o rosto daqueles que lutaram pela democracia do país. No entanto, a não ser por Maria Lúcia (única mulher entre os três irmãos desaparecidos), não é possível diferenciar quem é Jaime e quem é Lúcio. O *Estadão* não os identifica. A legenda é a seguinte: “Pesquisadora. Laura Petit exhibe fotos de irmãos desaparecidos”.

A guerrilheira Maria Lúcia é mencionada, sem delongas, em legenda da fotografia, de autoria de Tereza Sobreira, que compõe a matéria:

O principal foco das buscas por desaparecidos é o palco da Guerrilha do Araguaia, no sul do Pará. No início dos anos 70, 62 militantes do PC do B desapareceram na região, após uma série de operações do Exército. Apenas dois tiveram seus restos mortais localizados e sepultados: Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão Farias. No ano passado, Paulo Malhães, coronel reformado do Exército, disse em depoimento à Comissão da Verdade do Rio que a busca pelos restos mortais dos guerrilheiros jamais trará resultados. O coronel, na segunda metade da década de 70, foi ao sul do Pará para desaparecer de vez com os corpos. Hoje as buscas são realizadas por um grupo do qual fazem parte os Ministérios da Defesa, Justiça e Direitos Humanos (Arruda, 2015, p. 4).

O *Estado* traz alegações do coronel Paulo Malhães que cita, indiretamente, a Operação Limpeza. Dois guerrilheiros, Maria Lúcia e Bergson, tiveram seus corpos localizados com o empenho dos familiares e da Comissão de Mortos e Desaparecidos. Esse número é baixo. No entanto, o Exército fez esforços para que os corpos não fossem localizados e usou o desaparecimento como mais uma das tantas técnicas de tortura, dessa vez direcionada para os familiares das vítimas. Somente 40 anos após o fim do golpe, no dia 25 de janeiro de 2025, os cartórios brasileiros começaram a alterar as causas dos óbitos de pessoas desaparecidas ou mortas durante a ditadura civil-militar no país. A ação atendeu a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada em 13 de dezembro de 2024. Ao todo, as certidões de óbito de 202 mortos durante a ditadura precisavam ser corrigidas.

Regilena



Fonte: Livro “Guerrilheiras do Araguaia - os caminhos de quatro jovens militantes”

Regilena Carvalho, também chamada de Regilena Carvalho da Silva, e Regilena Carvalho de Aquino Leão, é uma das poucas sobreviventes da Guerrilha do Araguaia. Jornalista e

integrante do PCdoB, mudou-se, em 1970, para a região sul do Pará, integrando-se ao Destacamento C e adotando o codinome Lena. Segundo seus relatos, em julho de 1972, com os militares já inseridos na localidade, ela saiu em uma manhã para fazer uma caça silenciosa acompanhada de outra militante. Lena acabou se perdendo e foi obrigada a dormir na mata. Não conseguiu voltar para o acampamento e percebeu que havia helicópteros sobrevoando a área. Mesmo com resistência e tentativa de fuga, a guerrilheira acabou se entregando. Ela foi levada para Brasília, onde ficou presa no 3º Quartel da Brigada de Infantaria. Regilena afirmou ter apanhado no primeiro dia de interrogatório e que acreditava não ter passado por outros tipos de tortura porque não era uma figura importante no Partido. Lena concedeu diversos depoimentos sobre esse período de exceção, além de ter também escrito, em 2011, a obra “Araguaia – da guerrilha ao genocídio”, em parceria com Rubim Santos Leão de Aquino.

Regilena aparece em apenas uma matéria do *Estadão* na filtragem aqui estabelecida, a já citada “Genoino terá indenização de R\$ 100 mil” datada de 14 de abril de 2006 sob autoria de Gilse Guedes. Como descrito anteriormente, o texto trata da indenização que José Genoino recebeu naquele ano e dos processos que envolviam seu nome.

Regilena é mencionada no antepenúltimo parágrafo do texto, logo após a menção feita à também guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva: “Viúva de Jaime, Regilena Carvalho Leão ganhará uma indenização única de R\$ 100 mil, mesmo benefício de Genoino” (Guedes, 2006, p. 10). Tratando-se de indenizações, o que é o foco do texto, a mãe da guerrilheira Maria Lúcia, dona Julieta, foi indenizada pela morte de sua filha, cuja as ossadas foram identificadas. Os irmãos de Maria Lúcia, Jaime e Lúcio nunca foram encontrados. Jaime era marido de Regilena, que tem seu nome citado no jornal apenas por ter sido companheira de Jaime e pela indenização que lhe foi concedida pela morte e desaparecimento de seu marido. Em momento algum há a menção de que Regilena também foi guerrilheira e deveria ser indenizada não somente pela morte e desaparecimento de Jaime, mas pelo sofrimento e torturas que enfrentou durante o regime militar. Mesmo com toda sua vivência de militância, depoimentos cedidos e obras escritas, o *Estadão* condiciona Lena como a “viúva de Jaime”.

Rioco



Fonte: Igo Estrela - Site Revista *CLAUDIA*

Nascida em Guaimbê (SP), Rioco Kayano estudou Letras e filiou-se ao PCdoB no final dos anos 1960. Com 24 anos, em 1972, seguiu para a região amazônica para se juntar à Guerrilha do Araguaia. No entanto, enquanto tentava cruzar a Rodovia Transamazônica, em Marabá (PA), foi presa no ônibus. Rioco permaneceu na cadeia Torre das Donzelas, sofrendo torturas por dois anos. Lá, conheceu a então estudante e militante Dilma Rousseff, que posteriormente se tornaria economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a primeira mulher presidente do Brasil. As consequências que a prisão trouxe para vida de Rioco foram desde uma forte rinite alérgica e uma disfunção da articulação temporomandibular (ATM) até uma crise psicótica quando sua primeira filha, Miruna, nasceu. Desde 2001, a guerrilheira faz parte do grupo de bordado coletivo Teia de Aranha, onde reúne-se semanalmente com mais sete mulheres para realizar trabalhos manuais. Além de produzir painéis e bordados, elas realizam oficinas em bairros periféricos e no sertão de Minas Gerais para moradores de rua e também para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).



Fonte: Acervo online *Estadão*

Rioco Kayano tem seu nome veiculado três vezes no *Estadão*. Nas três ocorrências ela é associada ao seu marido, o político brasileiro José Genoíno Guimarães Neto, ex-presidente do PT, ex-deputado federal pelo estado de São Paulo e também guerrilheiro do Araguaia. Em outubro de 2002, no auge das eleições para governador de São Paulo, os candidatos José Genoíno pelo PT e Geraldo Alckmin pelo PSDB disputavam a eleição.

No dia 17 de outubro de 2002, a matéria intitulada “Alckmin e Genoio fazem debate acirrado na TV” apenas cita Rioco como a “mulher de Genoio”:

Na platéia, a primeira fila era toda formada por familiares dos candidatos. Lá estavam a mulher de Alckmin, Maria Lúcia, e os filhos Sophia, Thomaz e Geraldo. Mais ao lado, sentavam Miruna e Ronan, filhos do petista Genoio,

e sua mulher Rioco Kayano. Dividindo as duas famílias, o namorado de Miruna (*O Estado de S. Paulo*, 2002, p. 10).

Mesmo que os protagonistas do texto sejam duas figuras masculinas, não há aprofundamento nas mulheres citadas, elas são lidas apenas como “as mulheres dos candidatos”, como se a eles pertencessem, como se fossem apenas um acessório. Infelizmente, no jornalismo *mainstream* as mulheres ainda ocupam lugares de coadjuvantes, isto quando não são invisibilizadas. Como aponta a escritora feminista britânica Virginia Woolf em sua obra “Um teto todo seu”: “pela maior parte da história, ‘anônimo’ foi uma mulher” (Woolf, 2022, p. 37). A trajetória de Rioco nas páginas do *Estadão* demonstra estes aspectos componentes de um sistema patriarcal que beneficia homens brancos, ricos, cisgêneros, ocidentais e héteros ao mesmo tempo que oprime e rechaça mulheres⁷², colocando-as em papéis subalternos pré-estabelecidos.

⁷² A opressão seria então um denominador comum a todas as mulheres, mas não é tão simples assim. Há dentro dessa lógica, minorias e interseccionalidades: uma mulher negra, amarela (como no caso de Rioco), latina, pobre, PCD, e transsexual enfrenta muito mais preconceitos do que uma mulher branca, europeia, cisgênero, rica e heterossexual, por exemplo.

[illegible]

Fonte: Acervo online *Estadão*

Em 27 de outubro de 2002, o texto intitulado “Campanha, em vez de férias” de autoria de Patrícia Villalba adjunto à matéria “Genoino aposta na militância para virar o jogo” de autoria de Patrícia Villalba e Marcos Rogério Lopes trata de Rioco com mais detalhes, trazendo, inclusive, uma fotografia da ex-guerrilheira e algumas falas suas. No entanto, ela é situada como a “aspirante a primeira-dama”, sempre aliada à figura de seu companheiro; até mesmo a legenda da foto, de autoria de Tiago Queiroz, cita Genoino: “Rioco: ex-militante do PC do B, ela conheceu Genoino na prisão”.

De maneira geral, o texto aborda o fato de a militante ter tirado férias do trabalho para poder se dedicar com mais afinco à campanha política de seu marido. Ao adentrar na vida de Rioco, o texto, esmiúça primeiro a história do matrimônio da ativista, para depois dizer sobre seus feitos: “aos 54 anos, que releva sem o menor pudor, Rioco é casada com Genoino há 25. Os dois se conheceram em 1968, na efervescência do movimento estudantil. Ela, militante. Ele, já um líder de projeção nacional entre os estudantes” (Villalba, 2002, p. 15). A primeira frase chama atenção por insinuar que a idade seria algo vergonhoso ou pejorativo para Rioco, que ela seria então corajosa por revelar quantos anos tinha. A idade de Genoino, 56 à época, não é uma questão em nenhum momento da matéria.

Ademais, o único atributo de Rioco é “militante”, enquanto Genoino, “um líder de projeção nacional entre os estudantes”. O grau comparativo se estabelece na simples escolha lexical. O texto segue falando sobre a prisão da ativista durante a guerrilha e também sobre sua família, além de abordar sua origem e características:

É natural de Guaimbê, no interior paulista. Discreta e visivelmente tímida, mas de personalidade firme. Mãe ‘brava quando é preciso’, não se acha vaidosa nem consumista – muito menos adepta de grifes famosas (Villalba, 2002, p. 15).

Com uma trajetória que vai desde sua militância, seguida de prisão e tortura, até a participação desde 2001 no grupo de bordado coletivo Teia de Aranha, o que é destacado sobre Rioco no texto são os atributos “mãe”, além de fatores como a vaidade e o consumismo (incansavelmente associados a figuras femininas). O jornal finaliza com as seguintes palavras:

Numa mistura de superstição com euforia de campanha, Rioco diz que prefere não falar sobre um eventual futuro como primeira-dama do Estado. Mas adianta que se identifica mais com o estilo independente [...] (Villalba, 2002, p. 15).

Apesar de se identificar com essa independência, o *Estadão*, nas matérias aqui analisadas, sempre associa Rioco como dependente da figura de Genoino, sempre como uma coadjuvante.

assunto em questão é o vestuário das mulheres (companheiras de políticos do PT) diante da posse da presidência de Lula. Com o subtítulo “Estilo simples”, Rioco é mencionada:

Mas nem todas as mulheres do poder reservaram horário nos salões para os cuidados com a beleza. Adepta de um estilo mais simples, Rioco Kayano, esposa do presidente do PT, José Genoino, preferiu gastar seu tempo distribuindo, pelas ruas de Brasília, material convidando a população para a posse. “Eu mesma vou fazer uma escova no cabelo” (Guedes, 2003, p. 8).

Mais uma vez, Rioco é situada como a “esposa de Genoino”, como se essa fosse a única atribuição possível para designá-la. Para além disso, diante do cenário político em questão, as mulheres são colocadas nesse texto quase como um enfeite, um acessório de seus maridos: o que estão vestindo, qual salão vão frequentar, qual o estilo de roupa, etc. É, no mínimo, irrelevante saber se Rioco vai ou não fazer escova em seu cabelo, isso é um detalhe ínfimo perto do que poderia ser escrito sobre uma trajetória de vida tão macro e marcante.

Por mais que a matéria foque em, se tratando de mulheres, de assuntos banais, a ação de Rioco rompeu, de alguma forma, com esse papel ao qual ela é relegada. Ao descrever que ela panfleta pela cidade, inevitavelmente, sua ação política é demarcada. Não que isso importe muito para o jornal, que prefere terminar o texto da seguinte maneira: “na mala, Rioco já destacou duas roupas vermelhas, uma para usar no réveillon, e outra para a cerimônia da posse. ‘Esse ano é o do vermelho’, disse ela, ao lado de seu marido, pouco antes de sair pelas ruas para distribuir os kits da posse” (Guedes, 2003, p. 8).

Suely



Fonte: Site *Memorial de Resistência de São Paulo*

Filha mais velha de um casal de imigrantes japoneses, Suely Yumiko Kanayama nasceu no interior de São Paulo, na cidade de Coronel Macedo, e, em 1967, iniciou sua militância política pela Ação Popular (AP) quando ingressou na Universidade de São Paulo (USP) para cursar Língua Portuguesa e Germânica. Posteriormente, passou a militar no PCdoB. Com os riscos constantes de represálias, começou a atuar na clandestinidade e mudou-se, em 1971, para região próxima ao rio Araguaia, no sudeste do Pará. Na localidade, integrou o Destacamento B da Guerrilha do Araguaia, onde adotou o codinome Chica. A última informação que consta sobre seu paradeiro é que havia saído antes do dia 25 de dezembro de 1973 em uma missão e deveria retornar três dias depois, no dia 28, mas nunca mais foi vista. O relatório do Centro de Informações do Exército (CIE) aponta que Suely foi morta em setembro de 1974 durante a Operação Marajoara. No dia 19 de novembro de 2013, em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade (CNV), o sargento do Exército, João Santa Cruz Sacramento, afirmou que Suely havia sido levada para interrogatório e que, posteriormente, aplicaram-lhe uma injeção letal, enterrando seu corpo próximo a uma pista de avião. Sobre as circunstâncias de seu sepultamento, em entrevista cedida à revista *Veja*, em outubro de 1993, o coronel da Aeronáutica, Pedro Cabral, afirmou que a guerrilheira foi morta no final de 1974 e que seu corpo foi enterrado na Base Militar da Bacaba (PA). Relatou também que, durante a Operação Limpeza, suas ossadas foram desenterradas, colocadas em sacos plásticos e transportadas para a Serra das Andorinhas, no sul do estado do Pará. O corpo de Suely segue desaparecido.

Na filtagem estabelecida neste trabalho, o nome de Suely não é mencionado.

Telma



Fonte: Site *Memorial de Resistência de São Paulo*

Estudante de Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Telma Regina Cordeiro Corrêa, militante engajada do PCdoB e atuante no movimento estudantil, acabou sendo expulsa do ambiente acadêmico no ano de 1968 pelo Decreto-Lei 477⁷³. Com o intuito de atuar pela democracia do país, mudou-se, em 1971, para a região do Araguaia, participando do Destacamento B da Guerrilha. Vivendo às margens do rio Gameleira, adotou o codinome Lia. Depoimentos colhidos na região do Araguaia, pela caravana de familiares e pela Organização dos Advogados do Brasil (OAB), indicam que Telma teria sido presa em São Geraldo do Araguaia (PA) e entregue ao engenheiro José Olímpio, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). A guerrilheira teria passado a noite presa no barco de José e, em seguida, levada aos militares em Xambioá (TO). No relatório do Ministério do Exército, sua morte consta datada em setembro de 1974. Já no relatório do Ministério da Marinha, de 1993, a morte de Telma é registrada em janeiro de 1974. Telma foi executada e teve seu desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara. Seu corpo segue desaparecido.

Em 8 de maio de 2005, Telma ganhou destaque na reportagem intitulada “Ela vai aparecer por essa porta” de autoria de Fred Melo Paiva, já citada anteriormente. É com muita sensibilidade e alteridade que o jornalista narra a trajetória de vida de Telma e a esperança que sua mãe, Dona Celeste, ainda tem de encontrar a filha. Também consta no texto que Ângela, irmã de Telma, poupou a mãe das notícias à época sobre o possível assassinato brutal de sua filha, relatado pelo ex-recruta do Exército, Raimundo Pereira de Melo. O ex-militar diz que viu Lia, codinome de Telma, no dia 7 de setembro de 1974, sob o poder do Exército:

Estava encapuzada e descalça: Usava um vestido de chita cor-de-rosa. Diz que foi interrogada. No dia seguinte, às 8 da manhã, Telma teria sido entregue por ele aos generais Hugo Abreu e Ferraz da Rocha e ao major Sebastião Curió. Ela ficou com eles numa sala por cerca de 15 minutos. Depois, Raimundo diz tê-la escoltado até a pista do aeroporto, onde a embarcou em um helicóptero sob os cuidados de um capitão Cabral. Era aproximadamente 8h30. O aparelho decolou para Brasília, mas voltou cerca de 30 minutos depois, tempo insuficiente para cumprir o percurso. Aí saiu o comentário que voaram com ela e soltaram a não sei quantos mil pés (Paiva, 2005, p. 191).

⁷³ O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi baixado pelo então presidente militar Artur da Costa e Silva durante a ditadura. O decreto-lei previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades que fossem considerados subversivos ao regime. Conhecido e apelidado como o AI-5 universitário, o Decreto contribuiu para evitar uma retomada do movimento estudantil, enfraquecido desde a prisão pelo regime autoritário dos dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) no ano anterior, em 1968.

Mais uma vez, como ocorrido e observado aqui com outras guerrilheiras, os algozes comentam a trajetória de assassinatos com uma banalidade absurda. Os trajes de Telma são descritos, e a suposta versão de sua morte também. O texto traz seis imagens do acervo pessoal da família da militante. A primeira é uma de seus pais. Na segunda, Telma está dançando com seu pai, Luiz, em um baile de formatura. A terceira é o único retrato de Telma sozinha, em que ela está em uma praia. É certo que foram utilizados documentos disponibilizados pela família da ativista, mas o que chama a atenção é a escolha da fotografia, dentre tantas outras, para compor a matéria: a qual a guerrilheira está de biquini, caminhando. Dificilmente reportagens sobre homens exploram fotograficamente seus corpos. Ademais, apesar de ser um texto sensível e cuidadoso, não deixa de explorar as características físicas da ativista:

Dava jeito também no próprio cabelo, dispensando o salão. Quando a moda era um chanelzinho parecido com o da Nara Leão, ela colava no pente uma lâmina de barbear para conseguir aquele efeito batidinho na parte traseira da cabeça. Se precisasse alisar um pouco as madeixas usava ferro e tábua de passar roupa (Paiva, 2005, p. 191).

Na quarta fotografia presente na matéria estão Telma e seu marido, Elmo Corrêa, também desaparecido no Araguaia. Em termos de dimensão, essa é a maior imagem dentre todas. Por mais que a reportagem traga Telma como protagonista, a foto em destaque é dela acompanhada de um homem, neste caso, seu cônjuge. A quinta imagem é de uma das cartas enviadas à Dona Celeste enquanto a guerrilheira estava no Araguaia. Já a sexta imagem é de Telma, Elmo, Maria Célia (guerrilheira e irmã de Elmo) acompanhados de um grupo de amigos em uma praia.

O nome de Telma é citado, uma outra vez, em matéria datada de 21 de março de 2008, a já comentada “Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha”. Telma, assim como sua cunhada Maria Célia, foi uma das guerrilheiras que prestou depoimento nas bases do Exército e que, segundo relatos, passou por torturas como choques com corrente elétrica, tapas e outros tipos de agressão. A ativista é caracterizada no texto apenas por seu codinome e como a “mulher de Elmo”, enquanto Elmo em nenhum momento é caracterizado, por exemplo, como o “marido de Telma”.

O último texto em que a militante é mencionada, também já comentado, é “Justiça do Pará rejeita denúncia contra Curió”, datado de 17 de março de 2012. Telma faz parte do grupo de cinco guerrilheiros do Araguaia pelo qual o major Curió seria julgado não fosse a rejeição do Ministério Público anunciada no título. Seu nome é apenas citado no texto.

Walkíria

Fonte: Arquivo Pessoal - Valéria Costa Couto (site *GI*)

Servidora pública na capital mineira, Belo Horizonte, Walkíria Afonso Costa ingressou, em 1966, no curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Começou a ganhar destaque na militância estudantil, chegando a ser, em 1968, vice-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação. Seguiu pela militância no Comitê Estudantil do PCdoB. Para residir na região do rio Gameleira e lutar na Guerrilha do Araguaia, abandonou, em 1971, o curso universitário. Pertencia ao Destacamento B e foi a última guerrilheira a ser vítima de desaparecimento forçado na região. De acordo com o Relatório Arroyo, Walk, chamada assim por amigos próximos, foi vista por seus companheiros pela última vez no episódio conhecido como Chafurdo de Natal, ocorrido no dia 25 de dezembro de 1973. Segundo o relatório do Ministério da Marinha, de 1993, sua morte consta datada em 25 de outubro de 1974. Em oitiva da Comissão Nacional da Verdade (CNV), realizada em 19 de novembro de 2013, em Belém (PA), o sargento do Exército, João Santa Cruz Sacramento, revelou que o Exército acreditava que a guerrilha havia sido derrotada em 1974 e que a última pessoa a ser capturada havia sido Walkíria, entregue com vida na Casa Azul. Também afirmou que, ao final do conflito, duas mulheres foram mortas por injeções letais (a própria Walkíria e Suely Yumiko Kanayama). João afirmou, ainda, que elas também sofreram estrangulamento.

Na filtragem empenhada neste manuscrito, o nome de Walkíria não foi encontrado em nenhuma menção do jornal.

“Tudo que sabemos da guerra conhecemos por uma ‘voz masculina’” (Aleksiévitch, 2016, p. 12). Na obra “A guerra não tem rosto de mulher”, a jornalista e escritora Svetlana Aleksiévitch (2016) traz à luz os relatos de soldadas soviéticas que lutaram durante a Segunda Guerra Mundial. Além de ampliar as visões e entendimentos sobre um dos eventos mais trágicos da história humana, o livro aponta violências sofridas e (por que não?) praticadas por mulheres. A brutalidade não é um aspecto exclusivamente masculino, mas a liberdade de ser brutal é concedida aos homens e aclamada pela sociedade como um todo.

A partir deste trabalho, também por isso, identifica-se a relevância de analisar criticamente o material jornalístico veiculado sobre mulheres que também lutaram, neste caso as guerrilheiras do Araguaia, a partir da potencialidade de um contexto no qual os papéis de gênero (e também aqueles ligados à sexualidade, à raça etc.) tem se modificado. Resgatar memórias por meio desse gesto, como este escrito buscou fazer, é também tratar com o devido respeito, veracidade, e dignidade a vida de luta e de violências sofridas (inclusive, em alguns casos, os assassinatos) dessas militantes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito central analisar a cobertura jornalística realizada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* acerca das guerrilheiras do Araguaia. A escolha por esse veículo se deu por conta de ser um dos maiores do país, em termos de fama, circulação, e influência. Ademais, seu caráter liberal conservador chama a atenção dentro do contexto midiático e, diante do regime militar, nunca houve um pedido oficial de desculpas pelo apoio ao golpe por parte do jornal. Identifica-se, portanto, que o objetivo geral deste trabalho partiu da seguinte pergunta: como o jornal *O Estado de S. Paulo* situou discursivamente as guerrilheiras do Araguaia?

Percebeu-se que para conseguir desenvolver uma pesquisa que poderia responder esta questão, seria necessário percorrer uma retrospectiva histórica que contextualiza o período da ditadura civil-militar no Brasil, pesando tanto os modos como a imprensa se transformou neste contexto, como também, compreender as diferentes formas de resistência ao regime que se configuraram. E dentro desses acontecimentos, foram reconhecidos como imprescindíveis, localizar as manifestações de resistência das mulheres no campo social e no campo jornalístico. Com esse embasamento, e ancorado na Análise de Discurso (AD) de filiação francesa, foi possível colocar o *Estadão* em perspectiva, analisar o fazer jornalístico hegemônico, e trazer a história das guerrilheiras do Araguaia.

No total, foram encontradas 25 matérias que citavam as militantes. Das 18 guerrilheiras associadas ao Araguaia⁷⁴, 13 foram mencionadas em algum momento pelo jornal. Essas matérias são distribuídas da seguinte maneira: 1, no ano de 2001, 2 no ano de 2002, 1 no ano de 2003, 2 no ano de 2004, 2 no ano de 2005, 4 no ano de 2006, 3 no ano de 2008, 5 no ano de 2009, 1 no ano de 2011, 3 no ano de 2012, 1 no ano de 2015.

Esses números demonstram que as mulheres que lutaram na Guerrilha do Araguaia, mesmo após o fim da ditadura e dos períodos de censura impostos por ela, não aparecem frequentemente em um dos maiores veículos de comunicação e circulação do país, o jornal *O Estado de S. Paulo*. Algumas mulheres não foram, ao menos, citadas. Em geral, mesmo as nomeadas, estão invisibilizadas ou marcadas a partir de estereótipos de gênero, como notado ao examinar a fundo o conteúdo veiculado. Nem em 2012, com a Comissão Nacional da Verdade em voga, quando a cobertura sobre as memórias ditatoriais se intensificou (Sanglard, Tristão, 2014), houve materiais significativos sobre as guerrilheiras, em relação à quantidade de matérias veiculadas.

⁷⁴ As guerrilheiras aqui consideradas foram aquelas incluídas na lista de oficiais do Exército entregues, à época do regime, a jornais como *O Globo* e também as mencionadas nos documentos da CNV.

Para enfrentar a discussão, o trabalho esteve dividido em quatro capítulos: no primeiro foi apresentado o contexto do regime ditatorial, abarcando a Guerrilha do Araguaia, a censura imposta, os jornais alternativos, e a luta armada no país. O segundo explanou sobre a trajetória do *Estadão* e sua relação com o regime ditatorial e a CNV. O terceiro abordou a mídia voltada ao público feminino, os jornais alternativos feministas, e o fazer jornalístico hegemônico, como, além de outros fatores, uma extensão do machismo. O quarto e último apresentou a análise das matérias, precedida pela discussão dos métodos utilizados. Com base nos resultados obtidos por meio da busca por palavras-chave, e nas análises do *corpus* decorrente, evidenciou-se como em geral o jornalismo produzido pela *Estadão* neste caso foi excludente e pouco detalhista com a história das militantes do Araguaia.

Nessa análise, não somente as narrativas e representações das vítimas do regime foram fundamentais, consideradas suas capacidades morais de narrarem suas próprias histórias e buscar justiça, como também a perspectiva dos perpetradores, contribuindo para entender suas causas mais profundas e como o jornalismo se torna *locus* de diversos discursos. Quando as representações e análises buscam transcender a dicotomia herói *versus* vilão, ou do “nós” contra “eles”, é possível não só tornar público, como também evidenciar as ambivalências e exceções entre os grupos, seus potenciais autoritários e os possíveis modos de combatê-los

A partir dos resultados, admite-se que o jornal *O Estado de S. Paulo*, em uma complexa relação com o regime ditatorial, em seu caderno de Política nas matérias analisadas, na maioria das vezes relegou o papel das guerrilheiras como coadjuvantes, entrevistando mais figuras do regime (mesmo após a abertura política) do que militantes sobreviventes, dando detalhes gráficos das violências sofridas pelas guerrilheiras, veiculando suas imagens em raras ocasiões. Ou seja, perpetuando, muitas vezes, a voz dos “vencedores”.

Para além de tudo isso, um fato chama atenção aqui, em sintonia com os estudos feministas evocados: a maioria das matérias analisadas foi escrita por homens. É certo que há aqui, no presente caso, predominância de uma voz masculina no fazer jornalístico. Não é possível afirmar que se a mesma pauta fosse entregue nas mãos de mulheres jornalistas seria diferente, afinal há a reprodução de valores machistas por mulheres e o próprio caráter do veículo em questão. Mas é certo que a consciência feminista muda discursos, cursos da história e publicações, inclusive jornalísticas. Dar o primeiro passo é um caminho, e este trabalho buscou ir neste sentido.

Em histórias, na História, em contos, livros, cinema e, infelizmente, no jornalismo as mulheres ainda ocupam lugares de coadjuvantes. Indo na contramão deste pensamento, as

ativistas aqui reavivadas estudaram, filiaram-se a partidos de esquerda, escreveram, publicaram, pegaram em armas, lutaram, morreram, mas também sobreviveram. O trabalho aqui empenhado buscou resgatar a trajetória dessas mulheres e analisar criticamente os possíveis diálogos que um dos maiores veículos de comunicação do país, o jornal *O Estado de S. Paulo*, estabeleceu com seus nomes e com tudo que elas representam. A disparidade é tamanha que um dos objetivos deste escrito foi mostrar como analisar o discurso não é simplório quanto pode parecer; há muito nas linhas e entrelinhas.

As vivências das guerrilheiras do Araguaia são múltiplas. Também foram variados os seus destinos pós-guerrilha. Algumas foram enterradas como indigentes, outras conseguiram sobreviver. Em comum, elas têm o apagamento da memória de suas histórias na batalha, que, ainda que não seja uma exclusividade delas, é com elas intensificadas. Essa obliteração memorialística se deu por parte do regime civil-ditatorial não apenas por meios concretos: a caça, a tortura, o fuzilamento, o assassinato, mas também no campo simbólico. O apagamento de memórias é também um instrumento de repressão para a não reivindicação sobre as injustiças e falhas nos direitos humanos que aconteceram no Araguaia e na ditadura como um todo. Assim explica, ainda que sem se deter a uma perspectiva gendrada, o doutor em história pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Reginaldo Cerqueira de Sousa (2019), em seu artigo “Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação”:

O segundo aspecto nós o encontramos no campo simbólico. Tem a ver com o esforço das Forças Armadas para desqualificar, moral e eticamente, a imagem dos guerrilheiros junto à população e à sociedade de um modo geral. Um exemplo foi o primeiro anúncio oficial sobre a guerrilha feito em março de 1975, quando o presidente Ernesto Geisel, em pronunciamento no Congresso Nacional, sem dar a devida importância falou sobre um grupo pequeno de fanáticos que, segundo ele, havia aderido à luta armada na região de Marabá – Xambioá. Além das matérias publicadas na imprensa, nada mais foi comunicado sobre o que aconteceu com os guerrilheiros capturados e com os 51 combatentes que constavam, naquele momento, como desaparecidos (Sousa, 2019, p. 205, 206).

Por um machismo estrutural, os homens (mesmo em um contexto de exceção e, à época da ditadura, os guerrilheiros, lidos como errados e subversivos) são mais lembrados e, até mesmo, celebrados pela esquerda brasileira do que as mulheres. No desenvolvimento social das “virtudes violentas” das guerrilhas do Cone Sul era enaltecido “[...] um padrão de simbolização fortemente masculinizado, que jogou com a equivalência entre o viril e o heroico” (Bao, 2004, p. 91). No caso das mulheres, o enfrentamento no embate e a constante batalha para derrubar preconceitos e estereótipos foram ainda mais difíceis pela questão de gênero, o que ainda perdura no presente, em termos de memória. À época do regime, em um

campo travado pelos militares e a esquerda ativista, a luta pelos direitos femininos foi, muitas vezes, considerada irreconciliável com a orientação dos partidos políticos. Os ideais feministas eram deixados de lado e subjugados como um “desvio pequeno burguês” e potencialmente perigosos, já que poderiam dividir a classe trabalhadora.

Os mais variados tipos de violências igualmente atravessaram as vivências dessas mulheres. E as violências de gênero, como abortos devido aos espancamentos e chutes dos torturadores, impedimento de mães de amamentar seus filhos nos cárceres, estupros e violência sexual, recaíram com maior intensidade e, em alguns casos, com exclusividade sobre elas. As consequências foram físicas (há, por exemplo, ativistas que passaram por torturas que relatam que ou menstruaram excessivamente ou não menstruaram por meses) e psicológicas (traumas que assombram o cotidiano das sobreviventes) (São Paulo, 2014).

Quando há, adicionalmente, o silenciamento e também o apagamento memorialístico, quando nada ou pouco se lembra sobre essas mulheres, quando suas histórias são contadas resumidas às relações (amorosas, por exemplo) que tinham com seus companheiros, a figura feminina é posta no papel ao qual foi designado idealmente pelo sistema patriarcal: dentro de casa a cuidar dos filhos, calada, mas bem apresentável, servindo ao homem que a domina. Ou morta, com suas biografias enterradas. O feminino foi feito do que os homens atribuíram a ele, mas a luta das mulheres vai ao contrário disso, ela se desvencilha de fazer com que estas tornem-se meras expectativas do patriarcado. Foi o que as guerrilheiras do Araguaia pensaram. E não só pensaram, fizeram.

A partir das percepções obtidas nos resultados averiguados nesta pesquisa, fortalece-se uma ideia que defende a possibilidade da realização de investigações futuras e pertinentes que traçam paralelos entre os veículos de mídia *mainstream* e o papel feminino com perspectiva de gênero da atualidade. Quais práticas utilizadas pelos periódicos, revistas, boletins e demais produções integrantes do fenômeno de imprensa são mobilizadas para representar as mulheres, em especial as mulheres militantes? Abarcam-se, entre outros temas, a reivindicação dos seus direitos, desenvolvidos nas décadas antecessoras ao estabelecimento do gênero como categoria de análise dentro da pesquisa e ao amadurecimento dos estudos culturais dentro da pesquisa em comunicação? São questões em aberto que justificam possíveis desdobramentos da pesquisa aqui encerrada.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

ABRÃO, Paulo. **A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça**. 2012.

ABREU, João Batista. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Companhia das Letras, 2016.

ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. Editora Intrínseca, 2019.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal**. Ítaca, 2017.

ARENDT, Hannah. **Verdade e política**. Relógio D'Água, 1995.

ARRUDA, Roldão. Comissão de Mortos e Desaparecidos reclama de sucateamento no governo. ***O Estado de São Paulo***, 02 de janeiro de 2015.

ARRUDA, Roldão. Revisão da lei depende de jogo de forças, diz ativista. ***O Estado de São Paulo***, 26 de junho de 2006.

ARRUDA, Roldão. Sentença do TJ confirma Ustra como torturador. ***O Estado de São Paulo***, 15 de agosto de 2012. Disponível em: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão](#). Acesso em: 11 de setembro de 2025.

BACK, Lilian. Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BANDEIRA, Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Digitaliza Conteúdo, 2023.

BARBOSA, Delise Dutra. **Censura nos jornais durante os Anos de Chumbo (1968-1979)**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1903/2/20489818.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2025.

BARRETO, Jennifer Azevedo. A identidade e o imaginário da mulher na mídia: análise discursiva da matéria Ser Mulher é. **Crátilo**, v. 17, n. 1, p. 13-25, 2024.

BASSO, Tamy Tormin; BLOTTA, Vitor Souza Lima. A Comissão da Verdade na imprensa: justiça de transição, memória e jornalismo de reconhecimento. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 101-122, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida**. v.2. Traduzido por Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961, p.9.

BELMIRO, Dalila Maria Musa et al. Empoderamento ou Objetificação: Um estudo da imagem feminina construída pelas campanhas publicitárias das marcas de cerveja Devassa e Itaipava. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação–Rio de Janeiro, RJ–4 a. 2015**.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história (1940). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Rio de Janeiro, 2020.

BERLANT, Lauren. **El corazón de la nación**. FCE-Fondo de Cultura Económica, 2011.

BERTASSO, Daiane; REGINA ROSA, Amanda. Os sentidos sobre as mulheres no discurso da revista Claudia ao longo de uma década (2009-2019). **Revista Fronteiras**, v. 23, n. 1, 2021.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

BRAGANÇA, Jullyana; SOUSA, Monica. “Verás que um filho teu não foge à luta”: Jornal EX-como guardião de memórias subterrâneas da ditadura brasileira. In: **Jornada de Iniciação Científica em Comunicação**, 11, 2015. Cabo Frio: Universidade Veiga de Almeida, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0686-1.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2025.

BRASIL. CAPES. **A Lei de Acesso à Informação - LAI, 16 de outubro de 2023**. Disponível em: [A Lei de Acesso à Informação - LAI — CAPES](#). Acesso em: 6 de janeiro de 2025.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório de audiência pública de 12 de agosto de 2014.

BITTONI, Dulcília H. Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. 2009.

BUZALAF, Márcia Neme. **A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração.** 2009.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Lucileide Costa. Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil. **História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 4, 2014.

CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1964-1982).** São Paulo: Difel, 1982. Vol. 3.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Corpo e contemporaneidade. **Psicologia em revista**, v. 11, n. 17, p. 62-76, 2005.

CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Alterjor**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2011.

CHAKRABORTI, Neil; GARLAND, Jon. Reconceptualizing hate crime victimization through the lens of vulnerability and ‘difference’. **Theoretical criminology**, v. 16, n. 4, p. 499-514, 2012.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística.** Summus Editorial, 2007.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em [da ditadura militar à democracia Uma história política da transição brasileira](#). Acesso em: 5 de janeiro de 2026.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 84, p. 15-29, 2018.

CUAMBA, Enísio Guilhermina; CIGARROS, Mauricio Bernardo. Conceitos axiológicos bakhtinianos em propaganda audiovisual da cerveja Laurentina Preta. **REVISTA ESTUDOS EM LETRAS**, v. 2, n. 1, p. 7-20, 2021.

DA CONCEIÇÃO, Marcus Vinicius Costa. Ditadura Do Proletariado: Visões E Revisões De Uma Querela Marxista. **Revista Enfrentamento**, v. 12, n. 22, 2022.

DA SILVA, Juremir Machado. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social.** Editora José Olympio, 2017.

DAHÁS, Nashla. Historiografia da ditadura, memória e espaço público. O cone sul em perspectiva. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História**, 2019.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 80, n. 28, jan/abr 2014. Disponível em: [A mídia e o golpe militar](#). Acesso em: 26 de agosto de 2025.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. 2002.

DE LAURETIS, Tereza. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural** Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206 - 242 .

DE LIMA, Eveling Cauani Moraes; DA SILVA, Thiago Carneiro; DA SILVA NEPOMOCENO, Virna Carneiro. A hipersexualização de corpos negros: o conto “Afrodisíaco”, de Cristiane Sobral e a imagem publicitária da “Devassa”. **Revista Coletivo SECONBA**, v. 5, n. 1, p. 19-32, 2021.

DE MAGALHÃES CARVALHO, Eleonora. “Pimenta Neves tem currículo notável”: jornalismo, gênero e hierarquia na cobertura do assassinato de Sandra Gomide. **Logos**, v. 25, n. 2, p. 60-81, 2018.

DE MORAES, Marcelo. Generais da reserva defendem Ustra. **O Estado de São Paulo**, 22 de novembro de 2006. Disponível em: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão](#). Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

DE MORAES, Marcelo. Jarbas Passarinho critica processo ‘décadas depois’. **O Estado de São Paulo**, 22 de novembro de 2006. Disponível em: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão](#). Acesso em: 3 de setembro de 2025.

DE OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9369>. Acesso em: 13 de novembro de 2025.

DO ROSÁRIO GREGOLIN, Maria. Identidade: objeto ainda não identificado? (Identité: objet pas encore identifié?). **Estudos da Língua (gem)**, v. 6, n. 1, p. 81-97, 2008.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: dossiê liberalismo/neoliberalismo. **Revista USP**, v. 17, 1993.

DUARTE, Constância Lima (org). Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, 2003.

DU TOIT, Louise. Feminismus und die Ethik der Versöhnung. **Mittelweg**, v. 36, n. 3, p. 4-30, 2007.

FAINHOLC, Beatriz. **A mulher e os meios de comunicação social**. 1993.

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the Witch**. Autonomedia, 2004.

FERRAZ, Iara. CALHEIROS, Orlando. SURUÍ, Tiapé. SURUÍ, Ywynuhu. **Relatório "O tempo da guerra": os Aikewara e a guerrilha do Araguaia**, maio 2014.

FERREIRA, Maicon Mauricio Vasconcelos. Violência insurgente e outras questões: A esquerda armada no Brasil durante a ditadura (1964-1985). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 79, p. 172-202, 2024.

FILHO, Gabriel Manzano. Bicudo: anistia não livra torturadores. **O Estado de São Paulo**, 22 de novembro de 2006. Disponível em: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão](#). Acesso em: 4 de setembro de 2025.

FRANCO, Renato. Censura e modernização cultural à época da ditadura. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 1997.

FREIRE FILHO, João; ANJOS, J. dos; LOPES, Amanda Rezende. A ocultação do ódio: mídia, misoginia e medicalização. **HELLER, B.; CAL, D.; ROSA, AP da (Orgs.). Midiatização,(in) tolerância e reconhecimento**, v. 1, p. 61-81, 2020.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal "Mulherio" e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**, v. 2, n. 4, p. 149-166, 2014.

FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. **Opinião Pública**, v. 9, p. 73-92, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOWLER, Roger et al. **Language and control**. Routledge, 2018.

GARCÍA, Germán Nicolás Pataquiva. Las FARC, su origen y evolución. **Revista UNISCI**, n. 19, p. 154-184, 2009.

GERVAIS, Sarah J. et al. Seeing women as objects: The sexual body part recognition bias. **European Journal of Social Psychology**, v. 42, n. 6, p. 743-753, 2012.

GUEDES, Gilse. Genoino terá indenização de R\$ 100 mil. **O Estado de São Paulo**, 14 de abril de 2006.

GUEDES, Gilse. O vermelho dá o tom nos trajes da cerimônia. **O Estado de São Paulo**, 01 de janeiro de 2003.

GUILHERME, Cássio Augusto. A Comissão Nacional da Verdade e as crises com os militares no governo Dilma Rousseff (2011). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 15, n. 29, p. 45-62, 2021.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, n. 40, p. 199-223, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/17905/13828>. Acesso em: 19 de abril de 2025.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos avançados**, v. 11, p. 311-361, 1997.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003.

HASANBEGOVIC, Claudia. La ideología militar y las relaciones de género en Argentina. **L'Ordinaire Latino-Americain**. IPEALT/Le Mirail, Toulouse, n. 183, p. 41-44, 2001.

HAYNER, Priscilla B. **Unspeakable Truths 2e: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions**. New York/London: Routledge, 2011.

HENTZ, Isabel Cristina; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Orgs.). **Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Acesso em 6 de setembro de 2025, v. 13, p. 175-196, 2015.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. **São Carlos: Claraluz**, 2007.

JOFFILY, Mariana. Os Nunca más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984- 1991). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011. p. 213-232.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983). **Masters Disertation, História Social, Universidade de São Paulo (USP)**, 2007.

KOTCHERGENKO, Andrei Martin San Pablo. As mulheres na luta armada no Cone Sul. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Orgs.). **Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. Boitempo Editorial, 2015.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 122, p. 275-293, 2015.

LOPES, Alexandre dos Santos. Partidos políticos e a esquerda armada no Brasil. **Fato & Versões-Revista de História**, v. 5, n. 10, 2013.

LURIE, Alison; BORGES, Ana Luiza Dantas. **A linguagem das roupas**. Rocco, 1997.

MACEDO, Fausto. Justiça declara que coronel Ustra foi torturador. **O Estado de São Paulo**, 10 de outubro de 2008. Disponível em: [O Estado de S. Paulo - Acervo Estadão](#). Acesso em: 2 de setembro de 2025.

MADUEÑO, Denise. Sessão na Câmara exalta repressão no Araguaia. *O Estado de São Paulo*, 25 de junho de 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/309955/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 2 de outubro de 2025.

MANZANO, Gabriel. Um mergulho no último suspiro da guerrilha. *O Estado de São Paulo*, 10 de junho de 2012. Disponível em: [O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE DE DE null - PAG. 0](#). Acesso em: 14 de agosto de 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2006. p.65.

MARTINS, Allysson Viana. O “Golpe dentro do Golpe” na imprensa? Posicionamento dos jornais na divulgação do AI-5. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 11.2, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/13065/0>. Acesso em: 2 de outubro de 2025.

MCQUAIL, Denis (Ed.). **McQuail's reader in mass communication theory**. Sage, 2002.

MECHI, Patrícia Sposito; JUSTAMAND, Michel. Arqueologia em contextos de repressão e resistência: a Guerrilha do Araguaia. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 10, p. 108 -120, 2014. Disponível em: [Vista do Arqueologia em contextos de repressão e resistência: a guerrilha do Araguaia](#). Acesso em: 14 de julho de 2025.

MEIRELLES, Renata. **Da memória para a história: experiências e expectativas de mulheres subversivas na ditadura militar**. Prisma Jur., São Paulo, v. 10, n. 1, p. 111-134, jan./jun. 2011.

MELO, Iran. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. 2009.

MENDES, Carlos. Greenhalgh quer reabrir processo sobre Araguaia. *O Estado de São Paulo*, 25 de maio de 2001.

MERLINO, Tatiana (Ed.). **Infância roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 7, n. 13, p. 7-26, dez. 2010. Disponível em: [Entre reparações, meias verdades e impunidade - Sur - International Journal on Human Rights](#). Acesso em: 14 de julho de 2025.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Jornalismo político e imagem pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. *Contracampo*, v. 28, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17510/11136>. Acesso em: 19 de setembro de 2025.

MONTEIRO, Tânia. Ministra promete ‘avançar’ com plano polêmico de Lula para direitos humanos. *O Estado de São Paulo*, 4 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110104-42812-nac-4-pol-a4-not>. Acesso em: 14 de agosto de 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, p. 367-379, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/26037/15638>. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

MOURÃO, Mônica. Apoio à ditadura: o pedido de perdão que nunca veio dos jornais. *Carta Capital*, 1 de abril de 2014. Disponível em: [Apoio à ditadura: o pedido de perdão que nunca veio dos jornais – CartaCapital](#). Acesso em: 16 de janeiro de 2025.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, p. 225-233, 2003.

NOSSA, Leonencio. Alemão comprou área de guerrilha. *O Estado de São Paulo*, 28 de junho de 2009. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/alemao-comprou-area-de-guerrilha/?srsltid=AfmBOOpJkQlk5pZJsPXxTHESjMH3YUo1WNi0pIk60uT83xBkYI__qQtY. Acesso em: 7 de janeiro de 2025.

NOSSA, Leonencio; SAMPAIO, Dida. Após 30 anos, Curió rompe silêncio sobre a guerrilha. *O Estado de São Paulo*, 04 de março de 2004.

NOSSA, Leonencio. Busca de ossadas no Araguaia começa hoje. *O Estado de São Paulo*, 08 de julho de 2009. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/busca-de-ossadas-no-araguaia-comeca-hoje/?srsltid=AfmBOoo_FR9cS8U1HvqS1W6i0al_QjtcAXax3qgIC3gVzdb42EswNi2f. Acesso em: 7 de janeiro de 2025.

NOSSA, Leonencio. Indenizações viram esqueleto de R\$ 1,4 bi. *O Estado de São Paulo*, 28 de agosto de 2004.

NOSSA, Leonencio. Justiça do Pará rejeita denúncia contra Curió. *O Estado de São Paulo*, 17 de março de 2012.

NOSSA, Leonencio. Mateiro indica novo local de ossadas. *O Estado de São Paulo*, 13 de julho de 2009. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/mateiro-indica-novo-local-de-ossadas/?srsltid=AfmBOOpawaq_Ro7hPTn7PYQLnVrZd5LgT12_N4BEf7lt5Tf0wB6CiETe. Acesso em: 7 de janeiro de 2025.

NOSSA, Leonencio. ‘Não se corta erva daninha pelo caule’. *O Estado de São Paulo*, 22 de junho de 2009.

NOSSA, Leonencio. Processo do Exército derruba versão oficial sobre guerrilha. *O Estado de São Paulo*, 21 de março de 2008.

NOSSA, Leonencio. 'Usurparam uma história alheia'. *O Estado de São Paulo*, 12 de julho de 2009. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/usurparam-uma-historia-alheia/?srsltid=AfmBOop7oz1vI14evNPKwRRMC9rhbbuVW9oUYbODVeoqBG4GQqhUfd-C>. Acesso em: 9 de janeiro de 2025.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Alckmin e Genoio fazem debate acirrado na TV. 17 de outubro de 2002.

O ESTADO DE SÃO PAULO. MST perde espaço no Norte. Conflitos crescem. 05 de julho de 2015.

OLIVEIRA, Derli Machado de. Representação social da mulher no discurso publicitário: uma perspectiva da análise crítica do discurso. *Cadernos do CNLF*, v. 16, n. 04, 2012.

OLIVEIRA, Helena Brandt Corrêa de. **A cobertura jornalística da imprensa feminista no período ditatorial: Brasil Mulher e Nós, Mulheres.** 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 42, p. 21-40, 2002.

OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. *Temporalis*, v. 17, n. 34, p. 25-51, 2017.

PAIVA, Fred Melo. 'Ela vai aparecer por essa porta'. *O Estado de São Paulo*, 08 de maio de 2005.

PALMER, David Scott. Rebellion in rural Peru: The origins and evolution of Sendero Luminoso. *Comparative Politics*, v. 18, n. 2, p. 127-146, 1986.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intexto*, n. 24, p. 38-57, 2011.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O Pasquim: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991). *Revista História & Perspectivas*, v. 1, n. 31, 30 jan. 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19137>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

RASSI, Amanda Pontes. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da "Marcha das vadias". *REVHIST-Revista de História da UEG*, v. 1, n. 1, p. 43-63, 2012.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. **A**

ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b. p. 11-29.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1968.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

RICHARDSON-SELF, Louise. Woman-Hating: On misogyny, sexism, and hate speech. *Hypatia*, v. 33, n. 2, p. 256-272, 2018.

RIDENTI, Marcelo. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988. **Revista Concinnitas**, ano 19, n. 33, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/viewFile/39848/27922>. Acesso em: 10 de setembro de 2025.

RODRIGUES, Carla. Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência**, n. 5, 2019.

RODRIGUES, Natália. **Antecedentes do golpe militar de 1964.** Infoescola, 2014. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/antecedentes-do-golpe-militar-de-1964/>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo.** 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.41.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência.** Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

SANGLARD, Fernanda Nalon; TRISTÃO, Marise Baesso. Relatos da ditadura: memórias divulgadas pela imprensa brasileira a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 51-65, maio 2014.

SANTOS, André Sousa; SILVA, S. R. História oral e história de vida: aspectos conceituais e históricos. **Editora Científica Digital**, v. 2, p. 42-49, 2022.

SÃO PAULO. Comissão Nacional da Verdade. Relatório, Tomo I – Parte II – Documento Verdade e Gênero, 2014. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Verdade-e-genero.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

SARTRE, Jean-Paul. I. Que peut la littérature?. **La Nouvelle Revue Française**, v. 609, n. 3, p. 21-34, 2014.

SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as Reformas de Base. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.32, p. 5-20, jan./jun. 2019.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias.** 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25629..> Acesso em: 20 de novembro de 2024.

SILVA, Tauana Olívia Gomes et al. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais**. 2014.

SILVEIRINHA, Maria João. Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media: ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação. **Ex aequo**, v. 25, p. 91-104, 2012.

SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo Editorial, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & realidade**, 20.2, 1995. Disponível em: [Gênero: uma categoria útil de análise histórica | Educação & Realidade](#). Acesso em: 23 de agosto de 2025.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUSA, Inara Bezerra Ferreira. A imprensa alternativa no Brasil: a experiência do jornal Movimento. **SILVA**, p. 264, 2003.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 66, p. 205-206, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43200>. Acesso em: 17 de abril de 2025.

STOKES, Peter; GABRIEL, Yiannis. Engaging with genocide: The challenge for organization and management studies. **Organization**, v. 17, n. 4, p. 461-480, 2010.

STRINATI, Dominic. **Cultura popular: uma introdução**. Hedra, 1999.

SURUÍ, Tiapé. “Nossos pais, nossos avós, estavam com medo de contar a história”. **Revista Campos**, vol. 20, n. 02, julho-dezembro de 2019.

TEIXEIRA, Leonardo Evaristo. Casa Azul: un (difícil) espacio de memoria de la Guerrilla de Araguaia de la dictadura empresarial-militar brasileña. **Captura Crítica: direito, política, atualidade**, v. 10, n. 1, p. 104-119, 2021.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TELES. Maria Amélia de Almeida, O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. Bauru, 2014.

TFOUNI, Fábio Elias Verdiani; GRIGOLETTO, Evandra. **Imaginário e identificação no discurso sobre Donald Trump: análise do funcionamento de capas das revistas Exame e Istoé**. 2020.

TOMAZONI, Larissa Ribeiro. A mulher na ditadura militar: Uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **Cadernos Da Escola De Direito**, 1(22), 40-51, 2015.

TOSI, Giuseppe. CAP. 1 DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES INICIAIS. **DIREITOS HUMANOS: História, teoria e prática**, p. 18.

TOSTA, Wilson. Governo libera arquivos para caça a torturadores. *O Estado de São Paulo*, 23 de julho de 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/356643/noticia.htm?sequence=1&isAlloWed=y>. Acesso em: 13 de janeiro de 2025.

TRAQUINA, Nelson. **Porque as notícias são como são**. Insular Livros, 2020.

UOL. **Governo dá fim a grupo de trabalho sobre Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/brasil/governo-da-fim-simbolico-a-estudos-sobre-guerrilha-do-araguaia/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2025.

VAUCHER, Thiago Araujo. **Atchim: a solidariedade nas páginas de O Pasquim**. 2018.

VEIGA, Roberta. Dora e a luta histórica contra os fascismos: subversão e limiar em Retratos 167 de Identificação. In: **Feminino e Plural: mulheres no cinema brasileiro**. Karla Holanda / Marina Cavalcanti Tedesco (orgs.). Papirus Editora, 2017.

VERDIANI TFOUNI, Fábio Elias; GRIGOLETTO, Evandra. Imaginário e identificação no discurso sobre Donald Trump: análise do funcionamento de capas das revistas Exame e Istoé. **Fórum Linguístico**, v. 17, n. 2, 2020.

VILLALBA, Patrícia. Campanha, em vez de férias. *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 2002.

VIRILIO, Paul. 2005. **Negative Horizon: An Essay in Dromoscopy**. Londres, Nova York. Continuum.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

WOLF, Naomi. **The beauty myth**. 1991.

WOLFF, Cristina Scheibe (2018). “Corpos narrados nas memórias das ditaduras do Cone Sul”. En *Sæculum – Revista de História*, [S. l.], v. 39, n. 39, p. 267–278, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/41419>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2025.

WOLFF, Cristina Scheibe; MELLO, Soraia Carolina de. “Feminismo é revolução” O Feminismo como conflito social no Brasil sob ditadura (1964-1985). In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair. **Feminismos e Democracia**. 1.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). **História Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 124-130, 2009.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Antofágica, 2022.

ZIPFEL, Gaby. “Vamos lá curtir um bocado”. A relação entre identidade sexual, violência e sexualidade em conflitos armados. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 96, p. 31-46, 2012. Disponível em: [“Vamos lá curtir um bocado”. A relação entre identidade sexual, violência e sexualidade em conflitos armados](#). Acesso em: 28 de dezembro de 2024.